

**GEOGRAFIAS FORA DO EIXO:
por outras geografias feitas com práxis territoriais**

**GEOGRAFIAS FORA DO EIXO:
por outras geografias feitas com práxis territoriais**



**Claudio Eduardo de Castro
José Sobreiro Filho
Marcos Aurélio Saquet
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
(Organizadores)**

EDITORA
LIBERDADE



**GEOGRAFIAS FORA DO EIXO:
por outras geografias feitas com práxis
territoriais**

**GEOGRAFIAS FORA DO EIXO:
por outras geografias feitas com práxis
territoriais**

Claudio Eduardo de Castro
José Sobreiro Filho
Marcos Aurélio Saquet
Janaína Francisca de Souza Campos Vinha
(Organizadores)

1ª Edição
Editora Liberdade – Londrina/PR
Editora UEMA – São Luis/MA

Copyright © 2022 – Editora Liberdade.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Liberdade.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Todos os textos foram avaliados por pares cegos e a responsabilidade das ideias e argumentações é de cada autor.

Coordenação Editorial:

Diego Machado Castro

Revisão Geral:

Prof. Dr. Gilnei Machado

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação:

Diego Machado Castro

Imagem de Capa:

Fuga das Palafitas, Óleo Sobre Tela, de Estevan Bartoli (2021).

Impressão:

MIDIOGRAF

Esta obra possui Conselho Editorial indicado pela Editora da
Universidade Estadual do Maranhão/UEMA:

EDITOR RESPONSÁVEL

Claudio Eduardo de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Ana Lucia Abre Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Gomes de Moura
Fabíola Oliveira Aguiar
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva
José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr.
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Maria Silvia Antunes Furtado
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa

1ª Edição: maio de 2022.

Os Direitos dos Organizadores foram registrados junto à Câmara Brasileira do Livro.

A responsabilidade do conteúdo de cada texto é de seus respectivos autores.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais / Organização Claudio Eduardo de Castro; José Sobreiro Filho; Marcos Aurélio Saquet; Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Londrina, PR: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022.

ISBN: 978-65-997112-1-3 (E-book)

DOI: <http://doi.org/10.36599/edlib-2022.002>

1. Geografia – Estudo e Ensino I. Castro, Claudio Eduardo de; II. Saquet, Marcos Aurélio; III. Vinha, Janaina Francisca de Souza Campos. IV. Filho, José Sobreiro;

22-99538

CDD 910.7

CDU 911.3

Índices para catálogo Sistemático:

1. Geografia: estudo e ensino – 910.7

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB – 1/3129

Editora Liberdade

<http://editoraliberdade.com>
<http://editora-liberdade.ueniweb.com>
Contato: liberdade.editora@gmail.com



Editora da Universidade Estadual do Maranhão

Cidade Universitária Paulo VI – C.P. 09
CEP: 65055-970 – São Luís/MA
www.uema.br – editora@uema.br



A FUGA DAS PALAFITAS

Breve nota sobre a arte da capa

As palafitas têm representado a insistência adaptativa e coevolutiva dos camponeses-ribeirinhos da Amazônia. Resistindo à sazonalidade, recriando territorialidades com as mudanças ambientais e principalmente frente às crises econômicas e processos sociais de violência, são percebidas por todo território nacional.

Com o rápido crescimento urbano, parte das palafitas foi “engolfada” pela malha da urbe, metropolitana ou não, ou em parte reconstruídas teimosamente nos baixios poluídos e insalubres das cidades.

Estigmatizadas pelo discurso dominante, removidas pelas políticas higienistas, ou até queimadas em eventos demasiadamente suspeitos, violentos e grotescos, as palafitas nos brindam com uma bela “metáfora surrealista”: reavivadas por nosso pulsar utópico, as palafitas são animadas pelo desejo de fuga, não para as montanhas, mas para outras margens, beiras de rios fora do eixo da racionalidade hegemônica dominante, longe da pressão coercitiva do complexo financeiro-imobiliário que a tudo esmaga como rolo compressor! Ideias e concepções de mundo de grupos dominantes, também tem nos esmagado.

Não se trata de fugir ou negar a cidade, a pólis, a urbe como força virtualizante rumo a uma nova sociedade, mas de levantar nossos esteios (pernas das palafitas) para poder correr e respirar! Para poder em meio às várzeas e igapós, entre populações tradicionais ou urbanas, reencontrar caminhos, rumos, prumos e fincar novamente nossas “pernas palafíticas” em novas margens.

Assim me senti quando fui convidado para dialogar com o grupo de geógrafos “fora do eixo” que recentemente agreguei. Não só nos sentimos abraçados quando as gélidas reuniões virtuais que se tornaram fervorosas declarações de insatisfação com o eixo dominante intelectual-acadêmico nacional. Mas senti que estamos desenterrando nossos esteios, liberando nossas “pernas palafíticas” da lama poluída e correndo para as margens, mesmo que muitos entre nós pesquisadores estarem ainda materialmente nos “centros”! As margens estão também estão cercadas e pressionadas de violência e monitoradas pelas torres que tudo enxergam, ou se tornam invisíveis e instrumentalizadas ideologicamente pelos olhares romantizados do “eixo Rio – São Paulo” (sem generalizações).

Mas as margens e os sujeitos marginais nos indicam o que podemos alcançar pelas nossas mutantes pernas de paláfitas. As margens estão por toda parte pois os marginais estão a caminhar!

Que essa fuga nos propicie novos caminhos, reflexões, colaboração, fraternidade e muita poesia. Que nosso próximo encontro aqui em Parintins seja repleto dessa doce marginalidade.

Estevan Bartoli

Geógrafo e artista plástico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
ENTRE A “MODERNIDADE” E A “PÓS-MODERNIDADE”: A CONTINUIDADE DA COLONIALIDADE	19
<i>Marcos Aurelio Saquet</i>	
DO TERRITÓRIO MÚLTIPLO AO LUGAR COMUNITÁRIO	51
<i>Claudio Eduardo de Castro</i>	
<i>Ronaldo Barros Sodré</i>	
INOVAÇÃO SOCIAL E SABERES OUTROS: O QUE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO FORMAL TEM A VER COM ISSO?	77
<i>Márcia Regina Ferreira</i>	
PRÁXIS E ARTE: A GEOGRAFIA L� O DIA-A-DIA ATRAVÉS DA POESIA	97
<i>Luís Carlos Flávio</i>	
UNA NUEVA MIRADA AL TERRITORIO Y SU IMPACTO EN LA EDUCACIÓN AMBIENTAL	121
<i>Edier Hernan Bustos Velazco</i>	
<i>Pompilio Sánchez Artunduaga</i>	

DO MOVIMENTO SOCIAL AO MOVIMENTO
SOCIOTERRITORIAL 135

Bernardo Mançano Fernandes

TEMAS E PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA
BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE
PARADIGMÁTICO AOS ESTUDOS AGRÁRIOS 151

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

O TERRITÓRIO COMO CONCEITO ARTICULADOR
PARA RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO RURAL CINTURÃO
VERDE 179

José Sampaio de Mattos Junior

Jéssica Neves Mendes

Igor Breno Barbosa de Sousa

AS POLÍTICAS CONTENCIOSAS DOS MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: ENSAIO
GEOGRÁFICO A PARTIR DO DATALUTA FLORESTA 205

José Sobreiro Filho

Bruna Gonçalves Costa

SISTEMAS TERRITORIAIS URBANO-RIBEIRINHOS:
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE
CIDADES DE DINÂMICA FLUVIAL E RIBEIRINHA NA
AMAZÔNIA 231

Estevan Bartoli

USO DA TERRA FORMAL E USO DA TERRA REAL:
IMPLICAÇÕES DOS PARÂMETROS NORMATIVOS
FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS 263

Gabriel Macedo Monteiro

Silas Nogueira de Melo

A NOVÍSSIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA: CONFLITOS
NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA E O LESTE
MARANHENSE 279

Luís Fabiano de Aguiar Silva

AS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS NA
TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E
ARGENTINA 303

Mauro José Ferreira Cury

Giuliano Silveira Derrosso

TURISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES
FORA DO EIXO: REFLEXÕES IN-CORPORADAS NO
CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE
MATO GROSSO DO SUL 321

Dyego de Oliveira Arruda

Milton Augusto Pasquotto Mariani

TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS E TERRITORIAIS
PELA PRÁXIS COLETIVA DE RECUPERAÇÃO DE
ÁREAS DEGRADADAS NO ASSENTAMENTO RURAL
NOVA ESPERANÇA, EUCLIDES DA CUNHA
PAULISTA/SP 347

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Maria Cristina Perusi

Edson Luís Piroli

Lucas Vituri Santarosa

A TERRITORIALIDADE E A GESTÃO DA BACIA
HIDROGRÁFICA 367

Gilnei Machado

Euzemar Florentino Júnior

SOBRE OS ORGANIZADORES 379

SOBRE OS AUTORES 383



391

ÍNDICE **REMISSIVO**



APRESENTAÇÃO

Temos a grande alegria, depois de muito esforço, debate e de diferentes limites que temos enfrentado todos os dias, dentro e fora das universidades onde trabalhamos, de socializar o resultado inicial de um evento inédito no Brasil, organizado com muito carinho para discutir, com franqueza e sinceridade, aspectos que consideramos fundamentais da Geografia brasileira e que são, de distintas formas, transversais a outras ciências sociais.

Ousadamente, em meio aos severos impactos da Covid-19, resolvemos criar um espaço de diálogos para confrontar abordagens e concepções teórico-metodológicas e políticas (re)produzidas no Brasil, tendo como base os conceitos de tempo, espaço e território e, concomitantemente, as políticas contenciosas e a práxis territorial popular de subversão da ordem de dominação existente. Esse foi o objetivo geral do “I Colóquio Geografias fora do eixo: por outras geografias feitas com práxis territorial”, realizado durante os anos de 2020 e 2021, em duas distintas fases e num momento específico, a saber: i) 2º. semestre de 2020: conversa inicial com possíveis participantes do colóquio, apresentando as ideias do nosso projeto e incorporando sugestões, bem como definindo, no nível de cada autor/a, o tema a ser trabalhado num futuro texto para leitura e debate coletivo; ii) 1º. semestre de 2021: redação dos textos por parte de cada autor/a e socialização para, no mínimo, dois/duas leitores/as críticos/as (definidos/as conjuntamente em maio de 2021) e, por fim, um encontro remoto dedicado ao amplo debate realizado nos dias 5 e 6 de agosto de 2021. Posteriormente, todos os textos foram revisados atentamente e, agora, estão reunidos nesta coletânea.

Nesse processo sucintamente descrito, nossos objetivos específicos foram os seguintes: i) Comparar e diferenciar abordagens e concepções teórico-metodológicas das Geografias (re)produzidas no Brasil com base no conceito de território; ii) Debater abordagens e concepções de Geografia (re)produzidas fora do “eixo Rio-SP”, confrontando-as com estas últimas, identificando e explicitando identidades, limites, aplicações e diferenças (teorias, metodologias e práxis); iii) Mapear as construções conceituais paralelas e marginalizadas no âmbito do debate sobre território e confrontá-las com os paradigmas hegemônicos; iv) Analisar as práxis territoriais oriundas de ações coletivas contenciosas e o

potencial explicativo dos instrumentais teóricos e correntes nacionais e internacionais; v) Propor agenda de pesquisa e publicação integrada através da organização de uma rede da práxis decolonial, composta por sujeitos de diferentes regiões do Brasil.

Seguramente, não conseguimos atingir todos esses objetivos como gostaríamos, por isso, permanece a oportunidade e o desafio da continuidade das nossas pesquisas e debates, tentando contribuir para uma leitura crítica, feita por fora das principais metrópoles e universidades brasileiras, na direção de revelar outras Geografias mais adequadas com a heterogeneidade espacial, natural, social, regional, temporal e territorial de países como o Brasil. A única clareza que temos, é que a Geografia brasileira – juntamente com muitas premissas fundamentais de outras ciências sociais – precisa ser severa e sistematicamente reconstruída, tentando superar os paradigmas europeus e/ou norte-americanos hegemônicos, o universalismo, o economicismo e o academicismo que muito limitam a interpretação da complexidade social-natural-cosmológica numa perspectiva histórico-crítica, teórico-prática, científico-popular, ou seja, dificultando cruelmente a construção de uma sociedade mais justa e ecológica por meio de uma práxis territorial a(e)fetivamente descolonial e contra-hegemônica.

Isso significa que ainda temos muito a aprender e ensinar. Por isso estamos trabalhando na direção de construir outro(s) paradigma(s), especialmente a partir de algumas pesquisas e ações de cooperação com sujeitos simples e humildes, bem como de alguns debates feitos na América Latina e no Caribe, que tem revalorizado os distintos sujeitos, as lutas e resistências que tocam suas essências e existências, a diversidade das classes populares e seus saberes, juntamente com suas diferenças e seus territórios de vida cotidiana.

Ao criar um espaço de diálogo subversivo e original, busca-se contribuir com o processo de construção do conhecimento geográfico, a partir de elementos essencialmente críticos e de horizonte decolonial. Guardadas as especificidades teórico-metodológicas adotadas por cada intelectual que participa desse projeto, há o potencial surgimento de um coletivo de pensamento. Um coletivo atua na influência recíproca de pensamentos, mas, da mesma forma, concebe a diversidade e a diferencialidade do pensar e do fazer, produzido por sujeitos políticos que não tem o intento da neutralidade científica, muito pelo contrário, estão comprometidos com a tessitura de uma leitura espacial que se aproxima da classe trabalhadora, dos povos dos campos, das águas, das florestas e das cidades. Um coletivo de pensamento não é a simples soma de indivíduos, mas materializa-se como um grupo social vivo,

autônomo, que converge, nesse caso, com abordagens e concepções teórico-metodológicas e políticas que “destoam” do eixo central que perfazem a ciência geográfica brasileira.

O território, além de ser compreendido como conceito de abordagem e objeto de estudos, tem sido entendido e “ativado” como espaço de mobilização, (in)formação, reprodução social e econômica, luta e resistência político-cultural, justamente por ser polissêmico, pluridimensional, transdisciplinar, transescalar e transtemporal. O território está diretamente vinculado aos ecossistemas e às sociedades locais, com singularidades que podem “sustentar” empírica e popularmente outro paradigma, a ser produzido com as gentes e para elas, desde cada território, em cada relação espaço-tempo.

Portanto, acreditamos que são inadequadas as perspectivas de abordagem feitas de “cima para baixo”, nas quais os intelectuais posicionam-se no cume da pirâmide construída por eles e para eles num movimento de reprodução da dominação social e territorial. Para os intelectuais hegemônicos e burgueses, suas regras são fundamentais, evidentemente, para se protegerem e garantirem seu status. Essa postura tem evidenciado que, muitas vezes, a imposição do modelo explicativo importa mais do que a realidade, o que não tem contribuído para produzir instrumentos teórico-metodológicos que sejam capazes de representar a sociedade em sua pluralidade. Pelo contrário, este comportamento tem não somente praticado violências epistêmicas, que alijam os sujeitos dos sistemas explicativos sobre seus territórios e modos de vida, mas também buscado impor seus “modelos” em instituições de pesquisa localizadas em outros contextos.

O intelectual burguês produz conhecimento centrado num “monólogo interior e surdo” (GROSFOGUEL, 2008), (re)produzindo e elaborando, porém, ditando inumeráveis normas e regras que o favorecem, ensinando sem escutar a maioria considerada inferior e incapaz. Reproduz-se, então, uma prática domesticadora, alienadora e universalizadora do seu pensamento (DUSSEL, 2017 [1973]), centrada na relação sujeito-objeto.

Isso significa, de maneira geral, que o conhecimento dominante é gerado por uma minoria intelectual que trabalha muito mais para si do que para os outros. Trata-se de “paradigmas recebidos” da Europa e dos EUA, viciados ideologicamente para defender os interesses da burguesia, mantendo a assimetria entre pesquisador e pesquisado (FALS BORDA, 1978). São paradigmas dos vencedores que escreveram suas histórias e argumentações sem explicitar o sofrimento, a opressão e o choro dos derrotados

(BARTRA, 2011 [2001]), sem compreender os saberes dos colonizados, suas técnicas, tecnologias, crenças, ritos e mitos, enfim, suas cosmologias, tão ricas, profundas e fundamentais para a vida de milhares de indígenas latino-americanos, guaranis, astecas, incas, maias etc.

Então, estamos acreditando noutra maneira de fazer ciência, de produzir conhecimento, a partir da identificação, compreensão, explicação e valorização dos saberes dos povos tradicionais, afrodescendentes, indígenas, pescadores, camponeses etc., numa perspectiva da ciência popular (FALS BORDA, 1981), centrada na relação sujeito-sujeito.

REFERÊNCIAS

BARTRA, Armando. Los derechos y los torcidos. In: BARTRA, A. **La utopía posible**. México: La Jornada Ed./Ed. ITACA, 2011 [2001], p. 131-137.

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana** – Tomo 1. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla, **Simposio Mundial de Cartagena**, Bogotá, Punta de Lanza, vol. 1, 1978, p. 209-249.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

GROSFOGUEL, Ramón. Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial, **Tabula Rasa**, n. 9, 2008a, p. 199-215.

Verão de 2021

Os organizadores



ENTRE A “MODERNIDADE” E A “PÓS-MODERNIDADE”: A CONTINUIDADE DA COLONIALIDADE

Marcos Aurelio Saquet

INTRODUÇÃO

Iniciamos nossa reflexão, sempre inacabada, destacando que, nesta oportunidade, esforçamo-nos para demonstrar a coexistência de alguns processos considerados “modernos” e “pós-modernos”, sem avanços qualitativos - que nós consideramos fundamentais - entre as respectivas concepções de interpretação acadêmico-científica, perpetuando-se características da colonialidade na “modernidade” e na “pós-modernidade”. Ao mesmo tempo, objetivamos ilustrar uma possibilidade teórico-metodológica que, de fato, (i)materializa-se como uma das possibilidades existentes para construir uma concepção de interpretação que consideramos mais coerente e útil para nossa gente, reconhecendo-se a centralidade da nossa práxis cotidiana, dentro e fora da universidade.

Essa reflexão acaba sendo, portanto, política, sobre a práxis de pesquisa acadêmica e de interpretação dos fenômenos e processos geográficos, considerando sua pluridimensionalidade e transversalidade, ou seja, a íntima relação desse debate com a cotidianidade. Trata-se de um tema delicado e complexo, por isso, agradecemos imensamente os comentários críticos dos professores Cláudio Castro (UEMA) e Bernardo Mançano Fernandes (UNESP – Presidente Prudente), ocorridos durante a realização do *I Colóquio Geografias fora do eixo: por outras geografias com práxis territorial*, realizado remotamente nos dias 5 e 6 de agosto de 2021.

Optamos por problematizar essa reflexão a partir de algumas argumentações de um geógrafo brasileiro reconhecido neste país e no nível internacional. Escolhemos, para iniciar nossa reflexão, três obras que são datadas de diferentes momentos e períodos, ambas muito relevantes cientificamente: Haesbaert (1990, 2004, 2020). Também cabe evidenciar que se trata de um processo de releitura e problematização que estamos fazendo de alguns autores

brasileiros e suas obras, portanto, haverá outros textos, que estamos construindo nesta mesma direção.

Veja-se, por exemplo, no nível nacional, Sposito e Saquet (2016), no nível internacional, Saquet e Bozzano (2020), juntamente com nosso texto anterior, Saquet (2020 [2007]), oportunidade na qual já identificamos e tentamos entender a concepção utilizada por Rogério Haesbaert num movimento de sinalização para uma abordagem “integrada”. Parece-nos que, atualmente, sua proposta teórica ainda não ultrapassa o nível de uma narrativa generalizante, numa **geografia feita sobre aspectos da realidade**, em que a interpretação contém “verdades” produzidas em gabinete. Assim, os sujeitos são “representados/expressados” pelo/a intelectual e por seu “discurso heliocêntrico”, no qual o “sol da teoria” ilumina e preenche o “espaço vazio” (SPIVAK, 2010).

A CONTINUIDADE ENTRE A “MODERNIDADE” E A “PÓS-MODERNIDADE”: O MITO DA “MULTITERRITORIALIDADE”?

Como premissa fundamental do debate que ora nos interessa, é fundamental destacar a compreensão de Rogério Haesbaert sobre a “multiterritorialidade” – largamente utilizada em estudos acadêmicos no Brasil e no exterior – como um “traço fundamental da pós ou neo modernidade”, portanto, consequência da existência de “territórios-rede” descontínuos e sobrepostos, ou seja, a “multiterritorialidade” resulta da flexibilidade e do “desencaixe”, superando-se, na sua interpretação, os “territórios-zona” da “modernidade clássica mais territorializada” e disciplinar (HAESBAERT, 2004).

Fuini (2017, 2020) reconheceu que Rogério Haesbaert elabora uma concepção “pós-moderna” de território, vinculando este último especialmente às redes e ao movimento manifestado na “multiterritorialidade” – vivida entre diferentes espaços – na qual as fronteiras (estatais) desaparecem somente para grupos privilegiados, contrapondo-se às configurações “zonais”. Raciocínio semelhante feito mais recentemente por Lavor e Santos (2021), reafirmando o “pós-modernismo” da concepção elaborada por Rogério Haesbaert, construída como “anti-materialismo dialético” e “anti-luta de classes”, a partir da sua própria vivência.

Nas palavras do próprio Rogério Haesbaert, tal sociedade “moderna seria mais territorializada”, com fronteiras “mais definidas” e, na sociedade “pós-moderna”, há “múltiplos territórios”

ou “multiterritorialidades” em rede, portanto, “alongadas” (HAESBAERT, 2004).

Pessoalmente, concordo com aqueles que incluem o “pós” moderno na multiplicidade do “moderno”. [...] O “novo” (nunca irrestritamente renovador) da modernidade cruza-se, então, permanentemente, com o velho [...]; o ou o antigo, o “tradicional” é resgatado sob novas formas, numa transformação contraditória, mas que representa a necessidade intrínseca ao moderno de controlar [...] e liberar e/ou se apropriar da diversidade, num conflito constante de opressão e liberdade, nunca tão dramática e amplamente manifestado. (HAESBAERT, 1990, p. 83-84; grifos do original).

Partilhamos assim da interpretação de pós-modernidade como uma condição ou lógica cultural vinculada, de diversas formas, com a “modernidade radicalizada” e, pelo viés econômico, com o capitalismo pós-fordista ou flexível, tal como enfatizado por autores como Jameson (1984) e Harvey (1989). (HAESBAERT, 2004, p. 152; grifo do original).

À multiplicidade justaposta [...], devemos acrescentar a efetiva “multiterritorialização” [...], resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede), mas também de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de *multiterritorialidade* (HAESBAERT, 2004, p. 343; grifos do original).

Por esse raciocínio, está claro:

- I. A continuidade da utilização exaustiva do “mais” isto ou aquilo, numa tentativa, provavelmente, de tentar superar a dicotomia materialidade-imaterialidade, garantindo-lhe mais coesão, no entanto, Rogério Haesbaert também permanece diferenciando e separando, no nosso entendimento – apesar das dificuldades que temos para fazer esse tipo de afirmação, em virtude da ausência de demonstrações empírico-reflexivas e mesmo teóricas em seus textos ora evidenciados –, processos materiais e simbólicos, bem como as diferentes dimensões sociais, apesar da sua insistente argumentação teórica sobre a necessidade de uma concepção “integradora”. Se a intenção

é integrar, então, porque se afirma que há relações de “dominação e/ou apropriação” do espaço (HAESBAERT, 2004, p. 339)? Não seria essa concepção, por meio da qual se tenta explicar tudo e todos, de uma maneira “material e ideal” e com um criativo jogo de palavras – contradizendo-se ao propugnado em Haesbaert (1990) -, mais uma armadilha universalizante?

- II. A continuidade da sua diferenciação entre “modernidade” e “pós-modernidade”, especialmente a partir de processos areais e reticulares, disciplinares e indisciplinados, contínuos e descontínuos. Ao mesmo tempo, ele próprio reconhece que a “modernidade” está contida na “pós-modernidade”, aspecto interessante e bastante revelador do que tentaremos mostrar na sequência. Como ocorre, efetivamente, a “sobreposição multiterritorial zonal e reticular”? A territorialidade dos indígenas está “justaposta” às “territorialidades mais flexíveis” das grandes cidades, como argumenta Haesbaert (2004)?

Nós entendemos que, se há, de fato, “modernidade” e “pós-modernidade”, suas múltiplas características estão presentes uma na outra, ou seja, a “multiplicidade do moderno” está contida na “pós-modernidade” com seus atributos coloniais manifestados em distintas formas de opressão, controle, invisibilização e hegemonia, atributos normalmente escondidos por trás de abstratas narrativas que pretendem contribuir para resgatar a subjetividade e a liberdade. Ou seria possível, em última instância, separar certa interpretação acadêmico-científica dos fenômenos e processos sociais e territoriais?

A multiterritorialidade, portanto, enquanto fenômeno proporcionado de maneira mais efetiva pela chamada condição da pós-modernidade, está intimamente ligada a essa nova experiência e concepção de espaço-tempo (HAESBAERT, 2004, p. 169).

Evidenciando essa problemática da relação “modernidade”-“pós-modernidade”, também podemos perguntar, será que há, efetivamente, o “mito da desterritorialização”, como afirma Haesbaert (2004)? Será que não há, ao mesmo tempo, o “mito da multiterritorialidade” escondido por trás do “mito da desterritorialização”? Para quem a “desterritorialização é um mito”?

É mito para os milhões de brasileiros que vivem na pobreza ou miséria? Considerando que os sujeitos que acessam a "multiterritorialidade" estão, principalmente, nas metrópoles globalizadas e vinculados aos "territórios-rede", podemos entender abordagens como essa como elitistas? Como a "multiterritorialidade" é "mais efetiva" na "pós-modernidade", será que os sujeitos que estão nas diásporas vivem a chamada "compressão espaço-tempo", numa sociedade pós-fordista, "desencaixada" e "alongada" espacialmente?

Precisamos assim lutar concretamente para construir uma sociedade onde não só esteja muito mais democratizado o acesso à mais ampla multiterritorialidade – e a convivência de múltiplas territorialidades, onde estejam sempre abertas, também, as possibilidades para a reavaliação de nossas escolhas e a consequente criação de outras, territorialidades ainda mais ingualitárias e respeitadoras da diferença humana (HAESBAERT, 2004, p. 371).

Será que todas as pessoas querem viver a "condição pós-moderna"? Quem tem condições para reavaliar constantemente sua vida cotidiana? O que está sendo feito, efetivamente, nessa luta preconizada? Considerando a grande quantidade de pessoas que, vivendo "desencaixadas" ou "alongadas" territorialmente, não têm lar nem teto, trabalho nem terra, saúde nem saneamento, educação de qualidade nem segurança, parece-nos claro que a desterritorialização, para elas, não é um mito: é muito mais uma trágica e cruel experiência de vida.

Nossas pesquisas empíricas dos últimos 25 anos revelam claramente que muita gente não experimenta o "desencaixe" e, muito menos, o "alargamento" espacial, embora viva num período recente de intensas mudanças sociais e territoriais (SAQUET, 2002 [1996], 2003 [2001], 2017; SAQUET, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005; SAQUET, MEIRA e PANHO, 2015; SAQUET, MUSATTO e CICHOSKI, 2020).

Quando, de fato, não separamos o tempo do espaço - nos processos de espacialização, desespacialização e reespacialização [EDR] -, as temporalidades e as territorialidades, processos que estão em unidade e são, portanto, simultâneos, notamos com facilidade que há uma heterogeneidade extraordinária de ritmos, relações e condições cotidianas dos operários empregados, dos trabalhadores sem trabalho, dos pescadores, quilombolas, camponeses, indígenas, capitalistas urbanos e/ou rurais etc. Muitos sequer ouviram falar do fordismo ou do pós-fordismo e da

acumulação flexível que, obviamente, também não experimenta(m), embora, muitas vezes, estejam em movimento no espaço, vivendo, em algumas situações específicas, a aceleração do tempo (FLÁVIO, 2011; EDUARDO, 2014; BRAGA, 2015; SAQUET, 2017).

Quando, efetivamente, integramos espaço e tempo, não nos dissociamos da sociedade na qual vivemos, não nos isolamos em nossos laboratórios, pelo contrário, experimentamos a vida no bairro e/ou na comunidade rural, e/ou nos quilombos e/ou nas sociedades indígenas etc., coexistindo e cooperando com as classes populares: nós nos integramos, no tempo e no espaço, enfim, nos territórios de vida cotidiana, aspecto que detalharemos mais adiante, na segunda parte deste texto.

Será que é adequado entender, por exemplo, a migração dos italianos para o Brasil – do último quartel do século XIX –, que nós consideramos desumana, direcionada, manipulada e, em certas situações, cruel, como um processo “moderno” inerente à “modernidade”? Quem vivia, naquele período, “modernamente”? Onde e por que estavam em tal situação?

Dessa forma, entendemos que a “multiterritorialidade” também pode ser entendida como um mito, tanto no que se refere à diferenciação “moderno-pós-moderna”, como em relação à grande maioria dos que estão, histórica e geograficamente, em diferentes diásporas condicionadas por sua própria condição de pobreza, pela subordinação, expropriação, discriminação, perseguição, guerras, colonização etc. São sujeitos que, talvez, nunca viveram a “multiterritorialidade” da condição “pós-moderna” argumentada por Haesbaert (2004), por meio de argumentações que nos parecem destemporalizadas. É evidente que, na mobilidade espacial, as pessoas estão em diferentes territórios, porém, em que condições?

Fuini (2020) também reconhece que a “geografia pós-moderna” brasileira, quando considerada juntamente com a globalização, não se aproxima daqueles que almejam uma teoria vinculada à luta popular e à emancipação social. “Em suma: olhamos para além da modernidade, mas ainda com um dos pés fincados no mundo moderno. E, nessa dialética, caminhamos” (FUINI, 2020, p. 236).

A “multiterritorialidade” da “compressão espaço-tempo” e do “desencaixe-reencaixe” é fato para uma minoria que consegue se reproduzir acessando as distintas redes da globalização e outras mercadorias, e não para aqueles que vivem em condições de (extrema) pobreza: para estes últimos, não há “compressão espaço-tempo”, nem “reencaixe” minimamente qualificado, há carências,

vulnerabilidade, fragilidade, subordinação, colonização, exploração, territorialidades plurais sob a práxis de dominação e não de libertação.

É claro que esses sujeitos vulneráveis e subalternos têm vida e sentimentos, pensamentos e ações, momentos de tristeza e felicidade, porém, eles parecem não ter nada a ver com a "multiterritorialidade" argumentada por Rogério Haesbaert. Na vida cotidiana, conforme demonstramos, por exemplo, em Saquet (2002 [1996]), há capital *versus* trabalho, dominação e extorsão, desejo e não desejo, satisfação e frustração: o homem, ao se reproduzir como tal, reproduz sua natureza e a sociedade que, normalmente, nega-lhe sua liberdade e humanização, ambas fetichizadas no mundo da mercadoria globalizado.

Isso significa que estamos entendendo a **desterritorialização** com um profundo significado teórico-prático-vivido de colonização, subordinação, dominação, concentração e centralidade que se revela na expropriação de indivíduos e grupos, notadamente das classes sociais populares, portanto, processo de perda do território – embora, insistimos, não se deixe de experimentar o tempo, o espaço e o território durante a diáspora – ou de permanência nele sob condições de vulnerabilidade, de pobreza ou miséria. Esse processo, dependendo da escala de análise, é simultâneo ao movimento de **reterritorialização**, que também pode acontecer sob condições extremamente vulneráveis.

Assim, consoante já argumentamos e demonstramos em Saquet (2003 [2001]), os processos de desterritorialização e reterritorialização – no âmago da amplitude e complexidade da territorialização [**TDR**] – são simultâneos e podem acontecer no mesmo tempo e espaço, entre distintas temporalidades e espacialidades, portanto, em diferentes níveis escalares e no mesmo espaço-tempo.

Desse modo, para uma pequeníssima parte privilegiada da população brasileira, obviamente, a desterritorialização é um mito, porque essa parcela de gente experimenta efetivamente o "desencaixe" e a "compressão espaço-tempo". No entanto, para a grande parcela da população brasileira, embora sempre se viva o tempo e o espaço, em distintos territórios, é bem provável que a desterritorialização não seja um mito. É evidente que os gaúchos, ao migrar – em distintos períodos -, viveram diferentes experiências territoriais, em múltiplos territórios ligados por meio de redes, porém, esta não parece, de forma alguma, uma experiência "pós" ou "neo moderna". Alguns provavelmente estavam em busca da liberdade, porém, muitos certamente se reproduziram de maneira

subordinada (TAVARES DOS SANTOS, 1994; SAQUET, 2003 [2001]).

Se a reflexão argumentada por Haesbaert (2004) é coerente com a complexidade social e espacial, então, os diferentes processos migratórios, como o nordestino (e tantos outros, como o haitiano, venezuelano, sírio, libanês, afegão etc.) – ocorrido em diferentes temporalidades -, também são “desencaixados”, “alongados” e “neo modernos”? Independente do fato desse fenômeno da experimentação de distintos territórios na diáspora seja ou não considerado inerente à “pós-modernidade” evocada para tentar mostrar a sobreposição de relações e redes, juntamente com a possível superação dos “territórios-zona da modernidade clássica do estado moderno”, há necessidade de perguntar: O que esse processo de migração significa para as pessoas expropriadas? O que significa, material e imaterialmente, a tal “modernidade clássica”? A “modernidade racional e disciplinadora” perdeu força? Para quem e por quê? O Estado “moderno” perdeu importância? Se sim, para quem e por quê?

Assim, essa questão da “modernidade” e da “pós-modernidade” parece-nos de extrema relevância científica e social (política, econômica, ambiental e cultural). A “modernidade” ocidental, como afirma Dussel (2018), é um fato e processo histórico singular, que não pode ser imitado e reproduzido em outras culturas que estão fora da Europa ou de outros centros e “nós” hegemônicos. Trata-se de um processo concreto que pretende ser universal por meio da dominação europeia no nível internacional. Então, para produzir outro modo de existência, é necessário encontrar outro lugar, com outro jeito de viver, reproduzindo-se ancorados na própria história e geografia, com suas singularidades, com horizontes culturais próprios e autênticos às singularidades de cada tempo-espço.

O argumento de que somos “modernos-pós-modernos”, por essa compreensão, parece uma imitação do imaginário hegemônico, talvez, para satisfazer uma forma de ser e viver crescentemente burguesa. “A revolução contemporânea acredita inaugurar um novo mundo quando não é mais que o resultado contraditório de um mundo antigo” (CAMUS, 2019 [1951], p. 353).

Acreditamos que o horizonte colonial e subordinante da “modernidade” está contido na “pós-modernidade” (MIGNOLO, 2003 [2000]; WALSH, 2007; DUSSEL, 2018). A “modernidade” tem um horizonte arbitrário, expropriador, tecnológico e científico, no qual a sociedade burguesa é a que mais se beneficia do que se entende, então, por progresso (CAMUS, 2019 [1951]). A

"modernidade" tem um horizonte brutal e restritivo, bem como dicotômico, entre sociedade e natureza, conhecimento e prática, destruindo-se a tradição (RAFFESTIN e BRESSO, 1982). E, a "pós-modernidade", como "clímax da modernidade", não incorpora o "sujeito outro", que permanece subalterno numa "colonialidade global" (PALERMO, 2015).

Assim, ambas - para quem acredita fielmente nelas -, precisam passar por um largo processo de descolonização teórico-prática, feito na práxis territorial contra-hegemônica (segurança alimentar, cultura artesã, agroecologia, agroflorestas, pesca artesanal, resistências indígenas e afrodescendentes etc.), para e com nossa gente simples e humilde, com autonomia decisória, participação social, diálogo, reflexão e cooperação (SAQUET, 2015 [2011], 2013, 2014, 2018a, 2019a, 2019b).

Isso significa que a "pós-modernidade" só é possível a partir da "modernidade" europeia e de outros "nós" hegemônicos, reproduzindo-se como fato e processo colonizador, opressor, subordinador, espoliador, fundado na razão teórica e técnica, também universal e globalizante. Assim, a "pós-modernidade" é, por excelência, hegemônica, excludente e seletiva, que remete, necessariamente, à nossa condição de povo subordinado, dependente, colonizado. "Modernidade" e "pós-modernidade" são processos eurocêntricos que também emanam de outros "nós" dominantes no nível internacional, acontecem juntos, simultaneamente, dependendo da escala de interpretação, no tempo e no espaço, extremamente vinculados ao neoliberalismo e à reprodução ampliada do capital.

Neoliberalismo econômico, reticular, transterritorial, porém, urbanocêntrico que, a partir dos anos 1970-80 provoca, na América Latina, a expropriação territorial, o crescimento dos miseráveis nas periferias urbanas, a perda da soberania alimentar e da biodiversidade, o acirramento da degradação ambiental, a desintegração de sociedades rurais, a dominação dos agentes do capital transnacional vinculados aos estados nacionais, a expansão do agronegócio e a estrangeirização etc. (BARTRA, 2007; GIARRACA e TEUBAL, 2008; LEÓN HERNÁNDEZ, 2011; FERNANDES, 2015). Assim há relações "multiterritoriais" emanadas de empresas gigantescas que ameaçam, no campo e na cidade, a reprodução da vida (humana e não humana), no âmbito de um longo processo temporal e largo movimento espacial, recentemente denominado de colonialismo e colonialidade realizado no âmago do capitalismo eurocentrado (QUIJANO, 2000, 2007) reorganizado, sistemática e continuamente, em múltiplas e complexas redes hegemônicas.

Ao Estado incorporam-se as redes e os múltiplos territórios acionados por uma minoria privilegiada e dominante, sobretudo das metrópoles, que consegue “comprimir o espaço pelo tempo” de velocidade bastante acelerado cotidianamente. À milenar mobilidade espacial da população, incorporam-se conexões, velocidades, direções, informatizações etc., tornando-a, arbitrariamente, “pós-moderna”: desconsidera-se sua heterogeneidade e as diferentes condições de vida, sua íntima condição de classe, como se a diáspora “pós-moderna” fosse muito diferente. Sim, os processos migratórios contêm singularidades em termos de direções, temporalidades, fatores, territorialidades etc., porém, histórica e geograficamente, identificam-se similares experiências vividas no que se refere às articulações, complementaridades, territorialidades, direções, transescalaridades, “desencaixes” e “alongamentos” espaciais.

Aliás, aceitar a classificação do Estado como “clássico” e das redes como instrumentos “pós-modernos”, significa, no mínimo, aceitar o discurso hegemônico dos agentes do capital que privilegiam as tecnologias da “modernidade” metropolitana, bem como significa desconsiderar a existência histórica de longas e complexas redes de circulação e comunicação – embora, muitas vezes, em ritmos muito lentos -, juntamente com os pensamentos, sentimentos e saberes cotidianos, desfigurados e inferiorizados a favor das redes longas, da flexibilidade, da aceleração e da sincronia. Aceitar o Estado como instância e mecanismo de regulação da “modernidade”, corresponde à uma internalização e naturalização da crueldade, do (neo)liberalismo, da corrupção, do clientelismo etc., como características inerentes à vida “moderna”.

As ciências sociais e humanas contribuem para nossas classificações, influenciando nossas percepções e interpretações, favorecendo determinados aspectos em detrimento de outros, fixando “critérios de valor” sobre as pessoas: negam-se, muitas vezes, outras perspectivas, sobretudo da cotidianidade.

[...] Se queremos saber do homem, da humanidade, da sociedade, deveremos nos instalar mais nela e morar menos em nossos aquecidos e confortáveis escritórios (Maria Eugenia Borsani *apud* WALSH, 2015, p. 116).

E mais, como podemos identificar e compreender quem “habita mais a sincronia do que a diacronia”, como preconiza Haesbaert? Quem tem como referência fundamental o “moderno” ou o passado? Por quê?

Nesta lógica econômico-cultural pós-moderna, habitamos mais a sincronia do que a diacronia, o espaço, e não mais o tempo, se torna nossa referência fundamental, o presente (o "novo", o moderno) e não mais o passado (o "antigo", a tradição). (HAESBAERT, 2004, p. 152; grifos do original).

Como uma espécie de "cidadão global intermediário", tenho alguma liberdade para traçar meus próprios territórios no interior da cidade, mas absolutamente não sou livre para construí-los em qualquer lugar [...]. (HAESBAERT, 2004, p. 350; grifo do original).

O espaço ou o tempo são as principais referências da vida de quem? Se espaço e tempo são indissociáveis, porque as pessoas vivem "desencaixes" e "reencaixes", com "esvaziamento" ou "alongamento" ora do espaço, ora do tempo? Quem faz parte da minoria que acessa os "territórios-rede capitalistas globais" (IDEM, p. 372)? Se um "cidadão global intermediário" não tem total liberdade – afirmação que nos parece bastante óbvia –, como os demais sujeitos (mesmo os "alongados espacialmente") poderão conseguir a tal da liberdade e igualdade preconizada?

Será que os migrantes e mesmo os que vivem nas metrópoles e estão conectados em redes globais se consideram "multiterritoriais"? Como podemos saber, efetivamente, se um bairro é "mais concreto" ou "mais simbólico"? Como os habitantes das comunidades rurais (de distintos municípios e níveis sociais) e dos bairros urbanos (de diferentes cidades e níveis sociais) percebem e compreendem a (i)materialidade das suas vidas cotidianas? Como podemos conhecer se a "ordem simbólica" de certo grupo social é "mais subjetiva", como afirma Haesbaert (1990)? Os elementos "mais simbólicos" para uns não podem ser os "mais concretos" para outros e vice-versa?

A civilização, de agora em diante necessária, não poderá separar, quer nas classes, quer no indivíduo, o trabalhador e o criador; assim como a criação artística não pensa em separar a forma e o conteúdo, o espírito e a história (CAMUS, 2019 [1951], p. 355).

Temos de aceitar que o tempo não é independente do espaço, mas se combina com ele para formar um objeto chamado espaço-tempo (HAWKING, 1988, p. 35).

Nós estamos entendendo que o tempo e o espaço não se separam no nível teórico-filosófico-epistemológico e no nível da vida

cotidiana, bem como entre esses dois “domínios” do ser e do pensar, que estão em unidade indissolúvel todos os dias, horas, minutos, segundos. Somos (e estamos no) tempo e espaço, sociedade e natureza, simultaneamente. É evidente que alguns aspectos (sociais-naturais-espirituais) podem se destacar diante dos demais, no entanto, sempre vivemos a ideia e a matéria concomitantemente. No cotidiano identificamos a (i)materialidade pulsante da vida social-natural-espiritual, espaciotemporal e, portanto, transtemporal e transterritorial. Nós estamos no espaço-tempo, todos os dias, somos tempo e espaço, Universo, consoante já afirmamos e demonstramos em Saquet (2003 [2001], 2020 [2007], 2009, 2017, 2019b).

Desse modo, está claro que a metodologia da pesquisa permanece secundária nas abordagens eurocêntricas e universais, “modernas” e “pós-modernas”, sobretudo nas essencialmente teóricas, desconsiderando-se, muitas vezes, a pesquisa empírica e a possível colaboração na construção do conhecimento e de uma sociedade própria, ancorada cultural e territorialmente, mais justa e ecológica. A perspectiva da práxis parece não existir nem mesmo no horizonte teórico dos pesquisadores da contemplação, portanto, é uma concepção radicalmente diferente do que fazemos e vivemos em nossa geografia feita para e com os sujeitos de cada projeto de pesquisa-ação-participativa. O mito da superioridade eurocêntrica de outras forças do Norte, de maneira geral, permanece, juntamente com o mito da “multiterritorialidade” que parece acompanhá-la política e teoricamente. Parafraseando Dussel (2018), há manejo ideológico dos saberes e das abstrações acadêmico-científicas a favor da manutenção da perpetuação da dominação social.

O mito da “multiterritorialidade” parece estar escondido por trás do “mito da desterritorialização” numa perspectiva que pretende ser “pós-moderna” e universal, e que ainda tem uma racionalidade abstrata e individualizada, urbanocêntrica e estratégica, que homogeneiza sujeitos e classes sociais, alisando o espaço geográfico e o território, reafirmando a plenitude do global sobre o local e suas singularidades. Essa concepção está centrada no indivíduo das metrópoles que aciona as múltiplas redes e relações e, quando é referida à diáspora, numa tentativa de compreender outros sujeitos, notadamente os expropriados social e territorialmente, estes são temporalizados inadequadamente, como se todos, das distintas diásporas espaciais, tivessem as mesmas condições de experimentar relações vinculadas aos “territórios-rede” e à chamada “compressão espaço-tempo” da vida “pós-moderna”.

Isso significa, também, que a “multiterritorialidade” não tem, automaticamente, o caráter da sobreposição e integração dimensional propugnada teoricamente por Haesbaert (2004), que parece entender a geografia como uma multidisciplina por meio da qual se explica a realidade “de cima” para “baixo”, do geral para o singular, do global para o local, este último – e o singular – praticamente sucumbido diante das forças globais (Figura 1). O lugar onde vivemos “fala”, ou seja, está muito presente na concepção com a qual “lemos” o mundo. O jeito como vivemos talvez “fale” muito mais, revelando quem somos socialmente.

E mais, será que concepções como as que classificam a vida em “pré-moderna”, “moderna” e “pós-moderna”, mesmo considerando justaposições, não se substantivam como evolucionistas, no sentido de que todos os povos estão fadados à inserção no mercado, à tecnificação, informatização e globalização? Por que os/as pós-tudo não criam uma pós-geografia? Por que não criam uma pós-universidade ou uma pós-educação? Por que eles/as não utilizam parte das suas experiências de sujeitos globais para conviver e lutar com os bilhões de pobres existentes na Terra?

Figura 1 – Uma representação do entendimento que temos das concepções eurocêntricas e globalizantes.



Fonte: Saquet, 2017.

Ainda temos muito para pesquisar, debater e refletir sobre essa problemática, pois parece que ainda predomina o fetiche da

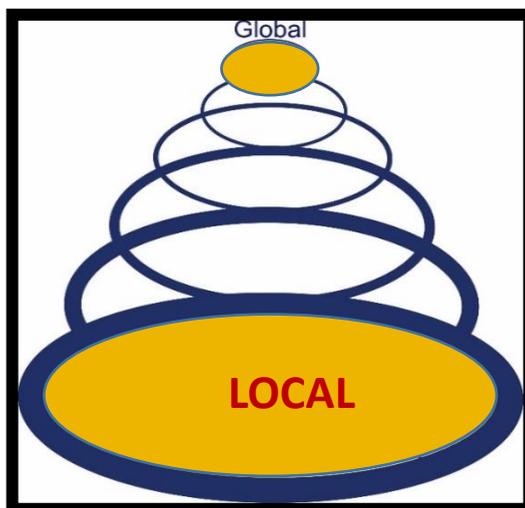
igualdade e da liberdade, bem como de uma possível inserção bem-sucedida na globalização econômica. Fetichiza-se o “moderno” e o “pós-moderno” acompanhando – e não combatendo – o neoliberalismo, voltando-se sempre para si e para o próprio mercado das redes e dos fluxos. O mito da “multiterritorialidade”, então, pode estar assentado no fetiche da igualdade e da liberdade de acesso, de mobilidade, sem dominadores e dominados, expropriados e expropriadores, sem invisibilizados e subalternos. Ao contrário, nós pensamos que o homem não está para o mercado: o mercado está para o homem. O homem não está para os “territórios-rede”: as redes e os territórios estão para os homens.

E é por isso que as instigantes reflexões de Lavor e Santos (2021) não nos satisfazem – não precisam, obviamente -, ou seja, a partir da leitura que fizemos motivada pelo título e pelo objetivo que consta no resumo, acabamos nos frustrando quando “chegamos” no final do texto, por que não se faz a crítica anunciada – se entendemos adequadamente o título e o objetivo -, nem tampouco se revela algum sinal para avançar qualitativamente, na práxis, no que se refere à unidade entre matéria e ideia, materialidade e imaterialidade.

Nós estamos trabalhando num movimento muito diferente, pois estamos noutro lugar e vivemos de outro jeito. Trabalhamos para tentar compreender justamente as distintas realidades, a complexidade-heterogeneidade em cada espaço-tempo-território, ou seja, as singularidades territoriais sem desconsiderar as totalidades, por meio de uma **concepção (i)material** que reconhece os processos reticulares-areais vividos, cotidiana e normalmente, de maneira ainda ancorada e localizada. Aí sim, a metodologia da pesquisa é fundamental, juntamente com nossas ações, dentro e fora da universidade, consoante evidenciamos em Saquet (2013, 2014, 2015 [2011], 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2021) – (Figura 2).

Enquanto estamos trabalhando para e com o povo – apesar dos intensos e diversos limites históricos enfrentados -, tentamos contribuir para sub(in)verter as teorias, os métodos e as pesquisas, pois, ao que parece, existem, de fato, “misérias das teorias” dos intelectuais burgueses, pois são produtores da dicotomia entre intelectualidade e “experiência prática” (THOMPSON, 1981 [1978]), desconectando suas elaborações teóricas da vida cotidiana dos sujeitos, grupos e classes sociais, vida prenhe de contradições, diferenças, desigualdades, lutas, conflitos, disputas.

Figura 2 – Uma representação da concepção com a qual trabalhamos na pesquisa e na ação.



Fonte: Saquet, 2017.

Assim, para nós, a “experiência prática é uma categoria indispensável” (THOMPSON, 1981 [1978]) que, apesar de ser diferente, não está descolada na reflexão acadêmica e científica. Temos, ao longo dos anos, notadamente desde 1996, identificado e valorizado os saberes cotidianos na produção do conhecimento acadêmico-científico, considerando sabores e cores, sentimentos e emoções da cotidianidade.

Há, sim, coexistências, simultaneidades, sobreposições, juntamente com sucessões e fases, apropriações e dominações (i)materiais, bem como resistências, lutas (entre [as] e “dentro” das classes sociais) e enfrentamentos feitos na práxis, em diferentes situações de apropriação, resumidas em dois níveis (SAQUET, 2015 [2011]): i) como dominação, controle, propriedade, posse, parcelamento, delimitação, resistência, enfrentamento, gestão etc., feitos direta e/ou indiretamente, de maneira próxima ou distante espacialmente; ii) como uso, manejo, interferência na natureza exterior ao homem e no espaço construído por meio dos distintos conhecimentos, das técnicas, tecnologias etc., reproduzindo-se, constantemente, os tempos-espacos-territórios.

Há, desse modo, apropriação no/do território que sustenta o domínio (i)material do espaço que, por sua vez, influencia diferentes formas de apropriação e produção territorial, juntamente com as

resistências e os enfrentamentos políticos, culturais, econômicos e ambientais. Há uma extraordinária heterogeneidade de sujeitos e grupos sociais, ecossistemas, tempos, territórios etc.

Também podem acontecer distintos níveis/gradientes/intensidades de apropriações, dominações, resistências e contra-hegemonias, porém, acreditamos que esses processos são simultâneos no tempo e no espaço (claro, há, aí, uma questão escalar fundamental a ser considerada), (i)materiais, sistemáticos/contínuos e temporários/descontínuos. Há apropriações e demarcações temporárias, concomitantes com outras mais estáveis, como as definidas pelo Estado e há apropriações que se dão no nível das representações, como argumenta Raffestin (1993 [1980]).

Por fim, não é demais lembrar aos intelectuais da “modernidade” ou “pós-modernidade” que, fora das escolas – inclusive da universidade –, também se produz conhecimentos todos os dias, teóricos e práticos, teórico-práticos, todos imprescindíveis à nossa reprodução biológica, social e espiritual. São fundamentais, muitas vezes, para cultivar e colher na agricultura, para criar e produzir na bovinocultura e artefatos, para construir casas e escolas, conservar alimentos e costumes familiares, enfim, são essenciais para nossa vivência cotidiana.

As pessoas têm sentimentos e percepções, comportamentos e sabedorias, subjetividades e objetividades, portanto, negligenciar nossa gente e nossas culturas não é nada recomendável para quem produz conhecimento com algum compromisso político-social, pois podemos e necessitamos, sistemática e horizontalmente, dialogar com nosso povo. Como afirmara muito bem Thompson (1981 [1978]), o “ser é pensado” e o “pensamento é vivido”, sendo influenciado e influenciando outros seres, e esta é uma das formas possíveis para superar os “imperialismos teóricos acadêmicos” e as elaborações centradas em si mesmo, como se o/a pesquisador/a fosse o centro da vida e de certa argumentação teórico-conceitual.

Nós também acreditamos que, mesmo em diferentes espaços e tempos, nada se pensa e se faz que não seja por meio da (i)materialidade e do movimento histórico, da coexistência e da sobreposição/simultaneidade, da heterogeneidade e da cotidianidade que podem ser sintetizados pela nossa concepção de temporalidades e territorialidades, mediações processuais-relacionais necessárias à reprodução da nossa vida cotidiana. São mediações cognitivas e práticas entre território e sociedade (RAFFESTIN, 1993 [1980]; DEMATTEIS, 1999; SAQUET, 2020 [2007], 2015 [2011], 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021), sem se

descolar, jamais, da natureza que está em nós e ao nosso redor. Isso faz parte da nossa construção, na caminhada da práxis territorial e popular, de uma possibilidade metodológica para in(sub)verter os paradigmas hegemônicos eurocêntricos, segundo tentamos mostrar a seguir, como um dos resultados das nossas incessantes aprendizagens ocorridas dentro e fora da universidade.

UMA METODOLOGIA VERSÁTIL, PARTICIPATIVA E DIALÓGICA PARA UMA GEOGRAFIA POPULAR E TERRITORIAL

Ao longo dos anos, aprendemos muito com os sujeitos com os quais, muitas vezes, convivemos e lutamos, enfrentando os agentes dominadores e hegemônicos do Estado e do capital. Porém, acreditamos que não é necessário reproduzir o que já socializamos em Saquet (2014, 2018a, 2019a, 2019b, 2021). Apenas evidenciamos o que consideramos fundamental para esse debate teórico-metodológico e político, que experimentamos e aprendemos no decorrer da nossa práxis de pesquisa e cooperação.

Como é bom, como professor, pesquisador e cidadão, trabalhar diretamente para e com a nossa gente: isso nos dignifica e(a)fetivamente como humanos, pois nos tornamos mais solidários e dialógicos, horizontais e integrados, na natureza e, especialmente, na sociedade. Saímos dos laboratórios e dos gabinetes, das salas de aula e da universidade, trabalhamos nas ruas e casas, nos estabelecimentos e nas comunidades rurais. Que riqueza político-cultural e ambiental, feita na práxis cotidiana por meio de uma ciência popular e da pesquisa-ação-participativa, com humildade e partilha de objetivos, metas, técnicas, tecnologias, enfim, de saberes, fazeres e sabores!

Aí percebemos o quanto é importante uma comunicação adequada e transparente, a coprodução dos projetos de pesquisa, das ações e dos conhecimentos, a participação social na tomada de decisões, com centralidade das equipes de trabalho interdisciplinares e interinstitucionais, da cartografia social, das oficinas, do combate direto – *face to face* – das injustiças e vulnerabilidades, da exploração, da invisibilidade, da discriminação. Pesquisamos e atuamos juntos, colaborando entre si, reunindo e sistematizando saberes, partilhando experiências de lutas, dores e estratégias, ativando territorialidades urbanas e rurais, potencializando a auto-organização popular e a ciência.

Experimentamos a liberdade feita na práxis territorial por meio dos movimentos urbanos e/ou rurais de luta, resistência,

(in)formação, mobilização, reivindicação e enfrentamento da opressão e subalternidade, processo que consideramos **decolonial e contra-hegemônico**: movimento feito num ritmo lento e de territorialidades solidárias, cooperadas e coprodutivas de saberes, aprendizagens, em meio às desigualdades e diferenças, lutas, resistências e enfrentamentos, gerando soluções comuns para problemas que são, muitas vezes, comuns.

Por isso estamos com Fals Borda (2015 [1970], 2015 [1979]) ao argumentar a favor do **pesquisador sentipensante** – obviamente, não somos perfeitos –, qualificado na interface universidade-sociedade, ciência-saber popular. Nesse sentido, houve e há, atualmente, um esforço continuado para viver com o outro considerando suas territorialidades e temporalidades, necessidades e vontades, experimentando seus problemas e colaborando na resolução de problemas cotidianos.

Perceber, observar, sentir, compreender e explicar são processos cognitivos nada fáceis, ainda mais quando somos formados com base em paradigmas eurocêntricos, urbanocentristas e universalistas construídos separando-se razão e emoção, sujeito e objeto de estudos. Então, acreditamos que precisamos reaprender a observar, escutar, a interagir, a partir da vida do outro, a pesquisar integrando, a partir da cotidianidade, razão-emoção, teoria-prática, universidade-sociedade local.

Acessar os sujeitos e ser aceito por eles são diferentes, no entanto, são processos que podem efetivar um reconhecimento mútuo, no qual se aprende no caminho, na convivência, com base no “ritmo do território” e das suas gentes, imergindo profundamente e entregando-se à alteridade para compreender a diversidade, conscientizando-se da complexidade e de que – o pesquisador – faz parte do fenômeno estudado (MEJÍA AYALA, 2021). A cotidianidade é o espaço-tempo essencial, pois contém uma miríade de elementos e instantes, exterioridades e alteridades, ritmos e territorialidades, imersos num processo mais extenso e complexo temporal e territorialmente.

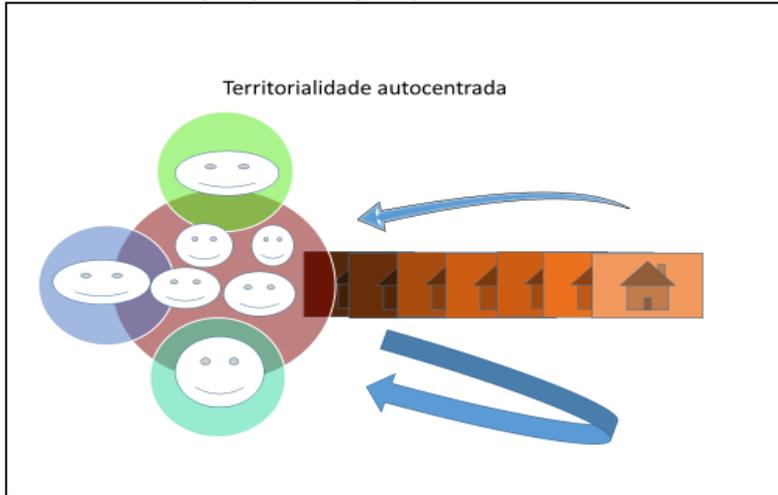
O conhecimento do outro se entende como uma aproximação e relação, a qual se alcança a partir de um diálogo de saberes, o que se possibilita entrando-se lentamente no processo territorial, sentindo-o, pensando-o e refletindo: entendendo o fenômeno estudado a partir da análise das experiências vividas no local (MEJÍA AYALA, 2021, p. 258).

As “metodologias horizontais”, como essa da pesquisa-ação-participativa, têm como “ponto de partida” o diálogo com grupos sociais subalternos e invisibilizados diante do Estado e dos grupos hegemônicos econômica e politicamente. E, como o povo é portador de múltiplos conhecimentos, precisamos aprender mutuamente, evitando-se hierarquias, contribuindo-se para “descolonizar o saber”. O conhecimento é coconstruído num nível horizontal: isso implica um envolvimento mútuo na construção da proposta de pesquisa – com mais ou menos participação social –, na pesquisa propriamente dita e na socialização dos resultados conseguidos, num “campo político” que institucionaliza o conhecimento produzido horizontalmente; a pesquisa enriquece o pesquisador e o sujeito de cada projeto quando é feita numa perspectiva intercultural e ética (KALTMEIER, 2020).

Não é por acaso que, em nossas pesquisas empíricas largamente realizadas nos últimos 25 anos, de maneira participativa ou não, os sujeitos têm centralidade, juntamente com suas famílias, estabelecimentos rurais ou urbanos, comunidades, bairros e municípios. Sempre nos esforçamos para realizar interpretações pluridimensionais, históricas e transterritoriais (relacionais e reticulares), com base em procedimentos utilizados concomitantemente e em fases (sucessivas no tempo), de maneira geral, a saber: 1ª. fase: realização das pesquisas bibliográfica e documental; 2ª. fase: coleta, tabulação, análise dos dados secundários (diferentes órgãos, sobretudo ONGs e públicos) e representação cartográfica; 3ª. fase: continuidade das pesquisas bibliográfica e documental, realizando entrevistas e aplicando questionários numa fase exploratória; 4ª. fase: continuidade das entrevistas e dos questionários, transcrição das primeiras com suas respectivas análises, tabulando e analisando os dados oriundos dos questionários, completando as interpretações empíricas; 5ª. fase: continuidade da representação cartográfica dos temas e processos selecionados; no caso da pesquisa-participante, há realização das oficinas, cartografia social, assembleias, reuniões de planejamento e debates dos dados (com análises conjuntas, interdisciplinares e interinstitucionais, com a participação de pelo menos uma parcela dos sujeitos de cada projeto), bem como das prioridades de cada plano de ação (o que fazer, como, quem, quando, onde e recursos financeiros); 6ª. fase: discussão e definição com representantes das instituições públicas, sindicatos, associações e ONGs dos aspectos que seriam considerados na redação dos relatórios para essas instituições; 7ª. fase: redação do relatório final de cada projeto de pesquisa e/ou ação com os resultados das pesquisas e das sínteses analíticas realizadas, bem como dos textos para apresentação (e publicação) em eventos científicos, para publicação na forma de

artigos em periódicos, capítulos de livros e livros; 8ª. fase: entrega dos relatórios para as instituições partícipes de cada projeto e/ou realização das ações participativas, com nossa colaboração direta, acompanhamento e avaliação (Figura 3).

Figura 3 – Uma representação da centralidade territorial na pesquisa e ação que realizamos.



Elaboração: Marcos Saquet, 2021.

Nesse processo, o “conhecimento local” assume centralidade, como prática histórica, “modo de consciência-baseada-no-lugar” e na cultura (ESCOBAR, 2011). A construção da ciência é local e transterritorial, privilegiando o primeiro nível escalar. Quiçá esse processo seja inspirador para a coconstrução de um “paradigma outro”, como uma efetiva possibilidade para falar de “mundos e conhecimentos de outro modo”, tentando construir uma “solidariedade integradora” (ESCOBAR, 2003). Nós acreditamos, portanto, que poderemos, juntos, debatendo, dialogando, convivendo, colaborando, de fato, construir nossa ciência e nossa filosofia popular e revolucionária.

É interessante notar que, de acordo com os objetivos e metas de cada projeto de pesquisa e/ou ação participativa – com o máximo possível de **originalidade** e **versatilidade metodológica** -, a **escala** sempre assumiu centralidade, trabalhando-se o máximo possível nos nível das ruas (no caso dos projetos de bairros urbanos) e dos estabelecimentos rurais (no caso dos projetos rurais e urbanos), considerando-se também as comunidades rurais e as

principais redes formadas pelos sujeitos, seja para reivindicar o que precisam, seja para produzir, certificar (a produção de alimentos agroecológicos), seja para comercializar, seja para se qualificar como sujeito social. Estamos, portanto, com Giuseppe Dematteis, quando afirma que “[...] a escala seleciona os sujeitos, os pontos de vista, os temas, os problemas, os dados, as representações e, definitivamente, os métodos e as categorias conceituais” (DEMATTEIS, 1999, p. 122).

É claro que os dados secundários, a pesquisa bibliográfica e a documental são importantes, juntamente com a representação cartográfica de precisão, porém, a diversidade das técnicas de pesquisa é fundamental para tentar garantir deferentes visões e escalas a serem estudadas, sabedorias e possibilidades de análises e interpretações, especialmente qualitativas. A empiria, normalmente rica de detalhes, não está relacionada, de forma alguma, ao capitalismo e nem tampouco restringimos a pesquisa-ação-participativa ao trabalho empírico. A coleta dos dados primários, juntamente com as análises, ocorre com a participação de pelo menos alguns dos moradores dos bairros e/ou comunidades rurais que estudamos e onde atuamos.

Acreditamos que o significado qualitativo não está no dado ou na técnica, mas nas nossas mentes, nos processos cognitivos e reflexivos, no nosso sentimento, na intuição, na imaginação e criatividade para a interpretação a partir dos nossos objetivos, da problemática de estudos, da nossa opção político-ideológica e dos resultados esperados.

Ao sair do Palácio da Justiça para entrar no carro reconheci por um instante o cheiro e a cor da tarde de verão. Na obscuridade da minha prisão rolante reencontrei, um a um, no fundo do meu cansaço, todos os ruídos familiares de uma cidade que eu amava e de certa hora em que me ocorria ficar contente (CAMUS, 2020 [1942], p. 101).

A imaginação é um instrumento relacional, um instrumento de participação na realidade: é oportuno considerar uma ética da imagem acompanhada de uma tecnicidade que valorize as potencialidades criativas (SIMONA, 2002, p. 173).

As metodologias participativas, de fato, são diversas, tais como o perfil topográfico feito pelos sujeitos do povo e academicamente; o calendário popular de plantio e colheita; as atividades realizadas em pequenos grupos (formados com pessoas de diferentes idades, cores, religiões, gêneros) para conversar,

sistematizar, representar e apresentar para o grande grupo o tema definido dialogicamente, entre outras, como a cartografia social, representação que tem se revelado de extrema riqueza cultural. Os diagramas de círculos e linhas, feitos com diferentes cores, tamanhos e espessuras, também são importantes para os sujeitos expressarem seus conhecimentos, seus conflitos e suas cooperações, bem como redes e apropriações territoriais (CHIUSANO e MIGLIARDI, 2008).

Os saberes e sabores, os ecossistemas, as técnicas, as tecnologias (quando adaptadas aos territórios), as classes populares, os diferentes tempos de vida cotidiana, as chuvas, as cosmologias etc., fazem parte dos territórios e dos nossos patrimônios, simultaneamente. E aí novamente pensamos e trabalhamos diferentemente de Haesbaert (2020), quando este propõe a ideia de “território-corpo” da Terra.

Nós estamos a favor do **território-patrimônio** da humanidade (integrando humanos e não humanos): i) como lugar e *habitat*, casa e lar, **coevolutivo** natural, econômica, política e culturalmente; ii) território-patrimônio como espaço de (in)formação, mobilização, luta e enfrentamento diante da opressão e colonização, da miséria e exploração, numa abordagem prático-teórica, ou seja, **voltada para a práxis territorial descolonial e contra-hegemônica**, feita participativa e popularmente, partilhando saberes e convivendo experiências entre distintos sujeitos (SAQUET, 2017, 2019a, 2019b, 2021).

Aí sim acreditamos que trabalhamos num movimento de “retorno ao território” (BECATTINI, 2009; SAQUET, 2018b, 2021), compreendendo-o, representando-o, explicando-o e cotransformando-o horizontal e respeitosamente, por meio de um misto entre ciência (acadêmica) e ciência popular, transformando o diálogo de saberes em “**diálogo de fazeres**” (BOZZANO e CANEVARI, 2020; SAQUET, 2021; SAQUET e BOZZANO, 2020).

As massas populares, como sujeitos ativos, são as que justificam nossas pesquisas e possíveis contribuições às elas (FALS BORDA, 2015 [1970]). A práxis também é, necessariamente, objeto de estudos, conceito e/ou categoria e mediação fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e ecológica, efetivada como práxis territoriais de libertação (também territorial).

Trabalhar com o povo, ensinando e aprendendo com ele, corresponde a uma das principais maneiras que temos para contribuir para sua emancipação político-cultural, colaborando para melhorar suas condições de vida cotidiana, numa práxis vinculada ao “conhecimento emergente” ou “subversivo” (FALS BORDA, 40

1981). Conhecimento esse herdado culturalmente e repassado de geração em geração, contribuindo para a resolução dos problemas cotidianos, num movimento mais amplo que podemos denominar de "**ciência popular**" (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980]; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA e LIBREROS, 1972), reunindo sabedoria e tradição, empiria e reflexão, cultura e ideologia.

No nosso entendimento, a ciência popular é uma práxis contra (o eurocentrismo e universalismo) - hegemônica, está vinculada ao povo de cada território e lugar, no tempo e no espaço (SAQUET, 2019, 2020, 2021). É preciso descolonizar nossas mentes (desaprender) e práticas por meio da **práxis territorial de pesquisa-ação-participativa** (reaprendendo por meio da reflexão-ação-convivência), com imersão social, enraizamento territorial e compromisso político, in(sub)vertendo a ciência, as metodologias de pesquisa, os conceitos, enfim, a compreensão e a transformação social num contínuo movimento territorial, decolonial e contra-hegemônico feito para e com a nossa gente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se há "ventos" vindos do Norte denunciando o colonialismo - veja-se, por exemplo, Cerreti (1993), entre outros e outras -, também há "ventos" do próprio Sul que contribuem para perpetuar processos hegemônicos, que estamos denominando de "colonialismo interno" (STAVENHAGEN (1981 [1965]); FANON (2005 [1961]); FALS BORDA, 2006 [1980]). Quando as ciências "modernas" e "pós-modernas" são portadoras da "verdade", contribuem para legitimar o "colonialismo intelectual" (LANDER, 2015).

Já quando se opta, efetivamente, pela concepção "des/decolonial", é necessário pensar e atuar a partir do "lugar dos excluídos", dos marcados pela "ferida colonial", tentando contribuir para uma construção social que respeite as culturas e suas formas de conhecimento. A libertação pode ocorrer, assim, pela transformação cultural e pela ação política (PALERMO, 2015).

Concepções eurocêntricas, universalistas e urbanocêntricas parecem estar muito vinculadas à reprodução da dominação social, da dependência do local ao global, dos subalternos em relação aos hegemônicos, do rural ao urbano. Não se caracteriza, no nosso entendimento, como uma concepção alternativa ou feita de alternativas para o enfrentamento da opressão, da miséria, da discriminação, da violência e da dominação. Os sujeitos da cotidianidade, das ruralidades, das florestas e das águas

permanecem invisíveis e sem poder, sem saberes e filosofias, sem força para se organizar e lutar a favor do que precisam para se reproduzir biológica e socialmente.

Assim, não percebemos sequer sinais de uma possível ruptura teórico-metodológica e política. Não há rompimento com a práxis de dominação e narração feita por meio de argumentações científicas que pretendem ser úteis para todos e todas, em diferentes espaços e tempos, territórios e lugares, paisagens e regiões. Não há unidade entre sujeitos que pensam, sentem, comem, respiram, têm necessidades e desejos. Há, sim, continuidade da pretensa neutralidade científica e do/a pesquisador/a, imitações de teorias produzidas em outros tempos e territórios muito diferentes dos brasileiros que, no "efeito dominó", reproduzem outras imitações normalmente servis.

Parece mesmo que ignorar as classes populares e a divisão internacional do trabalho é recorrente no "pós-estruturalismo" (SPIVAK, 2010), separando-se, muitas vezes, teoria e prática, pensadores e trabalhadores braçais. A separação entre ciência "moderna", acadêmica e reflexiva em relação ao saber ou conhecimento "prático" como local e noutro domínio espacial e social, revela uma dimensão normalmente utilizada para dominação intelectual e política. Esse tipo de dicotomia está subserviente à perpetuação das diferenças e desigualdades reforçadas e tornadas mais complexas com a globalização econômico-cultural, (re)marginalizando saberes que não sejam acadêmicos, traduzidos por algum intelectual "moderno" ou "pós-moderno". Os conhecimentos e as práticas são demarcadores da nossa existência e compreensão do mundo, bem como, do jeito que vivemos e atuamos nele.

Assim, contribui-se diretamente para reproduzir o fetiche da mercadoria e do mercado, do acesso à globalização, da "compressão espaço-tempo", como se todas as pessoas tivessem condições para tal. Isso se sobressai em concepções que parecem alinhadas à ideia do poder sem classes sociais, disputas e conflitos, sem contradições, extremas desigualdades e diferenças. Efetivamente, nosso pensamento revela quem somos e como vivemos.

É claro que precisamos respeitar, valorizar e utilizar o que já fora produzido em diferentes tempos e espaços, porém, isso necessita ser realizado com tranquilidade, serenidade e autonomia decisória, sem coerção e punição por nossas escolhas teórico-metodológicas e políticas. A partir da concepção territorial que estamos construindo, torna-se cada vez mais essencial trabalhar para e com as pessoas, evidentemente, com as classes populares,

coproduzindo conhecimentos e soluções comuns para, muitas vezes, problemas que também são comuns. Os problemas e as soluções são distintos quando somos burgueses e nos isolamos do povo do campo e da cidade.

Então, não se trata de abandonar um Karl Marx, Antonio Gramsci, Claude Raffestin, por serem brancos e europeus. O que precisamos é tentar dialogar horizontal e respeitosamente, potencializando aprendizagens de outras latitudes e longitudes, tentando superar, e(a)fetivamente, a colonialidade transterritorial perpetuada ao longo de séculos. Aí sim teremos condições de coproduzir conhecimentos, com outros intelectuais e militantes, de forma muito especial com os sujeitos mais vulneráveis, com os quais convivemos e partilhamos a experiência da vida. Aí sim faremos ciência popular, com imersão e compromisso social, cooperação e solidariedade, na práxis territorial descolonial e contra-hegemônica, com teorias e procedimentos próprios, com soluções singulares para cada território e para as classes populares.

A afirmação da humanidade como tal passa, necessariamente, pela solidariedade com os pobres – evidentemente, não somente com eles -, como mediação e condição de uma vida sem expropriações e opressões: a solidariedade é pressuposto da vida (ACOSTA, 2008). No âmbito territorial da comunidade, ainda se reproduz a ajuda mútua em distintas condições sociais e naturais, especialmente entre os camponeses e artesãos, mas também nas cidades (KROPOTKIN, 2012 [1902]; SAQUET, 2003 [2001], 2017).

Em resumo: nem os poderes esmagadores do Estado centralizado, nem os ensinamentos de ódio e luta impiedosa, disfarçados de atributos de ciência, vindos de filósofos e sociólogos serviais, conseguiram eliminar o sentimento de solidariedade profundamente enraizado no coração e na mente dos seres humanos, já que ele foi alimentado por toda a evolução precedente (KROPOTKIN, 2012 [1902], p. 192).

O que importa é reconhecer que nestas terras existem memórias, experiências e práticas de sujeitos comunitários que exercitam estilos de vida não inspirados no tradicional conceito de desenvolvimento e progresso, entendidos como a acumulação ilimitada e permanente de riquezas (ACOSTA, 2016 [2012], p. 96).

Desse modo, acreditamos que a comunidade é o nível social e territorial mais adequado para trabalhar com o povo nessa

perspectiva da pesquisa-ação/cooperação territorial. É no âmbito da comunidade que ainda há solidariedade e partilha, caridade e cooperação, sinergia e respeito, “seres próximos para os próximos”, vivendo seu “eu” e seu “nós” com os outros numa efetiva “práxis comunitária” (DUSSEL, 1986). “A vida comunitária em si mesma é uma mostra destes exercícios de democracia” (ACOSTA, 2016 [2012], p. 147).

Isso significa que há pensamentos outros com os nossos pensamentos e, ambos, estão na sociedade-natureza-espiritualidade cotidiana. Então, novamente podemos concordar com Acosta (2008), quando afirma que a filosofia latino-americana é “teórico-explicativa” e “prático-normativa”, resultado e condição da vida social. De maneira similar compreendemos a geografia, como uma ciência teórico-prática, territorial e popular, voltada para a cooperação e solidariedade.

Nossa Geografia é refeita, constantemente, na práxis territorial de cooperação com os sujeitos, segundo já evidenciamos em Saquet (2015 [2011], 2014, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2020, 2021). Descolonizar significa romper com a dependência, com as classificações de gabinete, com as dicotomias e com as generalizações forçadas, praticando a imersão social e o compromisso teórico-prático com nossa gente mais simples e humilde, vulnerável e oprimida, significa escutar, dialogar e lutar com e para nosso povo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Yamandú. **Filosofía latinoamericana y democracia en clave de derechos humanos**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2008.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016 [2012].

BARTRA, Armando. Marginales, polifónicos, transhumantes: los campesinos del milenio. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. (Org.). **Geografía Agrária: teoría e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 85-103.

BECATTINI, Giacomo. **Ritorno al territorio**. Bologna: Il Mulino, 2009.

BOZZANO, Horacio e Tomás CANEVARI (Org.). **Transformar diálogos de saberes en diálogos de haceres. Ciencia, comunidad y políticas públicas.** La Plata: EDULP/UNLP, 2020.

BRAGA, Luiz. **As temporalidades que caracterizam a agricultura familiar no município de Marmeleiro/PR.** Programa de Pós-graduação em Geografia (Doutorado em geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2015.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro.** Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2020 [1942].

CAMUS, Albert. **O homem revoltado.** Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2019 [1951].

CERRETI, Claudio. **Tra "mania di predestinazione" e "síndrome penitenziale". Qualche riflessione su colonialismo e geografia,** Centro Italiano per gli studi storico-geografici, anno 1, n. 3, 1993, p. 11-16.

CHIUSANO, Germana e MIGLIARDI, Agnese. Gli approcci partecipativi aplicati nella cooperazione allo sviluppo. In: BIGNANTE, E.; DANSERO, E.; SCARPOCCHI, C. (Org.). **Geografia e cooperazione allo sviluppo. Temi e prospettive per un approccio territoriale.** Milano: Franco Angeli, 2008. p. 111-128.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto.** Milano: Franco Angeli, 1999. p. 117-128.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitária.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

DUSSEL, Enrique. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LOPEZ NÁJERA, Verónica (Org.). **De lo postcolonial a la descolonización: genealogías latinoamericanas.** Ciudad de México: UNAM, 2018. p. 138 – 153.

EDUARDO, Márcio. **Transformando terra em território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, PR.** Tese – Doutorado em Geografia – UNESP, Presidente Prudente, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo – el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano,** Tabula Rasa, Bogotá, n. 1, 2003, p. 51-86.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo? In: ELÍAS, C.; CAMPILLO, R.; ROHÁN, D. (Org.). **Lecturas de metodología de las ciencias sociales.**

Chiapas: Sec. Educación del Estado de Chiapas y UNAM, 2011. p. 148-180.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: _____. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Cidade do México: Siglo Veintiuno; CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.

FALS BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: MONCAYO, V. (Org.). Orlando Fals Borda – **Una sociología sentipensante para América Latina**. México, DF: Siglo XXI Ed.; Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1979], p. 253-301.

BONILLA, Víctor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. **Causa popular, ciencia popular**. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].

FERNANDES, Bernardo M. Disputas paradigmáticas e territoriais: leituras dos modelos agrários de desenvolvimento. In: ROSAS, C. (Org.). **Perspectivas de geografia agrária no Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 85-102.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória e território: elementos para o entendimento da constituição da cidade de Francisco Beltrão (PR)**. Tese, 2011 (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Campus de Presidente Prudente.

FUINI, Lucas. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira, **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, 26 (1), 2017, p. 221-242.

FUINI, Lucas. Teorias sobre o território na geografia brasileira. In: SPOSITO, E. e CLAUDINO, G. (Org.). **Teorias na geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020. p. 199-243.

GIARRACA, Norma e TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del "agronegocio": el caso Argentino. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-164.

HAESBAERT, Rogério. Filosofia, geografia e crise da modernidade, **Terra Livre**, n. 7, 1990, p. 63-92.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais, **Geographia**, v. 22, n. 48, 2020, p. 75-90.

HAWKING, Stephen. **Breve história do tempo**. Lisboa: Gradiva, 2011 [1988].

KALTMEIER, Olaf. Horizontal en lo vertical. ¿O como descolonizar las metodologías en contextos de extrema desigualdad y de la crisis planetaria? In: CORNEJO, Inés y RUFER, Mario (Org.). **Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología**. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: CALAS, 2020. p. 93-121.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio Mútuo – um fator de evolução**. Porto Alegre, São Sebastião: Ed. Deriva, A Senhora Editora, 2012 [1902].

LANDER, Edgardo. ¿Conocimiento para que? Conocimiento para quien? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. In: PALERMO, Z. (Org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 41-67.

LAVOR, Pedro e SANTOS, Ana. Crítica da leitura haesbaertiana ao materialismo (dialético), **Revista de Geografia**, v. 38, n. 2, 2021, p. 461-483.

LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín. Territorialidad campesina y contrarreforma agraria neoliberal en México. In: ARAGÓN, G. y LEÓN HERNÁNDEZ, E. (Org.). **Descubriendo la espacialidad social desde America Latina**. México, DF: ITACA, 2011. p. 179-208.

MEJÍA AYALA, Wladimir. Problemáticas y retos del conocimiento del otro: una apuesta metodológica construida desde el caso del Pueblo Sápara – Ecuador. In: SUZUKI, J.; BORGES, V.; BITELLI, F. (Org.). **Da Geografia à Amazônia: reflexões críticas para pensar a América Latina**. São Paulo: FFCLH, USP, 2021, p. 233-282.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/desenhos globales**. Madrid: Editorial Akal, 2003 [2000].

PALERMO, Zulma. Itinerario. In: PALERMO, Z. (Org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 15-39.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

QUIJANO, Aníbal. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, R. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2007. p. 43-51.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAFFESTIN, Claude e BRESSO, Mercedes. Tradition, modernité, territorialité, **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 26, n. 68, 1982, p. 185-198.

SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002 [1996].

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SAQUET, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO Neto, Agripino. (Org.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 11-36.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015 [2011].

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

SAQUET, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina, PR: Madrepérola, 2019a, p. 33-49.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019b.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020 [2007].

SAQUET, Marcos; MUSATTO, Rogério; CICHOSKI, Pamela. A comercialização dos produtos agroecológicos em Francisco Beltrão (PR). In: DENARDIN, V. e SULZBACH, M. (Org.). **Recursos e dinâmicas para desenvolvimentos territoriais sustentáveis**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 19-38.

SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial, **Revista NERA**, vol. 24, n. 57, 2021, p. 54-78.

SAQUET, Marcos e BOZZANO, Horacio. Territory conceptions and practices in Latin America: contributions to the debate (I), **Revista Continentes**, ano 9, n. 16, 2020, p. 257-281.

SAQUET, Marcos; MEIRA, Raquel; PANHO, Leila. Uma contribuição à análise das comunidades rurais do Sudoeste do Paraná, **Revista Faz Ciência**, vol. 17, n. 25, 2015, p. 60-92.

SAQUET, Marcos; PACÍFICO, Jucelí; FLÁVIO, Luiz Carlos. **Cidade, organização popular e desenvolvimento: a experiência do Projeto Vida no Bairro**. Cascavel/PR: Unioeste, 2005.

SIMONA, Giovanni. Habiter la Terre, un système vivant psychosomatique, **Cahiers Geographiques**, n. 4, 2002, p. 161-175.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Eliseu e SAQUET, Marcos. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural, **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 38, vol. 2, 2016, p. 84-112.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina, Sociología y Subdesarrollo, México, **Nuestro Tiempo**, 1981 [1965], p. 15-27.

TAVARES DOS SANTOS, José. Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais, **Cadernos de Sociologia**, n.6, Porto Alegre, 1994, p.135-153.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 [1978].

WALSH, Catherine. Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales, **Nómadas**, n. 26, 2007, p. 102-113.

WALSH, Catherine. (Des)humanidad(es). In: PALERMO, Z. (Org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 103-119.



DO TERRITÓRIO MÚLTIPLO AO LUGAR COMUNITÁRIO

**Claudio Eduardo de Castro
Ronaldo Barros Sodré**

INTRODUÇÃO

O território é composto por um conjunto de poderes, territorialidades, relações sociais cotidianas, intencionalidades e dimensões que se realizam na multiescalaridade espacial. O lugar-comunidade é constituído dos múltiplos territórios que possuem esses aspectos definidores, ele é espaço de reprodução de modos de vida que contrariam abordagens que consideram preponderante a lógica de acumulação de capital vigente. O espaço e o tempo do lugar comunitário são constituídos das experiências dos homens, metodologicamente, sua apreensão perpassa pela experimentação, e isso pode minorar definições que se apegam a atributos folclorizados dessas comunidades.

Entendemos aqui território por uma noção totalizante que perpassa as inúmeras e diferentes definições de vários geógrafos, que contribuem no entendimento de territórios aqui tratados, nos quais a natureza assume uma função essencial, constituindo-se da base da vida, mais pela obtenção direta do que é necessário, que pela produção voltada para os mercados. Assim, tratar-se-á desse território, sem desconsiderar, obviamente, outros constituintes que são menos definidores dessa relação, todavia que se imbricam neste e cujas dimensões se deve, inevitavelmente, tratar.

A resistência do lugar-comunidade faz parte das estratégias de existência dos homens no espaço. CandiOTTO e Santos (2009) consideram que a constituição de territórios pela sociedade depende de suas intencionalidades e poder dos diversos grupos e segmentos sociais, em que os interesses dos grupos mais fortes tendem a predominar. Desse modo, a organização na comunidade é elemento fundamental para gerir o território e os seus conflitos. Os trinômios tradicional-natureza-subsistência e tradicional-natureza-rural, sobre os quais discussões anteriores foram levantadas (CASTRO,

2012; SODRÉ & CASTRO, 2017; SODRÉ; MACIEL & MATTOS JUNIOR 2018; SODRÉ, 2018), são aqui retomados para o entendimento das territorialidades presentes no lugar comunitário.

As estruturas de poder do modo de produção capitalista estimulam e exigem das suas forças produtivas, e das relações de produção, uma crescente e contínua acumulação de capital. Nessa razão, a inserção dos territórios a uma outra lógica é feita de forma subordinada e desigual com vistas a atender a uma demanda de capital, recursos e trabalho. Adotando o território como ponto de partida, percebem-se transformações da racionalidade espaço-temporal nos territórios, isto é, dos processos históricos e relacionais que são indispensáveis na construção social e nas territorialidades. Quando analisadas desde o território, as mudanças estruturais e sistêmicas empreendidas não podem ser tomadas apenas em sua dimensão econômica, senão em todo o conjunto da vida e das relações sociais que elas incorporam e que confluem em sua totalidade.

A despeito do que se pode definir como território, consensualiza-se aqui a noção de totalidade, a qual não engendra multiplicidades territoriais, mas que se constitui por uma multiplicidade de elementos mais ou menos preponderantes. Assim, as definições encontradas por Costa (2006, p.40-42), que se alinham pelas vertentes da política, da economia, da cultura e uma ligada à naturalista expressam o caráter preponderante dele. Estas perspectivas e abordagens contribuem no entendimento de territórios tratados por uma visão tradicional, que vê o mundo pela ótica da Ciência cuja fonte está algures, não a que compartilhamos.

Aqui interessa-nos os territórios nos quais a natureza assume uma função essencial, constituindo-se da base da vida, além disso pela obtenção direta do que é necessário, que pela produção voltada para os mercados, para, a partir dele, avançar no entendimento de território que se poderá ver em outros textos desta coletânea. Assim tratar-se-á desse território, sem desconsiderar, obviamente, outros constituintes que são menos definidores dessa relação, mas que se imbricam neste e cujas dimensões se deve, inevitavelmente, tratar.

Em Deleuze e Guattari (1992, p.90), faz-se referência à etologia do termo, que se territorializa e se desterritorializa, mas, diferentemente, no homem, a perspectiva por um viés um pouco diferente do ensejado por eles, os territórios são um complexo de relações e construções concretas-visíveis e subjetivas-invisíveis, dotadas de valor, de identidades, de relações sociais, de interesses, enfim. Trata-se, pois, de território no sentido da sociedade humana,

no qual há uma questão subjacente na Geografia, aqui tratada no artigo *Entre a "modernidade" e a "pós-modernidade": a continuidade da colonialidade*, que explicita a manutenção da lógica de território por um viés colonialista de Ciência.

Também não se trata de assumir outra vertente de mesma gênese colonialista, que coloca de um lado, os "comportamentos inatos nas diversas espécies em ambiente natural", que na sociedade se relaciona a ontologia e outra, modernizante que, no mesmo sentido, de uma ecologia do comportamento, que contextualiza "os comportamentos de uma espécie na história evolutiva e correlacionando-os com aspectos ecológicos" (TONI, *et al.*, 2004, p. 99-100). Isso porque o território não pode ser abordado unicamente pela relação ecológica, já que a sociedade se destacou dela, um exemplo pode ser a independência de uma cidade construída em pleno deserto tornando-se um nó da rede global, como Dubai.

Com esteio em Marx, Saquet (2015, p.83) afirma que a natureza exterior está ligada aos homens e os homens estão na natureza. A natureza (externa ao homem) fornece os meios para a vida natural e social. Os atos biológicos e sociais são fundamentais para a reprodução humana e que contempla a um só tempo os aspectos biológicos, sociais, temporais, espaciais e territoriais. Ao se relacionar com a natureza exterior, os homens se relacionam com sua própria extensão. O território e a territorialidade são entendidos como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade.

É indubitável que o processo de acumulação de capital sobre os territórios ocorre de forma cada vez mais acelerada e em escala ampliada. E é mediado pelo trabalho, pelas técnicas, tecnologias e pelo conhecimento humano. Ainda que existam obstáculos à fluidez da reprodução de capital, alguns questionamentos com fito a reflexões são postos em tela: ainda há territórios nos quais a natureza cumpre a função de vida? Ou seja, em que as relações natureza e sociedade não sejam mediadas por uma lógica exploratória que tenha o lucro enquanto um fim; ainda, existem territórios que tenham sido atingidos em algum grau pela globalização e pela mundialização do capital que não se insira nessa lógica e guardem em si a primeira das questões postas aqui, e em que territórios estariam? Ainda, os territórios nos quais os processos da reprodução capitalista, nas múltiplas escalas de abrangência, são explicitamente manifestos excluíram a ontologia da relação da sociedade com a natureza?

Partimos de uma abordagem processual, relacional e multidimensional que considera a totalidade do território, principalmente, a partir da ideia de multi-intencionalidade territorial, cuja centralidade está em considerar que o território é composto de múltiplas territorialidades, consubstanciadas pelo espaço-tempo. Não se trata de uma discussão sobre dimensões ou vertentes do território (COSTA, 2006), ou ainda, de uma territorialidade cíclica como visto em Souza (1995), todavia de um feixe de significados que um território pode adquirir.

Para um melhor desenvolvimento da ideia, recorreremos a Zambrano (2001) que trabalha com os conceitos de pluralidade de territórios e de territórios plurais. Esses dois conceitos levam a pensar o território como composto de múltiplos territórios e territorialidades. O território plural pode ser entendido enquanto um conjunto de intencionalidades presentes em um território, esse é composto de diversos significados e usos. De outro modo:

A pluralidade de territórios indica sua multiplicidade [...]. Os territórios plurais [...] concebem todo espaço terrestre ocupado por distintas representações sobre ele, que tendem a legitimar a jurisdição sobre os habitantes que nele residem, configurando uma série de relações sociais entre as diferentes percepções de domínio [...]. Os territórios plurais permitem perceber, em cada unidade do múltiplo, a pluralidade de percepções territoriais estruturadas, estruturando e estruturantes. A percepção territorial estruturada é aquela definida pela continuidade dos habitantes [...] que conta com identidade, economia, relações sociais e simbólicas e modos de pertencimento. A percepção territorial estruturando reconhece o feito que o território está em processo de construção de si mesmo e que as intenções de domínio de outros sobre seu espaço pode ser estruturais, como por exemplo as judiciais ou eclesiásticas [...]. As percepções territoriais estruturantes se formam pela progressiva ação dos movimentos sociais (ZAMBRANO, 2001, p.29).

Quando consideramos as disputas em torno do território e as questões relativas ao poder como chave para se compreender as questões jurídicas e administrativas, é possível notar que em torno dele existem intencionalidades que, por sua vez, pressupõem múltiplas territorialidades. Uma comunidade tradicional pode representar para os homens que nela habitam lugar de reprodução da vida e da manifestação de outras territorialidades. Seguramente, quando se busca projetar outras territorialidades sobre aquelas já existentes, haverá a ocorrência de conflitos entre aqueles que

buscam permanecer e adentrar no território. Oliveira-Monteiro, Scachett e Nagib (2017) em sua pesquisa com pescadores caiçaras da baixada santista oferecem uma caracterização para as comunidades tradicionais, afirmando possuírem:

[...] forte sentido de pertinência familiar, seja com a família nuclear como com parentes, em relações de compadrio, as comunidades tradicionais são tidas em sua forte dependência dos recursos naturais e por uma estrutura simbólica delineada por condições de certo isolamento, tanto nos seus territórios físicos como em suas relações sociais. Tais populações denotam ligação peculiar com o espaço que ocupam, no qual o grupo se reproduz econômica e socialmente, com tendência à ocupação de territórios por várias gerações, a despeito de deslocamentos de alguns de seus membros. (OLIVEIRA-MONTEIRO, SCACHETT e NAGIB, 2017, p. 125)

As lutas e conflitos propriamente territoriais se produzem quando se relacionam distintas percepções de pertencimento, domínio e soberania sobre o espaço. Essa lógica acomoda o conceito de territórios plurais enquanto espaços de tensão jurisdicional, que demandam ações próprias do exercício de governo. O territorial não é um assunto de reforma agrária, vale dizer, a distribuição da terra, se não da distribuição de poder do Estado para administrar espaços, nem tão pouco quando se trata da questão indígena, dos moradores em comunidades afetadas pela imposição de alguma Área Protegida-AP. Os territórios estão dotados de significados, capazes de gerar administração e territorialidade, quer dizer, identidade para desenvolver distintas estratégias sobre o espaço. A territorialização se fundamenta na sedimentação das lutas pelo poder jurisdicional, com vista a exercer a autoridade e impor domínio, no mapeamento de áreas (ZAMBRANO, 2001).

A multi-intencionalidade territorial é, portanto, compreendida como um conjunto de territórios justapostos e superpostos que não necessariamente estão em disputas. Toma-la como referencial para estudar os territórios naturais nos ajuda a compreender as comunidades tradicionais que fazem usos distintos e diferenciados de empreendimentos que operam sobre a lógica do capital. A exemplo, a indústria, o agronegócio, a mineração, o turismo, são alguns setores que desenvolvem atividades sumariamente contrárias a um modo de vida mais atrelado a uma natureza externa e aos territórios comunitários.

[...] as diversas filosofias que aprendemos ao longo de nossas vidas estão comprometidas com os fundamentos histórico-

culturais que instituíram nosso mundo. Assim esses planos são marcados não só pelo pensamento herdado, mas também pelas práticas sociais instituídas, sendo, portanto, parte do que queremos ver superado. (ZAMBRANO, 2001, p.29).

Desvelar esse território necessita subverter a abordagem que unifica conceitos para facilitar os estudos, para não se caminhar pelo pragmatismo imediatista vigente. Tarefa árdua, pelas entranhas de um pensamento herdado, ultrapassar fronteiras desse pensamento para se chegar a "[...] outras formas de pensar, sentir e agir bastante próximas de nós e que quedaram sufocadas e silenciosas" (GONÇALVES, 2006, p.8-9).

TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS COMO UMA DISTINÇÃO DAS MULTIPLICIDADES INTEGRANTES DO TERRITÓRIO, UMA EXPRESSÃO DE NATUREZA VIVIDA

Não se deseja aqui aniquilar abordagens construídas pela Geografia, mas sim, no bojo das questões, contribuir, para que, independentemente de qual seja, se possa cercar adequadamente as escalas nas quais se está apreendendo o espaço. Assim, no limite permitido neste artigo, discutir-se-á uma abordagem circunscrita ao que se vem tratando como comunidades, sem que se as adjective por tradicionais, rurais, indígenas ou qualquer outra, já que, o que as distingue está no que são em sua produção do espaço, sociedade e natureza entrelaçadas por territorialidades sobrepostas no lugar, comunidade.

Não se considera serem comunidades somente pelo olhar da proteção ou do vínculo estrito com o rural e tradicional, no entanto na direção pensada por Comeford (2005) na qual elas se destacam pela solidariedade direta, uma vez ser o convívio pautado pela proximidade, e ademais, estarem ligadas não só pela vizinhança, mas pelo parentesco, pelo labor de fazer a vida através da cooperação, pela tônica no trabalho coletivo e pelas atividades lúdicas e religiosas. Ou seja, considerar comunidades como escala ou recorte empírico pode revelar, pelos indivíduos, os lugares atribuídos de valores e sentimentos que. Concordamos com Tuan (1983), ela, comunidade, independe da dimensão - uma casa, um bairro, uma cidade ou uma pátria - uma vez ser indissociavelmente do lugar comunitário. Convém lembrar o que Bartoly (2011, p. 68) diz quanto ao que se sujeitou como 'lugar' pelas correntes da Geografia, que ao reduzi-lo a local-localidade, incorreram em um grave erro.

Tratamos de considerar neste caso a escala por uma abordagem de fenômeno, não como aquela das representações em um documento cartográfico, como atesta Souza (2013, p.181-183), “mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta”, portanto, por tratar-se de um espaço vivido, cujos sentimentos, valores, cultura e relação com o natural se dá por uma relação direta, apreensível pela grande escala cartográfica, devemos adotar inexoravelmente, a escala comunitária, do fenômeno, como a grande escala cartográfica. O autor distingue (SOUZA, 2013, p.199-214), através da revisão dos teóricos que se dedicaram à escala, seis diferentes dimensões, fragmentando dentro delas, outras subdivisões, apresentando um quadro sistemático do uso de escala na Geografia. Mesmo não se referindo à escala proposta aqui como significativa na apreensão do lugar comunitário, em Souza (2013) está presente uma referência ao ‘local’. Nesse nível escalar, elas expressam a possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço e, adicionalmente, a possibilidade de formação de identidades sócioespaciais bastante particulares sobre essa vivência.

Apesar de explicitar exemplos focados nas escalas divisionais do urbano, da região, dos estados e dos países, alinha-se a uma Geografia ainda bastante histórico-dialética-colonialista, nesse ‘recorte’ a Ciência considera o espaço comunitário como grande escala, porém exclui as menores, suscitadas em Tuan (1983) e que, necessariamente, imbricam-se da ontologia constitutiva dessa escala. Dimensão na qual, reforçamos, imbricam-se as territorialidades, o fazer diretamente na natureza e a reciprocidade desse fazer na manutenção do social, refletidos na cultura, mas que de maneiras distintas se manifestam em todas as escalas do espaço, uma vez ser ele humano na relação do fazer a vida na natureza.

Nessa dimensão, as territorialidades que diferenciam as comunidades moldam-se em íntima e direta relação com a natureza, resultando nesse espaço geográfico, não como palco ou substrato, mas instância maior que amalgama os complexos e múltiplos integrantes dessa produção, como bem atestam Santos (1994), Corrêa (2006) e Braga (2007), para citar alguns e, em que, a articulação natureza e sociedade são a tônica. Para Giometti, Piton e Ortigoza (2012, p. 34) no espaço geográfico há a articulação

[...] entre natureza e sociedade. Na busca desta articulação, a Geografia tem que trabalhar, de um lado, com os elementos e atributos naturais, procurando não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles; e de outro,

verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nos sistemas naturais.

O espaço tem seu sentido nesta escala, nesta relação com a natureza, através da cultura, manifestação viva e presente nos diversos aspectos do cotidiano, engendrando simbolismos que perpassam os indivíduos e individualizam esse coletivo simbólico, historicamente construída ao longo do tempo vivido que remete ao um espaço simbólico. Mas que nas demais escalas, na que se denomina comunidade, o espaço simbólico é mais homogêneo e perceptivelmente associativo ao lugar de identidade.

Como exemplo do simbólico Tuan (1983) exemplifica que as diferenças contrastantes em tal espaço se revelam por uma representação diferente para cada um dos agentes nele existente, por exemplo, o espaço e lugar sentido pelos estadunidenses são diferentes da dos esquimós, também na América do Norte. Assim, o Lugar destaca-se quando é comum, em grande parte e por muitos de seus conteúdos, está presente no universo simbólico dos indivíduos desse espaço, refletido pelo papel da cultura expressa. O que Oliveira (2014) relata ocorrer pela familiaridade advinda da experiência em uma determinada porção do espaço, revelando-se como lugar indicado pela trivialidade experiencial do dia a dia, que é antes de tudo, universal à sociedade, portanto, indistinta ao 'recorte'.

Na busca de consolidar esse lugar-comunidade, convém destacar e trazer o que Souza (1995) apresentou quanto à flexibilidade nos lugares, o exemplo passa pela sazonalidade das territorialidades que, diuturnamente, podem apresentar diferenciações, ou seja, distinções num mesmo "lugar" vivido, quais sejam, o econômico de serviços de comércio/dia; prostituição/noite. Porém, essa distinção fia-se unicamente no sentido de 'recorte', não de escala-território, a definição invariavelmente liga-se ao uso pela perspectiva de manutenção da existência, da ligação do indivíduo imputando a ele, identidade pela exigência imposta pelo sistema baseado no capital.

O lugar então é entendido como a "base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar", como ressaltou Carlos (1996, p.20), mas que as identidades, como atesta Massey (2000, p.183-4), firmadas sobre esse tripé, não são únicas, uma vez que eiva-se de conflitos, afinal o lugar no qual se alternam modos de obtenção de subsídios financeiros para viver-se não pode ser considerado como totalizantes, engendrados por

identidades, estas se integram por esse 'recorte' (insistimos) na cotidianidade dos que ali, em certo período, participam.

Cada lugar, na perspectiva dialética (CARLOS, 1996) é foco da mistura distinta de relações sociais internas e externas, que resulta na singularidade de cada lugar. Isso se dá, segundo a autora, pelas relações acumuladas na história, produto de camadas sobre camadas de diferentes conjuntos de elos e vínculos locais e com o mundo exterior. Esse lugar historicamente acumulado não deixa de ser subjetivo. Possui uma unidade para cada uma de suas camadas históricas, construídas e refletidas pela identidade no espaço vivido que, para Tavares (2016), se dá em um lugar no qual a vida se processa, único em suas simbologias e subjetividades. Portanto, parte-se do recorte para se entender os territórios, os lugares, o comunitário, sejam quais forem as escalas, pode não apreender o que se deseja, afinal a dimensão do território, do lugar, do ser comunidade se dá pelo sujeito na busca de exercer sua existência.

O que se busca, portanto, é adentrar ao espaço vivido, ao lugar decifrado através de "sua escrita sóbria e vivida", ao invés de permanecer no caminho da Ciência contemporânea, na qual a "Terra foi desnaturada" por mensurações e cálculos. O lugar remete ao ser-estar-no-mundo, Dardel (2011) propõe que se busque pela íntima relação do homem e a terra, permeada por ações concretas, interesses, subjetividades e cotidianidades, relações as quais sustentam o que o autor vem chamar de geograficidade, manifestas por formas imateriais e materiais, que são expressas por meio de manifestações culturais, que vão moldando a paisagem e significando espaços, espaços vividos.

O que se expressa aqui pela apreensão do lugar nas escalas de comunidades, grandes escalas, não se fia às críticas empreendidas que atribuem um "enfoque nostálgico", como uma "super-romantização", uma vez estar o espaço vivido permeado pelo global (SOUZA, 2013, p. 119). Não se trata de contestar o sentido global em que o lugar está sujeito, mas dar a devida ênfase - no seu indissociável valor teórico-metodológico - para as pesquisas cujo caráter repousa nas relações constitutivas do espaço que se pautem nos critérios adotados por ela, e que, portanto, são reveladas por eles, o lugar e a geograficidade.

Por sua vez, há de se compreender que tais sociedades, tratadas como comunidades, como tradicionais, não se comportam como destruidores da natureza, na medida em que, dependem intrinsecamente da "[...] reprodução continuada dos recursos naturais renováveis [...]" (DIEGUES, 1996, p.13). Mas não no sentido atribuído pelo autor (DIEGUES, 1999, p.22-23) que as

define como “[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seus modos de vida” não estando afetados pela exacerbada acumulação capitalista, mas sim que, independentemente de que dimensão o capital e o mercado de consumo tenham, há sentido de pertencimento, de fazer parte, de valor positivo que os distinguem de outros.

Dessa maneira defender Lugar como escala e categoria de apreensão das comunidades encontra reforço quando Souza (2013, p.117), no sentido de grande escala, atesta que ele é um espaço social, mas que nem todo espaço social é lugar, e o espaço social é produzido socialmente, “fruto da transformação e apropriação da natureza, ao passo que lugar é um espaço dotado de significado, um espaço vivido”, entendido como “imagens espaciais em si mesmas” e existem “enquanto durarem as relações sociais das coisas das quais são projeções espaciais”. Ou seja, há uma indissociabilidade do lugar como abordagem na escala do comunitário, por nele estar impressa a intrínseca manifestação do sentido do espaço vivido como significação da relação da apropriação direta da natureza.

Porém, lugar e comunidade não são unicamente esse ‘recorte’ da grande escala. Não podemos desprezar, o que disse Casey (1996, p.33), eles são constituídos “por estruturas culturais e sociais que se sedimentam no mais profundo nível de percepção” e que devem ser entendidas em sua dimensão, portanto em sua escala de abrangência, o *locus* do viver. Dessa maneira, comunidade e lugar, indissociavelmente, podem ser apreendidos em diferentes escalas, as de sua dimensão, uma vez serem afetadas pelo sentido subjetivo que lhes é comum.

O LUGAR COMUNITÁRIO-TRADICIONAL, PALCO DE CONFLITOS DA INSERÇÃO DE TERRITÓRIOS DESIGUAIS

O lugar tradicional é constituído de territorialidades que expressam variados graus de autonomia e de modo de vida. A experiência de cultura foge às formas predominantes e resguarda elementos que outrora eram comuns a um grupo quantitativamente maior. Suas estruturas tradicionais e estruturas internas desvelam as comunidades para além do lugar intocável, isolado e folclorizado, mas como útil para a reprodução de um modo de vida que se distingue das generalizadoras formas correntes.

Para Brandão e Leal (2012) do ponto de vista de uma linha de tempo arcaica, as comunidades tradicionais são todas aquelas que “ali estavam” quando outros grupos humanos “ali chegaram” e

se estabeleceram. Sua história e memória “estão e vivem ali” e podem ser compreendidas, por essas abordagens, a partir de uma ou mais das categorias que seguem:

- a) São herdeiras de povos ancestrais, distantes da atual geração o bastante para que seus nomes, suas datas e seus feitos estejam totalmente apagados de registros históricos e/ou sejam revividos na memória como uma saga fundadora ou um pequeno repertório de mitos;
- b) São herdeiras de povoadores ancestrais reconhecidos, de tal maneira que os dados de origem da geração fundadora estão estabelecidos como registro (não raro, documentos pessoais ou cartoriais de fundação de lugar ou doação de terras) e cuja linha de sucessão de modo geral pode ser traçadas até a presente geração;
- c) A geração atual é ou se reconhece, desde um tempo passado, mas ainda presente na vida dos mais velhos ou na memória ativa de seus filhos, como fundadora original do lugar em que vive e da comunidade que constitui;
- d) Uma leva de povoadores chega a um lugar e estabelece ali, em termos de uma “atualidade presente” uma comunidade com características culturais e identitárias que a aproximam de comunidades tradicionais mais antigas ou mesmo ancestrais. Muda-se, neste caso, um lugar atual de vida, mas não um modo antecedente de vida. (BRANDÃO & LEAL, 2012, p.74).

A formação socioespacial brasileira nos leva a pensar uma diversidade de grupos que se inserem nessas categorias. Os indígenas, os extrativistas, os seringueiros, os castanheiros e outros povos das florestas; os quilombolas, os grupos que viviam nas antigas fazendas e aqueles que mais tarde vieram a ser conhecidos pelas suas relações de trabalho no campesinato (posseiros, meeiros, foreiros, entre outros); os ribeirinhos, pescadores e outros povos das águas. Todos esses grupos emergem de um lugar diferenciado das sociedades modernas, contudo, não se coaduna com o argumento de que elas não são modernas, diversas e amplas.

A Geografia tem buscado ferramentas metodológicas capazes de realizar análises desses grupos, seja a partir de seus próprios arcabouços teóricos e metodológicos ou daqueles de outras áreas do conhecimento. Se tem buscado uma geograficidade nos estudos sobre as comunidades tradicionais. A utilização de conceitos e categorias, os usos da cartografia e a realização de trabalhos de campo, têm contribuído para uma agenda de estudos geográficos dessas comunidades, não estamos com isso afirmando que tais

metodologias são restritas a Geografia, mas que seu conjunto sinaliza uma singularidade.

Essa Geografia pode ser pensada a partir das correntes contemporâneas, destacando Tuan (2013) ao afirmar que pela via do humanismo pode-se entender o humano "através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar". Nesse sentido, aponta Bonnemaïson (2002), ela se constrói a partir das referências dos próprios sujeitos e a nós pesquisadores cabe a árdua tarefa de decifrar o significado da ação humana e não somente descrever os seus comportamentos. Dessa maneira, podemos nos aproximar da relação que articula um grupo social, sua cultura e seu território através da relação simbólica.

A distinção atribuída aqui ao lugar como recorte escalar na Geografia refere-se aos grupos sociais nos quais a relação com natureza está pautada na equidade de ambas, a sociedade e a natureza - quiçá, denominada por sustentabilidade, a despeito de discordar-se do cunho genuinamente moderno do termo, visto tratar natureza como recurso e ensejar que seja renovável segundo os usos dados pelo mundo globalizado. Não obstante, desde 2007 (PLANALTO, 2007, art. I e II) estão abrigados por Lei como "Povos e Comunidades Tradicionais", bem como se lhes asseguram os territórios nos quais essa tradicionalidade se faz, assim são considerados

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A partir do Decreto Lei a abrangência do termo abarca grupos não só afetados por Áreas Protegidas, mas os que se autodefinem por distintas identidades coletivas, que pleiteiam direitos sociais básicos e garantia de acesso aos espaços de reprodução social, cultural, aos recursos naturais. O reconhecimento

legal se deu por lutas empreendidas para respaldar e garantir territorialidade no lugar comunitário ante a lógica globalizante que empreende transformações nesses espaços.

A tradicionalidade por autodefinição nem sempre se pode perceber, mas que tal alteridade tornou-se um mote indissociável à consecução do lugar, como afirma Carril (2006) uma vez que pensar a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver um lugar é condição legal à distinção desse território.

Para Valentim e Trindade (2011) a construção do ser comunidade tradicional, por autodefinição, pode ser encontrada tacitamente em estudos com quilombolas, habitantes de sete diferentes comunidades remanescentes dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no ES. Para as autoras, a necessidade de autodefinição é uma maneira de poder assegurar o espaço vivido, o lugar comunitário, mas que se trata de uma construção recente, a ausência da palavra que definisse a identidade coletiva “pode ser interpretada como uma representação ainda não estruturada de quilombola, que só veio a se concretizar na relação com uma alteridade (os parceiros, os apoiadores, o movimento) que fornece esta possibilidade discursiva” (VALENTIM E TRINDADE, 2011, p. 299).

Nesse mesmo estudo, a partir da definição dada pela palavra, nesse caso quilombola, a comunidade passou a contextualizá-la segundo os elementos constituintes do comunitário, como elementos presentes nos que nasceram, cresceram e vivem o lugar, carregados da memória e sua transmissibilidade que ocorre no viver o lugar. O lugar comunidade não é dado pela autodefinição, seja legal ou pelo sentido-definição da palavra, mas pela sua identificação, que passa a ser vinculada à palavra posta.

Elencar as comunidades e seus lugares, como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, indígenas, campesino, extrativistas, enfim, é uma maneira de resistência possível, que aglutina pela essência comum, ante as demandas advindas desse externo, que permite, de certa maneira, se opor à radical eliminação de suas bases, o território no qual as territorialidades se fundam pela identidade coletiva.

Um exemplo emblemático de exclusão dessas raízes em benefício dos interesses da sociedade modernizante de um mundo globalizado é a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara no Maranhão no início dos anos de 1980 e em 2019. Por não haver

qualquer garantia de manutenção das comunidades na terra, na década de 1980, uma área de 52.000ha foi doada pela União para o empreendimento que deslocou aproximadamente 300 famílias de remanescentes do quilombo que há pouco mais de dois séculos construíram ali as bases comunitárias (ROMÃO *et al*, 2011 p. 11-12). Araújo e Filho (2006, p. 213) que estudaram esse conflito relatam que ao

[...] longo de mais de 250 anos de sua formação histórico-social e étnico-cultural, estas comunidades desenvolveram uma economia interligada, baseada no manejo sustentável da região: uma pescava, outra tecia rede, a terceira montava barcos, uma quarta fazia cerâmica, uma quinta plantava mandioca que era transformada em farinha pela sexta, etc, etc. (ARAÚJO; FILHO, 2006, p. 213).

Naquele momento pouca resistência houve pela articulação em favor do 'progresso' que a instalação do CLA traria e pela ignorância das famílias em seu autoconhecimento e autodefinição de valor.

No ano de 1987 foram contabilizadas 312 famílias de 23 povoados quilombolas compulsoriamente deslocados pela Aeronáutica, alocadas em sete Agrovilas, longe do mar ou de rios, privando-as da pesca e cujos lotes agrícolas são individualizados por família, não correspondendo à prática tradicional de uso comum da terra, o que estimulava conflitos internos e a crescente pauperização daquelas pessoas (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2007). Ainda, as famílias não têm uma porção fixa, a qual não pode ser aumentada, uma vez que as regras foram pensadas segundo um assentamento rural, também a pecuária extensiva é proibida, uma maneira de otimização dos espaços para obtenção de carne (ROMÃO *et al*, 2011 p. 14).

Recentemente, em 2019, o Brasil, após firmar acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos da América para uso do CLA, outros desdobramentos desse conflito se sucederam, um deles foi a visita de comissão parlamentar federal às comunidades Marudá e Mamuna, respectivamente afetada pela desapropriação e não afetada. Em agosto desse mesmo ano, o MPF solicitou a instauração de procedimento de consulta e consentimento prévio, livre e informado com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que normatiza a existência de consulta às partes frente à propositura de medidas legislativas que alterem direitos das comunidades indígenas e tribais.

O resultado do conflito acabou excluindo qualquer tentativa de expansão da área de lançamento e o acordo de salvaguardas (PLANALTO, 2020) foi assinado, depois de aprovado pelo Congresso Nacional, em novembro de 2019, sendo publicado em fevereiro de 2020 sem qualquer alusão a remoção, interferência ou qualquer outra alteração na vida quilombola, demonstrando que apesar de a alteridade ser em muitos casos construída de fora para dentro, se garante a manutenção dos lugares comunitários.

O reconhecimento das comunidades como um lugar no qual se dão a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais tem ainda outros emblemáticos exemplos, como as comunidades ribeirinhas por todo o país e os caçaras no litoral. O lugar ribeirinho talvez seja bem definido com a resposta à pergunta empreendida por Santos e Almeida (2018, p.192), “qual é o histórico dessas pessoas, quais foram os processos do espaço que ocupam”, cuja resposta relata serem “sujeitos que foram ficando nas margens do Rio Cuiabá, e nele aprenderam a trocar, isto é, ser como ele, e ser em função dele, e dele se fazer”. No ritmo do rio o tempo se molda, “ser” ribeirinho permeia distintas formas de vivência, e todas elas estão ligadas de forma direta ou indireta ao ambiente em que estão inseridos. Estes homens e mulheres estão envolvidos com a pesca, agricultura, artesanato e gestão de restaurantes (peixarias)” (SANTOS, ALMEIDA, 2018, p.193).

Brito (2018) afirma que a organização da vida ribeirinha se aporta basilamente ao rio, dando-lhe identidade por uma construção social ligada a ele. Essa ligação com o rio, o ser ribeirinho, não se limita às margens, pode ir além dela, algures, desde que na construção do lugar subjetivo a identidade ribeirinha exista. Essa abordagem de identidade, alcinhada muitas vezes pela ciência colonialista fenomenológica, contempla parcialmente um estudo do lugar, uma vez que vinculá-lo, o lugar, unicamente ao subjetivo do sujeito mesmo que manifesto pela cultura, mas há que se considerar a ligação do lugar em um *locus* definido. Lira e Chaves (2016, p. 73) apresentam uma proposição nesse sentido, para eles as comunidades ribeirinhas apresentam particularidades distinguíveis em vários aspectos, como: “uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como, nas relações de compadrio e parentesco”. Portanto, o lugar comunitário destacado de uma abordagem puramente fenomenológica, se bem que nessa direção também, ao apreender as subjetividades de sujeitos.

Talvez encontremos na Amazônia um exemplo que possa demonstrar com clareza o lugar ribeirinho. Chaves (2001, p. 78) em sua tese de doutoramento expressa a relação existente com a água, com a fauna e a flora formando um diversificado patrimônio da cultura ribeirinha. Esses grupos comunitários familiares, nos diferentes cursos d'água e lagos amazônicos e nas várzeas, "nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores".

Pescadores também são as comunidades caiçaras que Romani (2011), em sua pesquisa sobre os conflitos pela posse da terra na Baixada Santista relata. Eles que vivenciaram entraves à legalidade e as vantagens nessa disputa pelos empreendedores imobiliários. Assumiram-se como grupos de pescadores que reivindicam para si tal denominação, 'caiçara', mantendo os costumes do fazer a pesca, a arte e a culinária próprios e não turisticamente folclorizados, com vínculos e interdependência no espaço vivido. Oliveira-Monteiro (2017), que pesquisou na mesma área, identificou a onipresença nos 'atores' com os quais conviveu em sua observação participante a ligação com a terra, a pesca e seus modos de fazer, e a memória comunitária. Tais distinções contribuem na qualificação desse lugar de pesca caiçara, um lugar comunitário.

Há uma diversidade de grupos que podem ser considerados como tradicionais, como caiçaras, caboclos, camponeses e indígenas e até o próprio indígena, o qual trazemos neste momento para a escala do lugar comunitário. Simões (2020) sugere que não se engesse o termo populações tradicionais, uma vez que sempre está sempre vinculado ao conhecimento e às práticas locais, baseadas nos conhecimentos tradicionais

A tradicionalidade indígena está expressa em diversas fontes, como: depoimentos, cartas abertas, declarações, documentos iconográficos, enfim, tantos e diversos que uma extensa exposição seria ainda precária. Apresenta-se aqui como lugar comunitário indígena, e não só, mas também as demais comunidades e os conflitos geradores da luta por seu lugar, trechos da carta *Xingu Vivo Para Sempre*, evento realizado em Altamira, no Pará, em 2008, mostrando a relação simbiótica, material e afetiva dessas comunidades com a terra (REPORTE BRASIL, 2008). Ela diz:

Nós, representantes das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos

moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais da Bacia do rio Xingu [...]. Nós, que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu, que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência. [...] nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte. [...]. Essas barragens profanam seus sítios sagrados e podem acabar com os peixes dos quais se alimentam. Assim, nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, vimos a público comunicar à sociedade e às autoridades públicas federais, estaduais e municipais a nossa decisão de fazer valer o nosso direito e o de nossos filhos e netos a viver com dignidade, manter nossos lares e territórios, nossas culturas e formas de vida, honrando também nossos antepassados, que nos entregaram um ambiente equilibrado.

Watts-Powless (2017, p.251-252), uma índia acadêmica canadense, explicita acerca da compreensão sobre a origem da espécie humana — o espiritual e o feminino - entre os Anishnaabe. A Criação se deu pela história dos sete fogos, na qual o quinto fogo se refere ao criador que colocou os pensamentos em sementes, o sexto criou a primeira mulher, a Terra, base da vida. Frisa que “esses dois eventos aconteceram. Eles não foram imaginados ou fantasiados. Isso não é um conto, mito ou lenda. Estas histórias não são longas versões de um ‘e a moral da história é...’. Isso é o que aconteceu”. O lugar da sociedade se dá numa perspectiva de interações entre os mundos, não só das que se dão entre humanos, denominado “lugar-pensamento”, explicitamente:

Lugar-Pensamento é o espaço não distintivo onde lugar e pensamento nunca estiveram separados, porque eles nunca puderam ou podem ser separados. Lugar-Pensamento se embasa na premissa de que o território está vivo e pensando, e que humanos e não humanos derivam sua agência das extensões desses pensamentos (WATTS-POWLESS, 2017, p.252)

Ou seja, não que “os povos indígenas não teorizem, mas essas teorias complexas não são diferenciadas do lugar”. Contrapondo-se as abordagens indígenas e ocidentais, podemos perceber que na estrutura epistemológica-ontológica ocidental organiza a sociedade sobre a Ciência, já as “cosmologias indígenas seriam exemplos de uma interconectividade simbólica — uma abstração de um código moral”. Assim a maneira de ver o mundo — a base para uma orientação epistemológica é diametralmente distinta (WATTS-POWLESS, 2017, p.253 e 259). Esse exemplo expressa tacitamente a relação das identidades dos povos construídas nas escalas de lugar comunitário, e [...] afirmam que, para eles, a 'natureza' não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa as forças espirituais e cósmicas que fazem da vida o que ela é (POSEY, 1980, p.150; 1987).

Ainda sobre as comunidades tradicionais, é importante mencionar aquelas cujas características não sobressaem a raça, etnia ou algum tipo de relação de trabalho específico. A sua tradicionalidade está no modo de vida herdado nos padrões culturais ao longo dos tempos criados, vividos e transformados, tendo estabelecido um repertório próprio de ações de resistência às investidas que se materializaram nas ameaças, conflitos e violências. Não se deve reduzir esses grupos apenas na sua íntima relação com o tempo histórico, mas também pelas suas formas de organizações coletivas. Esse é o caso das comunidades dos pequenos povoados, dos arraiais, dos sítios e de outras comunidades que na maioria das vezes são lidas a partir de sua base econômica, predominantemente agropastoril.

O conjunto de características dessas comunidades nos despertam a pensá-las enquanto um modo de produção, lembramos de Chayanov (1974) que caracteriza um modo de produção camponês baseado na força do trabalho familiar. Nesse sistema, a pequena propriedade é também lugar de trabalho, a acumulação é baseada na subsistência e eventualmente se realiza atividades comerciais e não agrícolas. No entanto, menciona-se também que a unidade econômica camponesa agrupa outras características que extrapolam a dimensão econômica, como a cooperação e a solidariedade no lugar-comunidade.

Sem a intenção de realizar uma discussão mais ampla sobre a ideia de modo produção ou de explorar a comunidade sob a luz de teorias econômicas, nossa intenção é mencionar que os camponeses, seja como classe ou como modo de vida, são também grupos tradicionais, mesmo que desterrados (não desterritorializados), que resistem a uma sociedade de relações hegemônicas pautadas na acumulação de capital. Os conflitos que

esses povos experimentam costumam ter como bojo a terra e, principalmente, o território em sua multiplicidade de símbolos e significados.

No entanto, no Brasil, essas formas de enxergar o território entram em conflito com os dispositivos institucionais conservacionistas que desconhecem as dimensões desses lugares para além dos limites geográficos. Embora se reconheça a importância desses, também são destacadas as limitações e a necessidade de uma abrangência maior, assim como de soluções aos conflitos de usos. Em texto sobre os recentes movimentos sociais da Amazônia que incorporam fatores étnicos, critérios ecológicos e de gênero na autodefinição coletiva de povos tradicionais, Almeida (2004) analisa o texto constitucional de 1988 e mostra essas limitações a respeito das comunidades tradicionais, destacando diferentes processos de territorialização como nos babaçuais, castanhais, seringais que não são 'manchas' cartográficas, mas "tem uma expressão identitárias traduzida por extensões territoriais de pertencimento" (ALMEIDA, 2004, p. 28), nas quais a utilização da natureza ocorre sob a forma de uso comum, numa rede de relações sociais complexas, que pressupõem cooperação simples no processo produtivo e nos afazeres da vida cotidiana, tem-se um processo de territorialização que redesenha a superfície brasileira e lhe empresta outros conteúdos sociais condizentes com as novas maneiras segundo as quais se organizam e autodefinem os sujeitos sociais. (ALMEIDA, 2004, p.28).

Pelo exposto, é seguro afirmar que existe no Brasil a necessidade de (re)conhecimento da existência dessas comunidades, muitas das quais continuam a viver em desabrida situação de conflitos e violências. Segundo Brandão e Leal (2012, p.85), "a história de lutas e resistências atuais: da memória de tempos passados e conflitos 'com os homens' parcial ou totalmente resolvidos não são poucas as comunidades tradicionais em que esta memória o passado continua numa vivida história de presente". Essa conflitualidade, está desveladamente presente na vida das comunidades tradicionais, os autores ainda asseguram que dentre os conflitos armados e enfrentamentos jurídicos que se arrastam, "boa parte do que configura culturalmente chamamos de modo de vida, realiza-se também politicamente como um trabalho comunitário de resistência atual." (BRANDÃO & LEAL, 2012, p.85).

Ainda cabe falar das ameaças de expropriações ou de transformações rápidas e de efeito direto sob o modo de vida tradicional, provindas das fronteiras agrícolas a partir da expansão do capital na forma de monocultivos, de projetos agropecuários,

agroflorestais mínero-metalúrgicos, de industrialização e de outros que se reproduzem sobre os recursos da natureza, alicerçados na maioria das vezes em um discurso desenvolvimentista em que se tornam os arautos do progresso (BRANDÃO & LEAL, 2012).

Um exemplo tácito é a amplamente corriqueira afetação do lugar por Áreas Protegidas. Castro (2020) apresenta os conflitos nas comunidades inseridas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, em que os modos de vida tradicionais e sua relação com o lugar vivido, muito se assemelham aos ribeirinhos, mas que a presença da agricultura e pecuária, em maior ou menor grau, é substancial. Tais atividades basilares à vida confrontam-se com os objetivos de uma área natural legalmente protegida.

A partir da implantação do Parque pode-se perceber que o cotidiano comunitário sofreu alterações significativas devido ao contexto de proibições de algumas atividades, também pela inserção, no universo do mercado, de novos consumos e o aumento da especulação imobiliária. O cerceamento à manutenção de seus tempos e modos de (re)produção do espaço tem gerado conflitos cujas consequência colocam em risco o lugar comunitário. Tais pressões acabam concorrendo, se não na expulsão, uma expropriação do espaço original e suficiente das comunidades ao limite extremo da manutenção daquele lugar comunitário tradicional.

O LUGAR, ESPACIALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS SUJEITOS – PALAVRAS FINAIS

A Ciência, em suas abordagens do lugar, lhe atribui taxativamente um significado subjetivo, como se esse universo se desenvolvesse quase que exclusivamente, ou mais preponderantemente, em maior escala, não concorrendo para uma maior aproximação do uso dessa categoria às escalas nas quais o sentido de pertencimento, de identidade, de 'ser' são fundantes e, portanto, alinhadas com uma apreensão que lhes permita maior precisão.

Final em que situação, dependente da escala de abordagem, o humano deixou de sentir-se pertencente a um lugar, por mais diverso que ele seja? Senão pelos tão propalados métodos modernos da Ciência que dividem para entender o todo, mas não chegam a ele. Ou ainda pela proposição nos idos finais do século XX, quando se pensava a globalização como destruidora do indivíduo, e dos lugares, que Augé (1994) chamou de

sobremodernidade, e o 'não lugar', uma vez estar o espaço sob a tutela do excesso de informação, de imagens e de individualismo, não havendo ali o identitário, o relacional e o histórico.

Não podemos concordar que a essencialidade do ser humano tenha sido execrada de si, que sua subjetividade seja menos significativa quando diminuimos a escala do espaço, que deixa de ser um lugar dessa fragmentação científica para a sua apreensão. Como nos alerta Casey (1996, p. 36) nós nos apoderamos, nos apossamos dos 'objetos', das coisas, passando a ser como sujeitos entrelaçados aos objetos, sendo assim sujeitos e objetos, constituintes de certa maneira desse lugar, o que ocorre indistintamente nos 'recortes' necessários à abordagem e apreensão do espaço.

Isso dito, não se pretende universalizar uma teoria escalas-lugar, uma vez haver constituintes do espaço que impossibilitam abarcar a complexidade inerente em determinadas dimensões, também por uma obviedade de manifestação de elementos mais relacionados à consecução da vida nos moldes do mercado de consumo que mascaram o individual, o subjetivo, impondo comportamentos relacionais-sociais que devem ser revelados, percebidos por outras abordagens, estas sim, do bojo da Ciência do sistema vigente. Porém, é necessário não descartar a possibilidade de uso dessa abordagem, uma vez que, mesmo sob essa máscara social há o sentido identitário em cada ser humano e o lugar pode ser revelado quando se busca através de escalas menores, desde que utilizem-se ferramentas adequadas.

Mas convém ultimar chamando a atenção para o não aniquilamento da subjetividade e do uso adequado do lugar na dimensão do comunitário e do tradicional como abordagem. Ao tratar de apreender qualquer fenômeno, problema ou até mesmo motivações, a abordagem pela via do lugar em comunidades, tradicionais ou não, apresenta-se como uma das melhores alternativas, não por tratar-se de um 'recorte' na grande escala no qual a subjetividade e identidade são homogêneos e podem ser considerados suficientes pelas normas de uma ciência divisionista. Mas por manifestar o ontológico que se pode perceber na dimensão de um território e suas territorialidades, cujas escalas de diversidade como que se sobrepõem.

Desejou-se apresentar a indissociabilidade dos complexos constituintes do lugar e suas escalas que ultrapassam muitas das vezes a comunidade, o tradicional e a impositiva barreira da grande escala, mas que, não se abstém em se aventar seu uso em métricas menos detalhadas, cujas escalas têm limites além desse clássico

uso. Em ensaios futuros trataremos mais objetivamente do uso de uma abordagem de lugar além das fronteiras impostas pela grande escala, afirmando que esse uso é o melhor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **ANPUR**, v. 6 n. 1 (2004): maio. p.09-32

ARAÚJO, M. do S. G.; FILHO, D. L. L. Tecnologia Aeroespacial e a desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. **Revista tecnologia e sociedade**. N.2. Curitiba, 2006.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARTOLY, F. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 13, n. 26, p. 66-91, 2011.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. e ROSENDAHL, L. (org.), **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002, p. 83-131.

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, (22),65-72. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da Anpege**, v.8, n.9. 2012.

BRITO, E. P. de. Sobre os ribeirinhos tocantinenses: história e resistências: história e resistências. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [s.l.], v. 4, n. 14, out. 2018. p. 33, 23

CANDIOTTO, L. Z.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340.

CARRIL, L. de F. B. Quilombo, Território E Geografia. Agrária, São Paulo, Nº 3, 2006. p. 156-171. CLAVAL, Paul. **The Cultural Geography**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASEY, Edward S. How to get from space to place in a fairly short stretch of time. Phenomenological prolegomena. In: FELD, Steven;

BASSO, Keith (Orgs.) **Senses of place**. Santa Fé, Novo México: School of American Research Press, 1996. p.13-52.

CASTRO, Claudio Eduardo de. Comunidades tradicionais do parque nacional dos Lençóis Maranhenses: diferenciações na (re)produção do lugar. In: **Ciência Geográfica**-Bauru, v. XXV. 2021. p.1588-1609,

CHAYANOV. A. V. La organización de unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

COMERFORD, J.. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.112-120

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.

COSTA, R., H., da. **O mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. p.49-69

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é Filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo: Editora !34, 1992.

DIEGUES, A. A Sócio- Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil Antonio Carlos Diegues. In: **Revista Etnográfica**, Vol. III (2), 1999. (pp. 361-375).

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. Hucitec, São Paulo, 1996.

GIOMETTI, A. dos R.; PITTON, S. E. M.; ORGIGOZA, S. A. G. Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território. In: **Conteúdos e Didática de GEOGRAFIA**, volume 9 - D22 - Unesp/UNIVESP - 1a edição 2012. p. 33-40

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ed. São Paulo: Contexto, 2006^a

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: **Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos**. Fascículo 10, Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara. São Luís, setembro 2007. Disponível em: <http://goo.gl/OkHWtr>. Acesso em: 09 jul. 2018.

OLIVEIRA, L. de. O Sentido de lugar. In: MARANDOLA Jr., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?**: Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 3-16.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. R. de; SCACHETTI, R. E.; NAGIB, V. Identidades de pescadores caiçaras: heroísmo e precariedade em populações tradicionais?. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, agosto. Curitiba: UFPR, 2017. p. 124-139

PLANALTO. **DECRETO Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 02 set. 2020.

_____. **DECRETO Nº 10.220**, de 5 de fevereiro de 2020. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, firmado em Washington, D.C., em 18 de março de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10220.htm. Acesso em: 29 mar. 2021.

POSEY, D. A. Os Kayapó e a natureza. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 34-41, 1980.

_____. POSEY, Darrell. Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras e Campos Cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta et al. (Orgs.) **Suma Etnológica Brasileira**, V. 1 - Etnobiologia. Petrópolis: Vozes; FINEP, 1987. p. 173-185.

REPÓRTER BRASIL. **Carta Xingu Vivo Para Sempre**. 27/05/2008. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2008/05/carta-tingu-vivo-para-sempre/>. Acesso em 21 out. 2011.

ROMANI, C. O discurso cultural e ambientalista das comunidades de pescadores caiçaras na luta pela terra: uma análise histórica do conflito ambiental no canal de Bertiooga, na Baixada Santista. **História Oral**, 2(14), 2011. p.31-62

ROMÃO, B. S.; SILVA, A. L. A. e; SEABRA, E. L. L.; SILVA, S. C. da. A formação territorial do Maranhão, transformações espaciais e territoriais da implantação do Centro Espacial de Alcântara. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, p, 1-16 – Costa Rica, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820203.pdf>. Acesso em: 25 de mar. 2021.

SANTOS, M. Território: **Globalização e fragmentação**. São Paulo. Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, I. R. da S.; ALMEIDA, M. G. de. Território e Lugar: considerações sobre o viver ribeirinho no pantanal setentrional. **Geosul**, v. 33, n. 69 (Dossiê: Geografia Cultural), dez. 2018. p.189-209

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SIMÕES, "Populações Tradicionais": reflexões acerca de um conceito. **Revista Discente Planície Científica**, Campos dos Goytacazes – RJ v. 2, n. 2, ago./dez. 2020. p. 89-96

SODRÉ, RONALDO BARROS. O novo cangaço no Maranhão. **CONFINS**, v.1, p. 1-10, 2018.

SODRÉ, R. B.; MACIEL, S. J. O.; MATTOS JUNIOR, J. S. Contradições e possibilidades nos conflitos por terra: o caso do Maranhão. **Iberografias**, v. 33, p. 333, 2018.

SODRÉ, R. B.; CASTRO, C. E. de. CASTRO, C.E. de. O território produzido, terra e territorialidades. In: **I Seminário Internacional**

de Estudos Territoriais, 2017, Foz do Iguaçu. Anais do IX SEET e I SIET, Francisco Beltrão: Unoeste, 2017. v.1. p. s/n

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

_____. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TONI, P. M. de; DE SALVO, C. G, MARINS, M. C.; WEBER, L. N. D. Etologia humana: o exemplo do apego. In: **Psico-USF**, v. 9, n. 1, Jan./Jun. 2004. p. 99-104.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VALENTIM, R. P. F. de; TRINDADE, Z. A. Modernidade e Comunidades Tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Psicologia, Política**, v.11, n. 22, 2011. p.295-308

WATTS-POWLESS. V. Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). In: **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 250-272, jan./jun. 2017.

ZAMBRANO, C. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobemabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia** 21 (1): 9-49. jan.-jul, 2001.



INOVAÇÃO SOCIAL E SABERES OUTROS: O QUE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO FORMAL TEM A VER COM ISSO?

Márcia Regina Ferreira

Eu não estou interessado em nenhuma teoria, em nenhuma fantasia nem no algo mais (..) A minha alucinação é suportar o dia a dia e o meu delírio é a experiência com coisas reais” (BELCHIOR, 1976)

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a tentativa de pensar a partir do rompimento de paradigmas eurocêntricos, possa contribuir para desconstruir o pensado, questionar as ideias dominantes que mais mistificam do que revelam, que mais excluem do que incluem no dia a dia da construção do conhecimento nas universidades ocidentalizadas. Para Grosfoguel (2016) a estrutura do conhecimento nessas universidades possui um arcabouço epistêmico do mundo moderno (colonial que é racista e sexista), capitalista (imperialista) e patriarcal. Para o autor, essa construção foi realizada às custas do genocídio/epistemicídio dos sujeitos coloniais e por meio da enaltação da epistemologia Norte-centrica através do provincianismo (cinco países como produtores “universais” de conhecimento, sendo eles: França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália).

Diante desse cenário da modernidade/colonialidade percebe-se nitidamente que o padrão hegemônico da construção do conhecimento é do ser masculino e branco. Perpetuando e gerando na universidade uma visão antropocêntrica e humanística, na qual, o único ser vivo apropriado é este ser humano branco. Essa concepção de superioridade do masculino, branco e europeu trouxe consequências para os demais, como para mulheres, crianças, idosos, homossexuais, povos que foram escravizados (africanos e

indígenas), animais e até mesmo para a natureza, pois estes outros, foram transformados em objetos e invisibilizados/silenciados em todo esse processo civilizatório de sociedade.

Para Gonzalez (1983), antropóloga, intelectual, ativista negra brasileira, as ciências sociais por muito tempo no Brasil naturalizaram o processo de dominação nos corpos que não eram brancos e nem masculino. Por isso ela procurou abordar o duplo fenômeno que ocorre no racismo e no sexismo. Buscou uma epistemologia para compreender a cultura e a sociedade brasileira, constatando que "o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira" e, sua articulação com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Na articulação entre sexismo e racismo, a pesquisadora, a partir de seu lugar na universidade, buscou aprofundar a análise e adotar uma postura crítica para não reproduzir e repetir modelos oferecidos até então nas ciências sociais, pois estes, se encontravam vinculados tão-somente na perspectiva socioeconômica. Ao buscar construir um conhecimento sobre a naturalização acerca da dominação nos corpos negros, em especial, na subjetividade e na sua naturalização em nossa sociedade, encontrou na psicanálise algumas respostas, assim como Fanon, o intelectual dos estudos pós-coloniais.

Ao se debruçar sobre racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos na subjetividade das pessoas não-brancas, Gonzalez(1988) criou a categoria de Amefricanidade para destacar as relações únicas que ocorreram com os povos povos africanos e povos indígenas em nossa América. Aqui, estamos falando de uma intelectual negra da década de 1980 que publicou, discutiu, foi deputada federal, escritora e elaborou toda uma categoria de análise sobre o racismo. Refletindo como ele foi utilizado para criar uma internalização de "superioridade" do colonizador pelos colonizados, gerando a exploração e a opressão nos sujeitos de nossa sociedade. Mas quem conhece Lélia Gonzalez hoje? Talvez essa falta de memória ou de conhecimento do que é nossa produção intelectual, nossa história ou de elementos que problematizam o que é nosso, seja de alguma forma uma expressão da nossa colonialidade.

Para a autora, quando se analisa a nossa história, percebe-se que a estratégia utilizada pelos colonizadores europeus foi o racismo disfarçado. Pois por meio dele (o racismo disfarçado ou por denegação), ficaram as "teorias de misigenação", da assimilação e da "democracia racial", Para América Latina, que é muito mais ameríndia e ameericana do que outra coisa, ocorre o maior exemplo de racismo por denegação. Diante disto, percebe-se a importância de voltar o olhar para a formação histórica dos países ibéricos para

compreender como esse tipo específico de racismo foi sendo construído entre nós, a fim de compreender como esse processo conseguiu se constituir na forma mais eficaz de alienação dos discriminados do que a anterior.

Walsh (2005) argumenta que nos países que foram colonizados e colocados como uma cultura subordinada a uma cultura dominante, há um processo de colonialidade. Esse processo precisa ser discutido na educação, para que possa ocorrer um processo de descolonização e decolonialidade do ser. Ferreira e Silvério (2021) acrescentam outro fator importante, mas que é pouco considerado na educação, que é a vida humana. Ou seja, seria necessário também um processo de reconhecimento do ser humano como um ser multidimensional, por meio de uma experiência ou vivência acadêmica que ensine a condição humana (relação sujeito e cosmo). Pois, a ideia criada de um pensamento único (o eurocêntrico, mais recentemente, estadunidense), com um humanismo “universal” e “direitos humanos universais” que desumaniza os outros de sua humanidade, faz-nos desejar enquanto educadores encontrar uma humanidade que possa humanizar as pessoas não europeias.

Hoje, já se encontram esforços de arquitetar a partir de nosso lugar, processos de educação que possam romper as práticas estruturais e institucionais de racialização, de subalternização, de inferiorização a partir do gênero e da classe, que rompem perspectivas economicistas e compreendem o ser fora de um sistema binário, que também não é antropocêntrico, mas sim biocêntrico, pois valoriza e reconhece a vida e os outros saberes (Ferreira, 2019). Estes esforços podem ser encontrados na abordagem decolonial, que visa uma incursão ontológica, epistêmica e metodológica que busca criar fissuras ou até mesmo fraturar o projeto de modernidade/colonialidade na academia (lócus da construção do conhecimento formal). Pois possibilita que o sujeito (professor/ra pesquisador/ra) reveja suas posturas, seus posicionamentos, seus horizontes e projetos, tanto das instituições de ensino superior (Educação Profissional e tecnológica), como dos programas de pós-graduação (mestrados e doutorados) interdisciplinares no Brasil por meio de novas práxis.

Estes novos elementos apontam que precisamos de horizontes com “projetos políticos, éticos, pedagógicos e epistêmicos da interculturalidade, projetos onde são essenciais os conhecimentos coletivos, as análises coletivas e ações coletivas” para transformar e construir modos outros de poder, de saber, de ser e de viver (WALSH, 2005a, p. 48). Esta concepção vai ao

encontro a Inovação social e saberes outros, já que, consideramos que a inovação social é um processo coletivo fruto de uma ação das comunidades, dos grupos sociais e dos atores de um determinado território. O saber e o território são intimamente conectados, sendo a práxis, fruto da engenhosidade e da imaginação dos atores em resposta às diferentes situações de seus territórios, caracterizando-se por uma abordagem que conecta a reflexão à ação (MACHRAFI, 2014).

Ao situar este legado colonial da estrutura do conhecimento (racismo/sexismo epistêmico) e da colonialidade do poder (padrão de dominação e assimetria nas relações) como meio de conhecimento hoje, relacionando-o com a decolonialidade, a necessidade de inovação social e a valorização dos saberes marginalizados (aqui intitulados de saberes outros), este trabalho tem como questão central: o que a construção do conhecimento formal tem a ver com isso?

RACISMO E SEXISMO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: O DESAFIO DE OUTRAS LEITURAS DO DESENVOLVIMENTO

Um preto, um pobre, uma estudante, uma mulher sozinha, blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais. Garotas dentro da noite, revólver: cheira cachorro. Os humilhados do parque com os seus jornais. (...) Um rapaz delicado e alegre que canta e requebra, é demais! (BELCHIOR, 1976)

Para abordar outras leituras do desenvolvimento, é preciso apontar que essa construção e produção de saberes foi originada a partir de experiências/vivências no mestrado interdisciplinar de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, onde eu atuava como professora da disciplina Saberes Locais e Envolvimento Comunitário e Pesquisa Interdisciplinar. Percebi que eram necessárias outras leituras do desenvolvimento, porque a narrativa de desenvolvimento oferecida até o presente momento, gera no Brasil um padrão de poder enraizado na violência¹ física nos corpos que foram racializados e inferiorizados

¹ O cenário de violência no Brasil é impactante, em 2019 a cada 2 horas uma mulher era assassinada; uma média de 13 mulheres assassinadas por dia. Temos a taxa de 31,6 mortos para cada 100 mil pessoas, enquanto nos EUA é 5 para cada 100 mil pessoas; em 2019, 113 pessoas indígenas foram assassinadas. O caso de violência contra os povos indígenas aumentou 150%. Sobre LBGTQI+ O Brasil é o país mais

ao longo da proposta de progresso e de desenvolvimento econômico. Para Gonzales (1988) se desenvolveu aqui um racismo sofisticado para manter pessoas negras e pessoas indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas. Essa violência é recorrente, tem cor, tem classe social e tem gênero. Compreendemos o racismo na construção de nossa história, igualmente como a de gênero. Segundo Lugones (2008), assim como modernidade é constitutiva de colonialidade, a modernidade também é constitutiva da inferiorização do gênero que não é o masculino. Ocorreu uma imposição de um sistema de gênero binário, uma organização patriarcal e heterossexual das relações e isso resultou em uma série de violências. Para a autora, há um processo de desumanização e não existência do ser negro e essa negação da humanidade não é só ontológica, mas também é um assunto de (não)existência histórico-racial.

O desafio que deparamos na América Latina, é o de desenvolver outras leituras acerca do Desenvolvimento a partir de uma abordagem decolonial, a qual possa superar a patologia do regime colonial capitalístico e realizar a travessia desse regime e sistema de dominação para uma outra forma de se relacionar. Ao se considerar a construção da ideologia do progresso e do desenvolvimento no Brasil, percebemos que essas ideologias foram construídas com a prática do genocídio epistêmico pautado no racismo e no sexismo. Para Porto (2005) a máquina epistêmica ocidentalista deteve por muito tempo o poder para definir o que é ciência e o que não é, sobre a classificação de conhecimentos e sub-conhecimentos, sobre racionalidade e irracionalidade, construindo uma colonialidade do poder por meio do conhecimento.

A construção do conhecimento, como construção humana é também histórico e geopolítico, variando conforme o local e o lugar.

violento com pessoas trans, em 2019, 175 pessoas transexuais foram assinadas. Essa violência contra as pessoas trans ocorrem com crueldade. Das pessoas trans assinadas 58% eram negras, 78% eram profissionais do sexo; 72% não conheciam o suspeito e 71% ocorreram em lugar público. Quanto as pessoas negras, das 4.936 mulheres assassinadas no Brasil, 68% das vítimas eram negras. De 2008 a 2018 o homicídio de mulheres negras aumentou 12,4%. Sobre a desigualdade racial no Brasil, 75,7% das vítimas de homicídio eram negras. A taxa de homicídio de negros cresceu 33,1% até 2017 (IPEA, 2019). Vale ressaltar que a violência contra LGBTQ (nomenclatura do IPEA) só começou a ser monitorado em 2019. BRASIL MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

Embora saibamos hoje que o processo de modernidade foi concebido como um projeto de homogeneização do mundo (epistemicídio), obliterando as diferenças culturais e a supressão dos diversos conhecimentos e práticas locais por meio do processo de colonização em diversos países. Na década de 1980, Gonzalez (1988) ao apresentar Amefricanidades já denunciava como a violência do racismo e de suas práticas afetavam o legado dos povos africanos em relação a filosofia, artes, história e religião, impedindo a contribuição significativa que esses saberes continham.

Apesar do Brasil ter ganho independência dos poderes coloniais europeus, as instituições políticas, a racionalidade científica e as hierarquias socio-raciais do período colonial, permaneceram praticamente intactas. De tal modo, não se pode analisar a modernidade separadamente da colonialidade e da violência. Aqui, fomos colônia, deixamos de ser colônia. No entanto, o processo de colonização (exploração do território -povo, cultura e meios naturais) não deixaram de existir e essa colonialidade está também na universidade.

Castro-Gomez (2006) argumenta que universidade é colonizada porque reforça a hegemonia cultural, econômica e política do ocidente e acaba reproduzindo heranças coloniais de forma permanente. Para o autor, a universidade se apresenta com uma estrutura triangular da colonialidade: a colonialidade do ser, a colonialidade do poder e a colonialidade do saber. No entanto, a universidade contemporânea está em crise, onde a pós modernidade caracteriza-se como o momento em que o sistema capitalista se torna planetário, onde a universidade passa por uma crise de legitimação, pois a planetarização (globalização) da economia capitalista faz com que a universidade não seja mais vista como um lugar privilegiado de construção/produção de conhecimento, tudo isso faz com que a universidade passe a refletir sobre suas ideias e práticas eurocêntricas, sua submissão a imposição colonial e suas práticas e ideias econômicas, políticas sociais, culturais e educacionais.

Considera-se que quando as práticas na construção do conhecimento formal não contextualizam a realidade do território vivido, elas estão contribuindo para a colonialidade do saber e do ser. A descolonização busca mudar a ordem do modelo de desenvolvimento, busca uma nova linguagem e uma nova humanidade por meio da interculturalidade crítica e da decolonialidade. Como reconhece o processo de racismo e o sexismo na história, consegue avançar na construção de conhecimentos mais sensíveis que auxiliam para o rompimento do

servilismo e mimetismo intelectual ainda existente, podendo gerar a promoção da justiça cognitiva, justiça relacional e afetiva.

Ao compreender a história, percebe-se que precisamos desaprender sobre o que é o conhecimento para aprender de forma adequada sobre o nosso território e a compreensão do discurso acerca do desenvolvimento que nos foi apresentado. Um desenvolvimento que excluiu, que segregou, que silenciou e que é violento com tantos corpos, como os corpos negros, corpos indígenas, corpos de mulheres e os corpos LBGQTIA+. Como destaca Lugones (2014):

Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana. (LUGONES, 2014, p. 946).

Um desafio que se apresenta, é que por essa dominação cultural e violenta, percebemos que a modernidade/colonialidade opera no ser colonizado relacionando o colonialismo a não-existência (GONZALEZ,1988; WALSH, 2005; LUGONES, 2014). No entanto, a pedagogia que se esforça para mudar, transgredir, subverter e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual são as pedagogias decoloniais. O novo, o insurgente, a autoprodução têm relação com a decolonialidade. Para Walsh (2009) é necessário romper com a colonialidade do saber que considera que a produção do conhecimento privilegia apenas um povo, uma classe e uma categoria.

Para Quijano (1992) a dominação do europeu por meio do conhecimento racional, é mais que um paradigma, porque a colonialidade, modernidade e racionalidade, são frutos do contexto dessa dominação e funcionou como uma estrutura de poder que implicou na dominação colonial europeia sobre o mundo, gerando a ideia de diferença colonial (o inferior e o superior). A colonialidade se encontra relacionada como o colonialismo, mas os dois conceitos são distintos. Lugones (2008) aborda que tanto a colonialidade como o colonialismo possuem relações de poder sobre a existência humana e até hoje é possível observar esses desdobramentos na interseccionalidade de raça e de gênero. Para a autora, as necessidades cognitivas do capitalismo e a naturalização das

identidades, e as relações de colonialidade, e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial tem orientado para essa forma (patrão de poder) de conhecer. É preciso compreender a indiferença que os homens demonstram em relação as violências que sistematicamente são infringidas nas mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder. Portanto a decolonialidade surge como uma resposta ao processo de colonialidade do poder do saber e do ser.

Lucinda; Ferreira e Kleim (2019) afirmam que essa nova abordagem pos-colonial ou decolonial na construção do conhecimento, oportuniza conhecer os nossos saberes, reconhecendo a transdisciplinaridade, o cuidado, a ludicidade e a cosmovisão por meio de um olhar sensível que concebe outras epistêmes, outras formas de vida, outros mundos (pluri-verso), como as perspectivas ameríndias.

Considerando diversas epistemes, parte-se que todo conhecimento é geopolítico, e é situado. Todo percurso ontológico, epistemológico e metodológico para a construção de conhecimento depende do sujeito cognoscente que aceita a diferença e a diversidade, compreendendo que não há separação entre sujeito cognoscente e objeto exterior. Nesse sentido, todo conhecimento é também autobiográfico (SANTOS, 2000; FERREIRA,2019), onde o pesquisador/ra é um ser sentipensante em seu território relacional e há uma dinâmica intersubjetiva e intrassubjetiva (mente-corpo-espírito), nesse tecer juntos de saberes vivos.

Escobar (2015), aborda que o sentipensar com o território implica pensar desde o coração e desde a mente, destaca que este conceito sentipensante foi popularizado por Fals Borda, a partir de sua convivência com os ribeirinhos da Costa Atlântica. Esta abordagem visa o Sentir pensar com a terra, aponta outras leituras sobre o desenvolvimento, considerando o território e a diferença. Essas leituras são críticas ao modelo de desenvolvimento da América Latina e nos últimos anos os pesquisadores do Grupo Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade apresentaram cinco tendências sobre essa temática: a) o pensamento decolonial; b) as alternativas ao desenvolvimento; c) as transições ao pós-extrativismo; e) A crise e mudança de modelo civilizatório e várias perspectivas interrelacionadas que se centram na "relacionalidade e o comum.

O Discurso do desenvolvimento nos países da América Latina, da África e Asia, em especial, operam com a "colonização da realidade" por meio de uma narrativa de desenvolvimento e progresso. E o desenvolvimento seguiu sendo operado como

estratégia de dominação cultural, social, econômica e Política sobre os corpos de mulheres, de negros, de povos indígenas, desenvolvendo uma inferiorização e a desconsideração de seus saberes. Para romper o modelo de desenvolvimento que tem gerado tanta violência e barbárie, urge outras leituras, como o pós-desenvolvimento ou ir para além do desenvolvimento.

Visando o rompimento com modelos hegemônicos de desenvolvimento, essas abordagens decoloniais chamam a atenção para a cultura como diferença radical, como uma concepção emergente. Assim a cultura como diferença radical se relaciona com outros processos de civilização, cosmovisão, diferença epistêmica, lógicas comunitárias, pluriverso e sentir pensar com a Terra. Essa abordagem questiona os dualismos constitutivos das formas dominantes da modernidade e da ideia de um mundo único.

Escobar (2015) destaca que para essas leituras, inclui-se as ontologias relacionais para além da cultura, pois os territórios são espaço-tempo vitais de toda comunidade de homens e mulheres, mas não é só isso, também são os espaços-tempos de interrelações com o mundo natural que circundam e é parte constitutiva dele. Esses espaços materiais se manifestam como montanhas, como os lagos que são vistos e defendidos por esses povos, como espaços animados, enfim, espaços com vida. Por fim, essas abordagens saem do eixo eurocêntrico e os caminhos da educação intercultural poderão balançar o poder estabelecido pelo anúncio e denúncia, porque apontam para uma mudança social e a transformação social por meio da re-existência e à própria vida, para um imaginário "outro" e uma agência "outra" de convivência e de viver com e na sociedade (WALSH, 2009).

AS FISSURAS NO MURO EUROCÊNTRICO POR MEIO DAS INOVAÇÕES SOCIAIS E SABERES OUTROS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO CONHECIMENTO FORMAL NO BRASIL

Mas eu não estou interessado em nenhuma teoria. Em nenhuma fantasia, nem no algo mais. Longe, o profeta do terror que a laranja mecânica anuncia. Amar e mudar as coisas me interessa mais. Amar e mudar as coisas. Amar e mudar as coisas me interessam mais. (BELCHIOR, 1976)

No Brasil, nas últimas décadas tivemos diversos avanços na educação acerca da diversidade cultural, racial, reconhecimento da diferença, especialmente, no tocante a diálogos interculturais.

Nesse período, a educação formal passou a se tornar um espaço para anunciar e denunciar as injustiças sociais, cognitivas e relacionais. Isto vem ocorrendo pelo surgimento de novas instituições de ensino, que visam a construção do conhecimento em uma perspectiva negra e ameríndia por meio de novas práxis (sujeito-sujeito) e pelas novas leis que incentivam a elaboração de novas práticas pedagógicas e novos sujeitos nas universidades.

Em relação as Leis, temos as Ações Afirmativas nas universidades e a proposta da educação anti-racista da Lei Federal 10.639/03². Para Oliveira e Candau (2010), além de uma luta decolonial de poder e de saber, aos povos que foram escravizados como os afrodescendentes, a colonialidade do ser é fator relevante nas disputas epistêmicas no campo educacional. Para as autoras, a disputa em torno da Lei 10.639/03 além de apresentar um caráter epistemológico e político, também se caracteriza como um “projeto de existência de vida”, já que o racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores necessitando de um debate acerca da descolonização epistêmica.

Outro avanço, foi o Plano Nacional de Educação que trouxe uma proposta de 10% de atividade de extensão a partir de 2023 em todas as Instituições de Ensino Superior. A fim de compreender essa transição que se mostra como uma oportunidade da prática de política social do conhecimento e da inovação social, Ferreira e Blaszczyk (2019) analisaram o Plano Nacional de Educação (PNE)³, o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU)⁴ e a Resolução nº 7 de 2018⁵, que regimenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação.

As autoras verificam que a extensão universitária na América Latina pode ser apresentar como resistência cultural e como atividade real de construção de conhecimento por meio de conhecimentos outros. Os quais se relacionam com os conceitos de decolonialidade e pesquisa-ação em Fals Borda e Mora-Osejo (2003), sobre a ciência comprometida e a ciência própria. Elas verificaram que as Leis criadas sustentam a abordagem decolonial

² BRASIL MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

³ BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE. Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

⁴ BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária – PNEU. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2012.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, nº 243, de 19 de dezembro de 2018. Seção 1. p. 49 e 50.

e a política social do conhecimento, pois incentivam o agir a partir do território com proposta de práticas inter-relacionais de ensino-pesquisa-extensão baseadas na realidade local (o lugar). O PNE 2014, ao fomentar a produção de conhecimento local, seja no sentido de capacidade de produção científica do ensino superior, seja na capacitação dos profissionais da área em geral, consolidam os incisos do artigo 214 da Constituição Federal de 1988.

Embora sejam importantes as contribuições do PNE para o desenvolvimento de novas práxis por meio da creditação da extensão e fomento da extensão, o desafio é desenvolvê-la diante da limitação estabelecida pelo próprio Estado por meio da Emenda Constitucional 95, de 2016 (Teto de gastos). Pois, seus efeitos foram graves para as áreas sociais, especialmente as de saúde, educação, habitação, segurança alimentar e assistência social. Para Pellanda (2020) a educação, desde o começo das políticas de austeridade do governo Temer – em 2015, só agravou com a EC 95 – que já se contabiliza uma perda de R\$ 99,5 bilhões, sendo R\$ 32,6 bilhões só em 2019, segundo cálculos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Neste cenário, observa-se a impossibilidade da implementação das 20 Metas da PNE e do disposto na Lei 13.005/2014. A EC 95 asfixia não só o PNE vigente hoje, como também o próximo, que deverá ter vigência entre 2025-2035, já que o Teto de gastos é de 20 anos.

Esse é o paradoxo, há uma Constituição Federal conhecida como constituição cidadã em pleno processo de neoliberalismo. De um lado, temos uma carta de intenção com direitos sociais, por outro lado, temos a desigualdade social e a diferença colonial (bem visível na realidade do jovem preto, da mulher chefe de família da periferia, a criança abandonada, a violência contra os povos indígenas, contra as homossexuais), a corrupção, a renúncia fiscal e todo agravamento pós-pandemia de COVID-19. O Estado, decidindo quem deve ou não viver, afinal diante de um problema social, quando o Estado decide agir ou não agir, ambas decisões impactam a sociedade e são decisões políticas, ou melhor dizendo, como apresenta Mbembe (2018) é uma necropolítica (formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte).

Diante do estado de vulnerabilidade que esses corpos racializados vivem no Brasil, verificam-se pequenas mudanças dentro do aparato estatal, pois o padrão epistemológico eurocêntrico e colonial permanece ainda hegemônico. Visando contribuir na fissura do muro eurocêntrico, necessitamos de novas formas de ação, tanto em processos de dentro para fora, como de

fora para dentro nas universidades, mesmo com neoliberalismo em curso, é possível gerar alguns avanços no diálogo intercultural.

A inovação social, segundo Correia (2007) pode ser desenvolvida por instituições que visam fomentar mudanças nos ambientes legal, político, social, histórico, cultural e econômico. Alguns desses ambientes com nova arquitetura institucional de educação estão surgindo como; A) UNILAB⁶ - A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. De acordo com a legislação, a Unilab tem como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. B) UNILA⁷ A Universidade Federal da Integração Latino-Americana, é um órgão de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Tem como missão institucional formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Esses dois exemplos dão algumas pistas que o novo pode ocorrer no ambiente da construção do conhecimento formal. Onde as fissuras no muro eurocêntrico já começaram a aparecer outros modos de construir novas práticas de interação de outras epistemes e dialogicidade, na qual as perspectivas ameríndias e negras possam ser concebidas. Esses novos arranjos institucionais, podem apontar caminhos, para novos saberes entrarem em cena no espaço da Universidade por meio de outras leituras e outras experimentações com as pessoas que vivem nesses territórios em que a universidade está inserida. Com esses espaços de experimentações, criações e a valorização desses diversos saberes, perceberemos pequenas fissuras no muro eurocêntrico. Sendo esses saberes outros construídos por sujeitos não domesticados, mas sim descolonizados. A Educação formal poderá fomentar no seu dia a dia uma educação para todas as formas de vida, onde as lutas sociais desses grupos que foram subjugados tornam-se-ão cenários pedagógicos

⁶ Criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011.

⁷ Criada pela Lei 12.189, de 12 de janeiro de 2010.

baseados em experiências de coisas reais nas universidades brasileiras⁸.

No entanto, reconhecemos que vivemos no Capitalismo, imperialista e patriarcal e que o nosso processo de construção de sociedade e de conhecimentos, foram pautados nas universidades ocidentalizadas e cercada de tensionamentos. Os quais desdobram na prática da violência que não se encerrara por decreto. Com a cultura da indiferença e da violência instalada, a pedagogia decolonial visa contextualizar, denunciar e construir outras práticas na educação formal, pois ela é o encontro da práxis colonial (dominação) e a sua denúncia. Para tanto, é preciso compreender a importância de descolonização, da decolonialidade e interculturalidade nos países que passaram por processo de dominação territorial, ou seja, foram colônias.

A INTERCULTURALIDADE CRÍTICA, A DESCOLONIZAÇÃO E A DECOLONIALIDADE: INOVAÇÕES SOCIAIS E SABERES OUTROS NA UNIVERSIDADE

Dentro deste contexto, para um processo de emancipação, inovação social e saberes outros, precisamos reconhecer a história do capitalismo, eurocentrismo, imperialismo, racismo e sexismo nos processos e nas relações do mundo universitário. A mudança social poderá ser fomentada pela prática política de perceber esses processos de alienação, dominação, exploração, epistemicídio e partir deste reconhecimento e olhar sensível sobre coisas reais por meio de pensamentos outros e assim iniciar o ato de descolonizar. Descolonizar o/a pesquisador/ra (autodescolonizar) para descolonizar a universidade. Candau (2016) ao discutir sobre interculturalizar, descolonizar e democratizar para pensarmos em

⁸ Já surgem experiências no reconhecimento das Ações Afirmativas no Brasil e um processo de proposta de descolonização das universidades ao enunciar o regime de confinamento racial que as pessoas negras, indígenas e população LGBTQIA+ vivem no país. Rodrigues; Cassiani; Linsingen (2019) apresentam o Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da UFSC que criou um grupo em Movimento intitulado Grupo de Pesquisa "Discursos da Ciência e da Tecnologia da Educação (DiCiTE) que desenvolvem práticas pedagógicas decoloniais.

⁸ BRASIL MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 167-184.

uma educação “outra”, destaca que é preciso compreender a distinção de multiculturalismo e interculturalidade.

Embora sejam expressões polissêmicas, é preciso compreender que o multiculturalismo é a afirmação das diferenças em suas especificidades, mas a interculturalidade coloca ênfase no aspecto relacional. Onde no multiculturalismo reconhece a diferença, mas vai favorecer que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica, já a interculturalidade, ou a interculturalidade crítica (WALSH, 2009) considera o processo estrutural-colonial-racial e reconhece que a diversidade e diferença foram construídas dentro de uma matriz colonial de poder racializado e hierarquizado, onde os brancos e “branqueados” ficam em cima dos outros considerados inferiores.

Desta forma, Walsh (2009) apresenta a interculturalidade como uma ferramenta, um processo e um projeto que se constrói com as pessoas desde baixo, mostrando como um projeto político, social, ético e epistêmico de saberes e conhecimentos. Essa perspectiva Intercultural afirma a necessidade de mudar não só as relações, mas também as estruturas, as condições e as formas de poder que promovem a desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação.

No entanto, a educação intercultural na América Latina para Candau (2009) é complexa, como destaca.

“tanto pelo reconhecimento e a inclusão dos “oprimidos” e “condenados” nas instituições e nos discursos públicos, oficiais, neoliberais e trans-nacionalizados – dando a impressão de que o “problema está resolvido”, como pelas lutas que os movimentos indígenas e afrodescentes estão conseguindo firmar na perspectiva da construção de sociedades, Estados e humanidade radicalmente diferentes, em confronto com o racismo solapados e estratégias- cada vez mais sofisticadas – que se opõem e mobilizam contínuos processos de manipulação e cooptação”

Por isso necessitamos de uma interculturalidade crítica para o desenvolvimento de inovação social, a qual possa incorporar os tradicionalmente excluídos, mas não para a reprodução e perpetuação de práticas e pensamentos racializados e de dominação no sistema-mundo capitalista, mas sim, para desenvolver novos processos de intervenção intelectual que rompa o multiculturalismo neoliberal e que possam intervir na reinvenção da sociedade. As quais possam também incluir a recuperação, a revalorização e a

aplicação dos saberes ancestrais por meio da práxis universitária, de inovações sociais por meio de uma pedagogia decolonial.

Precisamos decolonizar, algo como sair da perspectiva eurocêntrica e estadunidense tão enraizada no “penso, logo existo” e no “extermino, logo existo” (GROSFOGUEL, 2016), para uma perspectiva ameríndia, “o outro existe, logo pensa” ou perspectiva negra, “o outro existe, logo o vejo”. Algo como a alteridade e o cuidado na construção do conhecimento e na educação como prática da liberdade, como proposto por Paulo Freire (1979, 1981, 2000 e 2011) acerca das diversas pedagogias (do oprimido, da esperança e da autonomia) e como reafirma hoje Walsh (2014) sobre as pedagogias decoloniais (caminhando e perguntando) por meio de sua proposta emancipatória de (re)existência decolonial. Mas esse cuidado com o saber outro, desse decolonizar, será mais imaginável se compreendermos que foi por meio do racismo e o sexismo epistêmico (ou epistemicídio), que ocorreu esse domínio epistêmico da ciência ocidental, branca, masculina, heterossexual e cristã e, será preciso questionar, pensar sobre isso na universidade e gerar novas práticas.

A interculturalidade é também uma ferramenta conceitual que organiza e mostra a diferença colonial, além disso, representa uma lógica construída a partir da diferença e trabalha para transgredir as fronteiras hegemônicas, buscado construir pensamentos “outros” e saberes “outros”, destacando:

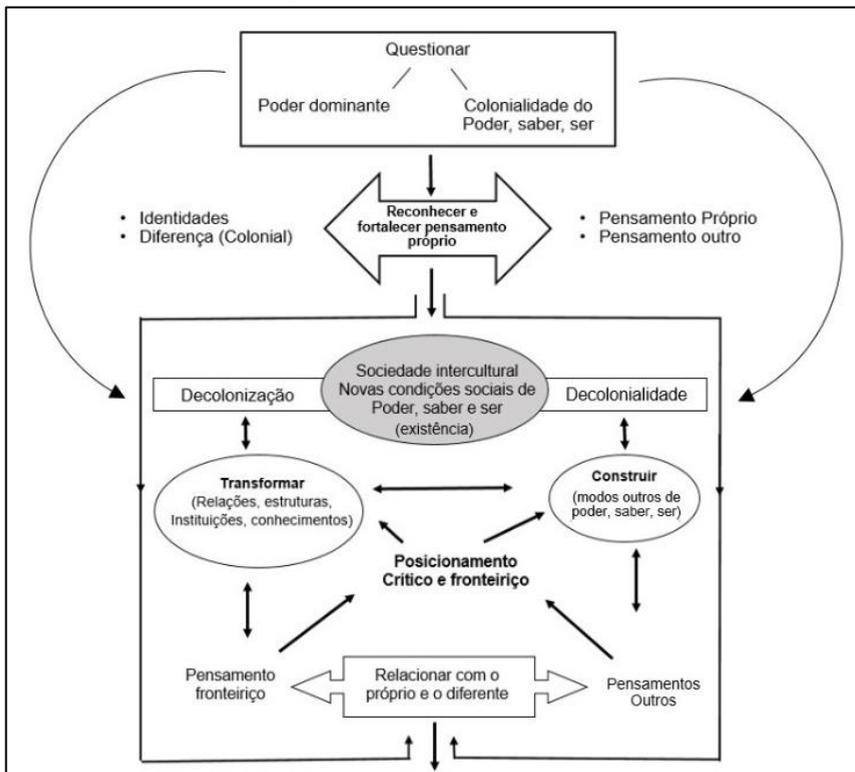
“à lógica da interculturalidade compromete um conhecimento e pensamento que não se encontra isolado dos paradigmas e estruturas dominantes; por necessidade (e como um resultado de processo de colonialidade) essa lógica “conhece” esses paradigmas e estruturas. E é através desse conhecimento que se gera “outro” conhecimento. Um pensamento “outro” que orienta o programa do movimento nas esferas política, social e cultural enquanto opera afetando (e descolonizando), tanto as estruturas e os paradigmas dominantes quanto a padronização cultural que constrói o conhecimento “universal” do Ocidente” (WALSH, 2019, p. 15-16)

Nesse sentido, a interculturalidade, a descolonização e a decolonialidade são elementos que se entrelaçam nesses novos processos de intervenção intelectual na educação formal da decolonização e decolonialidade (Diagrama 1), mostrando-se tanto ético-político como epistemológico.

Walsh (2007) apresenta que é preciso imaginar soluções realmente inovadoras baseada nas práticas dos atores e que faça

ver toda complexidade moderna colonial, como marco central que segue organizado e orientando as ciências e o pensamento acadêmico. A autora, destaca que é nessa reformulação do conhecimento, em diálogo com outros conhecimentos que se anuncia uma nova perspectiva de uma ordem da geopolítica de produção do conhecimento e quem sabe nasça uma civilização. A interculturalidade para Walsh (2019), manifesta de uma maneira “outra” de pensar e atuar, mostra-se em um pensamento fronteiriço de mudança e transformação social.

Diagrama 1 – Decolonialidade



Fonte: WALSH (2005 p. 49).

Partindo do exposto, independentemente das leis ou dos novos desenhos institucionais ou de outras leituras do Desenvolvimento que possam fomentar a reflexão acerca da decolonialidade, essa mudança, poderá ocorrer a partir de onde o/a pesquisador/ra estiver e por meio de sua práxis decolonial. Será no

cotidiano em sua prática ético-política, que se realizará a ciência pós ocidental, decolonial, ética, democrática e situada, baseada na construção de conhecimentos e saberes outros. E é nesse processo de autodecolonialidade, onde se reconhece a pluralidade e a diversidade das formas de viver, estar, ser, pensar dos estudantes, que essas mudanças e transformações poderão ocorrer. Pela nossa história cultural de violência, é preciso decolonizar a mente, o pensamento, a linguagem e a vida, cuidando para não reproduzirmos ações excludentes no cotidiano do território da universidade.

Enfim, esse decolonizar, para existir é um ato de amor, como diria nosso Belchior (1976), "amar e mudar as coisas me interessam mais", pois submerge do ato de envolver-se com o outro. Ocanã e et al (2018), apresentam que esse sentir-pensar na educação manifesta-se no decolonizar, denominado como práticas das biopraxis⁹ pedagógicas decoloniais, já que são práticas que não subalternizam, que tem em conta "o outro". Proporciona-se por meio de uma relação dialógica, um sentir-pensar-agir nos territórios relacionais gerando uma convivência transformadora. São práticas que humanizam a construção do conhecimento e a educação, são práticas necessárias diante de tantas incertezas e de tantas violências. contudo essas práticas só serão possíveis por escolha própria de cada um/a e pelo desejo de semear o amor, ou seja, amar a vida.

REFERÊNCIAS

CANDAU, M.V, **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"?** Rio de Janeiro: Viveiro de Castro Editora, 2016.

CADAU, M.V (ORG). **Educação intercultural na América latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

⁹ O giro decolonial nas ciências da educação é valorado pela possibilidade do desenvolvimento da biopraxis que por meio de ações formativas desenvolve ações decoloniais. "Biopraxis pedagógica decolonial é toda aquela ação crítica, desobediente, emancipatória, indisciplinada, insubordinada e insurgente, libertadoras, obstinadas, resistentes e transformadoras, que emergem no processo formativo, dentro e fora da sala de aula, e sejam espaços acadêmicos como extra-acadêmico" (tradução livre de OCANA et al, 2018 p.225)

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia/ Arturo Escobar--Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L.E. A superação do Eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: BOAVENTURA, Sousa S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA. M. R A construção do conhecimento em Ciências Ambientais: contribuições da abordagem decolonial. In: SGUAREZI, S. B. **Ambiente e Sociedade no Brasil Central: Diálogos Interdisciplinar Regional**. 2 ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: editora UNEMAT, 2019.

FERREIRA, M.R. BLASZCYK, A. A sustentação da abordagem decolonial na extensão universitária brasileira por meio das diretrizes legais do Estado. In: **Ambiente e Sociedade: desafios da zona Costeira e da educação ambiental**. Palhoça: Ed. UNISUL, 2020.

FERREIRA, M.R.; SILVERIO, D. Reformar o pensamento: a transição paradigmática na universidade e a necessidade da política social do conhecimento para o ecodesenvolvimento In: **Discussões efetivas sobre a sustentabilidade**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terr, 2011.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, L. A. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, Cap. 3, 1983. (**Ciências Sociais Hoje**, 2)

GONZALEZ, L. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31 n.1, o. 25 -49, jan/abril, 2016.

IPEA. **Atlas da violência no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

LUCINDA, K, B; FERREIRA, M, R; J KLEIM, Transdisciplinaridade, cuidado e ludicidade: contornos da construção do conhecimento no cotidiano mbya-guarani. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 12, n. 2, p. 105-118, jul./dez. 2019.

LUGONES, M. "Colonialidad y género". **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.

MACHRAFI, M. Inovação social e desenvolvimento. In: **Diálogos África-Brasil: Uma plataforma colaborativa para Inovação Social**. Rio de Janeiro. E-papers, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

OCANA, A, L, O.; LOPEZ, M, I, A; CONEDO, Z,E,P,C. Pedagogía decolonial: hacia la configuración de biopraxis pedagógicas decolonizantes. **Revista Ensayos Pedagógicos**. V. XIII, n.2, p. 201-233, Julio-diciembre, 2018.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.

PELLANDA, A. Teto de gastos: em 2019, a educação perdeu R\$ 32,6 bi para o teto de gastos. **Jornal Le Monde Diplomatique**. Disponível no site: <https://diplomatique.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi->

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, A. "Colonialidad y Modernidad-Racionalidade". In: BONILLA, Heraclio. **Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.

RODRIGUEL, A.L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 43, p. 111-128, 2007.

CASSIANI, S.; LINSINGEN, I. **Resistir, (re)existir e (re)inventar a educação científica e tecnológica** [recurso eletrônico]. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2019.

WALSH, Catherine. (Re)pensamiento crítico y (De)colonialidad. In: Walsh, C. (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar Ediciones Abya-Yala, 2005.

WALSH, C. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidade**. Revista Signo y pensamiento, Bogotá-Colombia.vol XXIV, n.46, mayo-juno, 2005a.

WALSH, C. Son posibles unas ciências sociales/culturales otras? Reflexiones em torno a las epistemologias decoloniales. **Nomadas**, n 26, p 102-113, abril,2007.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica Pedagogia Decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra epoca**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar e Abya-Yala, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialismo do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista eletrônica da faculdade de direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, Pelotas, v. 5, n.1, p. 6-39, jan./jul. 2019.



PRÁXIS E ARTE: A GEOGRAFIA LÊ O DIA-A-DIA ATRAVÉS DA POESIA

Luís Carlos Flávio

Yo soy un hombre sincero
De donde crece la palma,
Y antes de morirme quiero
Echar mis versos del alma.
Yo vengo de todas partes,
Y hacia todas partes voy:
Arte soy entre las artes,
En los montes, monte soy.
Yo sé los nombres extraños
De las yerbas y las flores,
Y de mortales engaños,
Y de sublimes dolores.

(Martí, 2011, p. 63)

INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto de nosso projeto de pesquisa realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) sob o título “A poesia desnudando geografias: desvendando lugares, territórios, paisagens.”

Qual a importância da poesia para a compreensão da geografia? Quais fundamentos teóricos, conceituais, epistemológicos e metodológicos podemos evidenciar, resgatar ou mesmo criar a fim de fundamentar de modo consistente o uso da poesia no ensino de geografia? Será, a poesia, capaz de auxiliar no trabalho intelectual de desnudar, desvendar as geografias de lugares, territórios, paisagens? Será a poesia uma forma de resgatar as geografias “fora do eixo” ou invisibilizadas, sobretudo no âmbito de formas capitalistas de produção desumanizantes, sob as quais vivemos?

Tendo tais indagações como linhas mestras de nossa pesquisa, pretendemos: a) averiguar o papel da arte e da literatura, notadamente da poesia (elementos estéticos e da sensibilidade humana) na práxis educativa que envolve subjetividade/objetividade na construção dos saberes geográficos; b) tecer um resgate teórico mostrando o uso da poesia como fonte de conhecimentos/saberes sobre as relações homens/mulheres/terra na história, relações estas que são muitas vezes ocultadas nos discursos que lêem o mundo; c) Pesquisar/reunir em banco de dados (a ser alocado possivelmente em espaço da internet – facebook ou outros e também em livros) poemas clássicos e de autores desconhecidos e/ou atuais que possam ser disponibilizados/utilizados por professores no ensino de Geografia; d) e discutir a importância de nós mesmos, seres simples que buscam pensar o mundo, também poderemos dar nossa contribuição em produzir poemas voltados a ler a vida, o ser, a permanência e a mudança, o que se apresenta e o que se oculta em termos de relações humanas/sociais e em relação à natureza em nosso cotidiano material e simbólico ou mesmo em nossos universos oníricos.

A educação geográfica é um esforço consciente em que buscamos produzir conhecimentos capazes de nos informar sobre os significados/sentidos que os homens/mulheres/sociedades dão aos objetos, ações e eventos do mundo. Os seres humanos se inserem na realidade produzindo suas histórias/geografias a partir dos significados por eles criados e que os orientam no tempo/espaço da vida (relações de trabalho, sociabilidades, afetividades, disputas, solidariedades etc.).

Desde os antigos gregos, no que tange à disseminação do conhecimento, foram muitos os “lugares” que contribuíram para sua (re)produção. Além dos saberes pertinentes aos mitos, lendas e religiões, a educação erigida na filosofia, nas artes, letras (literatura), música, teatro, dança e poesia tiveram o condão fundamental de contribuir com a produção humana de saberes acerca da natureza, das sociedades, dos grupos sociais e das pessoas/indivíduos vistos nas relações com o mundo externo e consigo mesmos. Em tal processo, homens/mulheres/sociedades construíram/constroem seus espaços, lugares, territórios, paisagens, ambientes etc.

Os conhecimentos/saberes sobre o mundo foram sendo produzidos a partir de várias linguagens, dentre as quais a linguagem poética que, desde longas datas, é utilizada para ler a vida, os tempos e espaços dos homens/mulheres em suas relações

de subordinação/resistência/transformação dos ritmos da natureza e das próprias relações sociais produzidas na história.

Em relação à colaboração da poesia com os estudos de geografia, é importante indagarmos: qual foi, historicamente, o papel da poesia na construção dos saberes geográficos, no que tange à sua capacidade de imbuir nos homens-mulheres/poetas elementos estéticos e de sensibilidade (sentimento do mundo) de modo a suscitar, em suas subjetividades, pensamentos e emoções voltados à (re)leitura e (re)criação do mundo? Como a poesia pode contribuir com os estudos de geografia na história geral e do Brasil, trazendo à luz conhecimentos/acontecimentos e formas de interpretar a realidade as quais são muitas vezes negadas, embora tragam em si importantes formas de conhecer as geografias que habitamos/construímos.

A poesia (e as artes em geral) foi considerada tradutora de elementos ou fragmentos da realidade em que o poeta faz emergirem saberes acerca das causas intrínsecas à natureza, bem como sobre as relações (de amor ou de destruição) que os homens/mulheres com ela mantêm. Ao eviscerar/desnudar os fenômenos e com eles dialogar, a partir de seus fragmentos, o poeta revelaria o todo.

Desde Humboldt, a relação entre o mundo subjetivo e objetivo fora ressaltada. Buscar a construção de uma análise integradora entre história humana e história natural é um dos pontos chaves que envolvem a *geopoética dos espaços*, compreendida como a leitura subjetiva que os homens/mulheres fazem dos lugares/territórios/paisagens vividos, percebidos, imaginados.

Objetivando compreender nosso tema, propomos tecer em nossa pesquisa um resgate da relação entre espaço e questões estéticas/subjetivas. O espaço como fonte de uma *poiesis* (recriação do mundo) capaz de despertar nas pessoas conhecimentos/saberes geográficos que ajudam a perscrutar/abordar/compreender o a vida, bem como a erigir práticas/práxis de sua (re)construção/transformação.

Indagamos o uso da poesia como possibilidade metodológica no ensino de geografia, já que ela pode contribuir para dinamizar e *dar alma* ao ensino-aprendizagem sobre o espaço. Defendemos o uso e a construção de poemas que falam sobre as relações e interações entre homens/mulheres e natureza em suas ações solidárias e/ou de conflitos e contradições.

A poesia pode ativar nos professores/estudantes um importante canal de diálogo com as *falas da natureza e das sociedades*, permitindo lermos as paisagens/lugares/territórios/regiões de que fazemos parte, muitas delas negadas ou ocultadas aos nossos olhos.

Intentamos evidenciar aqui que a poesia pode ser uma importante ferramenta na práxis nossa cotidiana: na transformação e recriação/humanização do mundo a partir do diálogo do pensamento geográfico com as construções geopoéticas do mundo.

OS ELEMENTOS ESTÉTICOS E DA SENSIBILIDADE HUMANA: ARTE E POESIA NA CONSTRUÇÃO DOS SABERES GEOGRÁFICOS.

A leitura que fazemos do espaço geográfico é tributária da dialética envolvendo razão e sensibilidade, objetividade e subjetividade. Tal dialética é fonte informativa de nossas ações sobre a terra (FLÁVIO, 2019).

O espaço é poético, pois os homens/mulheres o habitam e cotidianamente o sentem; com ele dialogam, através de sua interioridade/subjetividade que contribui para o diálogo dos homens/mulheres com os lugares, com suas *almas* e com os sentimentos de a eles pertencer (BACHELARD, 2005).

Os seres humanos têm em geral um gênio (de genuíno) poético. Através de seus sentidos estéticos eles se envolvem em constantes viagens pelo mundo em busca da verdade. Tais viagens são sobretudo enriquecidas pela importante participação do conceito da *experiência* (SUZUKI, 2002). As artes inventadas pelos homens/mulheres participam em tal processo como *formadoras de almas*.

Para Ribon (1991, p. 62) citando Paul Klee: "A arte deve revelar e tornar visível o invisível." E para Caroli (2001): as artes, desde o renascimento exploram elementos visíveis/invisíveis que culminam com a interpretação dos sonhos de Freud, como que buscando penetrar na caverna desomogênea do espaço contemporâneo.

A poesia se insere na noção de criação do espírito que participa dos processos de produção da cultura humana. Esta é criação que Bauman (2012, p. 22), nos "Ensaio sobre o conceito de cultura", sugere se vincular à "[...] capacidade de resistir à norma

e de se elevar acima do comum – *poiësis*, arte, criação *ab nihilo* à semelhança de Deus.”

A poesia se vincula à noção de cultura como “[...] aquilo que, presumivelmente, distinguia os espíritos mais ousados, menos submissos e conformistas: irreverência em relação à tradição, coragem de romper horizontes bem-delineados, ultrapassar fronteiras bem-guardadas e revelar novas trilhas.” O espírito poético é um “[...] processo de elevação, intensificação e enobrecimento espirituais” (BAUMAN, 2012, p. 22-3).

Não à toa, os poetas e artistas são respeitados por Nietzsche (2005) como donos de *faros delicados* que remam amiúde com *sentimento de liberdade* diante das opressões do mundo. Autores se referiram à poesia e às artes como fontes de contribuição fundamental para projetos voltados, conforme Heidegger, à *abertura do Ser* e à sua *iluminação*; e àquilo que busca se imbuir de importante sensibilidade face às múltiplas essências apresentadas pela vida (ROSETE, 2006).

Para Goethe, a arte/poesia são fontes ricas de combate à presunção de objetividade abraçada pelas ciências matematizantes/racionalistas que marcam a ciência moderna. Goethe sugere superarmos a concepção de que o mundo seria inerte, como se tocado por causalidades mecânicas. Para apurar o caráter global dos fenômenos, as representações estéticas oriundas do pensar poético seriam capazes de ajudar a compreender a realidade em sua constituição (VITTE, SILVEIRA, 2010).

Há em Goethe um confluir, que se maximizará em Humboldt, entre a análise científica e as diferentes formas de manifestação artística, especialmente a pintura e a poesia. A ciência seria responsável pelo dimensionamento concreto das propriedades da vida, suas estruturas, localizações e dimensões. Já a arte seria responsável pela síntese integradora, o reagrupar do desconexo elo causal de uma leitura mecânica da realidade. Seria tanto o efetivo caminho para a penetração dos modelos ideais escamoteados como a possibilidade real de inteligência do movimento geral da natureza. Através da comparação dos elementos (da paisagem), de suas estruturas percebidas por um olhar científico-artístico, almeja-se esclarecer as ligações e relações estabelecidas entre os diferentes componentes percebidos e a totalidade representada na paisagem.

Nota-se, neste momento, a clara conexão goetheana entre o homem e o mundo. O homem não pode ser entendido sem o mundo e nem o mundo sem o homem, afinal, subjetividade e

objetividade cumprem um movimento de interação e mútua realização (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 10).

Para Goethe, através da subjetividade, a partir de fragmentos da realidade, o poeta pode fazer emergirem as causas intrínsecas à natureza. Pois a arte age num “[...] reagrupamento das partes, das formas tomadas por uma intuição reveladora do todo.” (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 11).

Influenciado pelos estudos de Kant e Goethe, Humboldt vai buscar nos estudos da natureza, em sua multiplicidade e complexidade, o “princípio primeiro e unificador de toda a vida, a gênese estrutural que permite uma unidade em tudo o que se apresenta como variado e multiforme” (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 11).

Para Humboldt, toda cena apresenta uma natureza em movimento que pode ser descortinado não apenas pelo olhar da ciência objetiva, descritiva. “A importância dada por Goethe ao artístico olhar assume em Humboldt a mesma fundamentação analítica, se ligando igualmente a busca de uma síntese, de um fim da natureza e de um protótipo das formas naturais.” (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 11).

Para Humboldt o “[...] apelo à linguagem poética também não é mais do que o desafio de entrever na forma (de uma paisagem) uma plenitude que escapa ao distanciamento analítico de uma ciência objetiva, assim como em Goethe.” (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 12).

Humboldt abraçou uma concepção de ciência como empreendimento que valoriza um “conhecimento objetivo do mundo” que chegue às causas subjacentes aos fenômenos. Mas para atingir tal conhecimento, não renuncia à importância de uma “leitura artística e científica da forma (presente nas paisagens), por ser ela sintetizadora do jogo dinâmico de correspondência entre tudo o que compõe a natureza e a parte que se configura” (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 12).

A exemplo de Goethe, (Humboldt) enxergará uma comunhão entre o subjetivo e o objetivo, só que, nesse caso, voltada a uma análise integradora entre a história humana e a história natural. (VITTE, SILVEIRA, 2010, p. 12).

Para Pedras (2004) a linguagem poética é um elo entre Natureza e vida humana, sendo que ciência e poesia, juntas, são

capazes de proporcionar a reinterpretação da comunhão íntima do homem com a Natureza. O modo poético tece a apreensão do sensível e permite uma confrontação perpétua da razão com o fenômeno.

Vásquez (1986), em sua "Filosofia da práxis", entende a arte como expressão da capacidade criadora do homem. Os fatores psíquicos, subjetivos, são prenes de práxis revolucionárias!

Para Cândido (1981), os escritos dos poetas revelam, na essência, os ritmos da vida social; dos fluxos e forças, conflitos e contradições do mundo. A poesia traduz a eloquência e a comunicabilidade de tais dinâmicas; ela transpõe de modo entusiasmado o sentimento dos movimentos vistos, experimentados nas metamorfoses de ambientes naturais e sociais.

Citando Octávio Paz, para Marques (2010, p. 24):

Todo poema, qualquer que seja sua índole – lírica, épica ou dramática – manifesta um modo peculiar de ser histórico. Mas, para apreender realmente esta singularidade não basta enunciá-la na forma abstrata pela qual fizemos até agora e sim aproximarmo-nos do poema em sua realidade histórica e ver de maneira mais concreta qual é a sua função dentro de uma determinada sociedade.

Conforme Marinho (2010, p. 84) a poesia se insere e se encarna nos territórios da vida, na "totalidade em movimento", no espaço de existência, onde o corpo emocionado do poeta sente e lê o mundo/cosmos vivido e, a partir de sua sensibilidade, representa-o, explica-o, disseca-o ou mesmo o idealiza.

Para Pablo Neruda, citado por Marinho (2010, p. 84), na história, "O caminho da poesia vai para fora, pelas ruas e fábricas... está em todos os lugares das lutas humanas, em todos os combates, em todas as campanhas que anunciam o mundo que renasce...". Poderíamos dizer que o olhar poético está em toda parte, desde tempos imemoriais, lendo as geografias do mundo.

Desde os gregos antigos atribui-se à educação o condão de desenvolver a capacidade humana de conhecimento da natureza e de si mesmo, num contexto em que "[...] o espírito humano conduz progressivamente à descoberta de si próprio e cria, pelo conhecimento do mundo interior e exterior a si, formas melhores de existência humana" (JAEGER, 1995, p. 03).

Entre os gregos os poemas expressavam a participação, na vida humana, das forças sobrenaturais emanadas dos deuses. As inspirações dadas aos heróis são amiúde consideradas "influxos mágicos" aquilatados como sendo de matrizes divinas. Estas seriam inspiradoras da ação. O "ímpeto divino", a ajuda, o favor e a intervenção divina são elementos fundamentais nos momentos decisivos da vida das pessoas. "A consciência e a ação educadora dos gregos, nos seus momentos mais altos, estão plenamente cõscias desse elemento imponderável" (JAEGER, 1995, p. 56). "Os deuses estão sempre interessados no jogo das ações humanas. Tomam partido por este ou por aquele, conforme desejam repartir os seus favores ou tirar vantagem" (JAEGER, 1995, p. 79-80).

O poeta grego faz o trabalho de glorificar os seus heróis, evidenciar as qualidades humanas (coragem, ousadia, sabedoria, senso de justiça, prudência, inteligência); os poemas portam matizes éticos e educativos, como faz Homero na Odisseia ou na Ilíada. Mas na mesma Grécia antiga também há poetas, como Esíodo, que retrata no poema Erga a questão do trabalho no mundo grego: "[...] a luta silenciosa e tenaz dos trabalhadores com a terra dura (...)" (JAEGER, 1995, p. 85), a agricultura, o pastoreio e a luta com o solo e com a topografia, mostrando ainda os contrastes vividos no mundo do trabalho no contexto das classes sociais (nobres, servos, camponeses). Assim, os poetas se tocam por propósitos pedagógicos deliberados e conscientes que atrelam os poemas à vida social.

Durante a Idade Média, a poesia figurava como resposta ou expressão ligada ao apelo metafísico que aludia à existência ou não de Deus, às questões fundamentais vividas pela condição humana. "A Divina Comédia de Dante é o único poema da Idade Média que desempenhou papel análogo ao de Homero, não só na vida da sua própria nação, mas de toda a humanidade" (JAEGER, 1995, p. 65).

Para Jaeger (1995) "A poesia arraigada no solo (e não há nenhuma verdadeira poesia que não o seja) só se eleva a uma validade universal na medida em que atinge o mais alto grau da universalidade humana", a qual pode ser considerada como aquele conhecimento ou formulação "[...] que une e move todos nós" (p. 65), tocando nas questões essenciais da natureza humana e mirando as "[...] leis eternas que governam o mundo" (p. 76-7).

A poesia e a leitura dos lugares, territórios, paisagens

Quem tece um poema
liga as antenas,
mapeando bem fundo
para ver, entender
a vida que se estende
afagando e indagando
de modo fecundo
as visões e ações
que compreendem o mundo.
Somente um poema
ainda é pouco
para transformar o todo
de um louco sistema
que se rende, sem pena,
à insensibilidade
em um tempo que clama
por um ser mais humano.
Quem tece um poema
liga as antenas
para sensibilizar
um pensar fecundo
capaz de arejar
e, quiçá, humanizar
as faces e traços
dos espaços do mundo.

“(In)sensibilidade”, poema inédito - Luiz Carlos Flávio)

A leitura artística e científica é importante para compreendermos as paisagens, os lugares e territórios. Nesse sentido, apresentaremos brevemente alguns pontos envolvendo a temática que buscamos aprofundar em nossa pesquisa.

Segundo Escolar (1996), nas últimas décadas, concomitantemente à materialidade das coisas, as Ciências Sociais – e a Geografia, buscam conhecer, também os elementos psicológicos do mundo. Nesse sentido, a abordagem humanística é essencialmente crítica às perspectivas geográficas que abordam a relação homens/mulheres/natureza de forma mecânica ou meramente métrica, matematizante, omitindo analisá-la em seus valores vividos. O conceito de lugar gira em torno da valorização do homem de carne e osso, que tem corpo, sentimentos e alma. Que é dotado de sentido de pertencimento e se relaciona com os lugares vividos, percebidos, imaginados por eles trabalhados mediante sua

capacidade de *poiesis*, ou seja, de produzir a sua recriação (FLÁVIO, 2019).

Conforme Santos (1997) O espaço está imbuído de *emorazão*. Resulta de trocas simbólicas que conectam emoção e razão humanas, dimensões que atuam nos lugares.

Conforme Kosel (2012) o espaço é imbuído de uma geopoética. Esta significa uma visão de mundo integrada de uma certa porção do espaço, onde o ser humano e as *coisas do mundo* compõem um único universo integrado e imbuído de significados. Para além de se colocar como objeto do olhar, a natureza apresenta nas paisagens conteúdos de odores, sabores, cores, sons... Os homens/mulheres são tocados constantemente por um *sentir a natureza* (natural/humana), buscando intuir seus significados, sentidos, intencionalidades e ideologias nela presentes, sempre a partir das percepções, valores e significações de quem faz a leitura das paisagens (KOZEL, 2012), tais como os poetas.

Foi imbuído desse sentido que une a *emorazão* para "sentipensar" as relações que temos com nossos lugares que produzimos o poema "O lugar":

Meu lugar é o meu paraíso
se ali tenho o que preciso
e o que tenho, por simples que seja,
me faça viver, sonhar, sorrir,
e pra mim seja algo
de profundo prazer e porvir.
Falo do gosto - na vida -
de ter forças pra lutar,
pra abraçar o rosto do amanhecer,
da tarde, do anoitecer
e de todos os (inumeráveis)
próximos - amigos,
alguns dos quais
até apresento: minha árvore,
meus pássaros, meu riacho,
ou mesmo o singelo banco
em que me sento,
onde por vezes até,
refletindo, me acho...
É, o meu lugar
é onde tenho os melhores laços.
É ele o melhor amigo,
o nosso mais fausto
e prazeroso abrigo,
que pode ser a casa,
a rua, a viela, o boteco,

a festa, ou mesmo a favela,
o roçado de trigo,
o cavalo, a vaquinha amarela,
os pássaros, as galinhas,
as ovelhas e até o pôr do sol,
com seu matizado arrebol,
ou ainda a dama-noite,
cujas teias de fazer sonhar
encantam os namorados que,
sob o frescor da inefável brisa,
se dançam, se amam ao luar
sob a bênção das estrelas,
estas, guias, também fiéis amigas
da estrada, da gente
que busca trilhas!
O nosso melhor lugar
é o que dá forças
pra gente não parar,
mas, sim, com fé agarrar
a lida, e fazer o que a gente
sente no peito,
fazer do nosso jeito, o que gosta
mesmo que não dê conta
de decifrar as luzes
e os incontáveis embustes
e embates da vida
ou entender suas esdrúxulas
e inesperadas propostas,
corridas, feridas, saídas...
Agora, pra ter senso de verdade,
a maior desgraça a enfrentar
é ser forçado a do amigo
se apartar, e precisar desfazer
de tudo o que veio a ter na vida
pra alguns vinténs vir a ganhar,
a fim de buscar outro sobreviver.
Desgraça é ter que abandonar
o nosso mais íntimo
modo de estar e ser
e, às vezes, sem saber pra onde ir,
(só de falar dá tristeza, nem gosto)
ter que partir
pra qualquer outro *locus* habitar.
Desgraça é ter que se enveredar
em um lugar estranho,
sem amanhã, desconexo,
talvez medonho
porque não é onde o sonho
da gente quer morar,
simplesmente porque ali,

não é o nosso lugar...

("O lugar", poema de FLÁVIO, 2008, p. 63).

Para Silva (2016) a geografia deve analisar as subjetividades/emoções presentes nas vivências dos lugares. As experiências e sentimentos das pessoas contribuem para transformar, alimentar a ideia de pertencimento, engrandecimento ou mesmo de defesa dos lugares. A este respeito vale mencionar, por exemplo, o poder do respeito/amor ao lugar evidenciado no filme "Bacurau", dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Ele ganhou o prêmio de melhor longa-metragem ficção no "Grande Prêmio do Cinema Brasileiro" ("BACURAU" vence..., 2020). Romano (2020, p. 08) nos dá uma rápida descrição do filme.

Bacurau é um filme com diversas camadas e alegorias. Uma das coisas que eu gosto de comentar quando eu falo sobre esse filme é que o protagonista é o lugar. Bacurau. Isso é muito geográfico. E além de ser sobre o lugar (ou o território ou o espaço), é sobre as pessoas desse lugar. Sobre as pessoas e suas relações, entre si e com o lugar. Sobre a relação dessas pessoas com as pessoas que não são desse lugar, sobre a relação das pessoas de fora com esse lugar. "Geografíssimo" (é o superlativo de "geográfico" que eu acabei de inventar porque achei que combinou).

Vemos no filme – também narrado por Romano (2020) – que seus personagens se unem (indo além de suas diferenças internas) para proteger o seu lugar de estrangeiros que o queriam dominar, para isso usando de violência contra pessoas que o habitavam. Interessante percebermos como o sentimento de lugar dá vazão para que as pessoas lutem (pegando em armas) para defendê-lo também como seu território...

Ademais, como também vemos no filme mencionado, os corpos e consciências agem sobre as coisas, (re)organizam o mundo num universo onde a consciência humana e suas práticas/lutas são cada vez mais tocadas por relações/interesses locais-globais. Os lugares são cada vez mais uma heterotopia, já que se relacionam com todos os demais lugares (SOJA, 1993, p. 262): "Tudo que era local torna-se cada vez mais globalizado, e tudo que é global torna-se cada vez mais localizado."

Para Derek e Smith (1996) os processos de globalização interferem nos deslocamentos espaciais. Provocam reestruturação

inclusive nos imaginários de pertencimento das comunidades, interferindo no senso de lugar. As mídias passaram a ser mediadoras do processo. E os significados de comunidade/lugar se transmutaram.

A poesia e os poetas, são importantes tradutores das relações locais-globais, particulares-universais que afetam os lugares. Um poema-canção como a letra Parabolicamará, de Gilberto Gil, nos ajuda a compreender muitas relações locais/globais que afetam os lugares (CORREIO, 2016):

Antes mundo era pequeno
Porque terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque terra é pequena
Do tamanho da antena parabolicamará
Volta do mundo, camará
Mundo dá volta, camará
Antes longe era distante
Perto, só quando dava
Quando muito, ali defronte
E o horizonte acabava
Hoje lá trás dos montes,
den de casa, camará
Volta do mundo, camará
Mundo dá volta, camará
De jangada leva uma eternidade
De saveiro leva uma encarnação
De jangada leva uma eternidade
De saveiro leva uma encarnação
Pela onda luminosa
Leva o tempo de um raio
Tempo que levava Rosa
Pra aprumar o balaio
Quando sentia
que o balaio ia escorregar
Volta do mundo, camará
Mundo dá volta, camará
Esse tempo nunca passa
Não é de ontem nem de hoje
Mora no som da cabaça
Nem tá preso nem foge
No instante que tange...

O território é todo espaço transformado mediante a atuação de forças concretas e relações de poder que efetivam a construção de identidades, coesões e exclusões e disciplinarizações grupais,

definindo fronteiras e conexões/redes que são tecidas entre atores sociais (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007).

Conforme Soja (1993), o espaço esconde as relações de poder e disciplina. As geografias estão imbuídas de interesses, de políticas e ideologias (Estado, classes sociais). Isso num contexto em que cada território se aproxima, conectando-se ou se afastando de outros territórios.

Além da formação de territórios, há também no espaço a criação de movimentos de (des)territorialização. Tal movimento pode ser debatido, por exemplo, a partir da clássica obra "Morte e vida Severina" de João Cabral de Melo Neto. Nela o autor retrata a concentração da terra e a morte encomendada aos camponeses pelos detentores da terra (MELO NETO, 2008). Chico Buarque imortalizou tal questão na canção "Funeral de um lavrador"¹, cuja letra é a que segue:

Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É a terra que querias ver dividida
É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
Estarás mais ancho que estavas no mundo
É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo
Porém mais que no mundo te sentirás largo
É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca.

Na história, os poetas, como todos os artistas, aliás, sempre participaram na construção de poemas/artes que dialogaram com a questão do poder (sobre as terras, os rios, a cidade etc.). Seja para

¹ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45132/>
Acesso: 22.06.21.

se colocarem em apoio aos poderes constituídos; seja para se oporem em resistência aos poderes constituídos, produzindo, antes, obras imbuídas de valores contra-hegemônicos.

Tal como evidenciam Dal Lago e Giordano (2014), a história comportou artistas que se empenharam em “entreter a corte” (p. 08), trabalhando para o poder (dos imperadores, Estados etc.), a partir do uso de suas produções estéticas e de imagens proporcionadas pelas obras de arte. Hitler e Stalin, por exemplo, teriam se interessado muito pelo uso de produções de artistas/literários para disseminar suas ideologias políticas.

Entretanto, os mesmos autores (DAL LAGO e GIORDANO, 2014) ressaltam que a história conheceu igualmente inúmeros poetas/artistas que não mediram esforços para erigirem obras/artes devotadas à realização de pensamentos e ações revolucionárias, contraditando as ordens de reprodução/manutenção do poder. Ou seja, a arte tem sido nos tempos expressão de resistência ao que eterniza o status quo e as vontades de poderes hegemônicos em todas as partes do mundo. Tal questão pode ser vista na produção da poesia no Brasil.

Como vimos acima no exemplo citado no poema de Melo Neto (2008) envolvendo a questão da terra no Brasil, a poesia marcou, de longa data, bons pedaços na leitura da história brasileira. Baseando-se no historiador Luís da Câmara Cascudo, Luzimar Medeiros Braga, cordelista contemporâneo, narra a chegada da literatura de cordel (poesia nordestina) ao Brasil: “(...) O CORDEL veio ao Brasil com os colonizadores, por migrantes romancistas, saudosistas, trovadores, que liam e escreviam versos pra minorar suas dores (...)” (ALGERI, s/d).

A literatura de cordel se notabilizou no país a partir do Nordeste como poesia que tece leituras da vida do povo, ressaltando suas criatividades e dificuldades nas condições sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais. É uma poesia bem-humorada ou que mesmo satiriza situações da vida cotidiana.

Para além da literatura de cordel, a poesia brasileira produzida desde os tempos coloniais aos mais recentes é vasta e rica. Ela conta importante participação na leitura dos conflitos/contradições que marcaram/marcam a sociedade brasileira atinentes, por exemplo, às experiências vividas por indígenas, por negros e pela população em geral, no contexto da escravidão, da exclusão social, da questão da terra, das transformações na identidade, nas questões políticas e de liberdade e nas questões ambientais que marcam a vida das populações rurais e urbanas.

Para darmos brevíssimo ou preliminar sobrevôo no tema de como a poesia pode nos ajudar a ler a geografia brasileira construída em suas contradições/lutas históricas, vinculadas às relações de poder sobre o território, poderíamos nos ater ao que ensinam Nascimento e Monteiro (2011, p. 01):

A História do Brasil é marcada por momentos de agitação política e de perseguição àqueles que se manifestam de forma contrária aos que detêm o poder. Assim ocorreu com muitos poetas ao longo da história do País, cada um deles perseguido em épocas diferentes e por motivos diferentes: Gregório de Mattos perseguido pela inquisição e por uma atuação que lhe conferiu o epíteto —Boca do Inferno no século XVII; os poetas árcades inconfidentes, uns presos, outros exilados pela Coroa portuguesa no século XVIII; os poetas engajados perseguidos durante a Ditadura Militar (de 1964 a 1985) como Ferreira Gullar, exilado em Moscou, Santiago, Lima e Buenos Aires, ou Thiago de Mello, exilado em vários países como Chile, Argentina, Portugal, França e Alemanha.

Como apontam Nascimento e Monteiro (2011) o Brasil experimentou sempre, em sua história, muitos poetas e muita poesia “insubmissa” sendo produzida para evidenciar as contradições da realidade vivida.

Embora não citado pelos autores, um dos poetas brasileiros “insubmissos” à realidade do sistema dominante em seu tempo e que podemos citar com propriedade foi Castro Alves. No trecho do triste poema “Bandido negro”, apresentado abaixo, o poeta externaliza a revolta dos negros face à dura condição por eles experimentada no período do cativo:

Corre, corre sangue do cativo
Cai, cai, orvalho de sangue
Germina, cresce, colheita vingadora
A ti, segador, a ti. Está madura.
Aguça tua foice, aguça tua foice
E. S U E (Canto dos Filhos de Agar)

Trema a terra de susto aterrada...
Minha égua veloz, desgrenhada,
Negra, escura nas lapas voou.
Trema o céu ... ó ruína! Ó desgraça!
Porque o negro bandido é quem passa,
Porque o negro bandido bradou:
Cai, orvalho de sangue do escravo,

Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.

(ALVES, s/d, p. 48-9)

Dentre outros poetas “insubmissas”, lembramos do poeta amazonense Thiago de Mello. Tendo ele sido preso durante a ditadura militar (originada em 1964), exilou-se no Chile. E teve a graça de ser hospedado na casa do poeta Pablo Neruda. Com este escritor, angariou significativos contatos e trocas literárias (MEDEIROS, 2019).

A poesia de Thiago de Mello é profundamente imbuída de conteúdos com árdua crítica social. Isso podemos ver no seu poema “Estatuto do homem”, no Artigo III, onde vemos uma mensagem estampada contra os tempos/governos de exceção:

Fica proibido
o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida
dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será
algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.

(NASCIMENTO, MONTEIRO, 2011, p. 09).

Thiago de Mello também externou sua preocupação poética com as causas indígenas vistas por ele no contexto amazônico. Em um de seus poemas, “Solilóquio do índio”, Mello evidencia os problemas vinculados à aculturação e ao esfacelamento das identidades dos povos originários do Brasil:

Perdido de mim, não sei
ser mais o que fui
e nunca poderei deixar de ser.
De mim me perco e me esqueço
do que sou na precisão
que já tenho de imitar
os brancos no que eles são:

uma apenas tentativa inútil
que me dissolve na dor
que não me devolve
o poder de me encontrar.
Já deslembrado
da glória radiosa de conviver,
já perdido o parentesco com a água,
o fogo e as estrelas,
já sem crença, já sem chão,
oco e opaco me converto
em depósito dos restos
impuros do ser alheio.
Resíduo de mim,
a brasa do que já fui
me reclama, como a luz
que me conhece
de uma estrela agonizante
dentro do ser que perdi.

(CANIZARES, 2019, p. 23).

Ainda sobre a temática indígena, trazida sob linhas poéticas, vale mencionar um poema produzido pela poeta indígena amazonense Márcia Kambeb, citada por Rodrigues et al (2020, p. 486-7):

AY KAKUYRI TAMA (Eu Moro na Cidade)

Ay kakuyri tama.
Ynua tama verano y tana rytama.
Ruaia manuta tana cultura ymimiu,
Sany may-tini, iapã iapuraxi tanu ritual.

Tradução:

Eu moro na cidade
Esta cidade também é nossa aldeia,
Não apagamos nossa cultura ancestral,
Vem homem branco, vamos dançar nosso ritual.
Nasci na Uka sagrada,
Na mata por tempos vivi,
Na terra dos povos indígenas,
Sou Wayna, filha da mãe Aracy.
Minha casa era feita de palha,
Simples, na aldeia cresci
Na lembrança que trago agora,
De um lugar que eu nunca esqueci.
Meu canto era bem diferente,
Cantava na língua Tupi,

Hoje, meu canto guerreiro,
Se une aos Kambeba, aos Temb , aos Guarani.
Hoje, no mundo em que vivo,
Minha selva, em pedra se tornou,
Não tenho a calma de outrora,
Minha rotina também já mudou.
Em convívio com a sociedade,
Minha cara de "Índia" não se transformou,
Posso ser quem tu  s,
Sem perder a essência que sou,
Mantenho meu ser indígena,
Na minha Identidade,
Falando da importância do meu povo,
Mesmo vivendo na cidade.

Como vemos, a partir de sua lavra poética, a poeta indígena tece uma importante reflexão sobre as metamorfoses ligadas à identidade e   vida dos indígenas que habitam nas "selvas de pedra", as cidades.

Seguindo nesta linha de poema que desperta o olhar sobre os problemas do mundo, Manuel Bandeira também nos legou, com sua poesia, belos versos sentipensantes sobre a questão, por exemplo, das desigualdades sociais vistas nas cidades brasileiras. No seu poema "O bicho", Bandeira retrata de forma bela, porém dramática, as paisagens de fome vistas no Brasil e alhures (BREMER, 2011, p. 1800):

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio,
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um c o.
Não era um gato.
Não era um rato.
O bicho, meu Deus,
era um homem.

Nessa linha de raciocínio, pensamos que a poesia deve nos imbuir de um espírito que nos ajude a "pensar fora da caixa", apontando as realidades que "fogem do eixo" ou dos paradigmas hegemônicos que nos prendem a dogmas do pensamento. Ou, qual diria Morin (2003; 2007), que nossas cabeças, nossas epistemes,

não cedam a pensamentos fáceis que mutilam a realidade por querer encaixá-la em conceitos avessos ao mundo real.

Nesse mesmo sentido, ao nosso ver, a poesia também pode nos provocar outros olhares para além do pensamento hegemônico que venha a nos sonegar um encontro mais íntimo com a realidade concreta do mundo. É o que tentamos dizer com o poema abaixo, de nossa lavra:

Na caixa e nas faixas
em que me deixam entrar
eu vejo desencaixes
em todo lugar.
Mas tais desencaixes,
vale anotar,
suas clivagens e paisagens
se tacham ser bobagens,
não se vê contemplar.
Nos espaços da caixa
onde me deixam entrada
vejo várias estradas
pelos cantos achados
que são considerados
eixos irregulares.
Mas, mesmo encontrados
por todos os lados,
os olhos banais,
encegueirados,
em tais desencaixes
não encaixam olhares.
Na caixa mono-eixo,
em todos os lugares,
eu vejo preconceitos
divulgados e pichados
nos chãos e nos ares
contra os eixos-lugares
considerados multipolares.
Tais eixos-lugares
são, assim, tachados
de serem, em tudo,
mundos irregulares.
Assim, tais eixos
não lineares,
os quais se enfeixam
espiralados,
não vejo notados
pelos olhares
que aceitam a caixa
e tais predicados

bem encaixados
em tais pilares.

(De caixas e eixos, poema inédito, Luiz Carlos Flávio)

É nesse diapasão que pensamos ser fundamental continuarmos buscando na poesia formas mais e mais rebeldes de ver o mundo a partir de suas paisagens e contradições que precisam ser evidenciadas, “gritadas”, desnudadas, escancaradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A poesia, como linguagem sensível às transformações da vida, às relações que os seres humanos têm com a natureza e com a sociedade, é uma via privilegiada de expressão/entendimento do mundo que nos rodeia.

As paisagens geográficas resultam das relações/embates brotados da interação natureza/sociedade. Relações que são captadas pelos olhares dos/das poetas que sentem/pensam a realidade e a traduzem em poesia. Os poemas assim produzidos tocam a razão e as emoções/sensações das pessoas que lêem as obras poéticas. A leitura de poemas pode enriquecer os conhecimentos/pensamentos produzidos sobre a realidade.

Qual aduz Cosgrove (1999), as experiências ligadas às percepções das paisagens que atuam sobre os corpos (como os corpos dos poetas) despertam em nós cargas emocionais e passionais que são importantes para as leituras dos espaços, lugares, territórios, regiões. Leituras que podem ser feitas a partir de textos de geógrafos. Mas também podem advir de forma profícua do contato com a lavra das mãos criadoras dos poetas.

A ciência geográfica não pode desistir de aprender a ler o espaço, os lugares e territórios da vida cotidiana também a partir das ricas contribuições traduções da realidade que nos são oferecidas de modo generoso por seres humanos que se entregam ao pensar profundo preparado no sensível cadinho do labor poético.

A poesia se põe, portanto, como uma das linguagens humanas que apresentam importantes esforços dirigidos ao pensar “fora dos eixos” (“das caixas”) ligadas a epistemes hegemônicas que, muitas vezes encobrem as realidades, ao invés de trazê-las à luz. A poesia pode ajudar a trazer nossas geografias ocultas/encobertas à luz.

REFERÊNCIAS

ALGERI, Nelvi Malokowsky. **A poesia trovadoresca e suas relações com a literatura de cordel e a música contemporânea.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/810-4.pdf> . Acesso em 25.06.20.

ALVES, Castro. **Os escravos.** Coordenação editorial: Elvira de Oliveira, s/d. (Coleção Clássicos da Literatura).

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

"BACURAU" vence em seis categorias e domina o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro. **Brasil de Fato**, Brasília, 12 de outubro de 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

CANIZARES, Kathia Alexandra Lara. **Travessia pela literatura de autoria indígena: uma forma de recepção.** Bauru: UNESP, 2019.

CAROLI, Flavio. **La storia dell'arte raccontata da Flavio Caroli.** Milano: Electa, 2001.

CORREIO, Francisco T. de M. Júnior. Análise da música "parabólicacamará" de Gilberto Gil sob a perspectiva Foucaultiana e sua potencialidade para o ensino. **Revista eletrônica da pós-graduação em educação.** Universidade Federal de Goiás, Jataí, volume 12, n. 1, 2016.

COSGROVE, D. Geografia Cultural do milênio. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

DAL LAGO, Alessandro, GIORDANO, Serena. **L'artista e il potere: episodi di una relazione equivoca.** Bologna: Il Mulino, 2014.

FLÁVIO, Luiz Carlos. Por uma geografia com poesia. **Revista GeoUECE** – vol. 8, n. 15, JUL./DEZ. de 2019.

_____. **Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos...** Francisco Beltrão: Grafisul, 2008.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A.

(Org.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87- 120.

KOZEL, Salette. **Geopoética das paisagens:** olhar, sentir e ouvir a "natureza". In: **Caderno de Geografia**, v.22, n.37, 2012.

MARINHO, Samarone Carvalho. **Um homem, um lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica.** 2010, 335. p. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da USP. São Paulo

MARQUES, Marcos Aurélio. **Literatura e Geografia:** A poética do lugar em Thiago de Mello. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação- Mestrado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) 103p. Porto Velho, 2010.

MARTÍ, José. **Obras completas.** Vol. 16, poesia. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Centro de Estudios Martianos. La Habana: Compiladora-Editora, 2011.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Thiago de Mello:** a poesia como crítica social, em defesa da floresta e dos povos que nela habitam. Sabedoria política, 2019. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/thiago-de-mello-poeta-e-prosador-amazonense/> . Acesso em: 10.09.2021.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas.** Rio de Janeiro: Mediafashion, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002. (Geografia: teoria e realidade, 15).

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** 3ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal.** São Paulo: Rideel, 2005.

PEDRAS, Lucia Ricotta V. P. B. **A totalidade encantada:** natureza, ciência e arte em Alexander von Humbolt. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2004.

RIBON, Michel. **A arte e a natureza.** Campinas: Papirus, 1991.

RODRIGUES, Wallace et al. Sobre poesia indígena: o caso do poema "Ay kakuyri tama (eu moro na cidade)", de Márcia Wayna Kambeba. **Revista Entreletras** (Araguaína), v. 11, n. 1, jan./abr. 2020

ROMANO, Carimie. **Quem nasce em Bacurau é gente**: uma leitura geográfica da realidade ficcional do Brasil e da ficção real de Bacurau. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, pp. 483-498, 2020.

ROSETE, Isabel. Heidegger: **A Arte como poesia essencial em que um povo diz o Ser**. julho de 2006. Disponível em: <http://www.consciencia.org/heideggerisabelrosete4.shtml>. Acesso em 12.10.08.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Marcia A. Soares da. **Por uma geografia das emoções**. GEOgraphia, ano. 18, n. 38, 2016, pp. 99-119.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUZUKI, Márcio. Introdução. In: SCHILLER Friedrich. **A educação estética do homem**. São Paulo: Iluminuras, 2002, pp. 07-17.

VÁZQUES, Adolfo Sanches. **Filosofia da práxis**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

VITTE, Antonio Carlos, SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. Kant, Goethe e Alexander humboldt: estética e paisagem na gênese da geografia física moderna. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.07-14, jul./dez. de 2010.



UNA NUEVA MIRADA AL TERRITORIO Y SU IMPACTO EN LA EDUCACIÓN AMBIENTAL

**Edier Hernan Bustos Velazco
Pompilio Sánchez Artunduaga**

INTRODUCCIÓN

Identificar las dinámicas sociales y culturales que configuran el territorio implica caracterizar una perspectiva del territorio anclada en los enfoques culturales. En tal sentido, se inicia con algunas consideraciones generales que ubican el escenario y reconocimiento de la diferencia y diversidad cultural contextualizada, lo que implica identificar los actores, caracterizar sus roles, identificar posibles tensiones y rupturas, y con ello las condiciones de fuerza que vincula el *discurso del poder con el orden simbólico* a partir de tres categorías: diferentes, desiguales y desconectados (GARCÍA, 2004), en torno a la constitución los hitos de la historia del recorte territorial de estudio. Así, se muestra como las diferencias culturales de estos territorios se asocian con las desigualdades, vínculos configurados en medio de procesos de colonización, diferentes confrontaciones y en la constitución y consolidación de un Estado hegemónico. Seguidamente se enuncia el enfoque semiótico de cultura (GEERTZ, 1989) y con ello la relación entre cuatro categorías territoriales como campos de poder, (BUSTOS, 2015) y que se entrecruzan con la tipificación de territorios propuesta por Bozzano (2000). En tal sentido (SAQUET, 2019) las relaciones entre Territorialidades, Cultura, Poder y Resistencia, sustentan y concretizan el territorio.

PERSPECTIVAS DE TERRITORIO

Abordar el estudio del territorio, implica adentrarnos en dinámicas de poder que Raffestin (1987) y Santos (1996) consideran que el Estado no es el único actor que caracteriza el territorio, por el contrario, en el territorio actúan más componentes que lo definen, caracterizan y diferencian de otros territorios, para

Saquet (2019) el concepto de territorio resurge en la década de los 70, con un enfoque que pretende explicar “la dominación social, la constitución y expansión del poderío del Estado-Nación, la geopolítica, la reproducción o multiplicación del capital, la problemática del desarrollo desigual, la importancia de signos y símbolos como formas de control en la vida cotidiana y las propias bases epistemológicas del pensamiento geográfico” (p. 42).

Así, como señala Saquet (2019) a partir de Lefebvre (1991) es durante las décadas de los 60 y 70 que se entiende el territorio como evidencia de conflictos y contradicciones sociales y económicas. Así, Henri Lefebvre relaciona la producción del espacio asociada a la teoría del valor de Marx, quien hace alusión en el modelo capitalista al valor de la mercancía y al valor de la fuerza de trabajo, el ciclo producción-circulación-intercambio-consumo, que para Saquet (2020) [...] además de tener un carácter social, se concreta espacial y territorialmente, como actualmente es bien conocida en las ciencias sociales. En este sentido, las contradicciones sociales, la tecnificación, el consumo del espacio, la procesualidad, las redes y la trans-escalaridad son inherentes a la producción del espacio, además de la construcción de los objetos o cosas en el espacio, como resultado de los intereses de los productores del espacio en la práctica social cotidiana (p.42).

Entendido así, las redes de conocimiento conforman un nuevo escenario en las discusiones territoriales, en las que la naturaleza como elemento inherente al territorio es transformada y macro explotada en busca de sus riquezas minerales como instrumento de poder territorial. En tal sentido para Saquet (2020), a partir de Raffestin (1993), el hombre vive relaciones sociales y con ello construye su territorio acudiendo a *mallas*, *nodos*, y *redes*, manifiestas en diferentes escalas temporo-espaciales, en las que se vinculan aspectos histórico-sociales no atemporales, es así como Saquet (2020) manifiesta que [...] relaciones de poder, redes de circulación y comunicación, dominación de recursos naturales, entre otros componentes que indican relaciones sociales entre sujetos y entre ellos con su lugar de vida, tanto económica como política y culturalmente (SAQUET, p.63).

Con lo anterior se puede establecer, que entendido así el territorio los aportes de Saquet y Rafftein permiten una perspectiva crítica que involucra a los humanos y las comunidades, pero también a los poderes, perfilándose también aspectos ético-políticos y argumentos para las defensas de los propios territorios por quienes

habitan en ellos; reconociéndose otros actores diferentes del Estado en la configuración de los territorios.

Estudiar el territorio implica abordar bases epistemológicas sociales, relaciones naturaleza y cultura, definida como una construcción social y cultural (CAPEL, 2016). Factores de poder políticos y económicos predominantes conllevaron a nuevos análisis, por tanto, la geografía social lo tomó como su objeto de estudio y así, germinan nuevos elementos conceptuales como espacio social y vivido definidos por el hombre "...en función de sus necesidades" (p. 11). Una década después se estudia ampliamente a nivel mundial en diferentes disciplinas sociales, encontrando aportes, por ejemplo, en la antropología con las ideas de territorialización y desterritorialización que han surgido a raíz de la globalización de las políticas y las economías, las identidades particulares de cada territorio sufren averías y pierden su significado. La anterior problemática cobra relevancia en términos de territorio quien contribuye a la explicación de las transformaciones sociales y culturales de las comunidades. Saquet (2000 en Saquet, 2015) delimita la concepción de espacio y territorio, en cuanto el segundo es el producto de la construcción histórica del y en el espacio, condiciona la relación entre éstos como procesos indisociables en los contextos sociales cotidianos.

Paralelo a ello, en los planteamientos de Bozzano (2017, p. 8) se entiende el territorio "como construcción y deconstrucción social-natural [...]" y en Bustos (2015) como el espacio vinculante entre el reconocimiento de la diversidad cultural de las comunidades y sus relaciones con el entorno. Retomando nuevamente a Bozzano (2013) y el método Territorii, resaltamos por lo denso del mismo las categorías territorio: a- Vividos, que responden a preguntas como ¿quién soy y quiénes somos?, b- Reales ¿qué necesito y qué necesitamos?, c- Posibles ¿qué quiero y qué queremos? y d- Concertados como la posibilidad de entretejer los tres anteriores en el desarrollo de actividades conjuntas. Propuesta que se articula con la desarrollada por Bustos (2015), quien establece cuatro acepciones a campos de poder territorial: a-Territorio jurídico-político, b- Territorio como Ambiente, c- Territorio como Construcción Social y d- Territorio como Espacio físico. Así se establece como propuesta el observar los Territorios propuestos por Bozzano (2013) a la luz de las cuatro categorías establecidas por Bustos (2015) los que posibilita realizar una mirada profunda a ese territorio objeto de estudio entendiendo que para Bozzano (2013), estos son:

Los territorios *vividos* son analizados desde una perspectiva perceptiva bajo miradas particulares, sensorial, emocional, intereses, expectativas, organización y participación, situaciones adversas y posibilidades de enmendarlas por quienes habitan los territorios. Por tanto, radica la importancia en determinar cuáles son las percepciones que más significan en un territorio particular y como se analizan.

Los territorios *reales* constan de un proceso analítico – descriptivo, da cuenta de las realidades de los territorios, expresan la complejidad de su composición real, abordan aspectos como el uso del suelo, su población, necesidades básicas y reales. Aquí se resaltan los aspectos a analizar como geográficos, asentamientos, subnormalidad, fuentes hídricas, servicios públicos.

Los territorios *posibles* desarrollan procesos propositivos y predictivos, surgen los sueños realizables, factibles y posibles, es el espacio en el cual se reúnen los territorios vividos y reales para reconocer alternativas consensuadas de solución, es el momento de involucrar otros actores externos a la comunidad en la búsqueda de proyectos viables y factibles que transformen social, económica y cultural del territorio.

Los territorios *concertados* son el espacio más complejo de construir, pues aquí confluyen perspectivas absolutamente diversas de actores políticos, económicos, información que circula en los medios de comunicación masiva, que luchan para ejercer sus poderes. Intereses particulares con objetivos distintos deben confluir para determinar proyectos con objetivos comunes en pro de la transformación del territorio.

Entre tanto, las categorías de territorio propuestas por Bustos (2015) dan cuenta de un territorio como:

Campo de poder jurídico, da cuenta de las diversas tensiones jurídicas ejercidas en las comunidades. Reglamentaciones establecidas de orden externo y comportamientos acordados de manera interna, son aspectos de poder ejercidos desde los intereses de cada comunidad. Territorios indígenas, afros, negros, campesina, exige el reconocimiento como ciudadanos de derechos, sin embargo, las reglamentaciones generales obstaculizan el desarrollo cultural autóctono o ancestral. Por lo anterior surge la necesidad de brindar espacios en los que el Estado bajo sus gobernantes locales se vinculen en actividades investigativas, para el reconocimiento de las condiciones de convivencia particulares.

El territorio como campo ambiental, es definido por un sistema dinámico por interacciones de cuatro elementos insolubles en las relaciones con la naturaleza: físicas, biológicas, sociales y culturales, concebidos desde el Ministerio de Ambiente y

Desarrollo Sostenible (2012). La sustentabilidad es otro elemento integrador aportado por Leff (2006), a partir de los cambios ecológicos e identidades culturales que repercuten en la "reapropiación de la naturaleza" (p. 269).

El tercer territorio es como construcción social. Aquí el territorio es considerado desde varios autores (Bustos, 2015; Molina, 2010; El-Hani y Montier, 2007) "como un espacio de supervivencia, que permite a los sujetos y las comunidades en general validar su desarrollo cultural, pertinencia e identidad..." (Bustos, 2015, p. 7) a partir del cual se construye conocimiento de manera colectiva según sus propias creencias como base en la construcción de significados e interpretación contextual fundamentales en el desarrollo socio cultural de una comunidad. Así, el territorio es entendido como medio de interacción con el mundo, comunidades relacionadas entre si, trabajo conjunto, sin embargo, el territorio sobrevive si existen garantías gubernamentales, políticas de protección, apoyos institucionales de cuales prime las iniciativas sociales y culturales propias de cada región, constructos colectivos que perviven en pro de los demás miembros de la naturaleza.

Territorio es como espacio físico comprendido en dos sentidos, a partir del análisis y estudios del suelo, aportes hacia la referenciación en los planes gubernamentales de ordenamiento territorial, relieves, bienes y servicios producidos, delimitación del espacio físico, densidad poblacional, "desterritorialización de la población rural implica el crecimiento de la población urbana" (Bustos, 2015, p. 13). El segundo sentido da cuenta de ausencias políticas gubernamentales en los territorios físicos, las cuales permiten que éstos sean disputados por personas de forma individual u organizacional con fines delictivos, prácticas que degradan el desarrollo cultural propio de cada territorio y conlleva a enfrentamientos armados y violencia indiscriminada.

Como complemento a la propuesta de Bozzano (2013) y Bustos (2015), Saquet (2017) presenta algunas características epistemológicas y ontológicas del territorio que entretengan lo político y económico por medio de puntos como empresas y escuela a partir de estructuras relacionales en formas de redes y mallas. Relaciones escalares en direcciones verticales y horizontales con redes y mallas como base de cada territorio. Por último, es un proceso de discontinuo en ganancias y pérdidas (in-materialización), pérdida de límites y cultura (desterritorialización) y construcción de nuevos procesos (reterritorialización), lo que permite comprender desde la teoría de la complejidad, que en un territorio coexisten múltiples dimensiones en la relación multiforme entre redes, nodos y mallas socioculturales y naturales.

Entendiendo que, la cultura y sus relaciones con el contexto en el que se desarrolla tipifica e interioriza en sus habitantes lo que son sus territorios, en tal sentido, la definición de cultura (GEERTZ, 2003) es entendida como la trama de significaciones creadas por el hombre para su comunicación y desarrollo, expresiones sociales transmitidas en cada generación tienen una explicación que conlleva a la comprensión de los sucesos o acciones sociales. Son estructuras de significación públicas y socialmente establecidas, las acciones de las personas son signos. Por tanto, el análisis de las culturas conlleva a interpretar significaciones, de expresiones sociales desconocidas en su fondo "...es un contexto dentro del cual pueden describirse todos esos fenómenos de manera inteligible, es decir, densa" (GEERTZ, 2003, p. 27).

El análisis de una cultura constituye conjeturar significaciones, estimarlas y concluir de manera explicativa. Por tanto, el estudio de la cultura prima el análisis del discurso social, la generalización de casos particulares, a las distinciones de las generalidades como primera condición y como segunda la teoría cultural no es predictiva. Grandes conclusiones a partir de hechos sociales, concretos, pequeños, específicos, relacionados con el mundo explícito sobre el papel de la cultura en la reconstrucción de la vida colectiva cotidiana. Realidades políticas y económicas enmarcan el sentido de las sociedades las cuales generan pérdidas de identidad, desconocimiento de sus necesidades básicas.

Las realidades culturales obedecen al estudio de los conflictos internos de cada territorio. Por tanto, se requiere explicar dichas realidades en la generación de propuestas que contribuyan a la emancipación de políticas tradicionales y prácticas que fomentan la desigualdad entre las comunidades. La formación en cultura de paz (FISAS, 2011) se ha convertido en un factor importante que contribuye en la integración de sociedades agobiadas con problemáticas agudizadas por ausencias, entre otras de Estado, por tanto, la educación se presenta como el espacio por medio del cual se fomentan iniciativas de solución desde cada territorio. Fomentar el reconocimiento de las realidades sociales, políticas con el propósito de desnaturalizar la violencia, romper mecanismos de sumisión y provocar mecanismos de participación, espacios de reconstrucción social "Se trataría de una revolución cultural y ética, en donde el desarrollo se convierte en una relación equitativa, participativa, sostenible y armónica entre los seres humanos y con la naturaleza" (p. 10).

Al análisis cultural se suma la superación desde el punto de vista estructural de Bourdieu con la inclusión de aspectos como el arte, la educación y la cultura (GARCÍA CANCLINI, 2004), esenciales al momento de definir un territorio, más allá de aspectos económicos y materialistas. Los niveles culturales en esta nueva visión se determinan según el desarrollo de las comunidades por "...la composición de sus públicos (burguesía/ clases medias/ populares), por la naturaleza de las obras producidas (obras de arte/ bienes y mensajes de consumo masivo) y por las ideologías político-estéticas que los expresan (aristocratismo esteticista/ ascetismo y pretensión/ pragmatismo funcional)" (p. 124).

Además, dichos niveles culturales conllevan a una nueva clasificación, no para excluir más a los grupos sociales, sino para revertir las características culturales de cada uno. Los desiguales en términos de la posesión de riquezas (materiales), posibilidades de reconocimiento de otras culturas, miradas opresivas de los sistemas políticos, sin embargo, diferentes por la diversidad cultural de cada grupo social, su propio sentido, hacen que hoy sean vistos como incultos o constructos que derrumbar. Los grupos sociales mencionados acrecientan sus problemáticas por su constante desconexión con diversos derechos como seres vivos y personas, reflejada en los trabajos informales, inestabilidad laboral, pérdida de derechos sociales. Lo anterior repercute en la exclusión de poblaciones por sus condiciones de vulnerabilidad, se instaura la concepción de pobreza como destino Boltanski y Chiapello (2002, en GARCÍA CANCLINI, 2004) obligado a sobrevivir y no como elemento opresor diseñado por políticas capitalistas.

TERRITORIO Y CULTURA BASES PARA LA EDUCACIÓN AMBIENTAL

El término Educación Ambiental (EA) en la actualidad es polisémico, sin embargo, mantiene la tendencia hacia el reduccionismo con objetivos activistas, con ausentes planteamientos de fondo en su enfoque, concepción epistémica, corriente, acciones tradicionales que en el tiempo no generan cambios en la población estudiantil ni en las comunidades. Estas características García (2003) las delimita en tres dimensiones, en primer lugar, la tradicionalmente se define Educación Ambiental como una educación sobre el medio, el cual es abordado como eje central, con foco centrado en la enseñanza de conceptos referentes a la ecología o prácticas hacia la comprensión de problemáticas

ambientales. En segundo lugar, educación en el medio se concibe como recurso y la tercera dimensión para el medio, relaciona como un objeto valioso que vale la pena cuidar y proteger. Las tres desde un enfoque antropocéntrico vistas como recurso y en sentido paternalista.

La anterior tendencia de corte conservacionista y proteccionista que engloba la comprensión del medio ambiente, el reconocimiento de su problemática y la sensibilización no procura la toma de distancia hacia una postura con fomento en el cambio social, que conlleve a determinarse una Educación Ambiental hacia nuevas tendencias como la formación para la acción, el tratamiento del conflicto con un trasfondo social. Las dos tendencias confluyen en el reconocimiento de la problemática ambiental además de la necesidad de buscar alternativas de solución, sin embargo, se desvían en el estudio de las causas de dichas problemáticas: la Educación Ambiental tratada como objeto de estudio, como recurso, y en el sentido paternalista (GARCÍA, 2003) al igual que los cambios que se puedan dar lugar, que pueden ser moderados o radicales.

Las anteriores características coinciden con las planteadas por Sauvé (2017), en cuanto que determina su génesis a partir de dificultades coyunturales y culturales, como son la problemática de tipo psicosocial que radica en la separación entre hombre y naturaleza, la no coherencia entre el actuar del ser humano frente a las posibilidades de vida que brinda la naturaleza, la problemática socio-ecológica se refiere a la pérdida de los recursos naturales y por ende la disminución de la calidad de vida, y por último, la problemática educacional asociada a la falta de claridad de los contenidos y procesos pedagógicos que se han enmarcado en modelos tradicionales y que no han contribuido a la transformación ecosocial que se requiere.

Para García (2003) se pueden agrupar los paradigmas frente a la Educación Ambiental en tres tendencias: un modelo inicial, de corte naturalista, fundamentalmente sobre el medio y en el medio, que fortalezca la comprensión del medio, los conceptos ecológicos, y la investigación del entorno. Un modelo predominante tipo para el medio, o para proteger el medio mediante acciones sensibilizadoras enfocadas a la capacitación de la población, y un tercer modelo emergente direccionado hacia el desarrollo sustentable y la transformación social.

No obstante, los anteriores paradigmas son caracterizados mediante el estudio de la problemática del medio ambiente en

cuatro dimensiones, las cuales en esencia tienden a la determinación de los aspectos relevantes como los fines de la educación, que significa la toma de conciencia, que es ser responsables, como se participa activamente y qué modelo de desarrollo sería el deseable. En otra dimensión es de tener en cuenta los contenidos explícitos de la Educación Ambiental, sus cosmologías, sus cosmovisiones, que conlleven a retomar problemas sistémicos y complejos además del desarrollo de los diferentes aspectos de la persona. Una tercera dimensión hace referencia a los aspectos netamente escolares, en las relaciones enseñanza y aprendizaje, los recursos y estrategias utilizadas en las instituciones educativas, a pesar de las diferentes reglamentaciones que para el caso colombiano se han creado. Por último, la cuarta dimensión se direcciona hacia el estudio de las problemáticas de carácter epistemológico de la Educación Ambiental en los distintos ámbitos de ubicación, tanto profesional como institucional: la investigación.

TOMA DE CONCIENCIA TERRITORIAL

Para este propósito, Sauvé (2013) realiza diferentes estudios en los cuales determina en tres los principales elementos que caracterizan la problemática: **la dimensión política, ética y crítica de la educación**. En el tratamiento de estas dimensiones se deben basar las acciones para que los ciudadanos sean miembros activos y entes culturales que fomenten tareas desde el punto de vista crítico hacia la convivencia con el medio ambiente y el desarrollo de la ecociudadanía. La interacción entre estas dimensiones debe conllevar hacia la participación de la sociedad desde la acción educativa. Se centra en la dimensión política en el sentido de la formación de políticas públicas que contribuyan y apoyen a la Educación Ambiental hacia la ecociudadanía. Todo lo anterior cobra sentido si se encaminan los esfuerzos hacia la construcción de una identidad cultural que promueva una cultura del compromiso para el medio ambiente, entendido este como la articulación entre lo ético y lo político “[...] la Educación Ambiental apunta a construir una “identidad” ambiental, a dar un sentido a nuestro ser en el mundo, a desarrollar una pertenencia al medio de vida y a promover una cultura del compromiso” (SAUVÉ, 2013, p. 14).

La formación de una política pública centrada en la Educación Ambiental debe generar aportes en la reglamentación acerca del uso de los recursos colectivos y en el campo educativo orientaciones

curriculares hacia el fortalecimiento o cambio en las prácticas educativas. Lo anterior genera impacto en la sociedad, en el sentido que se trasciende de actividades individuales a colectivas, que permita un aprendizaje desde la acción educativa y a la significación de la Educación Ambiental. Además, promueve la función social de la educación como principio esencial y de integración de relaciones entre los elementos que conforman la triada naturaleza, cultura y sociedad (GONZÁLEZ, 2012). Entre tanto, los procesos se direccionan en los establecimientos educativos para que se reformulen o se replanteen currículos auténticos a partir del conocimiento contextual, sus realidades y necesidades. No obstante, la distancia entre los mencionados elementos aunado a la falta de formación docente y autoformación, contribuye a que la globalización aumente a partir de intereses individuales.

En relación a la política pública colombiana, se resalta la articulación entre diferentes instituciones del estado con propósito de generar espacios tanto en el sector formal de la educación así como en lo no formal e informal. Uno de los principales objetivos es contribuir a la reconstrucción de la cultura en el sentido de la sustentabilidad de los recursos naturales, además el reconocer los cambios socioculturales hacia el respeto en la diversidad como aporte en la creación de espacios de aprendizajes colectivos (CORTÉS y PEÑA, 2014).

Sin embargo, la generación de política pública no debe estar ajena a los llamados sociales hacia el desarrollo de una educación que integre medio ambiente, democracia, justicia y solidaridad. Lo anterior desencadena una serie de actuaciones y un conjunto de saberes además de poderes: hacer que conlleva al querer hacer, saber actuar y un poder actuar. Esto es posible en la medida en que cada individuo se manifieste desde su responsabilidad y se traslade desde el poder hacia el saber y querer actuar. El saber hace referencia a un conjunto de aprendizajes pertenecientes a la educación ecológica como son: aprender juntos en medio de la acción social, su riqueza radica en la interacción de saberes y sus reconstrucciones colectivas, de ahí que se debe fortalecer las dimensiones crítica y política de la Educación Ambiental. Segundo saber hacer, referencia que, además de la construcción de saberes de forma colectiva, éstos deben ser de tipo crítico tendientes hacia la horizontalidad del poder, desde una educación que libere a los participantes de un poder vertical, también a descubrir un sentido, una significación, validar sus construcciones y comunicarlas.

El factor ético entre tanto, parte de la unión con el elemento político, debido a que las actuaciones desde lo individual y colectivo deben ser coherentes entre el saber, el decir y el actuar. Por último, el compromiso ciudadano es el producto de la emancipación de las personas en torno a la prevención y la resolución de problemas colectivos, el cual debe partir de reconocer las sociedades locales quienes conocen las problemáticas y por tanto se esfuerzan en el desarrollo de sus intereses propios.

CONSIDERACIONES FINALES

Para concluir, se entiende que las concepciones se tratan de cristalizaciones de significados heredados mediante procesos de comunicación y demás mecanismos (GEERTZ, 1989; MOLINA, 2000; PÉREZ, 2016), en particular para las investigaciones que propenden por vincular las concepciones de territorio (BUSTOS, 2015) que tiene la comunidad objeto de estudio, es importante determinar los vínculos entre las concepciones de territorio de los actores y su relación con los hitos de la historia territorial, configurados en las vivencias de los sujetos culturales en sus territorios, que se entienden como territorios vividos, lo que implica deconstruir la categoría de territorio, para lo cual, es importante retomar las perspectivas culturales en términos sustantivos (GEERTZ, 1989) y cultura en términos adjetivos (GARCÍA, 2004) relacionadas con las tipologías de territorio propuestas por Bozzano (2013) y analizadas desde las categorías de territorio (BUSTOS, 2015) y las apuestas epistemológicas y ontológicas del territorio a que se refiere Saquet (2017) que entretujan lo político y económico al analizar cualquier recorte territorial en donde escenarios como la escuela entretujan estructuras de redes, en donde lo socio-cultural vincula el orden simbólico con el discurso del poder y esto permite abordar críticamente desde la escuela o cualquier otro escenario las hegemonías dominantes.

REFERÊNCIAS

- BENEDETTO, A. (2006). **Identidad y territorio**: aportes para la re-valorización de procesos de diferenciación productiva en áreas de co-existencia geográfica (Mendoza, Argentina). Tesis Doctoral.
- BORJA, M y NIETO, A. (2005). **El gobierno en Colombia**. Territorio y Cultura. Escuela Superior de Administración pública-ESAP.

BOZZANO, H. (2000). **Territorios Reales, Territorios Pensados, Territorios Posibles**. Aportes para una Teoría Territorial del Ambiente. Espacio Editorial. Buenos Aires.

BOZZANO, GASTON, y D'AMICO. (2009). **Territorios posibles procesos, lugares y actores**. Buenos Aires: Lumiere.

BOZZANO, H., ESCUDERO, L., OGGERO, C. y NÚÑEZ, R. (2012). **Inteligencia Territorial**. Teoría, Métodos e Iniciativas en Europa y América Latina. La Plata, Argentina: Editorial Universidad Nacional de La Plata.

BOZZANO, H., BUSTOS, E., MOLINA, A. (2016). La riqueza de un territorio que ha vivido los avatares de la violencia. **Revista Lebre**, 8. Bucaramanga, Colombia: Universidad Santo Tomás, pp. 77 – 90.

BUSTOS, E. (2015). Tendencias investigativas en territorio y su importancia en la formación de profesionales. **Revista Lebre**, 7, 261-279. Bucaramanga, Colombia: Universidad Santo Tomas.

BUSTOS, E y MOLINA, A. (2019). Concepciones de territorio en profesionales de las ciencias de la tierra. Fondo editorial. Universidad Distrital Francisco José de Caldas. **Colección Tierra y Vida**.

CORTÉS, H. G. y PEÑA, J. I. (2014). De la sostenibilidad a la sustentabilidad. Modelo de desarrollo sustentable para su implementación en políticas y proyectos. **Rev. esc.adm.neg.** No. 78. Enero-junio. Bogotá, Pp.40-55.

EL-HANI, Ch & MORTIMER, E. (2007). Multicultural education, pragmatism, and the goals of science teaching, **Cult Stud of Sci Educ**, 2, 657–702

Flores, M. (2006). La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible. Desarrollo rural con identidad cultural: conceptos y reflexiones teóricas. **Opera**, 5, 35-53.

CARENZO, S. (2007). Territorio, identidades y consumo: reflexiones en torno a la construcción de nuevos paradigmas en el desarrollo, **Cuadernos de Antropología Social**, 26, 125–143

DELGADO, O. (2003). **Debates sobre el espacio en la Geografía contemporánea**. Universidad Nacional de Colombia. Unilibros.

FARINOS, J., PLAZA, J. y ROMERO, J. (2003). Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa. **Ería**, 61, 227-249.

FISAS, V. (2011). Educar para una cultura de paz. **Cuadernos de construcción de paz** N 20. Barcelona, España.

GARCÍA, J. E. (2003). Los problemas de la Educación Ambiental: ¿es posible una Educación Ambiental integradora?. **Revista Investigación en la Escuela**, n°. 46 de 2002.

GARCÍA, C. (2004). Diferentes, desiguales y desconectados. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, núm. 66-67, p. 113-133.

GEERTZ, C. (1989). **La interpretación de las culturas**. Barcelona, España: Gedisa.

GIMÉNEZ, G. (1999). Territorio, Cultura e Identidades: la región socio-cultural. Estudios sobre las culturas contemporáneas. **Época II**, 9, 25-57.

GONZÁLEZ, L. (2019). Educar para la transformación ecosocial. Orientaciones para la incorporación de la dimensión ecosocial al currículo. **D. FUHEM**. Madrid, España.

HERNER, M. (2009) Territorio, desterritorialización y reterritorialización: un abordaje teórico desde la perspectiva de Deleuze y Guattari. **Huellas**, 13, pp. 158-171. Recuperado de: <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/n13a06herner.pdf>

HERNANDEZ, Y y VARGAS, G. (2012). Imaginarios sobre amenazas y gestión del riesgo urbano en Bogotá, Colombia. **Territorium** 19, pp, 185-200. Recuperado de: http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T19_artg/T19_Artigo_21.pdf

LEFF, E. (2000). Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 1, p. 57-69

LEFEBVRE, H. (1991). **The production of Space. English translation**. Blackwell Publishing Ltd.

MOLINA, A. (2010). Una relación urgente: Enseñanza de las Ciencias y Contexto Cultural, **EDUCyT**, 1, 1: 1-12

Montañez, G y Delgado, O. (1998). Espacio, Territorio y Región: Conceptos básicos para un proyecto nacional. **Cuadernos de Geografía**, VII, 1-2, pp. 120-134

León, O. (2004). **Multiculturalismo y pluralismo**. Diálogos en la acción, 1, 33-37.

ORTIZ, R. (2002). **Otro territorio**. Ensayos sobre el mundo contemporánea. Universidad nacional de Quilmes. Convenio Andres Bello.

RAFFESTIN, C. (1987). Repères pour une théorie de la territorialité humaine. Réseaux territoriaux. Caen: **Paradigme**, p. 263-279.

SAQUET, M. (2015). **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades**: Una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. (Biblioteca Humanidades; 36). En Memoria Académica. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.268/pm.268.pdf>

SAQUET, M. (2019). **Enfoque y Concepciones de Territorio**. Traducido por Torrijos, G y Bustos, E. Fondo editorial. Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Colección Tierra y Vida

SANTOS, M. (1996): **Metamorfosis del espacio habitado**, Ed. Oikos-Tau, Barcelona.

SANTOS, M y SILVEIRA, M. (1998). Más allá de las metáforas...una Geografía de la globalización. **Estudios Geográficos**, 59, 230. Recuperado de: <https://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/view/595/634>.

SANTOS, M. (2000). **La naturaleza del espacio, técnica y tiempo**. Razón y emoción. Ariel. Barcelona. España.

SAUVÉ, L. (2013). **Educación Ambiental y ecociudadanía**. Dimensiones claves de un proyecto político-pedagógico. Centro de Investigación en Educación y Formación Ambiental y Ecociudadanía. Universidad de Québec en Montreal. Canadá.

_____. (2017). Educación Ambiental y Ecociudadanía: un proyecto ontogénico y político. **Revista do PPGEA/FURG-RS** ISSN 1517-1256. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

VALBUENA, D. (2010). Territorio y territorialidad Nueva categoría de análisis y desarrollo didáctico de la Geografía. **Uni-Pluri/versidad**, 10,3. Facultad de Educación- Universidad de Antioquia. Medellín. Colombia. Recuperado de: <file:///Users/edierhernan/Desktop/9582-27484-1-PB.pdf>



DO MOVIMENTO SOCIAL AO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Bernardo Mançano Fernandes

INTRODUÇÃO

Este texto trata de trajetórias de pesquisa na construção teórico-conceitual que atravessa o tempo em vários temas, espaços e territórios, envolvendo pessoas que constroem coletivos de pensamento. Tratamos de processos em movimentos, produção do conhecimento, pesquisa e texto como caminhos que se fazem. Este texto relata momentos dessa construção sem respeitar uma ordem cronológica, reunindo situações de diferentes tempos e espaços de um projeto de pesquisa contínuo. É uma pesquisa da geografia fora do eixo por ser construída pela autonomia do pensamento, dialogando com referências clássicas e contemporâneas sem se subordinar a qualquer pensamento. É uma experiência plural de perspectiva anticolonial e anti-hegemônica, estudando movimentos, compreendendo e defendendo suas lutas territoriais.

Nas duas partes a seguir apresentamos nossa perspectiva do método geográfico, discutindo algumas das principais categorias geográficas e onde nós realizamos o processo de construção do conhecimento. E mais de duas décadas de pesquisa procuramos construir um pensamento original na formação de um coletivo de pensamento em escala nacional e internacional, realizando pesquisa de campo com compromissos com as comunidades estudadas, revelando que o trabalho em equipe é uma das melhores formas de construir conhecimento. Bem melhor do que as carreiras solo de revisão de literatura. Outra característica de nosso trabalho é a formação de banco dados em escala nacional e em diferentes países. Essa condição possibilita pesquisas horizontalizadas que motivam pesquisas verticalizadas proporcionando leituras multiescalares.

Outro procedimento importante que qualifica a pesquisa são as categorizações resultados das diversidades de ações estudadas e dos inúmeros espaços e territórios materiais e imateriais que

produzem. Esses diferentes procedimentos são utilizados há décadas o que nos permitiu a construção teórico-conceitual, cujo ponto de partida está em nossa pesquisa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Procuramos, neste texto, apresentar os trabalhos que nos ajudaram a construir os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, não citamos todos, mas reconhecemos a contribuição de cada um.

MÚLTIPLOS ESPAÇOS EM TEMPOS DIVERSOS

Este texto trata do método geográfico de leituras espaciais e territoriais. Compreende o espaço como multidimensional e multiescalar e o território formado a partir da apropriação do espaço. Esses são princípios fundamentais das leituras que apresentamos sobre os movimentos a partir de nossa proposição teórico-conceitual. Os espaços do processo de construção do conhecimento são habitados por muitas pessoas que formam coletivos de pensamento. Os conceitos aqui discutidos estão sendo elaborados por diversas autoras e autores que estão citados na bibliografia, desde o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, criado em 1998 e vinculado ao Departamento de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente até várias e vários cientistas de diversas áreas do conhecimento de todas as regiões do Brasil e de diferentes países.

No ano de 2005, o NERA e o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) da Universidade Federal de Uberlândia inauguraram a REDE DATALUTA, que em seus 15 anos de existência reúne 19 grupos de pesquisa de todas as regiões do Brasil, formando uma rede nacional, como demonstrada no quadro 1 e na figura 1:

Em seu processo de formação e espacialização, a REDE DATALUTA foi composito com vários grupos de pesquisa estudando a questão agrária, com destaque para as ocupações de terra, assentamentos de reforma agrária, estrutura fundiária, estrangeirização da terra, jornadas universitárias em defesa da reforma agrária, os movimentos socioterritoriais e as manifestações realizadas por eles.

Quadro 1 - REDE DATALUTA – 2021

SIGLA	NOME	IE
GECA	Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal	UFMT
GEDITE	Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais	UEMA
GERES	Grupo de Estudos Regionais Socioespaciais	UNIFALMG
GETEC	Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato	UFPB
GEOAGRÁRIA	Laboratório de Geografia Agrária	UFMS
GEOEDUQA	Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária	UFGD
GEOLUTAS	Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade	UNIOESTE
GPECT	Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Trabalho	UFS
LABERUR	Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos –	UFS
LABRURAL	Laboratório de Estudos Rurais	UFRN
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária	UFU
LAPLAN	Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro	UNESP
LERASSP	Laboratório de Estudos Regionais e Agrários no Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA
NATERRA	Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários	UFTM
NEAG	Núcleo de Estudos Agrários	UFRGS
NEAGRI	Núcleo de Estudos Agrários	UnB

Quadro 1 : Continuação...

NEADEC	Núcleo de Estudos e Pesquisas Agrárias sobre Desenvolvimento, Espaço e Conflitualidades	UFPA
NEAT	Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais	UFU
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária	UNESP

Fonte: Os Autores (2021).

Durante os anos de 2005 a 2016 os Relatórios DATALUTA¹, publicados anualmente, trouxeram dados das ocupações e manifestações dos movimentos socioterritoriais. Neste período a REDE DATALUTA pesquisou dados de ocupações e de manifestações em todo o Brasil, forneceu estes dados para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e publicava os dados da CPT em seus relatórios. Em 2017 e 2018, a CPT deixou de publicar os dados sobre as ações dos movimentos socioterritoriais.

Em 2019, na XIII Reunião Anual da REDE DATALUTA deliberou por qualificar a pesquisa sobre movimentos socioterritoriais no campo utilizando um algoritmo para levantamento das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Em 2020, o NERA e o NEADC decidiram pesquisar também as ações dos movimentos socioterritoriais na cidade, floresta e água. Neste ano, o NERA apresentou o projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada na chamada CAPES PrInt e em 2021 começou as pesquisas na Argentina e em 2022 está previsto a pesquisa no Reino unido, aprofundando as cooperações entre a UNESP, Universidad Nacional de La Plata, Universidad Nacional de Santiago del Estero e a Queen Mary University of London.

¹<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>

Figura 1: Espacialização da REDE DATALUTA - 2021



Fonte: Os Autores (2021).

O CONCEITO NASCEU DOS ESTUDOS SOBRE O MST

O debate teórico sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais está acontecendo há trinta anos por meio de diversas pesquisas, pesquisadoras e pesquisadores. Nossos estudos teóricos sobre os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais podem ser observados, por exemplo, em Fernandes, 2020; Halvorsen, 2020; Sobreiro Filho, 2020; Torres, 2020; Halvorsen, Fernandes e Torres, 2019; Fernandes e Welch, 2019; Halvorsen, 2018; Torres, 2016; Sobreiro Filho, Fernandes e Cunha, 2016; Sobreiro Filho, 2010; Fernandes 2005, Fernandes, 2000b; Os estudos de diversas áreas do conhecimento são

referências para o diálogo com a experiência geográfica nos estudos dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

Os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais nasceram das pesquisas em Geografia Agrária, da preocupação em compreender como os movimentos sociais produzem espaços e criam territórios. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi o principal movimento estudado nesse processo, as lutas camponesas por seus territórios foram o laboratório para o começo dessa construção teórico-conceitual, mas as e os membros do coletivo de pensamento REDE DATALUTA espacializaram e territorializaram os estudos com outros movimentos do campo, da cidade, da água e da floresta.

Os estudos da produção espacial e territorial pelos movimentos sociais tem como referência a perspectiva multidimensional do espaço e do território e tem Lefebvre, 1991 e Santos, 1996 entre as principais referências. Em nossas leituras espaciais e territoriais compreendem o espaço e o território são produtores e produto das relações sociais. Em nossos estudos sobre movimentos sociais analisamos como produzem e são produzidos, como criam e são criados, como os movimentos sociais são também socioespaciais e socioterritoriais.

A origem dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais vem de pesquisas realizadas desde a década de 1990 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes da UNESP e o professor Jean Yves Martin da Université Michel de Montaigne/Bordeaux III. Esta parceria produziu alguns artigos que orientaram as próximas pesquisas. Ainda no início das pesquisas de mestrado, o professor Bernardo publicou um artigo a respeito da interação espaço-sujeito (Fernandes, 1991) em que se aproximava da perspectiva multidimensional para o estudo dos movimentos sociais.

A razão pela qual escrevera este artigo foi o fato de ouvir de alguns colegas geógrafos e geógrafas que o MST seria um objeto de estudo da sociologia e não da geografia. Desde a graduação, na década de 1980, na Universidade de São Paulo já estudava o MST na região de Campinas. Durante toda a década de 1990, no mestrado, estudou o MST no estado de São Paulo e, no doutorado, estudou o MST no Brasil.

Na reflexão filosófica sobre a interação espaço-sujeito desenvolveu um argumento sobre a sua inseparabilidade e encontrou em Lefebvre, 1991 e Milton Santos, 1996 a compreensão

do espaço como materialização da existência e como conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos. Estas leituras ampliaram nossos estudos geográficos sobre os movimentos sociais a partir da produção espacial e territorial.

As reflexões realizadas sobre as pesquisas dos professores Bernardo e Jean Yves resultaram em artigos que inauguraram o processo de construção conceitual de movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 1996; Martin, 1997; Fernandes, 2000a; Fernandes 2000b; Martin, 2001; Fernandes & Martin, 2004). Na continuidade desse processo, o professor Bernardo coordenou vários projetos de pesquisas, apresentou dezenas de trabalhos, publicou dezenas de artigos e vários livros, fez conferências em eventos científicos nacionais e internacionais, apresentando resultados das pesquisas sobre movimentos socioterritoriais e socioespaciais, ao mesmo tempo que orientou diversos trabalhos de graduação e pós-graduação que resultaram em relatórios, monografia, dissertações, teses, artigos e livros (Fernandes, 2005; Silva e Fernandes, 2005; Silva e Fernandes, 2006; Fernandes, 2008; Pedon, 2009; Dalperio, 2012, Dalperio, 2013; Souza, 2013; Sobreiro Filho, 2013; Pereira, 2015; Fernandes et al, 2018; Fernández, 2018; Silva, 2018; Sobreiro Filho, 2018; Halvorsen, Fernandes & Torres, 2019;).

Relatar essa história é necessário para explicar a razão que aproximou professoras e professores vários países na organização de uma rede internacional de estudos sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Por essa história, podemos compreender que o processo que inicia uma rede tem mais de duas décadas. Com essas pesquisas podemos conhecer melhor o conjunto de leituras e conhecer outras leituras que serão escritas na história do pensamento e dos conceitos. São leituras de experiências construídas na pesquisa de campo e na elaboração teórica que ajudam a debater os usos dos conceitos em diversas línguas, e mais do que isso, também promove o diálogo entre a Sociologia e a Geografia para construir a perspectiva comparativa dos movimentos.

Nossas trajetórias construíram espaços de diálogo, de interpretação desde uma perspectiva autônoma, que produziram uma práxis territorial contra - hegemônica, muito próxima da práxis territorial pesquisada por Saquet, 2021. Esses foram os princípios que nos levaram a construir uma rede de pesquisa nacional e outra internacional em uma aliança global de estudos sobre movimentos socioterritoriais e socioespaciais em perspectiva comparada e em diálogo com outras áreas do conhecimento. Um tema que contribui

para a perspectiva comparada entre as ações e reações dos movimentos com outras instituições são os Objetivos do Desenvolvimento Territorial (ODS) e as políticas dos países estudados frente à Agenda 2030 da ONU. Essas pesquisas devem contribuir para atualizarmos o conhecimento sobre as desigualdades e explicar as lutas de quem está ficando para trás no desenvolvimento de nossos países. Este projeto é, tanto, para a construção teórica e avanço do conhecimento e, quanto, para analisar e propor políticas públicas.

Nestes múltiplos espaços onde acontecem a construção conceitual, ou seja, no desenvolvimento do conceito, propomos quatro eixos de análise para movimentos socioterritoriais que surgiram como temas comuns em nossos estudos de caso. Seguindo Fernandes (2005), o movimento socioterritorial só pode ser compreendido em uma perspectiva multidimensional e relacional, de modo que embora os quatro eixos estejam fortemente inter-relacionados, são apenas alguns dos eixos possíveis. Para maior especificidade, fornecemos uma matriz que exemplifica algumas diferenças-chave entre as categorias analíticas de movimentos sociais, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais nos quatro eixos de nossa análise (ver Figura 2). Incluímos setas para destacar a natureza cumulativa dessas categorias analíticas. Em vez de ser contraposto, argumentamos que as referências das análises dos movimentos sociais informam as das análises dos movimentos socioespaciais, que também informam as das análises dos movimentos socioterritoriais.

A matriz deve, portanto, ser lida movendo-se ao longo dos eixos (representados em linhas) da esquerda para a direita. Embora as categorias (representadas em colunas) possam informar-se mutuamente em ambas as direções, em particular a do movimento social e do movimento socioespacial, que podem ser facilmente trocadas, argumentamos que o movimento socioterritorial fornece uma categoria mais específica que deve ser analisada com base na relação acumulada de todos os conceitos gerados em cada linha. Este esquema pretende ser um ponto de partida, um caminho para o conceito de movimento socioterritorial que argumentamos ter singularidade conceitual suficiente para merecer maior atenção. Vamos considerar os quatro eixos da matriz com mais detalhes, por sua vez, considerando algumas diferenças entre as análises de movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial.

Figura 2: Matriz de análise dos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais

Ações	Movimentos sociais	Movimentos socioespaciais	Movimentos socioterritoriais
Estratégia	Reivindicações, mobilização, pauta, política, projeto...	Espaços, corpos, lugares, ideias, infraestrutura, equipamentos, recursos, tecnologias, redes...	Território, lugares, recursos naturais, propriedades, terra, moradia, água, floresta...
Identidade	Identidade coletiva, gênero, classe, mudança social...	Identidade espacial, senso de lugar, corpos, mudança socioespacial...	Identidade territorial, multiescalaridade, transformação do território...
Socialização Política	Relações de poder, negociação, conflitos...	Criação e produção do espaço, mediação, espacialidades, diversidades...	Criação e produção de territórios, encontros, modos de produção, apropriação, multiescalaridade, valores formados no desenvolvimento do território
Institucionalização	Formas de organização, autonomias, cooptação...	Escalas (vertical) e redes (horizontal), articulação de movimentos...	Territorialização, desterritorialização, reterritorialização, multiterritorialidades...

Fonte: Os autores (2022).

O espaço e o território são fundamentais para as estratégias dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Os estudos de movimentos sociais geraram várias teorias para explicar as estratégias de movimento, das quais suas reivindicações e proposições são ressaltadas. Isso explica por que os movimentos se organizam de acordo com suas necessidades e interesses. Uma abordagem de movimento socioespacial amplia esse entendimento ao enfatizar como as formas de pressão revelam as conflitualidades em relação aos detentores do poder, através de suas espacialidades. Os movimentos socioterritoriais também se engajam com múltiplas conflitualidades, mas têm como objetivo central a apropriação do espaço para garantir sua existência e defesa de seu projeto político.

Território é espaço apropriado por meio das ideias e práticas em busca de desenvolver seu projeto de existência.

Os movimentos socioterritoriais desenvolvem suas identidades na produção do território. Na busca de seus objetivos, as identidades dos movimentos são, por sua vez, moldadas por sua luta pela mudança social e se destacam como a política de identidade ao fazer o território. O senso de lugar que informa a identidade não é necessariamente uma relação, mas também o espaço e o território que a forma. Embora os movimentos socioterritoriais também sejam moldados por um sentido relacional de lugar, a identidade é principalmente transformada por meio da construção do território, na medida em que frequentemente optam por se identificar explicitamente em relação a um território apropriado. Por sua vez, as novas identidades produzidas e enraizadas na apropriação do território podem gerar novas subjetividades políticas que antes lutavam para se articular em torno de uma forma de organização comum.

A socialização política dos movimentos socioterritoriais forma novos encontros e valores no curso da mobilização do território. Essas relações espaciais estruturam a socialização política dos movimentos sociais, por meio da qual valores e normas comuns são desenvolvidos. Os movimentos socioterritoriais geram contextos particularmente intensivos para a socialização política. A materialidade do espaço apropriado fornece um território demarcado para a geração de novos encontros, que também podem gerar locais de ativismos altamente afetivos e performativos. A socialização política produzida na apropriação do território também pode ser geradora de novos valores políticos (por exemplo, solidariedade, cooperação, liderança insurgente) que fornecem resultados materiais e imateriais importantes para os movimentos socioterritoriais.

Por fim, os movimentos socioterritoriais criam novas instituições no processo de territorialização das práticas e infraestruturas de seus projetos políticos, o que pode implicar momentos subsequentes de desterritorialização e reterritorialização à medida que as conflitualidades levam à negociação e disputa com projetos territoriais sobrepostos, particularmente com o Estado. Os debates sobre a institucionalização de movimentos têm sido frequentemente lidos em termos de tensões entre autonomia e cooptação com estruturas dominantes como o estado. As leituras socioespaciais, portanto, destacam as múltiplas espacialidades em jogo na institucionalização dos movimentos sociais e em suas

relações com o estado. Movimentos socioterritoriais se institucionalizam por meio de práticas de TDR, construídas nas espacialidades das conflitualidades. A territorialização dos movimentos pode, por si só, fornecer os recursos, habilidades e conhecimentos necessários para sustentar uma forma de organização alternativa. Isso pode implicar na desterritorialização de estruturas institucionais preexistentes (por exemplo, ocupação e desapropriação de latifúndios). Com o tempo, os movimentos socioterritoriais podem ser compelidos - por meio de fatores de pressão de baixo para cima e de fatores de atração de cima para baixo - a se reterritorializar. Alternativamente, eles podem se esforçar para desterritorializar constantemente os projetos territoriais dominantes vinculados ao Estado e ao capital e manter suas próprias "geografias autônomas". A institucionalização, portanto, apresenta oportunidades e dilemas contínuos para os movimentos socioterritoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre reluto em escrever uma conclusão para um projeto permanente, como este, mas é preciso dizer aonde chegamos e para onde vamos. Depois mais de trinta anos pesquisando movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais, que relatamos neste capítulo, esta longa trajetória nos permitiu espacializar nossos projetos para começar a analisar as instituições socioterritoriais, como por exemplo, estado, partido, igreja, fundação, ONG, sindicato, empresa e também os movimentos, ou seja, como as instituições produzem seus territórios e suas territorialidades, seus espaços e suas espacialidades e qual o papel da instituição movimento na fundação dessas outras instituições. Este, provavelmente será nosso próximo texto, contribuir com a leitura multidimensional dos espaços e territórios produzidos por diferentes instituições, são poucos os trabalhos sobre este tema, e, portanto, temos várias oportunidades para entender este tema.

REFERÊNCIAS

DALPERIO, Lara Cardoso. **DATALUTA - banco de dados da luta pela terra:** atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais no Brasil. 2012. Iniciação científica (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

DALPERIO, Lara Cardoso. **Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 a 2012.** 2013. Iniciação

científica (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

FERNANDES, Bernardo Maçano. O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito. **Revista de Geografia** (São Paulo), v.10, p.31 - 38, 1991.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **MST: formação e territorialização** em São Paulo. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **A formação do MST no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 2000a.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre** nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, v.16, p.273 - 284, 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro**: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II) ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 385-404.

FERNANDES, Bernardo Maçano. MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP), v.12, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano.; CASSUNDE, José Ricardo; IZA, Lorena. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE** (UFPB). v.12, p.533 - 548, 2018.

FERNANDES, Bernardo Maçano. WELCH, Clifford Andrew Cliff. Contested landscapes: territorial conflicts and the production of different ruralities in Brazil. **Landscape Research**. v.44, p.1 - 16, 2019.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Peasant Movements in Latin America In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**.21 ed.: Oxford University Press, 2020.

FERNÁNDEZ, Carlos Maximiliano Macías. **O processo de transnacionalização dos movimentos socioterritoriais**: estudo das transterritorialidades da Vía Campesina sobre as proposições de agroecologia e soberania alimentar no Confronto Político. 2018.

Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

HALVORSEN, Sam. El Territorio en disputa: estrategias políticas y movimientos socioterritoriales. **Punto Sur3** (julio-diciembre, 2020): [131-152].

HALVORSEN, Sam., 2018. 'Cartographies of epistemic expropriation: critical reflections on learning from the South' **Geoforum**, 95: 11-20.

HALVORSEN, Sam. FERNANDES, Bernardo Maçano, TORRES, Fernanda Valéria. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in **Comparative Perspective. Annals of the American Association of Geographers**, v.1, p.1 - 17, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente (SP), nº19/20, p. 26-41, nov. 1997.

MARTIN, Jean-Yves. Les Sans-Terre Du Brésil: Géographie d'un mouvement socio-territorial [Os Sem-terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial], Préface de Bernardo Maçano FERNANDES. Paris: **L'Harmattan**, 2001 (Collection Horizons Amériques Latines).

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Lonas e lutas: Análise da territorialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST**. 2018. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

PEREIRA, Danilo Valentim. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais no Estado de S. Paulo - 2000-2012**. 2015. Dissertação (MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA) - Universidade de São Paulo

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Produção Territorial dos Assentamentos rurais no Brasil: relação entre políticas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias**. 2013. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos. **Conciencia de clase y de lugar, praxis y desarrollo territorial**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SILVA, Anderson Antônio. FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos Socioterritoriais e Luta pela Terra. **Reforma Agrária**, v.32, p.85 - 106, 2005.

SILVA, Anderson Antônio. FERNANDES, Bernardo Maçano. Ocupações de Terra - 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. **Conflitos no Campo Brasil**, v.20, p.XX - XI, 2006.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema**. 2012. Iniciação científica (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOBREIRO FILHO, J. Os outros movimentos dos movimentos socioterritoriais articulados em redes: uma leitura sobre convergence spaces desde o MST e suas relações urbanas e internacionais. In: Eraldo da SILVA Ramos Filho, Carlos Alberto Feliciano, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, Rodolfo Souza Lima. (Org.). **Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento**. 1ed. São Paulo: Outras expressões, 2020, v. 1, p. 1-262.

SOBREIRO FILHO José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e Contentious Politics**: Produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço temporal no Brasil e Argentina. 2016. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOBREIRO FILHO José. **Movimentos em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do MST da Base no Pontal do Paranapanema. **Geografia em Questão** (Impresso), v. 3', p. 26-60, 2010.

SOBREIRO FILHO, JOSÉ; Fernandes, Bernardo M.; Cunha, Tassio B. Water, Land, Socioterritorial Movements, Labour, and Capital:

Territorial Disputes and Conflictuality in Brazil. In Ioris, A. (org.) **Agriculture, Environment and Development**. Springer International Publishing, 2016, p. 123-148.

TORRES, Fernanda. (2020) **Movimientos sociales e institucionalización**: la especificidad de los movimientos socioterritoriales. Punto Sur3 (julio-diciembre, 2020): [109-130]

TORRES, Fernanda. (2016) "**Henri Lefebvre y el espacio social**: aportes para analizar procesos de institucionalización de movimientos sociales en América Latina.". Sociologias (UFRGS-Brasil), Año 18, N° 43, 240-270 pp.



TEMAS E PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE PARADIGMÁTICO AOS ESTUDOS AGRÁRIOS¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

INTRODUÇÃO

As transformações engendradas pela expansão do capitalismo no campo avançam de forma avassaladora e predatória neste início de século, expropriando, explorando e subalternizando camponeses, indígenas e quilombolas e ampliando o processo histórico de acumulação primitiva do capital, também denominado de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2003). Uma das artimanhas para o alargamento desse processo é via territorialização do agronegócio, que impulsionado pela política neoliberal dos anos 1990 no Brasil e em toda a América Latina, articula-se à mundialização do capital monopolista e financeirizado. Fundado na produção agroexportadora e na abertura de divisas e mercados, o agronegócio se consolida como a nova economia política agrária (DELGADO, 2012), cuja vertigem de produtividade, geração de riqueza e tecnologia se coloca no imaginário societário. Evoca-se o discurso da produtividade com o bordão midático “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, em que o “[...] território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado” (FERNANDES, 2005, P. 38). É considerado, por muitos, como a única forma de desenvolvimento para o campo, limitando qualquer análise da conflitualidade (FERNANDES, 2005).

Essa é apenas uma visão de mundo, em que a lógica do capital tenta, a todo custo, prevalecer sobre o campo. Há também uma outra, que parte do pressuposto que o desenvolvimento do

¹ Esse texto apresenta os resultados obtidos na pesquisa *Temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: tendências e perspectivas*. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N. 22/2014 – Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas. Processo N° 471952/2014-1.

capitalismo no campo ocorre de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 1999). Isso quer dizer que, mesmo diante da intensa territorialização do agronegócio, combina-se a (re)produção do campesinato. A luta pela terra e a política de reforma agrária revelam esse movimento, estratégias que questionam o desenvolvimento desigual do capital no campo. Os expropriados ocupam a terra como forma de reproduzir o trabalho familiar. A luta pela terra é considerada uma luta constante contra o capital e contra a exploração dos povos do campo e das florestas (FERNANDES, 2001).

Na verdade, essas são apenas duas perspectivas dentre inúmeras outras que pesquisadores, estudiosos, políticos e militantes podem elaborar e compartilhar diante da complexa trama de relações que tecem e entrecruzam o campo brasileiro. Embora qualquer uma possa parecer ser incoerente ou infundada, nesse caso, não há um verdadeiro ou falso, mas posturas político-ideológicas que enredam a atividade científica. Por isso, para refletir a Geografia Agrária é necessário que sejam demandados esforços que capturem objetos, linhas, temas e paradigmas de pesquisa, correntes teóricas, escolas geográficas, métodos e metodologias que realcem as posturas políticas e ideológicas lançadas pelos estudiosos. Urge uma leitura interpretativa que faça uma análise comprometida, engajada e que seja concebida diante da dimensão social que toda pesquisa abrange. É preciso “florescer” o sentido ideológico que as pesquisas emanam, desvendando que Geografia fazemos neste início de século.

Para tanto, no intuito de contribuir com a história do pensamento geográfico e descortinar suas tendências e perspectivas, este texto identificou e analisou os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. Foi proposta uma leitura da Geografia Agrária através do *debate paradigmático*, que se constitui num método de análise que dá ênfase às posturas ideológicas e políticas na análise do conhecimento geográfico agrário. O Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA) expressam diferentes visões de mundo e figuraram como aportes da nossa análise.

Ainda, deve-se atentar que o objetivo não é promover uma simplória classificação dual e impositiva do pensamento geográfico, nem mesmo moldar ou engessar, mas trata-se de buscar promover um exercício reflexivo à luz da teoria marxista. A questão não é enquadrar trabalhos e estudiosos em paradigmas, mas compreender a produção científica a partir da luta de classes. Aos que insistem nessa discussão, parece que a problematização ao debate paradigmático é ameaçadora à posturas colonialistas de

centros tradicionais de produção e difusão do conhecimento, os quais não desejam dialogar, mas monopolizar toda e qualquer tentativa de avanço que venham das periferias acadêmicas.

Para revelar os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira deste início do século XXI, optou-se por pesquisar os dois mais importantes eventos científicos da Geografia Agrária: o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA). São nos eventos científicos, espaços interativos e coletivos nos quais os geógrafos(as) defendem diferentes propostas, que o debate paradigmático pode ser apreendido. Foi realizado um exaustivo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do ENGA e SINGA no período de 2002-2015 para todas as edições destes dois eventos. Foram organizados 14 anais, registrados 5.239 trabalhos completos, além de organizada uma planilha com 15 tipos de informações sobre os trabalhos e autores(as).

Além dessa parte introdutória e das considerações finais, o texto está organizado em duas seções centrais: a primeira apresenta o debate paradigmático como método de análise da Geografia Agrária. Discutiu-se o conceito de paradigma, os paradigmas geográficos, as propriedades estruturais e as dimensões dos paradigmas - sobretudo a política e ideológica - e, por fim, o PCA e PQA como paradigmas de análise adotados para a leitura da Geografia Agrária brasileira. A segunda versa sobre os temas e os paradigmas da Geografia Agrária, evidenciando a pluralidade dos estudos agrários, a diversidade temática e a diferencialidade paradigmática do pensamento geográfico. Foi demonstrado desde a permanência de temas que emergiram, sobretudo no final da década de 1990, até o surgimento de novas temáticas e tendências. *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* destaca-se como a temática mais estudada pela Geografia Agrária brasileira, o que exalta o intenso avanço dos estudos críticos e a importância de reflexões que compreendem que o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e que possibilitaram historicamente a (re)criação do campesinato. São estudos que se direcionam para o entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e superação. Revelou-se uma *Geografia de Lutas e Resistências*, ampla, plural e que, em sua essência, está comprometida com as questões sociais.

PARADIGMA COMO ABORDAGEM GEOGRÁFICA: DESCONSTRUINDO SUA GÊNESE

Antes de iniciar a discussão sobre os temas e paradigmas, considera-se importante tecer algumas considerações sobre o debate paradigmático como leitura interpretativa dos estudos agrários geográficos. Embora compareça em inúmeros trabalhos, especialmente na tese de Campos (2012), tal debate ainda carrega muitos ranços, preconceitos e “ruídos” que tentam desqualificar o paradigma como conceito analítico no interior do pensamento geográfico. Por isso, nessa secção, damos continuidade à esse exercício reflexivo, de modo a compreender melhor os sentidos da abordagem paradigmática junto à Geografia.

Historicamente, o conceito de paradigma transformou-se numa panacéia, de uso indiscriminado. O conceito foi amplificado à várias situações cotidianas pelo senso comum. Um exemplo são as leituras corporativistas e empresariais que, majoritariamente, propagam a ideia de paradigma como visão de mundo que deve ser radicalmente transformada. Defendem que o mercado precisa de profissionais dispostos a rever e repensar seus paradigmas na busca por uma nova concepção, introduzindo novas alternativas para otimizar os ritmos de produção e elevar o capital das empresas.

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa paradigma possui três significados: 1 - “algo que serve de exemplo geral ou de modelo; 2 - conjunto das formas que servem de modelo de derivação ou de flexão; 3 - conjunto dos termos ou elementos que podem ocorrer na mesma posição ou contexto de uma estrutura”. Esses significados advêm de reflexões sobre a concepção clássica do conceito. Tal concepção originou-se a partir de Platão, com a Teoria das Ideias, em alusão à diferentes modelos e exemplos das formas e ideias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993).

Os significados presentes na linha corporativista ou na língua portuguesa ilustram a inflação do conceito ao longo dos anos, ilimitado à distintos usos e aplicações. Na Geografia não foi diferente, mas assim como em outros campos disciplinares, foi basilado por uma concepção contemporânea, empregado por inúmeros geógrafos - incluindo a geografia física e a própria história da Geografia (VITTE, 2009). Essa concepção, em parte, é fruto da retomada do conceito, em 1960, por Thomas Samuel Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cuja primeira edição foi publicada em 1962. Kuhn delineou uma linha de interpretação social sobre a ciência, com a introdução de uma proposta para o tratamento das questões concernentes ao desenvolvimento

científico. Na Geografia, mesmo sendo utilizado em diversos trabalhos, poucos foram os que se dedicaram à verticalização da análise conceitual, sendo vaga e imprecisamente associada à linhas, vertentes e correntes teórico-metodológicas.

Géógrafos como Vitte (2009), Sposito (2001), Berry (1978), Monteiro (1978), Fernandes (2005), Cidade (2001), Ferreira (1998; 2002) e Gusmão (1978) dedicaram-se, de diferentes maneiras, a discutir os paradigmas na Geografia. Trataram especificamente do conceito, porém, outros tantos estudiosos também analisaram o conhecimento geográfico sem denominá-lo como tal, entendendo o paradigma como sinônimo de vertente e/ou corrente teórico-metodológica.

Adeptos ao neopositivismo, Haggett e Chorley (1967) foram os precursores no uso do conceito, usado para reafirmar o suposto progresso científico do neopositivismo à Geografia (VITTE, 2009). Para esses autores, era necessário construir uma Geografia ancorada nos métodos das ciências físicas, da matemática e dos sistemas lógicos, devendo a disciplina adentrar uma transformação paradigmática que a revolucionasse.

Gusmão (1978) realizou uma breve revisão dos estudos referentes ao campo e compreendeu os "enfoques preferenciais", também intitulados de paradigma. Para o autor, esses estudos tiveram três fases: 1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural. Gusmão (1978) deixou claro que embora esses três paradigmas tenham alcançado ápices em determinados períodos, eles estiveram justapostos, e influenciaram as pesquisas geográficas.

Ferreira (2001) se aproximou das análises de Gusmão (1978) e apontou a existência de três paradigmas na Geografia Agrária: a diferenciação de áreas, que marcou a fase idiográfica; o classificatório, cujas pesquisas versaram sobre as tipologias agrárias; e o paradigma da interação e ação sobre o espaço, com pesquisas que abriram horizontes para o desenvolvimento rural.

Para Berry (1978), a Geografia presenciou um longo processo de transição paradigmática, pois mesmo em determinados períodos de sobrepujança, a disciplina sempre abarcou a multiplicidade de paradigmas. A Geografia deveria ter múltiplos paradigmas, identificando o neopositivismo como o principal e o mais revolucionário.

Harvey e Holly (1981), ao relacionar Geografia e filosofia, sinalizaram para a existência de cinco paradigmas, os quais estão

interligados a temas e autores pioneiros: 1) Antropogeografia de Ratzel, que destacou o determinismo ambiental; 2) Tableau de Vidal, com as ideias assentadas no possibilismo; 3) Morfologia da paisagem de Sauer, que deu continuidade aos postulados possibilistas nos EUA; 4) A natureza da Geografia, de Hartshorne, ancorado na abordagem dos estudos regionais e enfatizava a diferenciação de áreas; 5) Excepcionalismo de Schaefer, que preocupou-se com o espaço e as interações espaciais através da formulação de leis gerais.

Cidade (2001) também discutiu os paradigmas geográficos e entendeu que nenhum foi capaz de revolucionar a Geografia a ponto de suprimir outros. Afirma que há permanências, rupturas e novos direcionamentos, com paradigmas que convivem entre si. Destaca o determinismo ambiental, a geografia cultural, a geografia regional e a geografia analítica como paradigmas que revelam as permanências. Como novos paradigmas, indica a geografia humanística, a geografia crítica, as geografias pós-modernas e a geografia de gênero.

Spósito (2001) agrupou os paradigmas geográficos em dois grandes eixos: o neopositivismo e o materialismo histórico. O primeiro se traduz pela linguagem matemática e estatística, referendado na neutralidade científica; o segundo está fundado no rompimento da neutralidade e na crítica social, cujo método é a dialética.

Fernandes (2005) balizou a discussão em direção aos paradigmas presentes nos estudos do campo e indicou dois paradigmas distintos: o PQA e o PCA – ambos serão tratados posteriormente. Para o autor, esses paradigmas podem ser identificados em outros campos científicos, e expressam mais do que visões de mundo, sendo responsáveis pelas concepções presentes em políticas públicas, movimentos sociais e projetos do campesinato e do agronegócio.

Mesmo com diferentes perspectivas, em todas as referências aqui elencadas o conceito de paradigma foi associado às diferentes visões de mundo que a Geografia abrigou historicamente. A abordagem paradigmática possibilita uma “ampla revisão sobre as estruturas conceituais da geografia e delimita claramente as influências em sua formação” (VITTE, 2009, p. 100).

Concordamos com Vitte (2009) que o conceito de paradigma de Kuhn, entendido como noção pelo autor, não pode ser alinhado à um método de investigação. Para Vitte (2009), a contribuição de Kuhn deve ser vinculada a sociologia da ciência, no entanto, consideramos fundamental avançar dessa proposição e repensar os

usos e abusos do conceito na Geografia, avaliando suas contribuições e limites. Foi o que tentamos iniciar em Campos (2012), que através da adoção do método dialético, preconizou o movimento de superação do conceito de paradigma. A proposta de Kuhn é uma referência e ponto de partida para inúmeros campos do conhecimento, entretanto, no que concerne aos estudos geográficos, há limites teóricos que não podem ser ignorados e/ou negados, mas sim superados.

Lefebvre (1983) ensina que para desenvolver o método dialético é necessário ultrapassar conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer e valorizar aquilo que já foi construído, pois é só a partir dos elementos do passado que a superação se torna possível. Por intermédio desse método, entende-se que mesmo diante dos entraves e limites conceituais do conceito, Kuhn iluminou o pensamento científico ao incursar sua discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* de um paradigma (CAMPOS, 2012).

Recorremos ao conceito tendo em vista essas *propriedades estruturais*, elementos consistentes para o estabelecimento de um diálogo junto à Geografia (CAMPOS, 2012). Assim, os paradigmas são pensamentos socializados e/ou compartilhados por estudiosos que se esforçam para construir interpretações e visões de mundo dos temas pesquisados (CAMPOS, 2012). Isso quer dizer que, para um paradigma existir, seja ele novo ou velho, em ascensão ou declínio, deve ser aceito por uma comunidade científica. Aqui reside a abordagem sociológica do conceito de Kuhn citada por Vitte (2009), em que a atividade científica, desde a sua gênese, foi e é compartilhada por pesquisadores, condição estrutural para a emergência e consolidação de um paradigma.

Também acreditamos que além dessas propriedades, os paradigmas possuem um conjunto de *dimensões paradigmáticas* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da Geografia (CAMPOS, 2012). No caso da Geografia Agrária, os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas e projetos nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Eles selecionam um conjunto de elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados e informações, de acordo com suas perspectivas

e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar (FERNANDES, 2013).

A atividade científica, organizada e construída por sujeitos sociais, não é neutra (MORIN, 2008), tampouco a Geografia (LACOSTE, 1988) e os paradigmas (CAMPOS, 2012). Este é um debate superado nas Ciências Humanas e Sociais, consenso na maioria das disciplinas que compõe essa área. Todavia, em meio à instabilidade política posterior ao golpe de 2016 acometido contra a presidenta Dilma Rousseff, é imprescindível o retorno do debate sobre a neutralidade científica, sobretudo num contexto em que a insana *Escola Sem* ganhou força no Brasil. Essa situação acirrou-se em 2019, momento em que se intensificaram os ataques às universidades públicas. Dissemina-se que o espaço acadêmico seja um “antro” de contaminação ideológica e política, amparado num discurso que busca legitimar cortes no orçamento público destinado ao Ensino Superior e “calar” a modesta e acanhada massa crítica do país.

A história do pensamento geográfico mostra que, desde a sua origem, a disciplina esteve vinculada à interesses específicos, sujeitos e/ou classes sociais hegemônicas, consolidando-se como estratégica para os projetos de expansão, controle e dominação territorial (LACOSTE, 1988). Aliás, não só a Geografia, mas inúmeras outras disciplinas foram forjadas por grupos dominantes. Contudo, como veremos a seguir, tais interesses estão atrelados à ideologias arbitrárias, caracterizadas por serem “[...] racionalistas, ‘desejadas’ e que merecem ser submetidas a críticas” (GRAMSCI, 1978, p. 62).

Esses interesses ainda permanecem, e fazem da Geografia um saber que se alija à posicionamentos políticos e ideológicos. É evidente que as motivações e os projetos não são os mesmos, mas ainda sim é necessário desvelar quais são as posturas e interesses em jogo. O que Morin (2008) chama de “capa protetora” deve ser retirada do conhecimento geográfico, fazendo-se imprescindível o olhar paradigmático para compreender melhor essas visões.

As teorias, os métodos e as metodologias são dimensões paradigmáticas, ou seja, constituem uma visão de mundo científica, as quais são compartilhadas por pesquisadores que decidem aderí-la. Diferente do proposto por Kuhn, considera-se que as posturas política e ideológica também são dimensões de um paradigma e merecem ser delineadas, e são sobre elas que daremos enfoque nesse ensaio.

Gramsci interpreta o conceito de ideologia como uma concepção de mundo necessária à toda sociedade e que se revela

nas mais diversas formas de vida, sejam elas individuais ou coletivas (GRAMSCI, 1978). Ideologia, segundo Gramsci (1978, p. 62), é tanto a “[...] superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”.

As ideologias podem ser arbitrárias e orgânicas. As primeiras representam a realidade histórica, os instrumentos de domínio e as lutas políticas que recriam hegemonias à sociedade. É um tipo de ideologia da classe dominante que busca controlar as massas para atingir a coesão social (GRAMSCI, 1978). Já as ideologias historicamente orgânicas são libertadoras, “necessárias a uma determinada estrutura”, e correspondem a base da coesão social e da atividade que os homens desenvolvem no interior da sociedade [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 62). Seu conteúdo é o conjunto de ideias e valores que asseguram a regularidade e a estabilidade das relações sociais [...]” (SEVERINO, 1986, p. 42). As ideologias orgânicas também se manifestam quando as classes subalternas tomam consciência de suas condições objetivas.

Partindo dos pressupostos de Gramsci (1978), compreende-se que a ideologia não se constitui apenas como arbitrária, como falsa consciência, como propôs Marx; Engels (2007), tampouco se restringe a um sistema de ideias, mas é um todo orgânico e relacional que se expressa nas instituições, compartilha princípios e dá unidade a um bloco histórico. Como parte da estrutura que é intrínseca a qualquer sociedade, a ideologia está presente no conhecimento científico, revestida da concepção de mundo do grupo e/ou indivíduo que a desenvolve. A atividade científica seleciona as questões, os métodos e as teorias que serão estudadas.

A ciência não é reduto da verdade e a ideologia não é falsa consciência, ilusão. A ideologia é real, contém uma “verdade”, é uma força material que se tornou historicamente objetiva. Há uma disputa entre as ideologias orgânicas e arbitrárias, ambas concebidas como representações ideológicas da superestrutura e necessárias a uma determinada estrutura. No caso dos paradigmas, estes são compostos por ideologias, não havendo paradigmas corretos ou errados, falsos ou verdadeiros, mas um conjunto de concepções que estão imbuídas na atividade científica. As ideologias são necessárias, impreteríveis e reais a qualquer campo do conhecimento.

Além da ideologia, outra questão que orbita a neutralidade científica refere-se à política. Política é sinônimo de liberdade, condição inerente aos seres humanos. A liberdade é atrelada a decisão, obtida através da relação entre diferentes indivíduos.

Liberdade e ação política possuem estrita articulação, já que a liberdade só pode existir quando se considera a pluralidade dos indivíduos (ARENDR, 2005). Mais do que possuir a irrestrita possibilidade de criar algo, os indivíduos necessitam um dos outros, ou seja, a ação política não se realiza em um espaço de isolamento e reclusão, mas da relação dos indivíduos para que a criação seja efetivada. A política só se faz com o reconhecimento da natureza ou da condição distinta do outro indivíduo, ou seja, da alteridade (ARENDR, 2005).

A discussão travada por Arendt (2005) leva a compreensão de que a atividade científica, independente do campo disciplinar, não pode ser desenvolvida de forma solitária ou individual, mas é construída diante da pluralidade de concepções e visões de mundo. É neste sentido que a postura política se configura como uma dimensão paradigmática. A política tem o sentido de liberdade, de escolha, de reconhecimento e respeito à pluralidade de paradigmas.

A pluralidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, na diversidade paradigmática que envolve os estudos na interpretação do campo. Do mesmo modo, a pluralidade também revela a *unidade*, de forma que cada paradigma possui seu próprio conjunto de dimensões para fundamentar suas interpretações. A *diferencialidade* dos paradigmas é outro elemento que as distintas visões de mundo construídas explicitam e demarcam suas ideologias e políticas. A unidade, a diversidade e a diferencialidade manifestam a pluralidade da Geografia Agrária, seja considerando o seu temário ou os paradigmas de estudo. A secção ulterior apresenta essa discussão.

DEBATE PARADIGMÁTICO COMO ABORDAGEM PARA A LEITURA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

O debate paradigmático² é um método de análise e uma opção interpretativa de análise do conhecimento da Geografia Agrária que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica contida nas pesquisas sobre o desenvolvimento do campo. Evidente que as pesquisas sobre o

² O debate paradigmático foi trabalhado por estudiosos como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009; 2013), Carvalho (2005), Girardi (2008), Ramos Filho (2008), Campos; Fernandes (2011), Felício (2011), Campos (2012) e Camacho (2014).

campo brasileiro não se resumem à análise paradigmática, mas adotá-la é uma questão de método.

O debate paradigmático como abordagem para a leitura da Geografia Agrária teve início em Campos (2012). O cerne da discussão centrou-se na produção do conhecimento científico (paradigmas) e na sua relação com distintas posições político-ideológicas, resultando em disputas acadêmicas que debatem diferentes modelos de desenvolvimento para o campo. Dentro desta interpretação, a universidade e os grupos de pesquisa são territórios políticos que, ao socializar o conhecimento produzido, participam de uma disputa teórico-metodológica e político-ideológica, o que se denominou *debate paradigmático*.

Em Campos (2012) também se discutiu o método como uma construção intelectual que permite abordar uma realidade, a partir de um ponto de uma visão de mundo (MORIN, 2008). Sua lógica é construída pela liberdade e autonomia de escolha dos referenciais teóricos, o qual pode ser constituído pelo seu próprio pensamento ou pela subordinação a outros pesquisadores (FERNANDES, 2009). Com o auxílio do método, podemos ler a realidade por várias "portas de entrada", seja pela dialética, neopositivismo ou fenomenologia (SPOSITO, 2004).

É por isso que o debate paradigmático é concebido como um método de análise, pois a partir de uma construção intelectual é possível compreender a realidade, neste caso, a Geografia Agrária, numa aproximação entre diferentes paradigmas, leituras científicas, políticas e ideológicas (FERNANDES, 2013). Refletir como os estudiosos entendem, por exemplo, o campesinato, a luta pela terra, a pluriatividade ou mesmo os movimentos sociais, é um excelente exemplo. Cada qual irá compreender uma mesma temática de acordo com seus paradigmas, ou até mesmo selecionar uma delas de acordo com suas posturas políticas e ideológicas.

No que diz respeito à Geografia Agrária, defendemos que o debate científico é um debate político-ideológico que sintetiza, sobretudo, dois paradigmas que enxergam o desenvolvimento do campo de formas distintas: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PCA compreende que o modelo de desenvolvimento do campo depende da integração ao sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. As desigualdades ocasionadas pelo sistema são conjunturais e devem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a "integração" do "agricultor familiar" ao mercado capitalista. O PCA

possui duas tendências: da agricultura familiar, que acredita na integração das famílias ao capital, e do agronegócio, que não acredita na agricultura familiar, entendendo-o como categoria deve ser eliminada para que o campo alcance patamares maiores de crescimento econômico e social.

O método do PCA alicerça-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. As relações que fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilitam compreensões distintas e, por isso, permitem que o camponês seja metamorfoseado e o coloca dentro de paradigmas divergentes (FERNANDES, 2005).

No PQA, não se nega a participação no mercado, mas defende-se que ela se faça concomitante a promoção da luta pela terra e pela reforma agrária. A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Esse paradigma possui duas tendências: da proletarianização, que enfatiza as relações entre capital e trabalho, e do campesinato, que preconiza as relações sociais camponesas e os processos de luta e enfrentamento ao capital.

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento à este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se restringem à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

A partir dessas proposições, para avaliar a Geografia Agrária brasileira, compreende-se que, para os pesquisadores que concebem que a transformação do campo só existe no interior do capitalismo, através de tendências que defendem a agricultura familiar integrada ao mercado e sobrevivendo com o auxílio de políticas públicas, o paradigma é o PCA. Para os pesquisadores que entendem que o campo deve ser transformado, com a superação (mesmo sem perspectivas) do capitalismo, incorporando de estratégias de resistência e enfrentamento, o paradigma é o PQA.

A diferencialidade destas posturas paradigmáticas está na direcionalidade que as visões de mundo propõem. Para os que perfilham o PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura teórica e político-ideológica bem demarcada de superação, fazendo desse problema a centralidade das suas pesquisas. Já quando o limiar das pesquisas não sinaliza indícios do processo de luta e superação, mas apenas aponta as desigualdades fomentadas pela lógica capitalista, o PCA coloca-se como horizonte e perspectiva de análise.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia pelo debate paradigmático, a conflitualidade é condição essencial. Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da Geografia, “[...] é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte” (ANDRADE, 1995, p. 12). Propomos uma Geografia que revele um sentido político à produção científica (OLIVEIRA, 1978), já que cada autor se compromete, explicita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos para a apreensão da questão agrária e dos modelos de desenvolvimento para o campo.

Ao propor o debate paradigmático, a questão não é situá-lo no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica de qualquer um deles, tampouco reduzir ou dicotomizar em dois paradigmas toda a riqueza da Geografia Agrária. Busca-se confrontar as perspectivas e evidenciar o tom político e ideológico presente no pensamento geográfico e que resulta na unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária.

Romper com a neutralidade científica é outra questão que a abordagem paradigmática traz. Refletir o pensamento geográfico diante dessa abordagem representa, apenas, uma proposta de leitura da realidade dentre as inúmeras que possam existir. Ela é parcial como todos os trabalhos acadêmicos porque, mesmo no maior dos seus esforços, nunca conseguirá captar a totalidade e será imparcial.

DESCOBRINDO OS TEMAS E PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: GEOGRAFIA DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS³

Após apresentar questões de ordem teórico-metodológica e aclarar o debate paradigmático, passamos a desvendar os temas e paradigmas. O quadro 1 periodiza e atualiza as temáticas no período de 1940 a 2015 e mostra as transformações dos estudos agrários na tentativa de acompanhar a complexidade e o movimento da realidade.

As mudanças temáticas foram significativas. Êxodo rural e migração tinham grande expressão nas décadas de 1940/1950, no entanto, ao investigar o período de 2002 a 2015, registrou 69 trabalhos. Estudos descritivos da organização espacial agrícola, comercialização dos produtos agrícolas, gêneros de vida, habitat rural, colonização, manejo de culturas e sistemas de cultivos foram temáticas que marcaram as décadas de 1940, 1950 e 1960. Eram temas que possuíam grande evidência num período de expansão da fronteira agrícola e de modernização do campo, propiciando grandes deslocamentos populacionais.

As estratégias não-agrícolas como forma de reprodução econômica das famílias em meio à expansão dos CAI em anos passados começaram a ser repensadas por muitos geógrafos, os quais compreenderam que outras problemáticas deveriam ser incorporadas para explicar a precária situação social do campesinato frente o avanço do capitalismo. Essa condição é evidente quando analisado os temas Pluriatividade, com apenas 60 trabalhos, e Uso e ocupação do solo, com 15 entre 2002-2015.

O entendimento da estrutural questão agrária ganhou força e redimensionou o olhar para outras questões. A partir da década de 1970, a Geografia Agrária passou a lançar suas preocupações às formas de expropriação, subordinação e resistência de famílias camponesas, autoconsumo e pequena produção, movimentos sociais, campesinato e reforma agrária, por exemplo.

³ O título foi inspirado no livro *Geografia das Lutas no Campo*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988), que trata das lutas pela terra no Brasil ocorridas no campo.

Quadro 1: Principais temáticas da Geografia Agrária brasileira (1940-2015)

DÉCADAS	TEMÁTICAS
1940/1950	Estudos descritivos da organização espacial agrícola; comercialização de produtos agrícola; produção familiar; gêneros de vida; habitat rural; estrutura fundiária; colonização; manejo de culturas e sistemas de cultivos; êxodo rural; dinâmicas ambientais; educação rural
1960	Bairros rurais; descrição de culturas agrícolas específicas; formas de uso da terra com através de fotografias aéreas; habitat rural; colonização; meio ambiente
1970	Padrões classificatórios de utilização da terra; tipologia agrícola; formas de uso da terra; descrição da organização agrária; urbanização; lógica capitalista da agricultura; luta pela terra e movimentos sociais
1980	Subsistência da pequena produção; impactos da modernização do campo; formas de resistência e subordinação; inovações tecnológicas; expropriação de famílias; questões ambientais (avanço da fronteira agrícola); grandes sistemas agrícolas e industriais
1990	Campesinato e a produção familiar; luta pela terra; movimentos sociais; assentamentos rurais; impactos ambientais; complexos agroindustriais; relação campo-cidade; análise cartográfica de uso da terra
2000-2015	Reforma Agrária/luta pela terra/movimentos sociais; rural/urbano e campo/cidade; comunidades tradicionais; Estado, políticas públicas e desenvolvimento; agricultura familiar/campesinato; educação do/no campo; modernização do campo, agronegócio e latifúndio; Mudanças e dinâmicas socioespaciais; abordagens teórico-metodológicas; Dinâmicas da natureza e questão ambiental.

Organização: JFSCV (2018) Fonte: Adpatado de Ferreira (1998; 2002) e atualizado pela autora

Uma das temáticas apontadas por Ferreira (1998) que ganhou vigor no final da década de 1990 e que permanece em destaque na Geografia Agrária brasileira é *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária*. Com 944 trabalhos, representa mais de 18% do total dos trabalhos, e indica que os estudos críticos, pautados no PQA e balizados na perspectiva de superação ao capitalismo, alcançaram notoriedade neste início de século. Essa temática é a grande expoência do que denominamos, nesse texto, de *Geografia das Lutas e Resistências*.

Os trabalhos referem-se, sobretudo, ao processo de luta pela terra como um processo de resistência e (re)criação do campesinato brasileiro; a atuação dos movimentos sociais/socioterritoriais, com enfoque para as estratégias de espacialização, territorialização e desterritorialização; os processos de dissidência dos movimentos; geração de renda; cooperativismo; desenvolvimento territorial; organização, dinâmica e transformações territoriais nos assentamentos; destaque para o conceito de território; ocupações de terra; teologia da libertação e a ação da igreja católica; violência no campo; os assentamentos e os acampamentos como espaços de luta e resistência; política de reforma agrária; juridiciação e criminalização da luta e dos movimentos; conflitos com o agronegócio e o latifúndio, a produção para o mercado e subsistência nos assentamentos; os modos de vida, identidade e cultura; sustentabilidade; acesso a crédito, assistência técnica e políticas públicas; territorialidades; produção agropecuária e formação e mobilização política.

Além dessa temática, existem outras que expressam o processo de lutas dos povos do campo e da floresta, e que por conseguinte constituem a *Geografia das Lutas e Resistências*, como *Agricultura familiar e camponesa*, *Comunidades tradicionais e Educação do/no campo*, as quais serão discutidas na sequência.

Com 491 trabalhos, a segunda temática mais estudada foi *Modernização do campo/agronegócio e latifúndio*. Foram denunciados os mitos sobre o desenvolvimento do agronegócio; os impactos ambientais; os riscos contra a biodiversidade; a expansão e territorialização do capital e das *commodities*; o agronegócio como fator determinante para a criação e expansão das cidades e, por conseguinte, para a reorganização espacial; reestruturação produtiva; a transgenia; a análise da territorialização e territorialidade agroindustrial; as redefinições técnico-produtivas do capital; o sistema de logística e transportes; as mudanças na estrutura fundiária; agroexportação; mercado de terras; expansão da fronteira agrícola. Além do agronegócio, porém em menor proporção, também foram identificadas pesquisas sobre a

persistência do latifúndio e da grilagem no país, considerada base fundante para o desenvolvimento do agronegócio.

Não foram registrados trabalhos que evidenciaram o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo. A nuance crítica foi majoritária, e os trabalhos categorizados nessa temática não demonstraram cientificamente benefícios sociais e/ou econômicos da agricultura capitalista. Foram apontados seus entraves ao desenvolvimento regional e territorial, incluindo as dimensões econômica, social, ambiental e cultural e o intenso avanço do processo de territorialização do agronegócio.

Embora sejam caracterizados como críticos, nem todos esses trabalhos compartilharam do PQA. Foram identificados tanto aqueles que possuem posturas políticas e ideológicas rumo ao enfrentamento, como aqueles que mesmo desvelando as problemáticas, ainda aderiram um posicionamento que não visou a superação do sistema ou explicitou suas contradições e lutas sociais.

Em Campos (2012), ao analisar o conhecimento geográfico no Estado de São Paulo, havia pesquisadores que embora realizassem um debate crítico sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, revelando suas problemáticas junto à comunidades camponesas, tradicionais e/ou indígenas, a perspectiva da superação não compareceu. Está é uma questão tênue sobre o PQA e PCA:

[...] para alguns pesquisadores, a crítica limita-se à crítica, ou seja, por mais que sejam admitidos os problemas do sistema capitalista, não há um tom de enfrentamento, transformação e superação dessa lógica. Os problemas são expostos, porém, não são colocados no cerne das discussões que envolvem suas pesquisas (CAMPOS, 2012, p. 219).

Em terceiro lugar está *Estado, políticas públicas e desenvolvimento*, com 437 trabalhos. Esta temática aglutinou estudos que investigaram a intervenção estatal como condição determinante para o desenvolvimento do agronegócio; programas, planos e políticas estaduais e nacionais para o fortalecimento da agricultura capitalista e da agricultura familiar. No caso da última, foi muito analisado o PRONAF em comunidades rurais e tradicionais, pequenas propriedades e assentamentos rurais. Muitos trabalhos investigaram as políticas de desenvolvimento rural com base no escopo territorial; PNAE e PAA como política que fomentam a reprodução social e econômica do campesinato, aposentadoria rural,

desenvolvimento regional; desenvolvimento rural sustentável; políticas do BM, de outras agências internacionais e do BNDES; política nacional do biodiesel; políticas públicas educacionais; políticas públicas ambientais; projetos que viabilizam o escoamento e exportação da produção do agronegócio, como vias de transporte e implantação de agroindústrias, por exemplo.

A maioria dos trabalhos versaram sobre as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, compreendendo que é por meio da ação do Estado que a agricultura familiar garantirá formas de (re)produção social e econômica. Em menor proporção, estão os estudos que debateram a importância das políticas públicas para emancipação camponesa. Percebe-se aqui uma diferencialidade na interpretação sobre o papel do Estado e as políticas públicas em relação aos camponeses nos dois paradigmas. Para o PCA, o Estado é um fomentador de recursos, mas também controlador dos agricultores familiares, principalmente impondo regras e necessidades que retiram a autonomia. No Paradigma da Questão Agrária, o Estado é também fundamental, porém, atua como fomentador (recursos), e a autonomia deve ficar com os camponeses (FERNANDES, 2015).

A temática *Dinâmicas da natureza e questão ambiental* comparece com 395, ocupando a quarta posição. Fazem parte o conjunto de trabalhos que analisam os impactos ambientais provocados pela agricultura capitalista, os conflitos socioambientais, em especial pelo domínio da água; educação ambiental; agrotóxicos; unidades de conservação; mudanças ambientais; reforma agrária e conservação e preservação ambiental; desertificação; políticas públicas e legislação ambiental; vulnerabilidade socioambiental; saberes camponeses, tradicionais e indígenas; percepção ambiental; planejamento e gestão ambiental; sustentabilidade e gerenciamento de resíduos sólidos; movimentos ecológicos. Estudos climáticos, hidrológicos, geomorfológicos sobre o campo também comparecem nesta temática.

A *Geografia das Lutas e Resistências* também está expressa na temática *Agricultura camponesa e familiar*, que totalizou 391 trabalhos. Mesmo estando na mesma categoria, há diferenças substanciais entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar. Como não há lugar para a conflitualidade ou antagonismo de classes e sujeitos, a lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. Assim, não existiria campesinato, mas agricultores familiares, os quais fazem parte do sistema capitalista que, ditado por essa lógica, não podem se afastar dessas premissas porque ela é hegemônica e totalizante. O

problema não reside no capitalismo que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adequa ao sistema capitalista (FERNANDES, 2005).

Os trabalhos que empregaram o conceito de campesinato se basearam numa perspectiva social, entendendo-os como classe, sujeitos políticos que participam da divisão social do trabalho, da luta de classes e das mais variadas formas de re(criação). Já os trabalhos que empregam o conceito de agricultura familiar se assentaram numa perspectiva econômica, de transformação da realidade e de (re)produção da agricultura familiar dentro da lógica capitalista. Para tanto, entendem que as estratégias para tal (re)produção social deve ser propiciada pelo próprio sistema, através da integração ao mercado, da diversificação produtiva, das novas ruralidades, das atividades agrícolas e não-agrícolas e da pluriatividade. Todas essas são atividades que potencializam o aumento das opções de renda a inúmeras famílias e possibilitam a sua permanência no campo, mas não buscam refletir sobre estratégias de superação do sistema.

A diferença entre camponês e agricultor familiar existe apenas na adoção de um paradigma ou outro. Os dois paradigmas possibilitam visões de mundo diferentes para a análise do desenvolvimento do campo. As diferenças marcadas pelo conceito de agricultura familiar, argumentada por Ricardo Abramovay, dicotomiza um mesmo sujeito social, sentido que não foi atribuído neste trabalho (FERNANDES, 2005), sendo esta a justificativa para que ambos compareçam na mesma categoria.

Nesta temática foram aglutinadas pesquisas concernentes a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial; sistemas agrícolas familiares; dificuldades e estratégias de produção agrícola e agropecuária; alternativas de renda; trabalho familiar sobre os moldes da reprodução ampliada do capital, com destaque para a expansão da cana; subordinação ao capital; territorialidades e territorialização do campesinato; reprodução das relações não-capitalistas de produção e as contradições do capital; lutas e resistências; aspectos socioeconômicos; trabalho coletivo; agroindústria pequena e artesanal; dimensão cultural, com ênfase na religiosidade e identidade; recampanização; programas de crédito; assistência técnica; tecnologias sociais; modo de vida e relações sociais e econômicas de comunidades rurais; formas de organização social e produtiva; conhecimentos tradicionais; vilas rurais; sustentabilidade e ecologia.

Os estudos sobre a temática *Campo/cidade e rural/urbano* ocuparam a sexta posição, com 286 trabalhos. Eles enfatizaram as dinâmicas de transição rural-urbano e campo-cidade; urbanidades e novas ruralidades; a construção dos espaços rurais e a organização dos sistemas agrícolas próximos ou em áreas urbanas e/ou metropolitanas; migrações campo-cidade; as vilas e distritos rurais; os assentamentos rurais e a relação cidade-campo; o rururbano; os modos de vida e percepção das comunidades; a especulação fundiária; a modernização do campo e as influências na cidade; as vias de transporte e as pequenas aglomerações urbanas e pequenas cidades. Nesta temática, também se destacam aqueles que dedicaram a agricultura urbana e/ou peri-urbana.

A *Geografia das Lutas e Resistências* ainda se manifestou na temática *Comunidades tradicionais*, incluindo neste rol as populações ribeirinhas, caiçaras, indígenas, sertanejas, extrativistas, veredeiras, faxinalenses, gerazeiras, catingueiras, barranqueiras, fundo de pasto, pesqueiras, brejeiras e quilombolas. Com 278 trabalhos, tais estudos focalizaram questões como: o papel destas comunidades na preservação e conservação ambiental; seus conflitos com a criação das unidades de conservação, das reservas ecológicas os impactos das políticas públicas; as práticas silvopastoris e agroflorestais adotadas; produção agropecuária; economia solidária; relações de gênero e etnia; relações de trabalho; movimentos sociais; transformações espaciais e das práticas sociais e culturais; a (re)construção da identidade cultural e da territorialidade; os modos de vida e práticas culturais; a organização espacial e as transformações do sistema de faxinal; a relação dos saberes tradicionais para a promoção da sustentabilidade; regularização fundiária; desenvolvimento econômico e socioambiental; os processos de expropriação e resistência; as políticas públicas; as formas de geração de renda; o etnodesenvolvimento e a importância do território.

Educação e educação do/no campo é uma das temáticas que cresceu consideravelmente nos últimos anos e apresenta ampla relação com a reforma agrária e os movimentos sociais, uma vez que vem sendo construída pelos povos do campo para romper com a clássica e conservadora educação rural. Com 275 trabalhos, abarcam discussões que relacionam a educação do/no campo com: desenvolvimento rural, projetos de educação do agronegócio, educação ambiental, campesinato e escolas; ensino de geografia, evasão escolar, contribuições da arte e da literatura, educação do campo como território; representações sociais e cultura camponesa; políticas públicas educacionais; práticas educativas, currículo, material didático; formação de educadores; experiências de cursos

técnicos e superiores; olhares e percepções de educadores e educandos; pedagogia da alternância; fechamento das escolas do campo; tecnologias voltadas ao ensino e movimentos sociais na construção do projeto de educação popular.

A temática *Mudanças e dinâmicas socioespaciais*, que totalizou 243, ficou em nono lugar. Os trabalhos versaram sobre as transformações do espaço agrário e sua relação com a modernização do campo e da expansão do agronegócio; organização no espaço agrário de municípios, estados, regiões e países; perspectivas históricas de ocupação e colonização; caracterização de culturas e atividades agropecuárias; projetos e políticas públicas direcionadas a empresas que foram determinantes para a produção e transformação dos espaços rurais e urbanos; reorganização espacial e formação territorial e estrutura fundiária.

Por fim, em décimo lugar, somaram os trabalhos relativos às *Abordagens teórico-metodológicas*, com 205. Referem-se à Geografia como campo para a investigação dos sujeitos; procedimentos metodológicos; pesquisa qualitativa e etnográfica; perspectivas e evolução histórica e epistemológica da Geografia Agrária; grupos de pesquisa; extensão rural; contribuição de autores para a leitura do campo (Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro, Francisco de Oliveira, Eliséé Reclus, Caio Prado Jr., Celso Furtado, José Carlos Mariátegui, José de Souza Martins, Alexander Chayanov e Vladimir Lenin, por exemplo) e análise do discurso. Nessa categoria, destacaram-se estudos que versam sobre a análise conceitual - ruralidade, paradigmas agrários, questão agrária, renda da terra, rural/urbano e campo/cidade, reforma agrária, agronegócio, campesinato, agricultura familiar, trabalho, turismo rural, pluriatividade, desenvolvimento territorial, políticas públicas, paisagem, espaço, território, ensino e educação do/no campo, métodos e teorias.

Há também as temáticas consideradas tendências, como *Renda, mercados e comercialização*, com 55 trabalhos. Embora relativamente pequeno, é um tema que cresceu a partir de 2011, com 8, atingindo ápice em 2013, com 12 trabalhos. São analisadas as feiras-livre e agroecológicas, economia solidária e, nos últimos anos, os mercados institucionais, como o PAA e o PNAE como alternativas para a (re)produção social e econômica camponesa. Estudos que abordam a *Soberania alimentar e segurança alimentar* constituem-se como outra temática que, embora apresente apenas 34 trabalhos, demonstrou elevação a partir do ano 2011, com 6 trabalhos, e em 2015 alcançou o maior número, totalizando 9.

Essas duas temáticas despontam-se como tendências da Geografia Agrária não tanto pelo número, mas pela sua introdução e debate nos últimos eventos. A primeira traz a necessidade de pensar a comercialização e os mercados alternativos como estratégias para a agricultura camponesa/familiar, especialmente aquelas que produzem de forma agroecológica e nas áreas de reforma agrária. Muitos dos trabalhos debatem o PAA, política fundamental que trouxe novas perspectivas ao campesinato. A segunda se relaciona à primeira, e anuncia uma das bandeiras dos movimentos sociais. Está alicerçada em novos projetos para o campo e para cidade, elucidando a importância da agricultura camponesa para a produção de alimentos em quantidade e qualidade, com a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos.

Outra tendência é o conjunto de trabalhos sobre *Agricultura orgânica e agricultura agroecológica*, com 195 trabalhos, os quais também perfazem ampla relação com a *Geografia das Lutas e Resistências*. A agricultura agroecológica é pauta dos movimentos camponeses e associa-se a soberania e segurança alimentar. Procura dialogar sobre a importância de alimentos saudáveis e das práticas de valorização do saber camponês que respeitem a natureza. A temática demonstrou aumento a partir do SINGA de 2007, com 11 trabalhos, aumentando em 2009 para 29 em 2011, 33 em 2013 e 26 trabalhos em 2015.

Agroenergia, barragens e mineração constituem-se como perspectiva nos estudos agrários, apresentando 121 trabalhos. São trabalhos que analisam: impactos socioambientais; expropriação, lutas e resistência de comunidades rurais, indígenas e tradicionais; avanço dos biocombustíveis (incluído os assentamentos rurais); as relações com a agricultura camponesa; identidade e memória de comunidades atingidas; políticas públicas; degradação ambiental; questão da água e da natureza; atuação dos movimentos sociais e relações industriais.

O quadro 2 faz uma síntese e elenca as 26 temáticas de estudo da Geografia Agrária neste início de século (Figura 2):

A diversidade e diferencialidade das 26 temáticas da Geografia Agrária explicita o múltiplo esforço no estudo do campo brasileiro. Mostrou sua pluralidade, seja pela diferencialidade das posturas políticas e ideológicas dos paradigmas que estão em disputa para a explicação do campo, ou pela diversidade temática, que reuniu 26 categorias.

Figura 2: Ranking das categorias temáticas da Geografia Agrária brasileira (2002-2015)

	TEMAS	N. DE TRABALHOS
1	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária	944
2	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio	491
3	Estado, políticas públicas e desenvolvimento	437
4	Diâmicas da natureza e questão ambiental	395
5	Agricultura familiar e agricultura camponesa	391
6	Campo/cidade e rural/urbano	286
7	Comunidades tradicionais	278
8	Educação e educação do/no campo	275
9	Mudanças e dinâmicas socioespaciais	243
10	Abordagens teórico-metodológicas	205
11	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica	195
12	Relações de trabalho	122
13	Agroeneria, barragens e mineração	121
14	Produção agropecuária	107
15	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologias	91
16	Cooperativismo e associativismo	87
17	Gênero	84
18	Turismo	82
19	Disputas e conflitos	81
20	Êxodo rural e migração	69
21	Pluriatividade	60
22	Renda, mercados e comercialização	55
23	Comunidades indígenas	54
24	Soberania alimentar e segurança alimentar	34
25	Juventude	25
26	Uso e ocupação do solo	15
27	Outras	12
	TOTAL	5.239

Fonte: Anais do ENGA e SINGA (2002-2015)
Organização: JFSCV (2018)

Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária, como dito, foi a temática mais estudada, o que demonstrou o avanço dos estudos críticos que compreendem que o desenvolvimento do capitalismo no campo é permeado por contradições que possibilitaram historicamente a (re)criação do campesinato. São estudos que se direcionaram para o entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e da superação, comprometidos com as problemáticas e conflitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho fez uma reflexão sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira, dando relevo às suas tendências e perspectivas. No intuito de dar profundidade à essa questão, o conceito de paradigma, os paradigmas geográficos, as propriedades estruturais e as dimensões política e ideológica foram tratadas, os quais subsidiaram a interpretação do PCA e PQA como paradigmas de análise para a leitura da Geografia Agrária brasileira. A *Geografia das Lutas e Resistências* ocupa centralidade, entretanto, o conhecimento geográfico é travejado de pluralidade, seja pela diferencialidade das posturas político-ideológicas denotadas nos paradigmas que estão em disputa para a explicação do campo, ou pela diversidade temática, que reuniu 26 categorias. Sinalizou a permanência e a emergência de alguns temas, fruto das transformações do espaço agrário frente a expansão do capitalismo. Revelou o avanço dos estudos críticos que se voltam aos processos de luta, enfrentamento, resistência e superação, cujo PQA é a visão de mundo que prevalece.

Discutiu que além do PQA, os trabalhos também compartilharam do PCA. Foram identificados estudos que mesmo reconhecendo as contradições do capitalismo, formularam uma visão paradigmática que não se sustentem na perspectiva de superação, tampouco deu centralidade aos sujeitos e espaços de luta. Obviamente, esse caráter não desqualifica esses estudos, mas apontam para outras possibilidades de análise e para a própria riqueza de interpretações que convergem e perfazem o pensamento geográfico.

Como parte de um exercício intelectual, o intento é continuar acompanhando o pensamento geográfico agrário e, por isso, as ideias aqui apresentadas estão abertas ao diálogo. Não é única, tampouco universal ou totalizante, mas procura contribuir com os estudos agrários ao sobressaltar o caráter político e ideológico que todo conhecimento científico está mergulhado. Refuta a

neutralidade e traça um canal para compreendermos qual Geografia vem sendo construída nesse início de século.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BERRY, B. Geographical theories of social change. In: BERRY, B. **The nature of change in geographical ideas**. Illinois: Northern Illinois University, 1978, p. 17-36.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na Educação do campo**. 2014. 806f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CAMPOS, J. F. de S.; FERNANDES, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia Agrária. **Campo-território**: Revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. São Paulo, **Terra Livre**, n. 17, p. 99-118, 2001.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia,

Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. 20, 2006.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. V. 2.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 381-400.

FERREIRA, D. A. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico**: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro.

FERREIRA, D. A. **O Mundo rural e Geografia**: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341 p.

GUSMÃO, R. P. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: **CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3,

1978, Fortaleza. **Sessões Dirigidas...** Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.

HAGGET, P.; CHORLEY, R. J. Models, paradigms and the new geography. In: HAGGETT, P.; CHORLEY, R. J. (Org.) **Models in geography**. London: Methuen, 1967, p. 19-41.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HARVEY, M.E; HOLLY, B.P. Paradigm, philosophy and geography thought. In.: HARVEY, M.E; HOLLY, B.P. **Themes in geographic thought**. 1 ed. London: Routledge, 1981, p. 11-37.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1988. 133 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTEIRO, C. A. de F. Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977): um apelo à Filosofia da ciência para esclarecer o papel do método na solução de uma crise de identidade epistemológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3., 1978, Fortaleza. Anais...São Paulo: USP, 1978.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária**: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, **Terra Livre**, n. 16, p. 99- 112, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 218 p.

VITTE, A. C. Teorias do método científico e geografia. Um ensaio a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn. In: MENDOÇA, F. de A. (et al.) (org). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 91-106.



O TERRITÓRIO COMO CONCEITO ARTICULADOR PARA RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO RURAL CINTURÃO VERDE

**José Sampaio de Mattos Junior
Jéssica Neves Mendes
Igor Breno Barbosa de Sousa**

INTRODUÇÃO

A abordagem territorial foi principal destaque nas políticas de desenvolvimento rural, tendo em vista que a extrema pobreza ainda se concentra no campo. Assim, o enfoque territorial passou a enfatizar a dinamização socioeconômica e a promoção do desenvolvimento local. Entretanto, para tal desenvolvimento, as discussões abordaram a integração da agricultura familiar com o mercado, a partir do desenvolvimento dos mercados locais. Essas discussões convergiram para a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Assim, o ano de 2003 marcou a implantação de novas institucionalidades nos territórios, com a implantação de várias políticas de desenvolvimento territorial. Ainda que entendamos o objetivo dessas políticas de desenvolvimento territorial terem sido pensadas e estruturadas, prioritariamente, para a consolidação da agricultura familiar, estas políticas públicas continuam a apresentar contradições nas relações de poder, gerando conflitos e desarticulações entre as esferas local, estadual e federal.

Desse modo, o presente artigo parte da discussão acerca da categoria geográfica Território, está sendo apropriado pelo Estado por meio das políticas de desenvolvimento territorial como o PAA e relevamos também, como esse conceito tem se articulado para a agricultura familiar no âmbito das suas relações sociais configuradas no território. A partir disso, elencamos o objetivo geral deste artigo que consiste em analisar a dinâmica do Programa de Aquisição de

Alimentos no assentamento rural Cinturão Verde, em São Luís, Maranhão.

Metodologicamente, consideramos como recorte de análise espacial o assentamento rural Cinturão Verde (Mapa 1), localizado na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, situado na zona rural, além disso, o assentamento concentra maior quantitativo de beneficiários fornecedores do PAA. A capital conta como um dos municípios do Maranhão com maior capilaridade do PAA, em termos de beneficiários, consumidores e fornecedores.

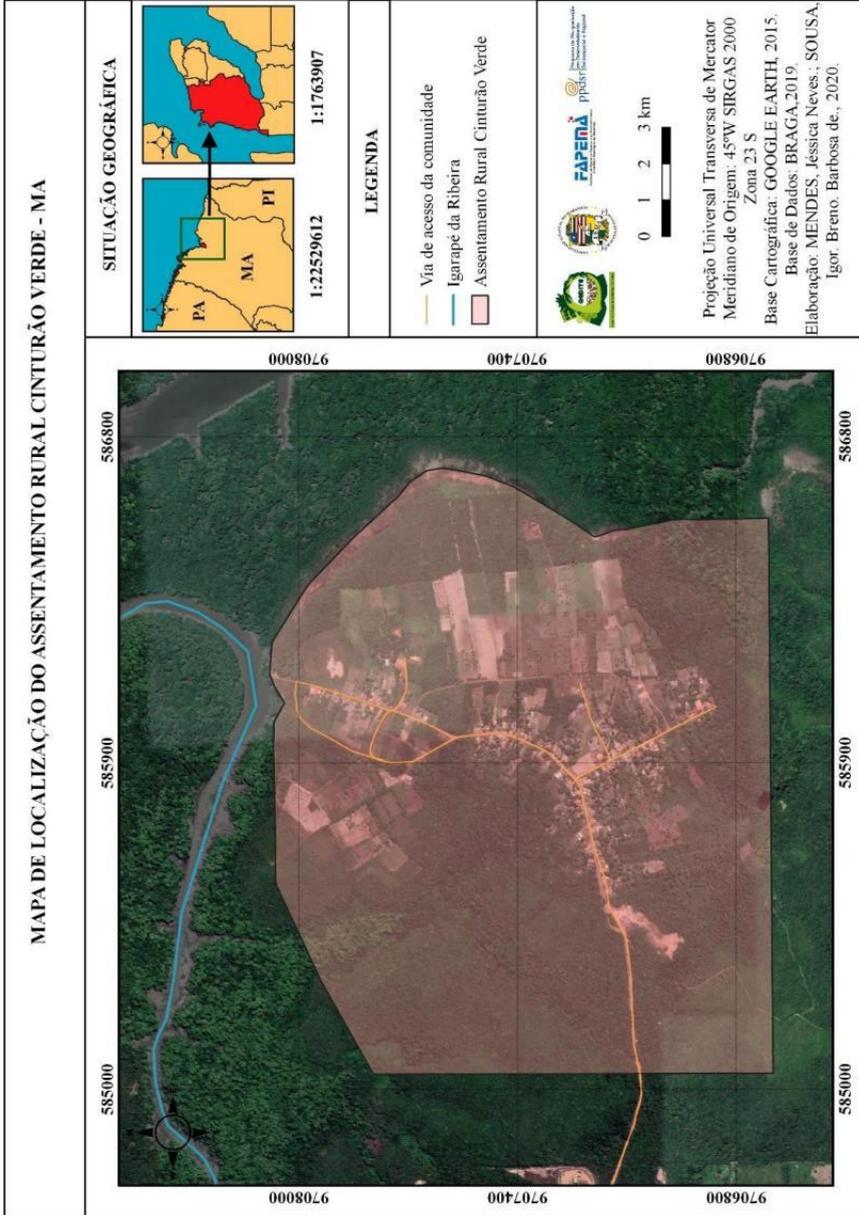
O assentamento foi criado em 1997, composto por 87 famílias que vivem da produção agrícola. A formação do assentamento ocorreu com a criação da Associação Cinturão Verde da Vila Sarney Filho I, o qual por meio do Programa Cédula da Terra possibilitou a compra da terra. Vale pontuar que, os moradores são oriundos de bairros populares da própria São Luís e dos municípios limítrofes, assim, passaram por um processo de deslocamento (BRAGA, 2019).

No que se refere às análises, estabelecemos o Materialismo Histórico e Dialético como método de pesquisa, o qual conforme Paulo Netto (2011), o método Marxista permite apreender a realidade social, que é conhecimento do objeto em sua estrutura dinâmica. A partir disso, o método auxilia o conhecimento aprender essa realidade partindo da aparência do objeto e aspirando compreender sua essência, considerando três categorias nucleares para concepção teórico-metodológica: totalidade, contradição e mediação.

Desse modo, o método materialismo histórico nos permitiu realizar uma análise crítica do PAA em sua totalidade, a partir da análise da sua estrutura, e suas mediações em âmbito nacional, estadual e local, como recorte crítico no assentamento rural Cinturão Verde, buscando aprender o movimento contraditório que ocorre na sociedade, principalmente o jogo da correlação de forças na definição da política pública do PAA.

Para o embasamento teórico do estudo, evidenciamos autores que discutem o Território, enquanto categoria geográfica, por sua característica histórica de ser instrumento de poder pelo Estado, tornando-se conceito-chave para a fundamentação dos pressupostos, como Raffestin (1993), Saquet (2004, 2008, 2015) e Souza (1995). E, para as discussões acerca do PAA, elencamos Grisa e Porto (2015) e Hespanhol (2019).

Mapa 1



Além disso, ressaltamos a visita e a observação em campo no assentamento rural Cinturão Verde, bem como aplicação de entrevistas estruturadas com 15 beneficiários do PAA no assentamento e com o presidente da Cooperativa do Cinturão Verde, Iomar Santos, com a finalidade de coletar informações sobre a composição dos beneficiários do PAA e as decisões que envolveram no acesso ao programa. Ressaltamos ainda que, a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, doença causada pela nova *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus* (SARS-CoV-2), impossibilitou de executar outras visitas de campo no assentamento, em decorrência do isolamento social e o risco de contágio.

E o último procedimento metodológico se deu, a partir da aquisição dos dados necessários para nossas análises, utilizamos os métodos estatísticos por meio do *software* Excel, assim como, para as representações cartográficas usamos aporte do *software* de Sistema de Informações Geográficas (SIG), o QGIS 3.8. E, por meio do processamento desses dados geográficos e convencionais, foi primordial o geoprocessamento, pois nos possibilitou as análises e interpretações que nos auxiliaram para a construção do texto desta pesquisa.

O TERRITÓRIO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A CONSTITUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para compreendermos a concepção e implantação das políticas de desenvolvimento territorial voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do PAA, é importante atentarmos acerca da categoria "Território", o qual permeia diversas concepções, sobretudo na ciência geográfica. Assim, de acordo com as várias discussões teóricas, consideram-se vários aspectos do território, como: o econômico, político e cultural; relacionando estes fatores para explicar seu conceito e sua dinâmica no espaço.

A proposta desse artigo não é estabelecer uma definição sobre o conceito de Território, mas sim atentarmos como esta categoria geográfica é compreendida enquanto instrumento do Estado, uma vez que, conforme Santos e Silveira (2014, p. 20) "o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual". Nessa perspectiva, compreende-se a forma como é tratado o território nos vários entendimentos dos autores no âmbito acadêmico e como este

se compõe na abordagem territorial do Estado no debate acerca do desenvolvimento rural e na agricultura familiar.

Não obstante disso, lembramos Claude Raffestin, o qual aborda como os agentes que estão no poder apropriam-se do espaço com a sua obra *Por uma geografia do poder*, em que primeiramente o autor faz a diferenciação entre espaço e território, tendo em vista as grandes confusões entre os geógrafos nas suas análises. Com isto, Raffestin (1993) aborda que o espaço é anterior ao território, sendo que o território é formado a partir do espaço, ou seja, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático.

Desse modo:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993. p. 144).

Assim, Raffestin aborda o espaço construído socialmente por mediadores, especialmente pelo trabalho, o qual por meio deste, os homens constroem relações entre si e com a matéria. O espaço é anterior a qualquer ação, já o território seria uma produção a partir do espaço; produção esta que é resultante de todas as relações que envolve e se insere num campo de poder. Com isto, Raffestin diferencia o território do espaço, por meio das relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, poder e linguagem.

Nesse pensamento, Souza (1995, p. 78) destaca o território como: "[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". O autor salienta também que, o território surge na Geografia Política como um espaço concreto e que é apropriado e ocupado por um grupo social, assim sendo:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, "paisagem") (SOUZA, 1995. p. 84).

Nessa abordagem sobre o território, além de política, é também cultural, tendo em vista que, os grupos sociais estabelecem

relações de poder. Por outro lado, Corrêa (1998) aborda que etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém, no entanto, não se vincula propriamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, que por sua vez, possui duplo significado, primeiro ao sentido de controle efetivo, segundo pela dimensão afetiva praticada por distintos grupos, definidos pela renda, raça, religião, entre outros atributos. Desse modo, o autor reforça que de fato o que caracteriza o território, é a territorialidade, que seria o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, que garantem a apropriação e permanência por um determinado agente social no território, o Estado, as empresas e diferentes grupos sociais.

Haesbaert (2004), analisando as concepções de Raffestin (1993), o autor compreende que o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, já o território no interior dessa dimensão espacial envolve a manifestação das relações de poder em suas múltiplas esferas. Haesbaert (2004, p. 79) afirma que: [...] “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

A dimensão política, a que envolve relações de poder, é a condição de existência do território, uma vez que esta dimensão se dá a partir da materialização de uma prática espacial. Embora tenha uma diversidade de discussões sobre o conceito de território, dentre as propostas teóricas que possuem maior repercussão estão elaboradas a partir da perspectiva da Geografia Política, a qual apresenta relações de poder, apropriação, dominação e até mesmo disputas. Para tanto, diante das diferentes interpretações acerca do território que são fundamentais para enriquecer nossa reflexão, é importante destacar qual concepção norteará para a orientação teórico-metodológica da nossa pesquisa, assim tomemos o conceito de Saquet (2015), o qual define o território como:

[...] produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)materialidade está tanto no

resultado-produto como na condição-devir (SAQUET, 2015. p. 45).

As territorialidades como se refere o autor acima são determinantes em cada território, cujo influenciam a sua reprodução na relação espaço-tempo. Assim, as forças sociais efetivam-se no território e com o espaço geográfico cristalizando as territorialidades que são econômicas e/ou políticas e/ou culturais e/ou ambientais que dão sentido ao território. Desse modo, constitui-se a agricultura familiar, pela apropriação do território para sua permanência, carregando consigo relações sociais perpetuadas em suas gerações.

Entretanto, Schneider e Tartaruga (2004) destacam que há uma diferença entre o uso conceitual e instrumental do território, uma vez que, no uso conceitual do território requer que se estabeleçam referências teóricas e epistemológicas, mas no seu uso instrumental ou prático não requer estas prerrogativas, ou seja, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial ao se referir aos fenômenos, processos ou situações que ocorrem em um determinado espaço. Em vista disso, é comum que o território perca seu sentido conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de região ou espaço, utilizando-o em uma perspectiva de desenvolvimento.

Assim, o território é apropriado pelo Estado, passando a ser um eixo estruturante para as políticas públicas, sobretudo as voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil em meados da década de 1990, caracterizado pela abordagem territorial tendo por referência o desenvolvimento local, ou seja, cria-se uma proposta de incorporar às políticas de desenvolvimento com as especificidades de cada território.

Entretanto, essa estratégia do uso do território numa perspectiva desenvolvimentista emerge com a Constituição Federal de 1988, em um período de fortes reivindicações pelos movimentos sociais na luta pela reforma agrária, na busca da preservação das suas identidades locais e garantia dos direitos nos seus territórios. Ao passo que nesse processo de mobilização no campo, a agricultura com trabalho na base familiar ganha força política, em um contexto de intensa modernização tecnológica na agricultura.

Diante disso, na primeira metade da década de 1990 emerge a concepção de desenvolvimento local incorporada à formulação de políticas públicas, o qual será no meio rural que essa concepção terá mais ênfase. Assim, no contexto das políticas públicas no Brasil, o território se torna uma escala de desenvolvimento, pois envolve

aspectos humanos, sociais, culturais e históricos. Diante das discussões sobre agricultura familiar e território, tais debates alcançaram o planejamento das políticas públicas no Brasil, principalmente nas discussões sobre estratégias voltadas para o campo. Como resultado disso, foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹ em 2003 pelo Governo Federal, na perspectiva de integrar os territórios estimulando o desenvolvimento.

Desse modo, a incorporação da SDT no MDA parte como premissa: propor o apoio à agricultura familiar, à reforma agrária e ao incremento da agricultura; a partir da implantação de políticas territoriais descentralizadas e participativas. Do ponto de vista da SDT/MDA, as políticas territoriais são importantes para o ordenamento territorial, assim como, servem para o processo de complemento para políticas de descentralização. Diante disso, a SDT/MDA considerava o território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2005, p. 11).

A partir dessa concepção de território elaborada pela SDT, demonstrou um território caracterizado somente por um espaço físico, não considerando as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Considerando que os territórios são destruídos e recriados por relações de poder, Fernandes (2004), ressalta como essa concepção de território é adotada na perspectiva de desenvolvimento territorial:

Uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial não incorpora o

¹ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto por meio do decreto nº 8.865, em 29 de setembro de 2016, em 2019, suas atribuições passam a ser subordinadas à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.

conflito como uma de suas dimensões. Uma das razões do porquê isso acontece é o conceito de território que se usa. Grande parte dos economistas e sociólogos que trabalham com esse conceito toma como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito (FERNANDES, 2004, p. 42).

Nesse contexto, comparando a noção de território da visão do Estado, difere-se da discussão proposta de vários autores acadêmicos, isentando-o das relações sociais que dão sentido à construção dessa categoria geográfica. Essa estratégia de desenvolvimento territorial partiu da perspectiva dos territórios rurais considerados prioritários na política, a exemplo de regiões com maiores indicadores de pobreza rural e maior densidade da agricultura familiar.

Assim, as políticas territoriais encontraram-se moldadas, especificamente, para a redução da pobreza sistematizadas através das transferências sociais basilares do Programa Fome Zero (PFZ). Programa este que subsidiou o PAA, criado em 2003, como uma proposta de incorporação dos produtos da agricultura familiar com os mercados institucionais, pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2003; 2012).

Tendo em vista a problemática da fome existente no país, a agricultura familiar passa a ter um papel determinante para o fornecimento de alimentos principalmente às pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional, por meio do PAA. Assim, o PAA surgiu com a proposta de canalizar o poder de compra do Estado para adquirir alimentos diretamente da agricultura familiar e destiná-los a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA não se trata de uma ação isolada, pois sua concepção parte da premissa de políticas públicas voltadas para agricultura familiar, para o combate à fome e desenvolvimento territorial.

Em sua concepção, o PAA foi desenhado como uma política voltada para a agricultura familiar e como uma política alimentar, haja vista grande parte da pobreza no Brasil estar concentrada no meio rural. Desse modo, buscou-se aliar à redução das desigualdades sociais por meio da aquisição de alimentos da agricultura familiar, com o objetivo de gerar renda por meio dos mercados institucionais, ou seja, considera-se mercados

institucionais no âmbito de políticas públicas, a compra pública dos produtos da agricultura familiar, para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Após um período de um conjunto de inovações de políticas voltadas para a agricultura familiar, após a crise política e fiscal em 2015, o cenário mudou completamente, resumido em cortes e descontinuidades nas políticas até aqui elencadas e reorganização de velhas estruturas que não permitem mudanças estruturais no campo. Ainda assim, apesar das limitações dos próprios programas, um dos principais determinantes para essa desestruturação foi a ruptura do MDA e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgãos estes, que garantiam a institucionalidade das políticas de agricultura familiar.

É importante lembrar que os programas voltados para a agricultura familiar foram delineados no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 2002), perpassando nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003 2010) e Dilma Roussef (2011 2016), perdurando assim duas décadas. Em contrapartida, o desmanche das estruturas consolidam-se a partir de 2016 com a crise estrutural dessas políticas no governo Michel Temer (2016 2018), cujo contexto atual sofre rupturas e descontinuidades nos primeiros anos do governo ultraliberal de Jair Messias Bolsonaro (2019 a atualidade), onde as políticas territoriais rurais encontram-se enfraquecidas.

Faz-se necessário ponderar que, conforme Hespanhol (2019), as políticas de desenvolvimento territorial começaram a perder força em 2011, mesmo diante de uma força política que havia estruturado e consolidado tal abordagem, reforçando a contradição do Estado. Apesar dos limites, é válido ressaltar que essa estratégia revela sua importância na perspectiva da tentativa de incluir atores sociais de diferentes territórios na elaboração de projetos para o desenvolvimento rural, mas que para tal consolidação, os entraves não devem ser ignorados, e sim reajustados para implementação de atividades que concretizem as potencialidades locais das áreas rurais.

Sabourin (2015), abordou que um dos principais atropelos dessa política que resultou no desgaste dessa proposta é a própria burocracia estatal em financiar os projetos e a imposição de uma série de exigências. Outra dificuldade elencada pelo autor foi a ambição de associar territorialização com desenvolvimento, desconcentração ou descentralização do Estado e participação popular no mesmo processo:

Ora, são três categorias de enfoques e de instrumentos bem diferenciadas e independentes. A participação popular e a territorialização não são sinônimas e não funcionam naturalmente juntas. Da mesma maneira, a descentralização e a desconcentração do Estado se dão mediante a transferência de competências e recursos aos estados federados e às prefeituras municipais, mas não obrigatoriamente mediante a participação da população (SABOURIN, 2015. p. 133).

Em meio a avanços e desafios, essa experiência acerca da política de desenvolvimento territorial brasileira ainda se encontra em aberto, devido à nova conjuntura socioeconômica e política do governo Bolsonaro. Uma vez que, essa experiência ainda não foi incorporada, sendo implementada a estratégia da Política de Desenvolvimento Regional, conforme Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, com a finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais.

Apesar da abordagem territorial na perspectiva de desenvolvimento, não estar incluída no planejamento governamental brasileiro atualmente, as ações do Estado sempre irão refletir nos territórios, sobretudo, como tem acontecido para a agricultura familiar, comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, em que a prioridade uma vez elencada nas pautas governamentais para acesso às políticas públicas, cede lugar para disputas territoriais contra grandes investimentos apoiados pelo Estado e pelo grande capital estrangeiro.

Desse modo, a agricultura familiar por meio das políticas públicas vem sendo mais discutida no viés econômico do que o cultural, social e político, em que tem assumido função econômica para produção de alimentos alternativos e para a segurança alimentar através de políticas voltadas para o combate à fome. Nesse contexto, a discussão territorial em torno da agricultura familiar e programas voltados para este público, tendo como análise o PAA, solidifica as formas de resistências e existências da pequena produção, diante de rupturas (verificados com o MDA e MDS) a serem analisadas no assentamento rural Cinturão Verde.

OS DESAFIOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO CINTURÃO VERDE

Ao abordarmos o assentamento rural Cinturão Verde, identifica-se uma oportunidade de compreendermos as relações sociais neste território, considerando as implicações socioeconômicas a partir da adesão do assentamento ao PAA, como política em que na sua estrutura tem como proposta, a garantia da segurança alimentar, a partir da produção de alimentos. Nesse sentido, a análise do PAA no assentamento Cinturão Verde torna-se um determinante para as discussões iniciais, acerca da importância da soberania alimentar nos territórios diante da complexidade da estrutura agrária.

A principal atividade desenvolvida pelos agricultores é a produção de horticultura, sendo desenvolvido o plantio de raízes (batata-doce, cenoura, mandioca); talos e folhosas (couve, alface, cheiro-verde, cebolinha); hortaliças de frutos (pepino, pimentão); ervas (salsinha, cebolinha, hortelã e coentro), além das frutas (banana, melancia, mamão, abacate, maracujá, goiaba, laranja, entre outras), evidenciando a diversidade da produção dos alimentos pela agricultura familiar.

Em relação à produção pecuária no assentamento, as principais criações são de suínos e aves, mas com pequeno número de produtores. Alguns agricultores relataram que não criaram mais animais pela descontinuidade no acesso aos mercados institucionais, o qual em decorrência da pandemia não houve demanda de alimentos nas escolas e nas instituições participantes do programa, onde encontravam-se fechadas em função do isolamento social.

Além disso, os produtores relataram que a criação de animais tem muitos custos, principalmente com ração, entretanto os mercados institucionais possibilitam um recurso extra para manter esses custos. Segundo Pereira (2015), o sistema adotado pelos produtores do Cinturão Verde possui características do sistema semi-intensivo, em decorrência dos animais ficarem confinados maior parte do tempo, além disso, percebeu-se a ausência de tecnologia adequada a criação, sendo as aves de granja são a minoria na criação.

Desse modo, com o acesso de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, os agricultores do Cinturão Verde construíram uma hortícola comunitária para produção, além da compra de equipamentos para auxiliar na produção, apontado na Figura 1.

O primeiro ano de acesso dos agricultores no PAA foi em 2006, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), através do PFZ. Os produtores souberam do programa através de um técnico da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), o qual auxiliou os agricultores na adesão da política não havendo muitas dificuldades para participação do programa. Porém, houve problemas relacionados ao atraso no pagamento, como relatado pelo presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde (COOAFACIV), Iomar Santos.

Figura 1: Produção hortícola dos agricultores do Cinturão Verde



Fonte: MENDES, 2020.

Nesse contexto, os agricultores relataram que o principal motivo para a adesão do PAA, foi a geração de renda, pois, é um recurso extra para investir, não somente na produção como para o sustento da família, conforme exposto no Gráfico 1.

Os agricultores acessaram o programa de forma individual (pessoa física) e coletiva (jurídico). A modalidade Compra Institucional é somente por meio de associações ou cooperativas, enquanto na forma individual é pela modalidade Doação Simultânea, por meio do PAA-Municipal, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA). Na modalidade Compra Institucional, os agricultores fornecem os alimentos para o Exército e Aeronáutica, ambos localizados no município de São Luís, respectivamente.

Gráfico 1



Fonte: MENDES, 2020. Elaboração: Os autores.

Todos os entrevistados receberam de crédito do PAA, o valor variando de R\$ 4.000,00 a R\$8.000,00. Entretanto, o presidente Iomar Santos relatou que para participar das propostas do PAA, gera-se uma despesa para emissão de alguns documentos, como: reconhecimento em cartório, elaboração de projetos e o pouco tempo para submeter as propostas; ao todo, tem-se uma despesa em torno de R\$ 1.000 para projetos no período de, além, geralmente, 1 mês. Como consequência, isso tem desestimulado a Cooperativa em participar de novas propostas do PAA, sobretudo o PAA-CONAB, cujo acesso é por meio de cooperativas e associações de agricultura familiar.

Para a coordenação do PAA-CONAB no Maranhão, esta relatou que de fato o Governo Federal tem requisitado cada vez mais documentos com o passar dos anos. E o Governo Federal, por sua vez, exige a documentação nos moldes, devido aos decorrentes casos de fraudes para acesso ao PAA. Nesse caso, um dos gargalos do PAA é a exigência documental, como um dos principais empecilhos para as associações e cooperativas não acessarem o programa.

Além disso, a coordenação apontou que, de fato, a CONAB não tem trabalhado com o Cinturão Verde a alguns anos, embora o assentamento tenha sido um dos primeiros a participarem do PAA, em São Luís. Isso ocorre, devido aos títulos do ranqueamento que

acabam desestimulando os agricultores, pois ao tentarem acessar o programa, acabam não sendo aceitos. E em 2020, o assentamento Cinturão Verde tentou novamente, mas não foi contratado, em razão do baixo orçamento, que por sua vez acabou não contemplando os agricultores.

Vale ressaltar que os projetos oriundos de São Luís, no novo formato de orçamento para 2020, teve a contratação somente de dois projetos referentes ao ano anterior, sendo contempladas a Associação de Vitória e do Arraial (ambos localizados na zona rural de São Luís), ambas no orçamento para a situação da Covid-19. Atualmente, a CONAB contemplou somente 47 projetos para o estado do Maranhão.

Destarte, os produtos comercializados pelos agricultores do Cinturão Verde no PAA, são hortaliças, legumes, frutas, como: alface, maxixe, quiabo, cheiro verde, couve, macaxeira, rúcula, cebolinha e frangos; ovinos. Caprinos e galinhas eram fornecidas vivos para o Exército. A entrega dos produtos do PAA é realizada semanalmente, com revezamento dos produtores por semana pelo caminhão da cooperativa, cedido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (SAGRIMA), tendo os custos somente do combustível ou pelo veículo do próprio produtor, na modalidade Compra Institucional para o Exército e Aeronáutica.

De acordo com a AGED (2020), um dos gargalos para aquisição dos produtos de origem animal para os mercados institucionais como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), está na obrigatoriedade em atender à legislação dos serviços de inspeção sanitária, seja em âmbito municipal, estadual ou federal, ou ter registro pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

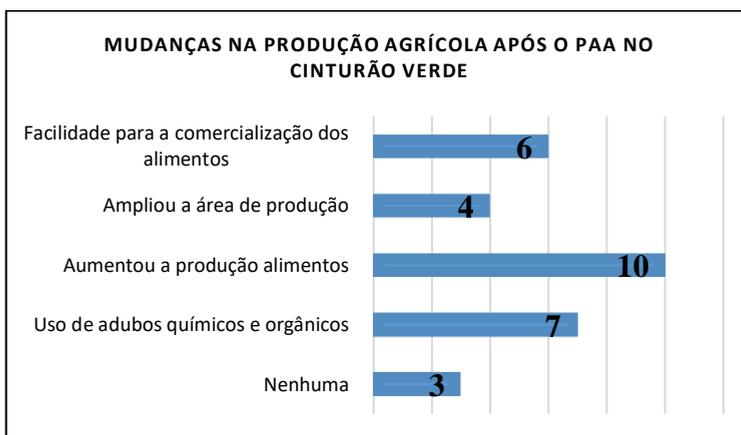
Considerando a modalidade Doação Simultânea, onde os alimentos adquiridos dos produtores familiares são destinados às entidades da rede socioassistencial para posterior doação à população em situação de vulnerabilidade social, foi implantada uma regulação onde é possível a aquisição de frango vivo e pescado inteiro resfriado com destino ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no Maranhão. A Nota Técnica nº 01/2018 do Programa Estadual de Sanidade Avícola, fornece os procedimentos da venda de aves vivas para o PAA no estado do Maranhão, como alternativa de fortalecer as cadeias produtivas dos agricultores familiares do estado.

Na modalidade Doação Simultânea, a SEMSA recebe os alimentos toda terça-feira no Cinturão Verde, possibilitando que os agricultores entreguem os alimentos sem sair do assentamento. Os agricultores mencionaram também que fornecem os alimentos para o Hospital do Câncer Aldenora Bello (localizado no bairro do Apeadouro, em São Luís) e uma creche da zona rural TEM NOME? por meio do Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF). Verificou-se que, dos 100% da produção dos agricultores entrevistados, 60% é destinada para o PAA e os demais 40% são para o consumo e para venda ao mercado.

De fato, o PAA tem estimulado a produção dos alimentos para os agricultores familiares no assentamento, o qual, dentre os resultados alcançados pelo programa no Cinturão Verde de acordo com os entrevistados, foram mudanças na produção dos alimentos e na comercialização, pois durante a execução do PAA, havia maior consumo de alimentos. Além disso, houve melhorias na produção, bem como, outros entrevistados relataram que evitava de ir ao mercado, pois, os produtos eram adquiridos no assentamento. Dentre outras mudanças, os agricultores abordaram que passaram a investir em adubos e sementes, e principalmente, aumentou a venda e a produção, além de estimular o trabalho da agricultura familiar.

Em relação às mudanças na produção agrícola, os beneficiários do PAA consultados no Cinturão Verde destacaram a facilidade na comercialização dos alimentos, o aumento da área de produção e dos alimentos e o uso de adubos químicos e orgânicos, como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2



Fonte: MENDES, 2020. Elaboração: Os autores.

Além disso, os agricultores relataram que o PAA melhorou a renda dos beneficiários, pois, as vendas eram realizadas somente nas feiras. Com o financiamento do programa, houve uma renda extra para manter as despesas, e comprar os equipamentos que auxiliam na produção e comercialização. Nesse contexto, quando questionado aos agricultores do Cinturão Verde se o PAA promoveu mudanças na alimentação dos beneficiários, 12 responderam que houve melhorias na alimentação, a partir da diversificação dos alimentos, por exemplo, as famílias passaram a comer mais folhagens, frutas e verduras, e sobretudo o fator renda, pois, com a renda maior possibilita uma compra superior de alimentos.

É válido ressaltar, o sentimento de valorização da agricultura familiar nas falas dos entrevistados, a partir da satisfação em ver crianças, jovens e adultos se alimentarem com os alimentos que foram produzidos por seus familiares. Ainda assim, apontaram o sentimento de contribuição em poder ajudar pessoas carentes a se alimentarem, principalmente as crianças nas escolas, ao consumirem uma alimentação saudável e rica em nutrientes para prevenção de doenças e com vitaminas essenciais para exercer suas atividades durante o dia.

Considerando o PAA como política de desenvolvimento territorial, o programa propõe estabelecer conexões entre os agricultores (seja pelo associativismo ou cooperativismo) com instituições públicas e privadas permitindo a valorização do território diante das ações e relações desenvolvidas na produção e aquisição dos alimentos. Não obstante, para os agricultores do Cinturão Verde o papel do Governo (Federal, Estadual e Municipal) dá-se pela implantação do programa, no repasse dos recursos para a aquisição dos alimentos e o apoio na comercialização, por meio da entrega dos alimentos para os beneficiários consumidores.

Dessa forma, 5 agricultores classificaram o PAA como ótimo, 8 produtores o classificaram como bom, enquanto, 2 acharam o programa regular, por não haver muitas modificações na estrutura produtiva. Assim, foi questionado para os agricultores a participação das esferas municipal, estadual e federal na execução do PAA, como apontado no Gráfico 3, sendo considerado relativamente boas a participação dos governos no desempenho do programa.

É válido ressaltar que a insatisfação dos entrevistados na execução da política pelo governo ocorre pelo declínio dos recursos e diminuição na aceitação das propostas dos agricultores, assim como, nos serviços de assistência técnica, o qual para os agricultores não é eficiente para prestar o apoio necessário para a produção., Os agricultores comentaram também, a insatisfação com

o atual Governo Federal, na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual, durante um ano de gestão não tem prestado assistência para a agricultura familiar, restringindo-os com a diminuição dos recursos para esta categoria.

Gráfico 3



Fonte: MENDES, 2020. Elaboração: Os autores.

E novamente, verifica-se a importância de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do PAA, como forma de dinamizar a produção local, bem como a aquisição dos alimentos E, principalmente, por meio de incentivos para a produção familiar, refletidos desde o aumento da variedade de alimentos produzidos, ampliação da área de cultivo, uso de insumos agrícolas com vista a facilitar e melhorar o plantio, e sobretudo, comercialização, verificados diante dos resultados alcançados pelo PAA no Cinturão Verde.

Porém, a assistência técnica é um dos problemas mais enfatizados pelos entrevistados, no que tange à produção dos alimentos, dentre estes, os agricultores apontaram que a falta de melhorias técnicas e equipamentos de cultivo, falta de incentivo do Governo e mão de obra, são alguns dos entraves para a produção dos alimentos do PAA, os entrevistados também relataram que a falta de chuva também é um dos problemas para a produção.

Nesse contexto, percebeu-se que para participarem, por exemplo de programas públicos, há um certo conflito entre associados e cooperados, ao submeterem as propostas, tendo em vista, ambas as partes disputarem o acesso aos benefícios, pois, nem todos associados são cooperados, vice-versa, uma vez que para participar da Cooperativa é exigida uma taxa anual para manutenção e funcionamento desta. Diante disso, alguns agricultores optam por não participar do processo.

Braga (2019), ao analisar os mercados institucionais no Cinturão Verde, abordou o baixo número de agricultores

cadastrados no PAA operacionalizado pela SEMSA, consequentemente com pouca representatividade no assentamento. A autora apontou a fala de um dos entrevistados do Cinturão Verde, evidenciando a redução das adesões e irregularidades na seleção de agricultores para fornecer ao programa, como a aprovação de uma lista que passa pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís, que por sua vez, acaba excluindo agricultores da comunidade que não tem nenhum plantio, e, portanto, acabam comprando produtos na comunidade para fornecer aos programas.

Diante dessa tensão de conflitos em torno da relação entre agricultores e gestores da política do PAA, além dos agentes internos como Associação e a Cooperativa do Cinturão Verde, assim como o Sindicato dos Trabalhadores, percebe-se as relações de poder e conflitualidade no território, representado no Cinturão Verde, demonstrando assim, o papel da discussão acerca do Território nesta pesquisa, como forma de evidenciar o aspecto político, econômico, social e cultural desta categoria geográfica que nos motivou a inseri-la nesta análise, sobretudo, a sua incorporação nas políticas públicas a partir do viés de desenvolvimento local.

Saquet (2015), analisa que a territorialidade é um dos componentes fundamentais para o desenvolvimento, pois envolve processos políticos, econômicos, ambientais e culturais, ou seja, interações entre os sujeitos e a (i) materialidade do território. Dessa forma, os sujeitos produzem o território conforme seus objetivos, metas, recursos financeiros, técnicas, ideologias e apropriações, assim, o território possui influência direta nas discussões e construções de projetos de desenvolvimento.

Políticas intersetoriais como o PAA, demandam de várias articulações institucionais entre vários atores governamentais e não governamentais, permitindo a construção e fortalecimento de arranjos institucionais, embora, nem sempre essa construção se concretize, haja vista as várias diversidades entre os atores envolvidos. De fato, uma política que sobrevive desde 2003 até os dias atuais, mesmo com várias modificações na sua composição, demonstra o grau de complexidade e amplitude dos efeitos que o PAA tem gerado nos assentamentos, como por exemplo, demonstrado no decorrer deste trabalho no Cinturão Verde.

Dessa forma, um dos gargalos para o assentamento Cinturão Verde em relação ao PAA, é a diminuição de recursos e a exigência documental que tem afetado a aceitação de novas propostas e consequentemente a adesão de mais agricultores para o programa.

Ainda assim, a desarticulação do programa, bem como as políticas voltadas para a agricultura familiar, tem afetado até mesmo a organização dos agricultores, tendo em vista, os próprios conflitos internos entre os agricultores, em que nem todos são contemplados pelos benefícios.

Saquet (2015), nos lembra que onde há relações de poder, há condições de resistência, o assentamento rural Cinturão Verde resiste face ao avanço dos grandes empreendimentos na capital São Luís, o qual busca reduzir a zona rural frente ao processo de urbanização da cidade, bem como, o desmanche de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, agricultura familiar e desenvolvimento territorial.

No caso do Cinturão Verde, novas oportunidades surgiram a partir dos mercados institucionais, por meio da estruturação de novas formas produtivas e organizativas, como a criação da Cooperativa do assentamento Cinturão Verde, possibilitando a construção novas relações socioeconômicas no assentamento, sob novas dinâmicas, relações estas que tendem a conflitos entre os próprios produtores.

Diante disso, as estratégias dos mercados institucionais, como o PAA, verificado no assentamento Cinturão Verde, permitiu possibilidades para os agricultores ampliarem a produção, diversificação e aquisição dos alimentos, a área de produção, acesso a assistência técnica (embora com entraves no cultivo e manejo para a produção), geração de renda, acesso a novos mercados.

De certa forma, forças políticas com o viés de estabelecer o desenvolvimento, vinculados a inserção de políticas públicas com a finalidade de proporcionar qualidade de vida aos sujeitos envolvidos, acabam impondo um modelo de política compensatória com financiamento para os agricultores familiares. Neste processo, os agricultores do Cinturão Verde têm se estimulado a buscar novos canais de comercialização, sobretudo os não-governamentais, tendo em vista, que os programas governamentais no Brasil apresentam características de descontinuidades políticas quando ocorre mudança de gestão pública em ambas as esferas, mesmo que tenham alcançado grandes resultados exitosos.

Os agricultores do Cinturão Verde na perspectiva do PAA, têm se organizado e fortalecido a buscar novos mercados, visando sustentação e autonomia do seu território, ainda que nesse processo tenham surgido conflitualidades no território entre os agricultores. Portanto, os agricultores do Cinturão Verde têm procurado não criar dependência de programas governamentais, uma vez que, no atual

cenário, com a desarticulação de vários órgãos federais que tenham apoiado a agricultura familiar, como

o MDA e MDS, a desarticulação do PAA é cada vez mais evidente, embora, possam surgir novas articulações no decorrer do processo.

O caso em tese, não se trata de os agricultores não acessarem mais os mercados institucionais, mas que de fato, os gestores públicos possam fortalecer esses mercados, por meio de uma reestruturação nas suas formas de acesso, e priorizar os setores menos capitalizados, o que não tem ocorrido, contradizendo sua proposta inicial, além de subsidiar iniciativas para o acesso à terra, habitação, saneamento, saúde, educação, entre outros serviços básicos, para as áreas rurais que somente são restritas a políticas de produção de alimentos, mas que não recebem o suporte necessário, o que leva muitas das vezes ao descrédito dos programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, buscou-se através deste artigo enfatizar a importância da agricultura familiar para a produção alimentar e demonstrar seu potencial para os mercados institucionais como o PAA, considerando o assentamento Cinturão Verde. Diante disso, as análises acerca do PAA no Cinturão Verde, funcionam como resistência para os agricultores do assentamento em meio as várias temporalidades, marcadas por várias implicações econômicas, sociais e políticas no contexto das políticas públicas.

As territorialidades precisam ser consideradas no contexto das políticas públicas, pois cada lugar nos remete a várias relações sociais. Isso nos motivou a compreender o assentamento rural Cinturão Verde, que é inserido em meio ao movimento da totalidade e nos possibilita compreender as resistências e contradições, identificando os sujeitos locais e suas experiências face às relações de poder no território, o qual diante das dificuldades para implantação do assentamento, tecem a territorialidade a partir da articulação entre os agricultores para produção e comercialização dos alimentos, com vistas a consolidar sua permanência e sobrevivência no território, sendo este adquirido por meio de uma política de compra da terra.

Os agricultores do Cinturão Verde configuram a cooperatividade a partir da busca do equilíbrio em atender

programas voltados para agricultura familiar, feiras e mercado de venda direta para o consumidor, e para o sustento da família, buscando um equilíbrio entre trabalho e consumo.

Em relação a organização produtiva, houve mais desafios do que avanços no assentamento, sobretudo, em relação a atender as exigências do PAA, no que tange a aquisição dos alimentos, além da captação de recursos para ampliar a produção dos alimentos e o número de beneficiários, desmotivando os agricultores a acessarem políticas públicas dada a oscilação de recursos e reestruturações das políticas. Assim, percebe-se na fala dos entrevistados, que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar sejam consolidadas, e que na sua configuração sejam permanentes para todos os agricultores na perspectiva de concretizar as práticas agrícolas.

Ademais, os enfrentamentos dos agricultores familiares junto ao PAA, permanecem diante do desmonte sinalizado a cada ano de aproximados vinte anos de estruturas de apoio à agricultura familiar, culminando na redução nos repasses de recursos financeiros e desarticulando as atividades produtivas dos agricultores, comprometendo sua organização social e econômica, em meio ao aumento da insegurança alimentar, e consequentemente da pobreza, diante de novas conjunturas socioeconômicas e políticas.

É fato, os impactos positivos da política por meio do aumento da produção de alimentos, diversificação dos produtos, emancipação de associações e estímulo ao cooperativismo, aumento da renda, valorização da agricultura familiar e cadeias curtas de comercialização a partir da consolidação de programas que se instituem direitos básicos e essenciais que é alimentação.

É necessário que se tenha as condições necessárias para que os beneficiários fornecedores (no caso os agricultores familiares) produzam, como: infraestrutura no assentamento, educação, saúde, bem como suporte para a produção familiar, por meio da assistência técnica, além da questão logística e processamento dos alimentos até ao mercado consumidor, de acordo com os princípios da soberania alimentar.

Além disso, é importante que haja clareza nas propostas do programa, no que tange a exigência documental, os requisitos para a aceitação dos projetos e até mesmo o funcionamento do PAA, o qual tem desestimulado os agricultores a participarem do programa, até mesmo desistirem, dada as exigências do programa em que muitas das vezes não são assessorados sob tal funcionamento.

Os mercados institucionais mesmo com as impossibilidades políticas e institucionais no decorrer da sua história, tem resistido ao longo dos anos, em que tem demonstrado sua importância no acesso a alimentação, pois consegue aliar um setor desfavorecido, mas que possui um grande potencial em atender não somente instituições públicas, além do mercado consumidor local, por meio dos circuitos curtos de comercialização, onde foi valorizado no contexto pandêmico, o que pode retomar como uma estratégia do fortalecimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO. **Orientações sanitárias para aquisição de frango vivo e pescado inteiro resfriado pelo mercado institucional (PAA, PROCAF, PNAE) no estado do Maranhão.** 2020. Disponível em: <https://www.aged.ma.gov.br/files/2018/05/layout-cartilha-oficial-06-07-20.pdf>. Acesso em: 03 jul 2021.

BACELAR, Tânia.; FAVARETO, Arilson. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste - Uma homenagem a Celso Furtado. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, agosto, 2020.

BRAGA, Camila Lago. **Circuitos de Comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís-MA.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2624>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em: 20 jun 2021.

_____. **Decreto nº 7.775/2012, de 4 de julho de 2012.** Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm Acesso em: 15 jun 2021.

_____. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm. Acesso em 22 ago 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. Cap. 3. p. 251-256.

FERNANDES, Bernardo Mançano (ed.). **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%206a.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, A. N. A adoção da abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs). **Temas em Geografia Rural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. p. 349-366.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PEREIRA, Plhinio Vinícios Moraes. **Caracterização agrícola e socioeconômica da comunidade rural "Cinturão Verde- Vila Sarney Filho I"**. São Luís, 2015. 42 f. Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia. Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. 1926 – 2001. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades:** uma concepção

multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 164p.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: Das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande – PB, vol. 23, n.º 01 e 02, 2004, p. 99-116. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/rzsantiga/artigos/Artigo_4.pdf Acesso em: 22 jul 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (p. 77-116).



AS POLÍTICAS CONTENCIOSAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: ENSAIO GEOGRÁFICO A PARTIR DO DATALUTA FLORESTA

**José Sobreiro Filho
Bruna Gonçalves Costa**

INTRODUÇÃO

Este trabalho se trata de um ensaio provocativo que foi apreciado em debate no “I Colóquio Geografias fora do eixo: por outras geografias, com práxis territorial” entre 5 e 6 de agosto de 2020. Diante da relevância e do desafio em se pensar as “Geografias fora do eixo” e a práxis territorial, buscaremos aqui compor, primeiramente, uma leitura com o fito de problematizar sobre o entendimento que a Geografia tem acerca de um campo específico das relações humanas: a política contenciosa em prol dos territórios populares e a imprescindibilidade da perspectiva territorial para a análise das ações coletivas.

Tendo o território como pano de fundo, embora outras categorias geográficas sejam assaz pertinentes, aqui buscamos, num primeiro momento, destacar a necessidade de se produzir um conhecimento original desde a perspectiva crítica na Geografia. Nesse sentido, um dos objetivos foi justamente o de promover uma leitura crítica sobre a necessidade de se pensar o conflito a partir da realidade e o modo como a Geografia brasileira pode construir instrumentos, abordagens e encontrar elementos para analisá-los.

No segundo momento, realizamos uma breve leitura dos aspectos quantitativos, qualitativos e de informações mais precisas sobre padrões fenomênicos das ações dos movimentos socioterritoriais das florestas. Os procedimentos se relacionam com o corpo teórico-metodológico do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e, não obstante, do levantamento de dados para a composição do banco de dados de luta dos movimentos

socioterritoriais das florestas. Por meio deles foi possível caracterizar uma tipologia de ações praticadas e outra de movimentos socioterritoriais. Estes, por sua vez, são produtores e defensores de espaços e territórios das florestas. Dentre as 438 notícias analisadas durante o ano de 2020, encontramos o uso da palavra “território” em 176 delas. Para os pesquisadores comprometidos com o fito da práxis territorial, é mais um indício de que a categoria ultrapassa as fronteiras da academia e é difundida, instrumentalizada e disputada em sua materialidade no cotidiano das ações coletivas dos povos das florestas¹. Por fim, após apresentarmos uma análise das ações do Brasil, enfatizamos a expressividade das ações praticadas na Amazônia Legal por concentrar a maior quantidade e diversidade de ações e sujeitos.

O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O CONFLITO NO MUNDO DAS GEOGRAFIAS CONSTRUÍDAS PELOS SUJEITOS

Não é de hoje que temos debatido que a Geografia brasileira e a Geografia anglófona têm construído curiosas experiências analíticas referentes a seara das ações coletivas e *contentious politics*² (SOBREIRO FILHO, 2016, 2020). Espaço, território, lugar, rede, escala e outras categorias geográficas são capazes não somente de compor, mas de pautar análises singulares e pertinentes ao fenômeno dos conflitos e das ações coletivas (NICHOLLS, 2007; 2009; ROUTLEDGE, 1992, 1997, 1996, 2003, 2007; MILLER, 2000; FERNANDES, 1999). Mesmo por décadas

¹ Outrora destacamos sua influência em movimentos urbanos e camponeses nacionais e internacionais (SOBREIRO FILHO, 2016).

² ...contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, long-standing and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contentiously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcomes is a revolution. (TARROW, 2011, p. 16)

lançando luzes sobre um debate absolutamente óbvio, alguns ainda o veem como uma novidade: a indissociabilidade espacial da política contenciosa.

Com os geógrafos e geógrafas³, a parcela da academia dedicada ao entendimento dos temas críticos têm passado a entender com clareza que nunca foi possível buscar uma real compreensão da gramática do conflito alheia ao espaço, aos lugares, paisagens, escalas, redes, regiões e aos territórios. Sua relevância se deve a sua característica de atributo, irrevogável por excelência, das relações sociais e, portanto, indissolúvelmente próprio da natureza do espaço, cabendo à Geografia, mesmo nas interpretações mais acanhadas, o “espectro” de uma vocação “natural” para o seu entendimento.

Analisado e reconhecido de distintas formas (classes, crenças, gênero etc.) e por diferentes autores e perspectivas, identificamos a presença do conflito enquanto atributo latente do espaço e sua (re)produção, mesmo que timidamente teorizado do ponto de vista geográfico. Embora sempre tangenciado, o conflito e diversos instrumentos teórico-metodológicos voltados para os seus entendimentos na Geografia, são, muitas vezes, oriundos de outras disciplinas das Ciências Humanas e que, em especial, apresentam vasto referencial do Norte Global. Mas a Geografia não passa ao largo e tem sido povoada por essas contribuições que, na verdade, descortinam e reforçam a sua condição dependente em detrimento das possibilidades de construir-se enquanto uma ciência orientadora no debate, como no caso dos movimentos sociais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2005; SOBREIRO FILHO, 2016).

Uma Geografia pouco afeita ao entendimento do conflito de forma original e orientadora reflete uma empobrecida concepção popular e povoada por correntes hegemônicas que muitas vezes restringem suas compreensões e contribuições a um simplismo geopolítico, político, social, comportamental e epistemológico. Notadas as evidentes limitações das compreensões hegemônicas, é salutar reconhecer o conflito como fato manifesto das interações e como qualidade latente na ampla diversidade de relações socioespaciais. Em outras palavras, podemos dizer que muito além do foco social analisado, por exemplo, por Simmel (1983), o conflito também pertence e interessa às epistemes da Geografia. Se manifesta na totalidade das relações socioespaciais produzindo

³ Fernandes (1999), Martin (1997), Josué de Castro (1967), Manuel Correia de Andrade (1986; 2009), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016); DALPERIO 2013).

limites, alterando profundamente as ações e existências, bem como sendo uma possibilidade *ad aeternum*, mesmo que nem sempre oportuno.

Críticas aferidas por autores como Quijano (2005), Mignolo (2003), Castro-Gómez (2005) e as contribuições de Fanon (2007), nos instigam a pensar sobre a relevância do entendimento das posturas coloniais nas ciências e nos modos como elas analisam os conflitos. Ao nosso ver, essa acertada preocupação busca combater o entendimento enviesado, cronicamente comprometido e/ou incompleto sobre os fenômenos na Geografia, tratando-se de uma contenda espacial parcialmente compreendida ou com dimensões desprezadas. Muitas vezes, isso deriva tanto do fato dos territórios terem suas existências atravessadas pelas situacionalidades, quanto da (re)produção do comportamento das intelectualidades burguesas e pseudo-contra-hegemônicas que conflituosamente homogeneizam os conflitos para se apropriarem do poder explicativo de tudo e de todos. "Maiores do que a realidade", já não precisam mais dela. Ela e a ciência é que precisam dos seus conceitos, do seu poder explicativo e suas homogeneizações incapazes de dobrar as esquinas para eivar-se de povo, quiçá das águas, campos e florestas, mas capazes de se manifestarem adestradoras dos academicistas que desejam ser adestrados. Nos territórios dos seus modelos explicativos estão mais seguros e são inquestionáveis, mas "lá fora" os povos estudados sequer sabem quem são esses "pensadores" e pouco ou nunca ouvem seus sobrenomes, só não lhes restam dúvidas de que não se encontram numa práxis que não atravessou o oceano e/ou se preocupou em nascer e se fazer latino-americana.

Mas o ímpeto desta crítica naturalmente invoca outros questionamentos necessários, tais como: Quais conflitos estamos instrumentalizados a identificar com as "ciências" postas e quais querem que sejam vistos do ponto de vista geográfico? De que modo convém e a quem cabe explicar, conceituar e analisar as disputas territoriais internas nos Estados Territoriais ou entre eles, seus povos, suas classes, posicionalidades e situacionalidades? A realidade latino-americana é explicada através destas categorias, conceituações e teorias alóctones? Há necessidade e possibilidade de adequá-las e/ou criar novas com o objetivo de evitar prejuízos metafóricos? Até onde essa "ciência" e o geografar tem permitido e ofertado explicações ao campo dos conflitos e da política contenciosa de modo real, desde uma práxis territorial sólida e eivada de vozes?

A problemática se faz ainda mais curiosa quando nos defrontamos com a provocação de que entender os conflitos na atualidade das intimidades que habitam os Estados Territoriais, constituído sob égide da propriedade privada, é também verificar que as relações interpostas são territoriais. Consiste em dizer que constroem bordas, fronteiras e limites para os sujeitos em seus cotidianos e estes produzem a si, os outros, os territórios e por eles são produzidos. Eis a potência da práxis territorial, mas de uma instrumentalização categórica que representa o povo humilde, cuja simplicidade, dialeticamente, pode compor sofisticados e complexos movimentos socioterritoriais capazes de promover disputas políticas e geopolíticas como, por exemplo, o MST, o MAB, a Via Campesina, movimentos indígenas, dentre outros.

O advento das concepções iluministas e liberais que permearam processos revolucionários que varreram monarquias e práticas coloniais antigas e diretas em diversos pontos do mundo dialeticamente instrumentalizaram e encastelaram setores da sociedade em detrimento das concepções absolutistas para reproduzir formas de dominação travestidas em novas e velhas roupagens. Enquanto as relações burguesas e as complexificações do tempo histórico amplificaram suas formas de poder, ao povo coube uma concepção e relação ainda ábdita, mas ao mesmo tempo embotada de concretudes violentas e até mesmo, moralmente, facínoras.

Se o poder emana do povo ou não, embora muitas vezes escrita, esta consigna não nos furta da certeza sobre a dúvida. Idêntica indagação se faz sobre os territórios quando nos deparamos com o discurso devotado ao Estado em sua composicionalidade teórico-conceitual. Questão parcialmente respondida e compromissada com o tempo histórico e seu devir, mas que nos provoca a pensar a centralidade do povo nas sociedades democráticas e em suas ciências ou não enquanto lastro irrevogável das criações e análises de territórios, uma vez reconhecido dialeticamente como cativo e fonte por natureza do poder. Não há de ser por meio de berços diferentes que as ciências interessadas nos debates sobre o poder em regimes democráticos encontram vias para contribuir, mas atentas também ao fato de que os povos transbordam eixos, limites e singularidades da mesma forma como a ciência crítica far-se-á.

As formas de políticas contenciosas vivem mesmo diante dos Estados e das "ciências" que subjagam certos territórios e territorialidades, a maioria teve sua existência fora dos eixos e outras construíram complexas instituições soberanas e/ou

autônomas. Mas a crítica colonial também tem nos provocado sobre o fato de que ciências amadurecidas com o fito de suprirem outras realidades e interesses apresentam parcialidade na compreensão dos conflitos diante de outras perspectivas. Mais do que isso, a miscelânea de referências coloniais, sem adequações, e decoloniais tornam a ciência latino-americana "enjoelhecida" para tratar o conflito. Alguns debates seculares são envolvidos por outros ainda "juvenis" ou que tiveram poucas "oportunidades", mas distintos são feitos sob a irrevogável qualidade do conflito inerente à crítica da práxis. Assim, a Geografia se desafia não somente ao entendimento da força da colonialidade do pensamento, mas também sobre sua dependência teórica em relação às outras ciências para a explicação e análise sobre o conflito.

A linha tênue entre o diálogo e a dominação tem sido tratada pela própria produção do conhecimento sobre as ações coletivas organizadas em movimentos e que, por exemplo, tem um uso diferenciado dos empregados pelos geógrafos brasileiros (PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO; 2016, FERNANDES; 2005), que os discutem utilizando a categoria território com conceituações mais complexas e com destacada voz conferida aos sujeitos. Enquanto autores e pesquisadores anglófonos discutem lugar e espaço, o território emerge para a Geografia como uma marca do tempo histórico e da condição dos sujeitos latino-americanos. Isso significa dizer que é, no mínimo, fundamental para se produzir conhecimento para a Geografia brasileira reconhecer a imprescindibilidade de limites, bordas e fronteiras⁴ para determinados sujeitos, especialmente aqueles que habitam aproximadamente dois terços do território brasileiro (Amazônia), em caso de composição de um instrumento de análise em uma ciência decolonial.

A produção do conhecimento na Amazônia, por exemplo, assim como a do espaço, deriva de muitos conflitos e interpretações. A experiência analítica construída ao longo dos anos evidenciou usos e conceituações diferentes entre e dentro de algumas ciências. Isso reforça a necessidade da criação de instrumentos de análise e abordagens sobre conflitos que sejam capazes de transbordar, inclusive, as interpretações dos eixos que emanam conceituações e categorizações à esquiva da realidade "marginal" nacional.

A colonialidade enquanto relação social, cultural, econômica, política e intelectual, conforme Quijano (2005), tem suas raízes e limites entre os territórios que resistem e territórios subordinados.

⁴ Sobre este debate verificar Raffestin (1993).

Algumas das abordagens mais interessantes relacionadas ao debate contra-hegemônicos têm sido promovidas por Saquet (2018), especialmente pela sua perspectiva crítica no pensamento científico latino-americano.

Esse irreduzível complexo de relações socioespaciais e socioterritoriais, lido pelas organizações das florestas sob a perspectiva decolonial e crítica, tem se vertido na composição de uma agenda interessante para os povos da Amazônia tratar dos territórios, mesmo quando buscam mais autonomia do que soberania. A ciência geográfica toma nota destes fenômenos que ocorrem reincidentemente em diversos espaços e põe em voga a necessidade de considerar a subjetividade dos sujeitos na produção do conhecimento.

A colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza são reflexões inerentes ao entendimento do conflito, mas também do silenciamento e da invisibilidade de sujeitos, especialmente porque não podem ser expropriados do seu direito de significar e entender suas lutas. A leitura territorial, em resposta à realidade dos sujeitos, visa desnudar a organização colonial do modo de descrever e analisar a política contenciosa na Amazônia.

Isso decorre porque interessa à Geografia o olhar atento para estes fatos que compreendem parte expressiva da realidade, pois a forma contenciosa territorial da política tem sido componente irrevogável, sobretudo, das lógicas contra-hegemônicas nas fronteiras. Assim, a Geografia que lida com as disputas territoriais dentro dos Estados Territoriais é a mesma que tensiona os limites das extensões e composicionalidades conceituais (FERNANDES, 2005; SANTOS, 2008), bem como ao fato de que diversos conceitos se restringem a *frameworks* espaço-temporais que dialeticamente os explicam e os restringem. Na Geografia, isso decorre porque muitas relações ainda resistem às homogeneizações e nem sempre o lastro para estabelecimento de juízo e conceituação ou construção metodológica é pertinente aos outros espaços, embora habitualmente se faça. Este fato nos diz não somente sobre o quão complexo e desafiador é criar teses e teorias na ciência geográfica, mas como os espíritos desta ciência ainda têm reproduzido incompletudes por estarem entre as realidades e os impérios teórico-academicistas.

Conceituações que frequentemente se apequenam, por exemplo, face à diversidade empírica da Amazônia e, não obstante, ao buscarem reproduções engessadas terminam por produzirem leituras desalmadas, marginais e incompletas quase como se importássemos grosseiramente conceituações de outras disciplinas

e sujeitos. Isso não elimina ou sequer despreza as referências e o debate mais amplo, mas as relações que permeiam a realidade transbordam as propostas explicativas ao ponto de algumas permitirem aprofundamentos e de outras se reduzirem a metáforas.

A simbiose entre a análise do conflito e as potencialidades da Geografia se posiciona como o mote desta reflexão que destaca também a relevância de uma Geografia das Políticas Contenciosas situadas. O conflito é uma qualidade latente de todas as relações que irrevogavelmente são manifestações espaciais. Análises geográficas que contemplaram a relação entre a Geografia e as ações coletivas de confrontos em diferentes contextos no mundo já foram promovidas por autores como Fernandes (1994; 2000), Routledge (1992, 1996, 1997, 2003), Cumbers & Routledge (2008), Nicholls (2009), Leitner (2008), assim como outros já tratados por Sobreiro Filho (2016).

O ponto comum da análise é de que a produção do espaço não participa de modo diferente deste processo, deriva dos apetites dos sujeitos. Na seara teórica miltoniana, é especialmente no bojo da indissociabilidade entre os sistemas de ações e os sistemas objetos analisados os auspícios do tempo histórico que verificamos o modo como as relações socioespaciais não poderiam ser vistas de outra forma a não ser povoadas pelo conflito. Ele vive na indissociabilidade, na solidariedade e nas contradições entre os sistemas de ações e de objetos, evidenciam a natureza dialética do ser social que produz o espaço geográfico.

Já o ímpeto do espírito das perspectivas críticas, especialmente o marxismo, deixou seu legado e uma agenda viva na Geografia. Vocabulários, instrumentos analíticos, conceitos, categorias, objetos, teoria, método de análise e outras qualidades enriqueceram o entendimento dos conflitos. A luta de classes, por exemplo, tem sido, sem dúvidas, imprescindível e não vislumbra possibilidade de perecer a curto e médio prazo. Ademais, ao longo do tempo, se somou com diferentes outras perspectivas (Gênero, Raça-Etnia etc.), tornando a abordagem geográfica ainda mais complexa.

Um olhar espacial e territorial absolutamente evidente nos estimula a verificar a relevância destes instrumentos de análise, especialmente quando são desigualmente transpostos em fronteiras, bordas e limites para diferentes sujeitos. Nota-se que as sociedades apresentam apetites diferentes no estabelecimento destas de acordo com os distintos corpos e ideias, evidenciando que

seja em estado latente ou declarado (a maioria dos territórios), ele habita a política e trata-se evidentemente da liberdade.

No interior das sociedades o conflito se destaca, uma vez que passam a construir formas de ações políticas contenciosas para cada uma das respectivas perdas ou falta de "oportunidades". Fatos histórico relevam que mesmo em circunstâncias extremamente adversas houve a promoção de políticas contenciosas territoriais. A história do Brasil é atravessada por disputas territoriais em diversos momentos e com insurreições políticas que nos chamam a atenção para a necessidade de refletir sobre o conflito desde as primazias críticas sobre o capitalismo, a colonialidade e o patriarcado: Confederação dos Tamoios (1555-1567); Guerra dos Potiguara (1586-1599); União dos Palmares (1602-1694); Cariris Confederados (1683-1724); Trinta povos Guaranis (XVII-XVIII); Guerra dos Cabanos (1831-1840); Balaiada (1831-1841); Cabanagem (1835); Cabanada (1836); Revolução Praieira (1848-1849); Quebra-Quilos (1874); Guerra de Canudos (1883-1897); Guerra do Contestado (1912-1916); Cangaço (1917-1938); Ligas Camponesas (1946-1964); Trombas e Formoso (1950-1964); Revolta de Dona Noca (1951); ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954-1964); Master (1950-1964); Guerrilha do Araguaia (1972-1974); etc.

É diante deste imenso desafio teórico e analítico que a Geografia brasileira tem apresentado instrumentos de análise e de observação de fenômenos em torno da indissociabilidade entre conflito e espaço, bem como busca construir uma trajetória orientadora sobre o entendimento destes fenômenos. Para além de uma leitura superficial do temário ou um simples registro de fatos, nos atemos às experiências que buscaram teorizar sobre tais qualidades conflituais, reconhecendo-as enquanto produtos dos sujeitos que estão na dianteira dos enfrentamentos territoriais de classe, gênero, étnico-raciais, crenças etc.

As conceituações e análises sobre Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais feitas por Martin (1997), Fernandes (1999, 2005), Pedon (2009), Sobreiro Filho (2016), dentre outros, são exercícios analíticos que de modo objetivo buscam explicar a imprescindibilidade das categorias Espaço e Território para o entendimento dos conflitos e ações coletivas no mundo contemporâneo⁵. São instrumentos teórico-

⁵ A tese de Doutorado Ronaldo Barros Sodré tem sido uma das contribui es mais curiosas para pensarmos o conflito e a conflitualidade na Geografia, cabendo ênfase na Geografia Agrária.

analíticos que cumprem a relevante função de mostrar como as políticas contenciosas permeiam o processo de produção-consumo do espaço, bem como as feições políticas de caráter territorial.

Este último, em especial, cumpre uma função singular no processo. Surgem com o objetivo de evidenciar a existência de sujeitos que se organizam para pautar questões referentes às relações de poder projetadas no espaço⁶, aqueles que tem o território como trunfo de sua existência (FERNANDES, 2005). As invasões em terras indígenas, reservas extrativistas, quilombos e áreas de proteção ambiental são as expressões mais evidentes da relevância do debate em torno da potência territorial da análise geográfica (SAQUET, 2009). Isso decorre do fato de que alguns modos de vida e práticas laborais são evidentemente territoriais e estão territorializadas.

A feição territorial da disputa e, em alguns casos, o seu caráter de política contenciosa acompanham a escalada da tensão. Conforme debatemos em Sobreiro Filho (2016), a racionalidade e as ações de alguns destes sujeitos testemunham a instrumentalização de categorias como espaço, lugar, rede, escala e, sobretudo, território. A eleição da categoria território (multidimensional) acompanha também a instrumentalização política das escalas (multiescalar) e das redes. Regionalizações são feitas como produto das estratégias e análises e sob critérios contenciosos. A paisagem não é um palco ou um produto simples, mas objeto de disputa da existência.

Trata-se de uma proposta que dialoga com os instrumentos categóricos e teóricos da Geografia, mas que ao mesmo tempo também busca assegurar que os desafios do tempo histórico na sociedade capitalista, patriarcal e colonial moderna são, por excelência, territoriais. Ou seja, fronteiras, bordas e limites emergem como estratégias fundamentais de manutenção da vida, dos modos de vida, do pensamento e dos territórios dos sujeitos e das ciências anticapitalistas e decoloniais.

O DATALUTA FLORESTA: OS CAMINHOS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS

A Rede DATALUTA é composta por pesquisadores que atualmente levantam, sistematizam e debatem dados sobre

⁶ Raffestin (1993).

movimentos socioterritoriais e distintas instituições da sociedade que disputam quatro espaços: o agrário, o urbano, as águas e as florestas⁷. Com exceção do primeiro, essas categorias de análise foram admitidas somente no fim de 2019, como resultado dos debates realizados no XIII Encontro Nacional da Rede DATALUTA. A proposta inicial de desenvolvimento do DATALUTA Floresta ficou a cargo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Desenvolvimento e Conflitualidade (NEADEC), no qual nos responsabilizamos para pensar, em conjunto com a Rede, as adequações e proposições de um algoritmo que nos permitisse levantar e sistematizar dados de lutas e conflitos nas florestas brasileiras.

Nesse sentido, o nosso procedimento de pesquisa consiste, primeiramente, no cadastro de palavras-chave no *Google Alerta*, que por meio do seu motor de buscas nos fornece e-mails diários com um quantitativo de notícias relacionadas a elas. A escolha das palavras-chave é definida coletivamente após uma ampla discussão sobre sua pertinência, partindo do princípio de identificar termos centrais no debate do espaço em questão, que neste caso concerne às florestas. Assim, o Quadro 1, composto por 46 palavras-chave, representa nossas primeiras concepções acerca do debate sobre as disputas dos territórios de floresta.

Em vista disso, os dados apresentados neste trabalho são resultados desta primeira proposta metodológica do DATALUTA Floresta. Entretanto, novos elementos são adicionados à pesquisa com frequência, pois o aperfeiçoamento da metodologia se intercorre de forma contínua, segundo as demandas apresentadas pelo avanço dos registros. Assim, como podemos observar no Quadro 2, atualmente temos um total de 55 palavras-chave cadastradas, trazendo como nova contribuição o aprofundamento nas especificidades dos biomas e uma proposta de análise dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O processo de sistematização é realizado em planilha de Excel, após a análise das notícias. Esta etapa implica em coletar as informações necessárias que nos permitem fazer uma leitura das ações praticadas e/ou sofridas por movimentos socioterritoriais das florestas, e como decisão mais recente, também de outras instituições, tais como o Estado, as Igrejas, as associações, os sindicatos, as ONG's, as empresas, as fundações, os partidos e as cooperativas.

⁷ Ver o texto de Bernardo Mançano Fernandes disposto aqui neste mesmo livro.

QUADRO 1 – Palavras-Chave do DATALUTA Floresta (2020)

CATEGORIA	PALAVRAS-CHAVE
Atividade	Extrativismo
Espaços /territórios	Floresta; Reserva Florestal; Reserva Indígena; Terras indígenas; Território Indígena; Mocambo; Castanhais; Quilombos
Conflito	Conflito; Conflitos Ambientais; Ocupação
Impactos Socioambientais	Desmatamento
Modo de vida	Agroecologia; Agrofloresta; Fundo de pasto
Movimentos	Ambientalista; Barcarena Livre; Feminista; Indigenista; MAB; MAM; MST; Movimento Mineração; Movimento de mulheres; Movimento Negro; Xingu Livre;
Pauta	Demarcação de terras
Sociedade de Civil	Frente Parlamentar Indígena
Sujeitos	Cacique Raoni; Catadoras de Mangaba; Erveiras; Extrativistas; Garimpeiro; Geraizeiros; Indígena; Lideranças indígenas; Madeireiros; Pequenos Produtores; Povos das Florestas; Povos Originários; Quebradeiras de Coco; Quilombola; Ribeirinhos; Seringueiros; Sônia Guajajara

Fonte: Rede DATALUTA.

Org. Bruna Gonçalves Costa; José Sobreiro Filho.

QUADRO 2 – Palavras-Chave do DATALUTA Floresta (2021)

CATEGORIA	PALAVRAS-CHAVE
Atividade	Turismo de base comunitária; Extrativismo
Conflitos	Conflitos ambientais; Conflitos com Turismo; Conflitos em Unidades de Conservação; Conflitos na Caatinga; Conflitos na Floresta Amazônica; Conflitos na Mata Atlântica; Conflitos na Mata de Araucária; Conflitos no Cerrado; Conflitos no Pantanal; Conflitos nos Pampas
Espaços/territórios	Área de Proteção Ambiental; Floresta; Reserva Florestal; Reserva Indígena; Terras indígenas; Território Indígena; Unidades de Conservação; Castanhais; Quilombos
Impactos Socioambientais	Desmatamento; Impactos em Manguezais; Impactos em Restingas
Modo de vida	Agroecologia; Agrofloresta; Fundo de pasto
Movimentos	Ambientalista; Barcarena Livre; Indigenista; MAB; MAM; Movimento Mineração; Xingu Livre
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Pauta	Demarcação de terras
Sociedade Civil	Frente Parlamentar Indígena
Sujeitos	Cacique Raoni; Caiçara; Catadoras de Mangaba; Erveiras; Extrativistas; Garimpeiro; Geraizeiros; Guaranis; Indígena; Lideranças indígenas; Madeireiros; Povos das Florestas; Povos Originários; Quebradeiras de Coco; Quilombola; Ribeirinhos; Seringueiros; Sônia Guajajara

Fonte: Rede DATALUTA.

Org. Bruna Gonçalves Costa; José Sobreiro Filho

No entanto, apresentamos neste trabalho somente uma parcela dos resultados obtidos, com ênfase nos processos de resistência praticados pelos movimentos socioterritoriais das florestas, ao qual a análise vem se consolidando desde o projeto piloto do DATALUTA floresta.

A etapa de análise dos dados é debatida coletivamente em reuniões mensais, para que haja um consenso no processo de sistematização e categorização das informações. Como suporte para as equipes de sistematização, foram criados os glossários com o objetivo de padronizar uma tipologia de ações para cada um dos espaços do DATALUTA. Desse modo, apresentamos a seguir alguns dos resultados obtidos no primeiro ano do Banco de Dados de luta pelas Florestas.

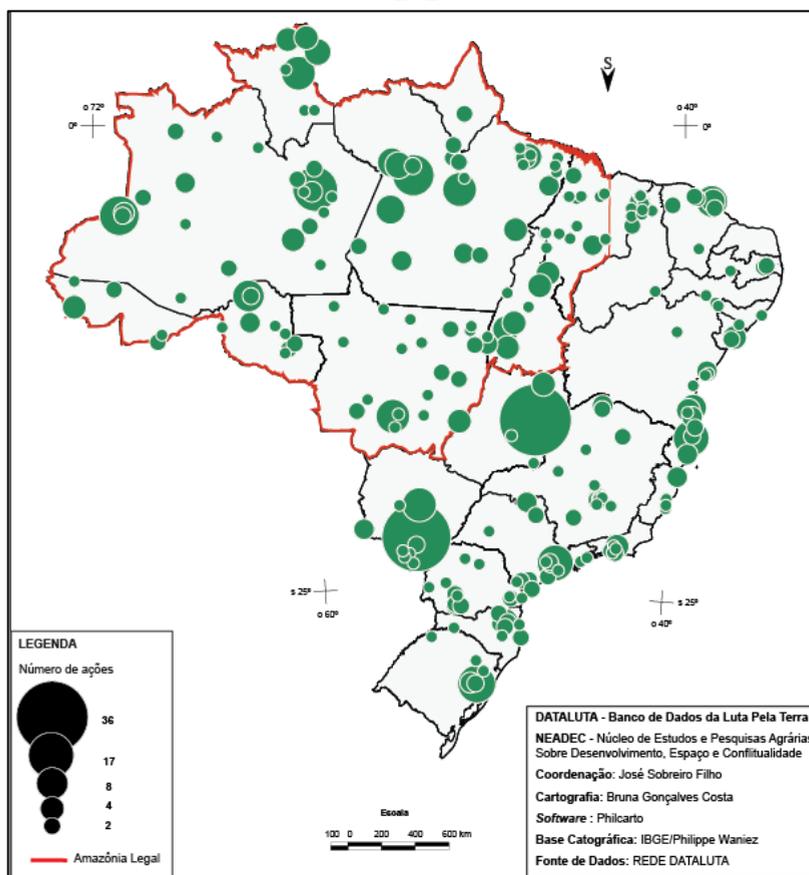
OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DAS FLORESTAS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DAS AÇÕES EM 2020

As múltiplas violências do capitalismo⁸ e da colonialidade, a fetichização da natureza e da vida, a atual configuração de forças político-econômicas e a condição de fronteira são, sem dúvidas, elementos-chave para o entendimento da eleição da categoria território, não somente para as análises acadêmicas, mas dentre os próprios sujeitos políticos das florestas. É o entendimento do potencial explicativo em seu cotidiano conflituoso que tem levado indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, extrativistas e outros a subverterem o uso e o significado do "termo" território. São os sujeitos das florestas organizados em movimentos praticando suas geografias.

A realidade pandêmica evidenciou, por exemplo, que as disputas territoriais estão para a vida assim como os cuidados contra o Covid-19. Sequer nos confrontos as classes populares tiveram a oportunidade de se manterem isoladas sem terem seus territórios ameaçados. Em 2020 as lutas e disputas não se isolaram totalmente e não cessaram, assim como as múltiplas formas de violência. Sob motivações territoriais, foram realizadas 576 ações organizadas pelos movimentos socioterritoriais das florestas de diferentes localidades do Brasil (Mapa 1), um número repleto de sujeitos

⁸ Expropriação, exploração, subordinação etc.

MAPA 1 - Brasil - Ações dos Movimentos Socioterritoriais das Florestas
- 2020



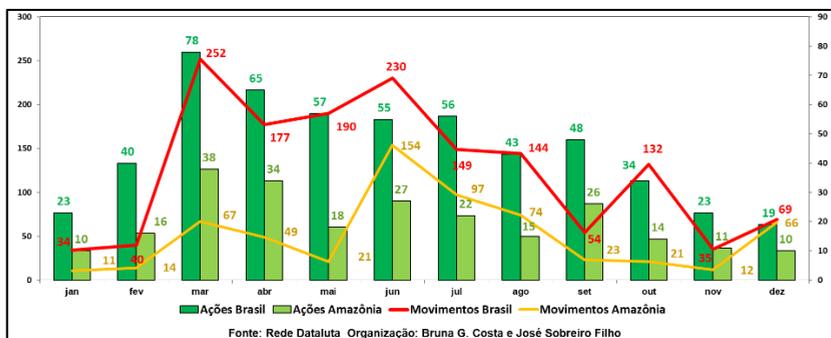
O ápice das ações aconteceu em março (Gráfico 1), com o advento da pandemia no Brasil, momento em que se descortinou a ausência de elementos prioritários no país como, por exemplo, a questão sanitária. Parcela expressiva das ações se referiram à necessidade de reorganização das comunidades e movimentos diante do contexto pandêmico, isso implicou na promoção de ações de solidariedade, bem como na criação de barreiras sanitárias e paralisação coordenada de algumas atividades para a composição de um isolamento produtivo, resistente, conectado, organizado e criador de informações. Foram expressões da necessidade de auto-

organização e autodefesa praticada pelos povos da floresta diante da ausência inicial do Governo Federal⁹.

Mais precisamente olhando para as ações da Amazônia, é fundamental destacar que acompanharam, em boa medida, o contexto nacional. No entanto, o mês de março representou o momento mais caótico para estes sujeitos e a região precisaram lidar com a crise mundial, provocada pela Covid-19, sem condições de infraestrutura, especialmente, para as comunidades. Além disso, em junho a situação se agravou em decorrência das invasões de terras indígenas por garimpeiros, catalisadas pela vulnerabilidade e atreladas ao desmatamento e às queimadas. Tal situação representou cerca de 67% das organizações em luta neste mês concentradas na Amazônia.

As ações não ocorreram sob distribuição regular. Nota-se expressiva concentração em determinadas regiões, especialmente aquelas onde a literatura mais ampla reconhece a presença da fronteira agrícola e de outros espaços de espoliação. Os dados analisados reforçaram essa sinalização ao indicarem 36,97% da ocorrência das ações no Norte, 24,47% no Centro-Oeste, 19,27% no Nordeste, 11,45% no Sudeste e 7,81% no Sul. Isso significa dizer que no Norte e no Centro-Oeste, onde há presença do bioma amazônico e do cerrado, tivemos mais de 61% das ações de luta e resistência dos movimentos das florestas.

GRÁFICO 1: Brasil e Amazônia – Número de Ações dos Movimentos Socioterritoriais das Florestas - 2020



⁹ Cabe destacar que houve necessidade de intervenção do Superior Tribunal Federal no que se refere a postura do governo federal sobre as medidas sanitárias de proteção dos povos indígenas.

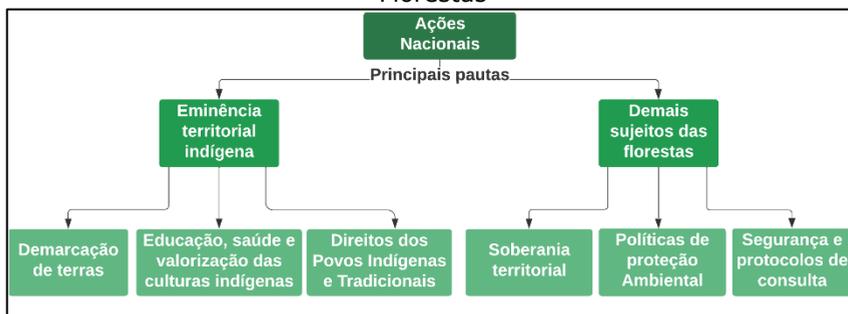
A Amazônia se localizou na dianteira do processo. Além de alguns de seus estados terem percentuais expressivos, a soma de todas as unidades federativas com a presença de ações representou 51,37% do total. O estado do Pará, por exemplo, registrou a maior quantidade de ações e representou 12,15% do total nacional, expressão superior às das regiões Sul e Sudeste. Mato Grosso (9,54%) e Amazonas (7,81%) seguiram a lista, fechando as três primeiras colocações justamente na Amazônia. O Mato Grosso do Sul (7,63%) e o Distrito Federal (6,25%) vieram em seguida, sendo o primeiro caracterizado pela disputa indígena e, no segundo, pela relevância política.

Em todo o Brasil, tivemos o registro de ações envolvendo 234 municípios em diferentes contextos. Ao verificarmos os municípios que mais se destacaram em termos de expressão das ações, cabe especial destaque para Brasília, um espaço de tomada de decisões relevante na leitura dos movimentos, que se destacou com 36 ações. Dourados apareceu logo em seguida com 33 ações. Manaus (14), Santarém (12) e Atalaia do Norte (11).

A análise sobre o ano de 2020 nos possibilitou entender um cenário interessante sobre a diversidade de pautas e ações. As ações a nível nacional concentraram-se em pautas compostas principalmente por dois grupos centrais (Organograma 1). No primeiro, tivemos a eminência territorial indígena na sociedade capitalista-colonial que se expressou na combinação entre a pauta da demarcação de terras (regulamentação, delimitação e reconhecimento) e as da Educação, Saúde e a Valorização da Cultura Indígena. Não menos surpreendente, os Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais fecharam esse bloco reivindicando não somente Direito aos Territórios, mas condições e oportunidades políticas para os diferentes povos.

Um segundo bloco concentrou-se nas relações voltadas aos demais sujeitos das florestas. Pautas centrais apareceram evidenciando a materialidade das disputas territoriais, dentre elas a Soberania Territorial, Políticas de Proteção Ambiental, Segurança e os Protocolos de Consulta para as comunidades. O Agroextrativismo, Agroecologia, o Direitos das Mulheres, o Controle e as Mudanças Climáticas emergiram como respostas e como expressões de suas próprias propostas de sustentabilidade para o mundo.

ORGANOGRAMA 1 – As Pautas dos Movimentos Socioterritoriais das Florestas



Fonte: Org. Bruna Gonçalves Costa (2021).

Ao todo, somaram trinta tipos diferentes de ações, distribuídas em quatro grupos (Quadro 3). O primeiro congregou reuniões, assembleias, encontros, festivais, seminários, exposições, conferências e fóruns. Trata-se de espaços de convergências para análises de conjuntura, intercâmbio de experiência, qualificações e questões operativas, bem como diferentes estratégias pertinentes aos diferentes territórios.

O segundo grupo tem um caráter que mescla ofensivas e defensivas circunscritas aos territórios. Ocupações de terra, ocupações de prédios públicos, protestos, marchas, acampamentos, mutirões, feiras e bloqueios foram os eventos mais comuns. No entanto, os movimentos socioterritoriais das florestas realizaram outras ações relevantes sobre seus respectivos territórios, tais como: a fiscalização e defesa/segurança; barreiras sanitárias e levantamento de dados durante a pandemia; e a suspensão organizada de atividades.

As ações de caráter jurídico, de posicionamento e de denúncia compuseram um grupo específico. Estiveram, via-de-regra, relacionadas a defesa de territórios, reparação e reconhecimento de direitos, dentre elas: Petições; Cartas Abertas; Notas Públicas; Notas de Repúdios; Denúncias; Processos Judiciais; Ações Cíveis Públicas; e Audiências Públicas. Por fim, destacamos que os rituais e as vigílias compõem um quadro mais diversos de ações. Neste ainda estão as campanhas para arrecadação de recursos e as *lives*.

QUADRO 3 – Tipologia de Ações dos Movimentos Socioterritoriais das Florestas¹⁰

GRUPO	CATEGORIA	AÇÕES
1	Espaços de convergências e estratégias	Reuniões; Assembleias; Encontros; Festivais; Seminários; Exposições; Conferências; Fóruns
2	Ofensivas e defensivas	Ocupações de terra; Ocupações de prédios públicos; Protestos; Marchas; Acampamentos; Mutirões; Feiras; Bloqueios; Fiscalização e defesa/segurança de territórios; Barreiras sanitárias; Levantamento de dados; Suspensão organizada de atividades
3	Jurídicas	Petições; Cartas Abertas; Notas Públicas; Notas de Repúdios; Denúncias; Processos Judiciais; Ações Civas Públicas; Audiências Públicas
4	Diversas	Rituais; Vigílias

Org. Bruna Gonçalves Costa

É fundamental considerar que parte das ações dos movimentos das florestas ocorreram em virtude de um conjunto de ações sofridas em seus territórios e corpos: contaminação ambiental; intoxicação por agrotóxicos; desmatamento; racismo institucional; invasões; queimadas; mineração; intolerância religiosa; violência policial; garimpo ilegal; perseguição política; violência jurídica; reintegração de posse; exploração ambiental; grilagem; assassinato e ameaças.

Olhando para o contexto Amazônico encontraremos a soma de 242 ações realizadas em 2020. Dentre as principais ações praticadas estão as denúncias (52), que divulgam em diferentes espaços os ataques aos territórios e aos povos das florestas, dentre os quais temos assassinatos, racismo institucional, crimes

¹⁰ A análise e categorização da tipologia de ações dos movimentos socioterritoriais das florestas é um processo ainda em andamento. Ou seja, novas informações são inseridas conforme o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa.

ambientais, genocídio, invasão de T.I's, abuso sexual etc. As cartas e notas, 37 ao todo, representaram as denúncias diretas para a sociedade, pois geralmente foram divulgadas em meios eletrônicos e chegaram a alcançar a escala global. Em seguida se destacaram as campanhas (36), que contribuíram significativamente para a sobrevivência de diversas comunidades, pois foram responsáveis pela arrecadação de fundos, alimentos e materiais de higiene. Além disso, também motivaram momentos de reflorestamento de áreas desmatadas e combate à incêndios. Ainda cabe destaque para as barreiras sanitárias (15), que representaram a medida de proteção mais eficaz para os povos tradicionais.

As outras ações identificadas aconteceram com menos frequência em meio ao contexto emergente causado pela pandemia. Entretanto, mesmo com a vulnerabilidade enfrentada nos territórios das florestas, as ações não cessaram. Identificamos 12 processos judiciais relacionados a demarcação de terras, saúde e educação de povos tradicionais; 11 ações de fiscalização de territórios, incluindo apreensão de invasores e de armas; 10 ocupações/retomadas; 5 eventos; e 4 assembleias. As demais estão distribuídas em festivais, feiras, rituais, reuniões, mutirões etc.

É importante ressaltar que dentre as ações praticadas nas e pelas florestas da Amazônia, em 211 (87,19%) encontramos a participação de indígenas, baseadas em diferentes cosmologias e organizações, e em sua maioria buscaram cuidar de seus territórios e, portanto, da floresta. Em outras palavras, esta pesquisa confronta, nesse sentido, a ideia de que os povos tradicionais representam atraso. Se o conflito gera o desenvolvimento (SOBREIRO FILHO, 2016), é partindo dessas lutas que certos grupos avançam e resistem territorialmente. Elas são promovidas por sujeitos que, em sua maioria, significam, em suas ações, práticas reais de preservação e continuidade da diversidade destes territórios. São capazes de desconstruir os discursos coloniais sobre sujeitos, verdades, razões e sentimentos.

Tais ações testemunham que a categoria território não é um território dos Estados ou dos acadêmicos. À despeito de algumas visões conservadoras, o território deixa de ser exclusivamente pensado e aplicado em relação ao Estado. As relações que confeccionam o cotidiano assumem formas capazes de convencer os sujeitos de que existem relações de poder projetadas no espaço e que são determinadas por bordas, limites e fronteiras. Às vezes embotados de diferenças abissais em relação ao Estado e governos, mas em alguns casos coadunadas, reforçadas e instrumentalizadas

por ele. Estes sujeitos têm uma leitura real de que não fazem parte dos planos das hegemonias instrumentalizadas, a não ser por meio de seu fim ou de sua recriação precária.

Seus territórios e territorialidades não cabem nos e nem entre os territórios da razão neoliberal, da lógica colonizadora, da democracia ferida, dos valores burgueses e do pensamento hegemônico espoliador. Desde o período da colonização portuguesa que a formação social da Amazônia vem sendo constituída a partir de processos exploratórios pautados principalmente no extrativismo, tais como a comercialização das Drogas do Sertão e posteriormente com o ciclo da Borracha (RIBEIRO, 2005). A população local, desde então, é incentivada por uma proposta de desenvolvimento e modernização da região que são traduzidos até os dias atuais em alguns dos conflitos aqui evidenciados, mesmo ao considerar que tratamos apenas de uma limitada parcela dos territórios da Amazônia.

Dessa forma, esperar que sejam reconhecidos face às condições dadas trata-se de uma imensa ingenuidade científica e política. A própria perspectiva econômica e política burguesa-liberal evidenciou uma marcha histórica global de constituição da propriedade privada enquanto o território destas ideias, ambições e relações, ou seja, os territórios da racionalidade burguesa-liberal, aqueles que estão sempre buscando o isolamento e encastelamento político dos interesses privados do resto da sociedade civil. Do outro lado, os movimentos das florestas sabem muito bem sobre sua não representatividade, da perversidade e da inclusão precária e diante do cerco das propriedades que vão cisalhando as fronteiras. Estes sujeitos são conduzidos a uma conscientização sobre a violenta e desigual correlação de forças: esse é um processo eminentemente territorial.

Diante da impossibilidade de caminhar à revelia da realidade, sujeitos oprimidos são representados em circunstâncias eminentemente territoriais nos debates sobre os movimentos socioterritoriais. Uma ciência e uma conceituação capaz de explicar as intimidades deste fenômeno em que, por fatores políticos, sujeitos oprimidos subvertem categorias como parte de suas estratégias, transbordando os territórios científicos ao passo em que os convidam à análise. Os geógrafos que analisam os movimentos socioterritoriais entendem que há algo a ser designado, que as ações dizem algo para a teorização geográfica. Mas, conforme assevera Saquet (2018), há necessidade de se atentar para as perspectivas contra-hegemônicas.

Por meio de ações contenciosas que refletem a indissociabilidade entre territórios e modos de vida, forja-se uma consciência, uma aprendizagem territorial da existência. Os movimentos socioterritoriais das florestas na Amazônia, outrora representados pela Cabanagem, Guerrilha do Araguaia, gatilheiros dentre outros, tem suas ações especializadas tanto nos espaços onde estão territorializados quanto onde existem redes de solidariedade (ver mapa 1).

A Geografia oportunamente se defronta com a possibilidade de constituir uma explicação *desde abajo*, embotada de sujeitos, cada vez mais potentes, e de materialidades/mundanidades para além dos eixos. Mas é pertinente reconhecer que não são todos os modos de vida que experimentam com tamanho ímpeto a condição territorial que alguns denotam, embora muito se saiba sobre a acumulação primitiva e a acumulação por espoliação. Mas que alguns sujeitos se organizam em prol de motivações territoriais das florestas ao entenderem que deviam assegurar e lutar por si mesmos. São os humildes, mas sofisticados nas políticas contenciosas, que nos convidam para retornamos ao irrevogável compromisso científico com a realidade, onde os conflitos não se refugiam nos impérios teóricos do academicismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucos lugares e ciências podem gozar de tamanha potência explicativa como no caso da categoria território na Amazônia. Não por boas motivações e avanços, mas por retomadas e resistências. A questão territorial na fronteira amazônica é inteligível mais aos povos das florestas do que a muitos outros. Com modos de vida densamente lastreados na indissociabilidade entre sujeito-espaco-natureza não poderiam experimentar uma outra forma de luta e existência que não a territorial face aos ditames do valor de troca e da colonialidade. O mesmo mercado que inaugura novos espaços com práticas velhas impõe a propriedade privada enquanto uma das relações orientadoras à uma determinada forma de produção do espaço. A fronteira das relações impostas se manifesta em muitas outras fronteiras para os povos das florestas. Estes povos assistem na fronteira o real fatiamento de suas existências territoriais. O conflito manifesto sobre forma de ação ou de tensão é um atributo permanente dos territórios da Amazônia, mas estamos, nós, habilitados para analisá-los sob uma perspectiva orientadora?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch. *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, J. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005

CUMBERS, A.; ROUTLEDGE, P. **The entangled geographies of global justice networks**. Progress in Human Geography, 32 (2), 2008, p. 183-201.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

LEITNER, H., SHEPPARD, E. and SZIARTO, K. **The spatialities of contentious politics**. Transactions of the institute of British Geographers, New Series, v. 33, n 2, abril, p. 157-172, 2008.

MARTIN, J. Y. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997

MIGNOLO, W. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILLER, B. A. **Geography and Social movements**: comparing antinuclear activism in the Boston Area. London: University of Minnesota Press, 2000.

NICHOLLS, W. **Place, networks, space**: theorising the geographies of social movements. Transactions of the institute of British Geographers, New Series, v. 34, n 1, Jan, p. 78-93, 2009.

_____. J. **The geographies of social movements**. Geography Compass, 1/3, p. 607-622, 2007.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 235 f. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

QUIJANO, A. **A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROUTLEDGE, P. **Critical geopolitics and terrains of resistance**. Political Geography, v. 17, n. 6/7. P. 509-531. 1996.

_____. **Convergence space**: process geographies of grassroots globalization networks. Royal geographical Society, p. 333-349. 2003.

_____. **Grassrooting network imaginaries: relationality, power, and natural mutual solidarity in global justice networks**. Environment and Planning A. v. 39, p. 2.575-2.592. 2007.

_____. **Putting politics in its place**: Balipal, India, as a terrain of resistance. Political geography, v. 11, n. 6. 1992.

_____. **Space, mobility, and collective action**: India's Naxalite movement. Environment and Planning A. v. 29, p. 2.165-2.189. 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.

_____. **A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation**, *Geogr. Helv.*, 73, 347-355, <https://doi.org/10.5194/gh-73-347-2018>, 2018.

SIMMEL, Georg. Sociologia. **Organização de Evaristo de Moraes Filho**. São Paulo: Ática, 1983.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-razionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

TARROW, S. Power in movement: **social movements and contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.



SISTEMAS TERRITORIAIS URBANO- RIBEIRINHOS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE CIDADES DE DINÂMICA FLUVIAL E RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA

Estevan Bartoli

INTRODUÇÃO

A propagação do termo “ocupação” da Amazônia carrega em si um conjunto de ideias e representações estruturadas desde o início da invasão colonizadora europeia, que hoje encontram reiterações discursivas enclacradas nos setores dominantes (BUENO, 2002; DUTRA, 2005). A longa imposição de sentido sobre o que é a Amazônia se embasa na reinvenção de mitos que reincidentem e se renovam ao longo do tempo. Tais mitos sobre a região são muito mais acessíveis ao entendimento e percepção da maioria da população, embasando o senso comum (SCHWARTZMANN, 1981).

Por construir um entendimento mais acessível do que a realidade mais intrincada e mais complexa, os mitos tornam invisíveis a maior parte dos seres humanos e um dos mais significativos e abrangentes processos socioespaciais regionais atuais: o processo urbano (STEINBRENNER, 2009). São as promessas de riquezas oriundas da biodiversidade ou do conhecimento das populações tradicionais que recriam o mito do Eldorado organizando as agências de pesquisas mundo afora (SCHOR, 2008). Afetam ainda a agenda de pesquisas sobre a Amazônia, que seria definida por valores, forças e vetores hegemônicos (MELLO-THÉRY, 2011) cujos mitos são carregados de intencionalidades. Os principais programas de pesquisa em meio ambiente do Ministério de Ciência e Tecnologia, por exemplo, não tem tratado da questão urbana com sua merecida importância e urgência do tema.

O presente artigo objetiva contribuir para dar maior visibilidade às dinâmicas urbanas a partir da discussão sobre sistemas territoriais presentes na maior unidade federativa brasileira, o estado do Amazonas. Como premissa, temos que a existência de uma das mais contrastantes e desiguais redes urbanas do país presentes neste estado, apresenta particular estruturação territorial histórica e relacional embasada nos transportes e dinâmicas fluviais, que condicionam *situações* das cidades e das principais redes de sujeitos que as compõem. Isso implica discutir abordagens teórico-metodológicas para o entendimento do fenômeno urbano na Amazônia considerando a existência de diversas redes (reescaladas em *situações* diversas) que salientam lacunas explicativas.

No segundo item, elenca-se avanços em pesquisas recentes, apresentando a proposta metodológica associada aos estudos de setores populares situados em cidades de dinâmicas ribeirinhas e fluviais. O modelo STUR (Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho) propõe estudo da densidade de relações territoriais que as cidades possuem tanto em sua estruturação interna como com as redes estabelecidas com seus entornos. A partir das dinâmicas de diversas redes de sujeitos pertencentes à economia popular informal, utiliza-se análise multidimensional e transescalar para compreensão e descrição das vertentes que compõe o modelo. A análise do STUR requer entendimento de sua interação com frações do capital mercantil dominantes nas cidades, que interagem com outras escalas na rede urbana permitindo melhor apreensão do processo urbano na Amazônia.

No terceiro item apresenta-se resultados do projeto intitulado *Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos no Baixo Amazonas*¹, que demonstram a existência de um padrão espacial de influência das cidades no contexto sub-regional (com intensa dinâmica ribeirinha e fluvial²),

¹ Financiamento concedido através de Bolsa Produtividade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) intitulado: Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas.

² Usaremos o termo ribeirinho associado a práticas espaciais e territorialidades associadas a populações interioranas (elemento simbólico-cultural ativo), com permanência de temporalidades ligadas à flexíveis e criativas estratégias dos populares hibridizadas e adaptadas ao meio urbano. O termo fluvial será utilizado indicando atividades de

estruturado por sistemas territoriais populares em interação com sistemas territoriais mercantis e demais escalas na rede. Constatase que a partir do modelo STUR é possível descrever características gerais existentes nos municípios, onde circuitos realizados por transporte fluvial/ribeirinho de setores populares são “impulsionados” gerando “forças” centrífugas e centrípetas. Essas forças partem das cidades para interiores na distribuição de produtos industrializados, e que dialeticamente retornam dos interiores com produtos variados visando acesso a serviços urbanos e mercados. Constatamos ainda que: i) as centralidades dos municípios e das comunidades conectadas e tais circuitos são afetadas por novos tipos de transporte e intensificação das trocas; ii) a caracterização laboral multifuncional aparece como um dos aspectos centrais das territorialidades dos sujeitos que formam o STUR; iii) demonstra-se que intensificação do processo de urbanização se reproduz localmente pela interação STUR e o capital mercantil, se manifestando na *morfologia da cidade* com ocorrência de conflitos, disputas e tensões territoriais.

Aspectos físicos das calhas de rios também foram considerados, sendo centrais para formação da *situação de cada sede*. O regime fluvial, a fisiografia dos rios e a geomorfologia dos municípios e dos sítios das sedes necessitam ser entendidos como variáveis que condicionam e até limitam as territorialidades e dinâmicas fluviais e ribeirinhas.

PROCESSO URBANO NA AMAZÔNIA: ASPECTOS TEÓRICOS E LACUNAS EXPLICATIVAS

O entendimento do fenômeno urbano na Amazônia conta com o desenvolvimento de aspectos teóricos que permeiam a gênese de sua ocupação pré-invasão/colonização europeia, até a formação da rede urbana e sua inserção em ciclos de econômicos de produção/extração de mercadorias (OLIVEIRA, 2000). Vinculadas às demandas da economia-mundo (WALLERSTEIN, 1986), flutuações, transformações e reveses da economia global impuseram impactos variados na região.

transporte com maior funcionalidade e uso de embarcações maiores que são relacionadas às atividades do capital mercantil e dos setores distribuidores de produtos das metrópoles regionais e cidades médias. Na maioria dos estudos, ribeirinho e fluvial acabam sobrepondo lógicas como demonstrado no modelo STUR.

O processo urbano ligado a fases da mundialização, movimento amplo de realização de mais-valia (CARLOS, 2011), sempre encontrou em cidades da Amazônia nós para ação e organização de territórios, desde o ciclo da borracha (século XIX) até a atual extração de alumínio pelas corporações transnacionais.

Interpretar antigos padrões de circulação, extração de excedentes e drenagem de renda frente às recentes mudanças relacionadas ao processo de urbanização é parte de uma questão ampla que se desdobra em outras: quais seriam as principais *mediações no ordenamento territorial* que os núcleos urbanos possuem hoje? Quais são as redes de sujeitos e como suas práticas territoriais reinserem o papel dos núcleos urbanos numa nova divisão territorial do trabalho?

Aportes teóricos revelam características importantes sobre as condições de contexto que o processo urbano recente tem se manifestado regionalmente nos indicando três lacunas explicativas:

a) Legado histórico. A etnodiversidade existente desde o Holoceno (11 mil anos A.P.) foi capaz de criar um acervo de plantas domesticadas com eficiência produtiva de alimentos e medicamentos que foram determinantes na construção de sociedades complexas que antecederam a invasão europeia (CAVALCANTE; FRIKEL, 1973). A influência humana interferindo na evolução da floresta resultou no redesenho da natureza pela intervenção da cultura (RIBEIRO, 1990), tornando-a soberana em relação à manutenção alimentar de sua população como foi outrora (CLEMENT; JUNQUEIRA, 1998). O violento processo de invasão colonial posterior ao século XVI introduziu mudanças nas lógicas espaciais às populações autóctones através da escravização, do etnocídio e da destruição de vínculos territoriais a partir de *estratégias variadas* e continuadas entre os séculos XVII e XVIII: descimentos, tropas de resgates, guerras justas ou implantação dos Diretórios indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2006) Com esse processo de desterritorialização e rompimento da longa trajetória humana coevolutiva, o processo urbano induziu aceleração na modificação da configuração territorial mas alcançando poucas modificações de dinâmicas econômicas capitalistas pujantes até o século XIX.

Apenas no final do século XIX, o ciclo do extrativismo do látex introduz mudanças formando linhas gerais do que viria a ser a malha urbana do Amazonas. A existência de pequenas vilas

distribuídas de forma linear nas margens dos rios, originaram cidades com estrutura urbana mínima e sem articulação entre si (mas funcionais para a contínua estratégia de destruição das culturas autóctones), estando ligadas apenas pelo tipo de atividade econômica baseada no extrativismo vegetal, com produtos destinados à exportação em estado in natura ou no máximo semi-beneficiados (OLIVEIRA, 2000). Esse tipo de atividade não contribuiu para a criação de infraestrutura ou atividades urbanas complementares à transformação de matéria-prima. Essa drenagem de renda implicou em não fixação de capitais nas cidades, ocorrendo permanência parcial de riquezas em Manaus, fator que também relegou dinamismo reduzido aos demais núcleos urbanos (*Ibid*, p. 73).

O sistema de aviamento³ introduzido no século XIX realizava extração de produtos ligados às redes de financiamento e exportação, com escalas de relações em cada ciclo de valorização de produtos. As permanências de características do aviamento enquanto padrão de extração de excedentes, estão associadas aos longos e intensos trajetos realizados por transporte fluvial. Quando tratamos do modelo STUR, estão associadas às longas e constantes trajetórias realizadas por transporte fluvial de setores populares, “cultura herdada” tanto de ciclos econômicos passados, como dos usos de canoas e *igaritês* pelos indígenas e posteriormente por camponeses-ribeirinhos. Através do uso de lentas embarcações que fortaleceram historicamente o capital mercantil urbano, os comerciantes chamados de *regatões* eram muito presentes desde o ciclo da borracha no final do século XIX, realizando o intercâmbio entre áreas extrativas e as vilas, muitas vezes rompendo com o aviamento e o regulamento dos seringais (CINTRÃO, 2014;

³ Nas palavras de Santos (1980, p. 122): no topo, ficavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que funcionavam como financiadoras, abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalho necessários à exploração dos seringais e cauchais a um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos dos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista, que, por sua vez, através do regime de barracão (local onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia), aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borracha, até chegar ao mercado internacional: o extrator entregava o produto coletado ao seringalista, que o entregava ao comerciante e este a cada exportadora em Belém e Manaus. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países.

MCGRATH, 1999). As funções atreladas ao comércio que exerciam os regatões são encontradas atualmente no Baixo Amazonas a partir de restrita quantidade de embarcações. Mas a extração de excedente continua a partir de novas configurações.

As escassas rendas interioranas, tem sido drenadas pelas redes da metrópole regional Manaus e pela rede urbana paraense através do consumo de itens importados de Belém e Santarém. Isso tem estimulado demanda de alimentos no mercado urbano cujo atendimento vem alterando cada vez mais itens da dieta regional (MORAES, 2008; 2014) causando crescente ocorrência de doenças cardiovasculares entre as populações de cidades e interiores (NARDOTO et al. 2011). A primeira lacuna aparece em detalhar como o funcionamento das redes urbanas possui mediações dos sistemas territoriais, sendo marcante no Amazonas o uso de embarcações, permanência de padrões rústicos de uso da terra e forte domínio de frações relativas ao capital mercantil que se beneficiam do atraso regional. Cabe-nos investigar até que ponto a “cultura herdada” de ciclos econômicos passados compõem o movimento atual de desterritorialização contínuo enquanto componente da acumulação primitiva permanente (BRANDÃO, 2010) que veio se redesenhando sem cessar até a atualidade.

b) Produção geográfica de espaços desiguais e acirramento da competição inter-regional. A dinâmica desigual da produção do espaço econômico nacional que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX se embasou no amplo domínio da região sudeste e aprofundamento da concorrência inter-regional industrial e do agronegócio (CANO, 2007). Aliado ao projeto Zona Franca de Manaus, gerou estagnação dos interiores do Amazonas com falência gradativa das bases econômicas históricas municipais até então pouco numerosas e muito frágeis.

Novas condições de competitividade e de integração regional postas desde a década de 1990 pelo cenário da mundialização do capital se esboçam nos governos Fernando Henrique Cardoso. As políticas dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), em que se apresentaram os Planos Plurianuais (PPAs) com os Programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003) são exemplos. Para Castro (2012), tais políticas somadas às iniciativas posteriores nos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II – pós 2003) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) reeditam o modelo de desenvolvimento que orientou a expansão da fronteira amazônica,

violando direitos sociais e étnicos em função de orientar um projeto de crescimento com base na produção de *commodities* dos setores da pecuária, madeira, grãos, minérios e energia. Fluxos atravessam a sub-região, onde embarcações de ferro de grande porte submetem a economia local à intensa penetração de produtos de outras regiões, submetendo o Amazonas aos vetores modernos de consumo possuindo desigual capacidade de competitividade.

A segunda lacuna advém da necessidade de detalhamento sobre essas relações escalares em que emergem fragmentos em espaços opacos submetidos ao uso corporativo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2003), e que atingem uma economia de baixa diversidade ainda incapaz de gerar novas divisões territoriais do trabalho. A modernização lenta, incompleta e desigual do território amazônico tem aprofundado as desigualdades na rede urbana. Os sistemas técnicos se instalam seletivamente frente às características de populações que ainda se espraiam em padrões de uso do solo com baixa densidade demográfica, produtividade agrícola irrisória e papéis insuficientes de mediação dos núcleos urbanos (BARTOLI, 2020a; 2020b; 2020c).

c) aceleração do processo urbano e do processo de desterritorialização. Interpretações sobre a fronteira urbana como expressão da fronteira do capital gerando uma floresta urbanizada (BECKER, 1995), urbanização na selva como difusão do modo de vida (OLIVEIRA, 2000), ou sobre as diversas frentes de urbanização complexa e desarticuladas de um princípio ordenador a partir de uma miríade de formações microssociais híbridas (BROWDER; GODFREY, 2006) são alguns exemplos da vasta literatura sobre a temática para nomear difusão do processo urbano na Amazônia. Devido à existência de sistemas polimorfos e irregulares de cidades que apresentam funções diferencialmente articuladas com a economia mundial, Browder e Godfrey (2006) propõem para análise do processo urbano na Amazônia uma teoria pluralista. A expansão agrícola e o desenvolvimento industrial são pontualmente localizados e não se dão de forma generalizada, mesmo com o crescimento da população urbana se manifestando por toda a região.

Trindade Jr. (2015, p. 96) afirma que “esses processos integram um movimento único de acumulação de capital no conjunto do território, no interior do qual o urbano se torna condição de realização desse mesmo processo de acumulação”. Com interpretação sobre a *urbanização extensiva* Monte-Mór (2006) aponta que o processo ocorre para além das cidades e áreas

urbanizadas e se estende virtualmente a todo o território nacional, cuja centralidade urbano-industrial passou a integrar e submeter os múltiplos espaços regionais a partir das principais aglomerações metropolitanas brasileiras. A urbanização se propaga em redes que penetram virtualmente os espaços, constituindo o tecido urbano (BRENNER; SCHMID, 2015; MONTE-MÓR, 1994).

As lacunas explicativas sobre detalhamento das permanências de padrões de drenagem de renda cada vez mais dinamizados por dinâmicas inter-regionais, contam com as mediações de cidades funcionando para além de simples bases logísticas. O desafio consiste em desvendar o funcionamento das lógicas espaciais dinamizadas por sistemas territoriais multidimensionais de dinâmicas transescalares.

Em contexto urbano atual vinculado às atividades das cidades, o perfil da força de trabalho se torna precário, móvel, temporário e polivalente, pois não ocorreu a proletarização e assalariamento, cuja nova condição urbana criaria maior instabilidade, exploração e dificuldades de organização sindical e política, sendo também uma estratégia de sobrevivência da família camponesa (BECKER, 1990). Pressupostos teóricos que indagam a capacidade de cidades na Amazônia em ordenar territórios de entorno apontam que a maioria das economias urbanas não possui hinterlândias consolidadas, apresentando economias pouco diversificadas e de baixo dinamismo (BECKER, 2013, p.21).

Por fim, outra lacuna aparece na necessidade de explicar padrões espaciais de organização das redes urbanas, os rebatimentos no espaço intraurbano e as relações com a formação da força de trabalho. Foco de nossa análise, os setores populares informais mantém submissão e dependência econômica dentro da circulação urbano-ribeirinha, mas possuindo plasticidade e flexibilidades criativas na construção de territorialidades como veremos. Quando analisadas pelo paradigma da competitividade capitalista, as cidades amazônicas são caracterizadas pelo viés da estagnação, não permitindo entender as principais contradições, resistências e dinâmicas fluviais e ribeirinhas que estruturam complexas redes no Amazonas.

AVANÇOS METODOLÓGICOS E A PROPOSTA DOS SISTEMAS TERRITORIAIS URBANO-RIBEIRINHOS (STUR)

Como lugar de aprendizagem, descobertas, difusão de ideias e realização do mercado local, a cidade passa a ser compreendida, entre tantas outras funções, como concentração geográfica de excedente social e produto de articulação entre comércio e mercado regional, todos beneficiados e propiciados pela economia de escala e aglomeração (BITOUN; MIRANDA, 2009; FERNANDES, 2009; CAMAGNI, 2005). Não seriam somente sedes de municípios, mas fornecedoras de bases para a reprodução da vida social que alavancam atividades produtivas e usos variados do território. Pela acumulação histórica, formas espaciais e conteúdo socioeconômico diferenciado, a manifestação fenomênica do processo urbano na Amazônia requer metodologias específicas para captar dinâmicas e práticas espaciais existentes.

O Núcleo de Pesquisas e Estudos das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB – Universidade Federal do Amazonas) aparece como referência na trajetória de construção de inovações metodológicas. Pelo baixo dinamismo econômico das cidades, metodologias e paradigmas explicativos dominantes se mostraram insuficientes para estudar a realidade dos interiores do estado do Amazonas, que é melhor entendida considerando eixos transversais como as redes de peixes, caça, transição de hábitos alimentares e aspectos da hidrologia (SCHOR, *et al.*, 2016). Os estudos do NEPECAB adotam a proposição de analisar redes urbanas para cada mercadoria ou classe de mercadorias para compreender os diferentes processos de sobre, super e justaposição destas e a complexidade que envolve a participação de um centro urbano em várias redes com diferenciadas funções. A visão integrada de uma rede urbana para a Amazônia ou para o Amazonas depende da articulação das diversas redes nas diversas escalas (SCHOR, *et al.*, 2016).

Exemplo dos estudos de Moraes (2012, 2014) sobre a relação entre o mercado de bagres e a rede urbana, constatou que a há uma articulação local – global cujas cidades entre Tefé e Tabatinga não se submetem a hierarquia da rede urbana do país. Salienta que na enchente há aumento de preço da cesta básica e do pescado devido à escassez, levando a população a alternativas alimentares de baixo custo que são os enlatados, ovos de galinha e frango congelado que, oriundos de Manaus, intensificam os fluxos de transporte nesse período.

O desenvolvimento do modelo STUR se apoia nesse tipo de inovação metodológica. Nele, propomos análise do “retorno ao território” de populações que migraram para cidades e agora reconstróem redes complementares através da interação com o *milieu* urbano. Isso exige entendimento da constante reterritorialização e novas mediações urbanas, que possibilitam coevolução das articulações territoriais transescalares (BARTOLI, 2017). Elenca-se elementos para reconduzir a interpretação do território a partir da cidade, que é cenário de coalizões, negociações, conflitos, articulações e redesenho dos projetos das redes de sujeitos. Populações indígenas e interioranas antes distanciadas da *presença da cidade como recurso*, do acesso a bens de consumo, educação, instituições etc., hoje usufruem do meio urbano enquanto possibilidade de novas interações com ambientes rurais, comunidades, aldeias, vilas e distritos (BARTOLI, 2015; 2017).

Os papéis e funções das cidades do Baixo Amazonas foram afetados pelo processo acelerado de crescimento urbano e êxodo rural. Vínculos territoriais foram alterados, rompidos e, em muitos casos, recompostos pela maneira como sujeitos se articulam na cidade. Grupos urbanos como indígenas, pescadores, extrativistas e produtores de embarcações regionais, possuem diferenciações quanto à estratégias e composição de suas territorialidades, onde a maneira com que os grupos formularam projetos em coletivos organizados podem alterar o modo com que reordenando territórios a partir da cidade de Parintins.

Essa contínua e acelerada reprodução de espaços urbano-regionais com constantes fluxos migratórios, êxodo, consolidação e crescimento das cidades, remete abordar conceitos (reinterpretados a outros contextos) como os de território e territorialidade (DEMATTEIS, 2005; SACK, 2013; RAFFESTIN, 2009; 2010; RAFFESTIN; BRESSO, 1979; SAQUET, 2011). O sistema de análise multidimensional presente na abordagem territorial (RAFFESTIN, 1993; DEMATTEIS, 2005; 2008; SAQUET, 2007; 2011), abrange a economia, a política, a cultura e a natureza (EPCN). Evidencia existência de sistemas territoriais que envolvem apropriação de bases materiais no território, com construção de valoração simbólica e representações de poder, indicando intencionalidade dos sujeitos que disputam trunfos para o ordenamento do território.

O STUR é um modelo analítico que propõe detalhar o comportamento espacial dos circuitos informais da economia popular inseridos em contexto específico de intensa relação com a fração local do capital mercantil. Considerações sobre dinâmicas

transescalares são feitas para melhor detalhamento das complexas relações existentes com a rede urbana regional com forte influência da metrópole Manaus em disputa com a rede urbana paraense, e escalas nacionais e globais.

Moldando espaços intraurbanos e realizando intensos deslocamentos, trocas e intercâmbios com as áreas de entorno, o papel mediador que o STUR abrange aparece em vertentes apresentadas em Bartoli (2017; 2018a; 2018b; 2020): i) zonal e topológico: conectando a cidade ao entorno sub-regional por meio de redes diversas através da navegação fluvial e ribeirinha; ii) Sujeitos se projetam sobre o território a partir de estratégias e escalas de ação, que vão desde redes familiares, de compadrios ou de amizade nos bairros, até as formas organizacionais e institucionais: cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc. Tais tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; iii) Produzem e configuram o espaço urbano em bairros oriundos de ocupações irregulares e em fragmentos do espaço intraurbano, constituindo fixos úteis para as ações (beiras de rios populares adaptadas para a navegação, por exemplo); iv) formação de circuitos econômicos duais e complementares: sendo dinamizados principalmente pela economia popular informal mas em interação constante com as esferas de ação do capital mercantil dominante na cidade (saltos escalares ocorrem em relações que ultrapassam a sub-região); v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares tradicionais são ressignificados, absorvidos e hibridizados e pela inserção ao processo urbano; vi) As estratégias e territorialidades são *situacionais*: variam de acordo com a sazonalidade dos rios (cheias e vazantes), disponibilidade de produto regionais de cada época (pescado, pupunha, tucumã, etc.), auxílios governamentais e variações gerais de mercado (custo de vida, inflação, etc.).

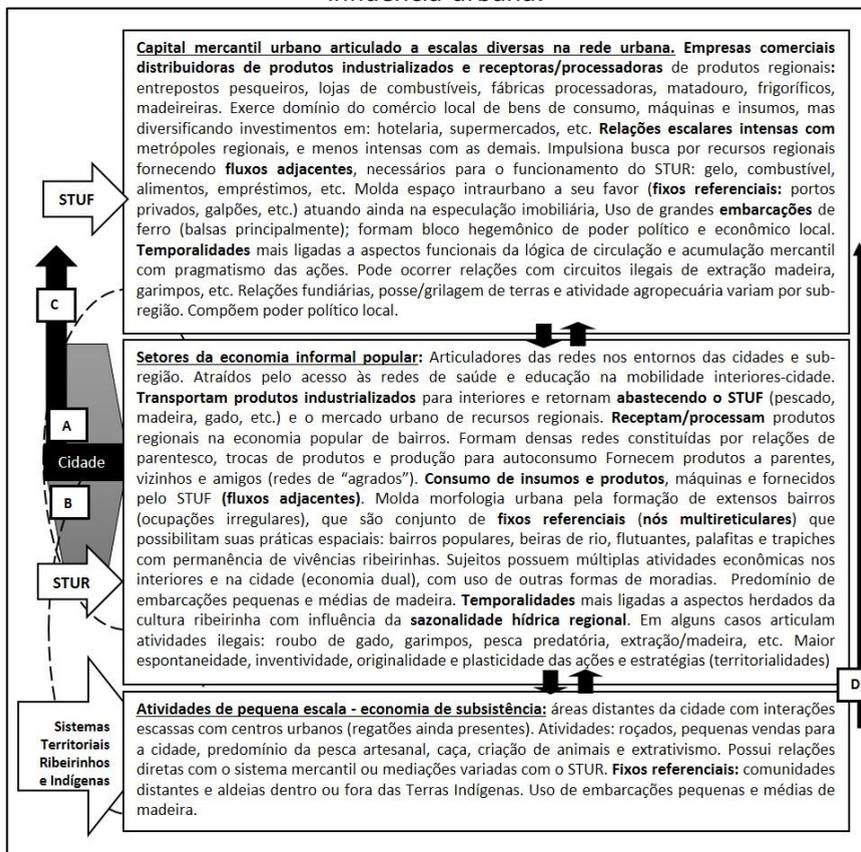
Apresentamos na figura 1 a interação e composição entre os sistemas Territoriais, num modelo geral cujas características variam a partir da *situação* de cada localidade e pela variedade das territorialidades que sujeitos constroem em subsistemas. As circunferências pontilhadas (influência, permeabilidades e interpenetrações) representam a abrangência e interações entre o STUR e o sistemas dominante pertencente ao capital mercantil (Sistema Territorial Urbano-Fluvial - STUF), atingindo sistemas territoriais ribeirinhos e indígenas com pouca interação com a cidade. Pela aceleração do processo urbano, cada vez mais STUF influencia o STUR ocorrendo complementos, interpenetração e dependência deste devido à intensificação da demanda por recursos

regionais e da agropecuária pela economia urbana. A propagação de modos de vida e consumo urbano também tem aumentado o poder do capital mercantil, mas que começa a receber concorrências devido à aceleração do comércio *online*.

Composto por frações do capital mercantil, o *Sistema Territorial Urbano-Fluvial* (STUF) cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas, aproveitando da enorme capacidade de deslocamentos, inventividade e plasticidade dos sujeitos que compõem o STUR. As práticas espaciais do STUF resumidamente: i) causam maior rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas, materializados principalmente nos portos, o que confere maior extração de renda da terra (BARTOLI, 2018b; MARQUES; BARTOLI, 2020); ii) Incentivam circuitos econômicos geradores de maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação de gado, búfalos, pesca comercial/industrial, etc.; iii) uso de embarcações grandes de ferro e madeira, conferindo vantagens competitivas ao obter produtos de Manaus e do Pará, o que os tornam os maiores distribuidores de alguns produtos na sub-região, como materiais de construção, combustíveis e alimentos industrializados (SILVA, 2018; SILVA; BARTOLI, 2019).

O STUF passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor, afetando os demais sistemas ao impor uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas, rios e da produção rural. A presença dessa fração do capital mercantil varia de acordo com o papel que a cidade cumpre na rede, levando em conta a composição do STUF gerando polarização e centralidade. Há variada pulverização dos investimentos do chamado capital mercantil, que em constante metamorfose se adapta a diversas circunstâncias e cenários. No caso de Parintins, tais esferas também se aproveitam do *boom* gerado pelo sucesso do Festival Folclórico, se inserindo em atividades hoteleiras, redes de supermercados, agências de turismo, empresas de locação de equipamentos de som e iluminação etc.

Figura 1: interações entre sistemas territoriais mediadores da influência urbana.



Legenda:

A - Tensões e conflitos: produção do espaço urbano.

B - Hibridização: elaboração de soluções criativas, artesanais e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradias, tipos de embarcações, circuitos de circulação fluvial e outras formas e práticas espaciais.

C - Saltos escalares diversos associado tanto ao capital mercantil, como da economia popular na formação de redes urbanas. **D** - Extração de recursos regionais (garimpos, madeira, até mesmo areia e seixo para construção civil) sem processamento local, mantendo sujeitos populares que abastecem os fluxos em grau elevado grau de territorialidade passiva.

Fonte: BARTOLI (2017; 2018a) adaptado.

O MODELO STUR APLICADO AO BAIXO AMAZONAS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2019 ampliamos a área de estudo a partir do projeto *Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas*⁴. Dando sequência à proposta metodológica presente em Bartoli (2017, 2018a, 2018b), “calibramos” os procedimentos metodológicos e dimensões basilares do modelo STUR seguindo as seguintes etapas: a) análise da influência do relevo sub-regional como condicionador das relações e fluxos dos principais nódulos urbanos, o que implica entendimento do sítio urbano e sua relação com a morfologia; b) levantamento de dados secundários em instituições diversas relativos ao uso, densidade e ocupação do território, serviços e comércio existentes, aspectos ambientais, coletivos organizados (secretarias municipais, institutos governamentais, sindicatos, colônias de pescadores, etc.); c) realização de trabalhos de campo para identificar e descrever as principais práticas espaciais das redes de sujeitos locais (STUR e STUF): i) aplicação de formulários semi-estruturados a donos de embarcações, entrevistas a empresários, lideranças do setor pesqueiro, sindicatos, associações de produtores rurais e de comerciantes do comércio popular, visando entendimento de como são tecidas as redes de interação entre STUR/STUF e cidades/interiores; ii) análise da expansão urbana e as consequências na configuração de elementos na análise da morfologia urbana com uso de imagens de satélite e Drone identificando o comportamento dos sistema no espaço urbano; iii) elaboração de mapas, tabelas e quadros nos auxiliando na descrição dos padrões espaciais inerentes da interação STUR/STUF⁵. Os resultados foram apresentados em publicações diversas (BARTOLI, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2021) que em síntese apontam características comuns entre os municípios estudados revelando que:

⁴ Com bolsa produtividade concedida pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), aplicamos o modelo STUR em seis municípios do Baixo Amazonas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, realizando adaptações na metodologia e novas constatações.

⁵ A discussão sobre o destaque de Parintins que a caracteriza como cidade média de responsabilidade territorial é feita em Bartoli et al (2020), onde incorpora-se novas dimensões às discussões até então realizadas.

a) Duas “forças” em direções de vetores partindo das cidades para interiores e no sentido inverso, que dialeticamente se impulsionam, compondo a maneira com que o STUR realiza sua circunscrição espacial. A força centrípeta no STUR consiste no movimento de populações que migram na busca de benesses e melhorias que a cidade oferta, como no acesso a serviços de educação e saúde, instituições de fomento/apoio à produção, bancos, mercados e tantas outras “facilidades” urbanas. Isso induz novos contextos de inserção de sujeitos na cidade, que não possui capacidade de absorção laboral, e suscita construção de complementos de renda. Essa demanda impulsiona parte dos sujeitos novamente aos interiores (força centrífuga), que retornam com uma série de produtos industrializados adquiridos nos comércios da cidade, configurando aspectos do processo da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994). A força centrífuga ocorre pela busca do complemento dual: através da demanda de produtos extrativos regionais ou produção rural e pecuária, a economia mercantil dominante influencia, financia e incentiva e de certa maneira impulsiona a economia popular do STUR usufruindo de seus saberes em navegar, coletar, pescar etc.

b) Análise do uso das embarcações nos fornece boas indicações multidimensionais compondo territorialidades: não se restringem ao transporte de produtos regionais, pesca, produção agrícola etc., mas cumprem função de moradia⁶, sendo ainda *lócus* de relações sociais amplas ou familiares. No que tange ao papel de drenagem de renda e exploração de recursos, o cenário mais preocupante encontrado nas pesquisas sobre os fluxos de embarcações do STUR, foi na enorme quantidade de madeira transportada dos interiores para a cidade. Como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amazonas (IDAM) confirmou, são pouco numerosas as iniciativas de Planos de Manejo municipais, e pelas várias pilhas de madeira de lei vistas nas beiras de rio das cidades, se deduz que essa atividade ilegal é uma das mais intensas. Mas grande parte dessa madeira cumpre uso social de extrema serventia na construção de moradias e embarcações populares, sendo recurso estratégico da manutenção da vida urbano-ribeirinha.

⁶ Em diversos textos temos salientado como as embarcações têm internalizados diversas contradições do processo urbano, alterando suas formas, somando funções e possuindo outras intencionalidades. No canal do *YouTube* do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM) o documentário *Vivendo em barcos* apresenta resultados de pesquisas sobre esses aspectos: <https://www.youtube.com/watch?v=Vj6Pss9UwRs>

c) Com a crescente quantidade de pessoas acessando as sedes municipais, antigas embarcações de madeira estão sendo lentamente substituídas por lanchas de alumínio, denominadas localmente como “expresso” ou “a jato”. Os percursos que eram realizados em quatro horas ou mais pelos barcos de madeira (exemplo do percurso Barreirinha - Parintins), foram reduzidos para uma hora ou uma hora e meia, dependendo da sazonalidade fluvial (ciclos de cheias e vazantes). As transformações nesse tipo de transporte afetam as centralidades tanto dos municípios como das comunidades conectadas nos trajetos, pois moradores alteram deslocamentos para consumo e acesso a serviços urbanos.

d) Conflitos entre STUR e STUF ocorrem em disputas territoriais entre pescadores e o capital mercantil. Colônias de pescadores tem realizado auxílio na formação de acordos de pesca junto ao IBAMA na implementação de *defesos* contra pesca predatória e industrial financiadas pelos frigoríficos do STUF, inclusive os de cidades paraenses como Santarém. Pressionados ao norte pelas tensões e limitações da APA⁷ e a leste pela pressão de grupos de pescadores paraenses, os pescadores de Parintins são “empurrados” e impelidos a realizar percursos cada vez mais distantes em direção a oeste. Passam a ter obrigação de atingir produtividade elevada para custeio dos gastos feitos na cidade. Gelo, gasolina e alimentos (fluxos adjacentes fornecidos pelo capital mercantil na cidade), são gastos altos que exigem apropriação do excedente de trabalho. O pagamento insignificante pelo quilo na maioria das espécies de pescados também agudiza a tendência de parcos rendimentos monetários dos pescadores.

e) Corroborando com constatações de estudos relativos à calha do rio Solimões no estado do Amazonas (MORAES e SCHOR, 2010; MORAES, 2008; 2014), percebe-se que a demanda de alimentos no mercado urbano vem alterando cada vez mais itens da dieta regional, com marcante a presença de conserva, frango congelado, embutidos e outros produtos industrializados. As figuras 2 e 3 demonstram fluxos de embarcações do STUR (força centrífuga) no consumo e distribuição de produtos industrializados adquiridos nas cidades de Barreirinha, Uruará e São Sebastião do Uatumã: eletrodomésticos, gasolina (para uso em embarcações, roçadeiras e motosserras), rancho (cesta básica), frios e estivas. A substituição paulatina dos fogões à lenha pelo uso de botijas é ainda tímida, mas

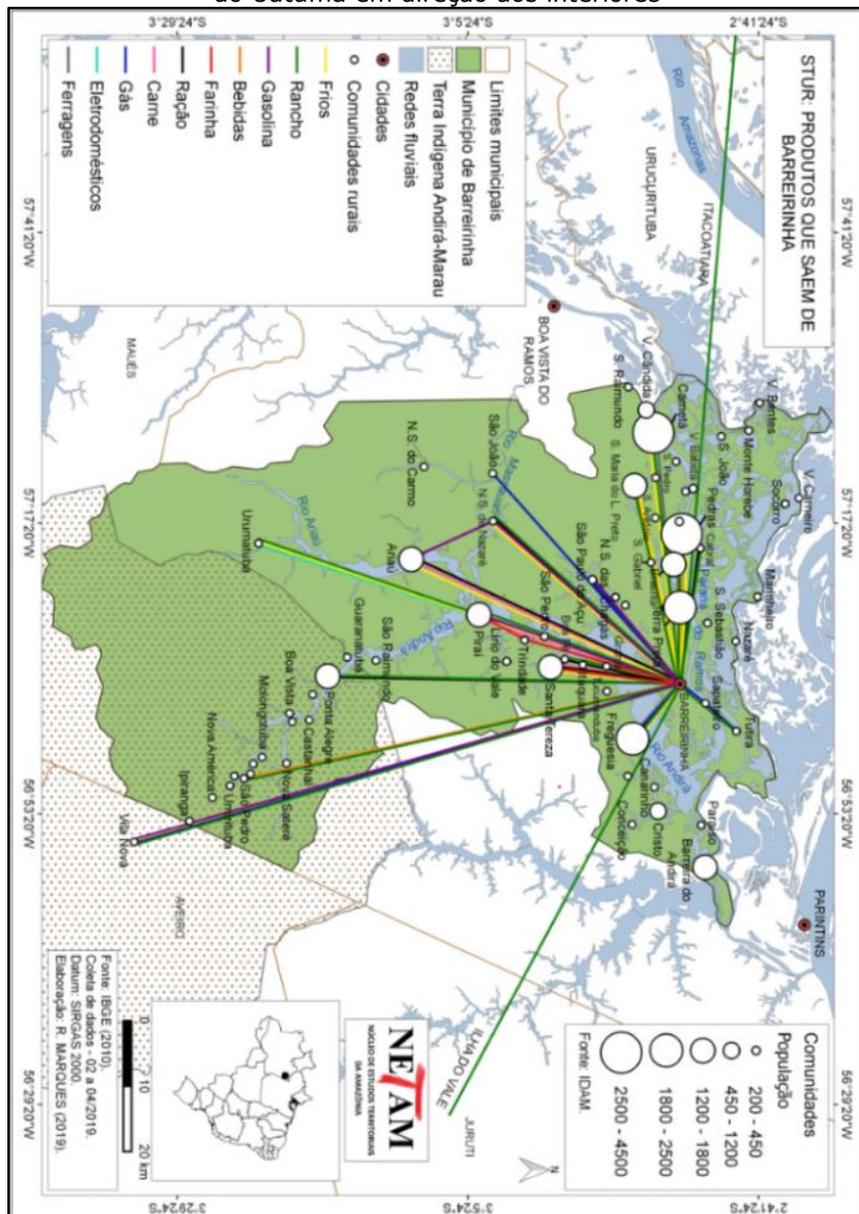
notada pela presença das setas azuis do mapa. A comercialização de ração também foi bastante notada, demonstrando prática da criação animal nas comunidades como fonte de proteína, principalmente o frango e suínos. A insuficiente produção de farinha no baixo Amazonas tem sido suprida pela importação do Pará.

f) As cidades pequenas do entorno de Parintins caracterizam-se por seu caráter funcional mais local, atendendo sua região imediata com alcance espacial "mínimo" considerando a escala municipal, mas atingindo longínquas comunidades das bacias hidrográficas. No quadro urbano sub-regional, possuem centralidade baixa limitando-se a atender demandas de seus entornos.

g) Calhas de rios condicionam dinâmicas fluviais e ribeirinhas, centrais para formação da *situação*, onde os papéis na Divisão Territorial do Trabalho são estruturados também pelo tipo de circulação. Comunidades situadas nos altos cursos dos rios nas áreas municipais são mais "fechadas" e voltadas para mediações e mercados das sedes municipais, possuindo baixa complexidade de funções produtivas e comerciais, mas apresentando considerável atividade extrativista e produção rural de subsistência. Já as comunidades e distritos da rede urbana localizadas no rio principal e proximidades (rio Amazonas), são mais "abertas" e dinâmicas, recebendo fluxos da metrópole Manaus a oeste e da rede urbana paraense a leste. Essa calha principal condiciona cidades a serem mais polarizadas de Parintins. Tanto sedes municipais como comunidades e distritos localizadas no rio Amazonas são os que mais cresceram nos últimos anos como demonstram as figuras 2, 3, 4 e 5.

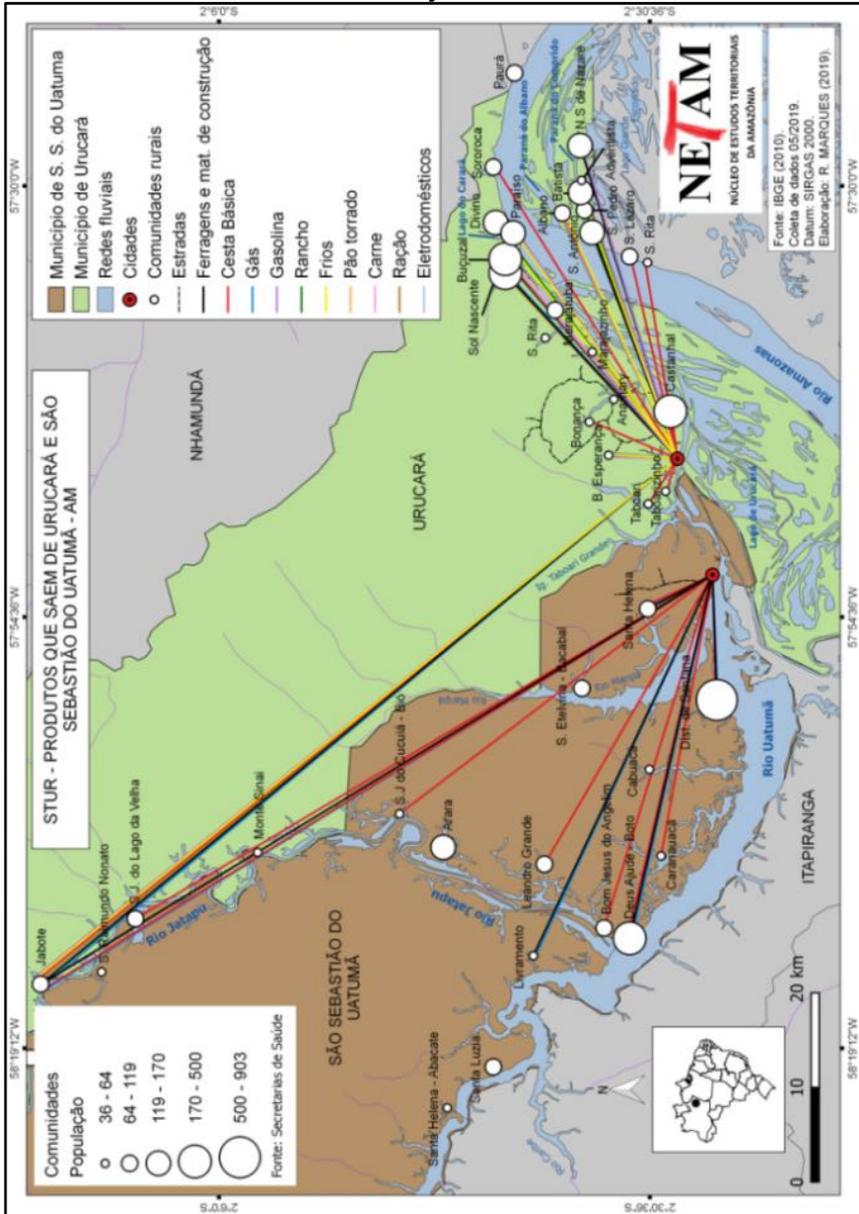
h) O regime fluvial, a fisiografia dos rios, a geomorfologia e o sítio das cidades, necessitam ser entendidos como variáveis que condicionam ou limitam a navegação e atracação de embarcações, o que pode refletir em perdas e ganhos de centralidade e na forma como configuram os usos e disputas pelas margens fluviais e de lagos. Associar a discussão do sítio (base física em que se desenvolve o plano) à situação (relações com a rede, fluxos e centralidade, meio técnico etc.) requer entendimento de que as redes locais de sujeitos realizam disputas territoriais pelo controle das margens fluviais (privatizações das beiras de rio), inerentes ao processo de territorialização em que o capital mercantil tem sido preponderante.

Figura 2 – Produtos que saem de Barreirinha, Urucará e São Sebastião do Uatumã em direção aos interiores



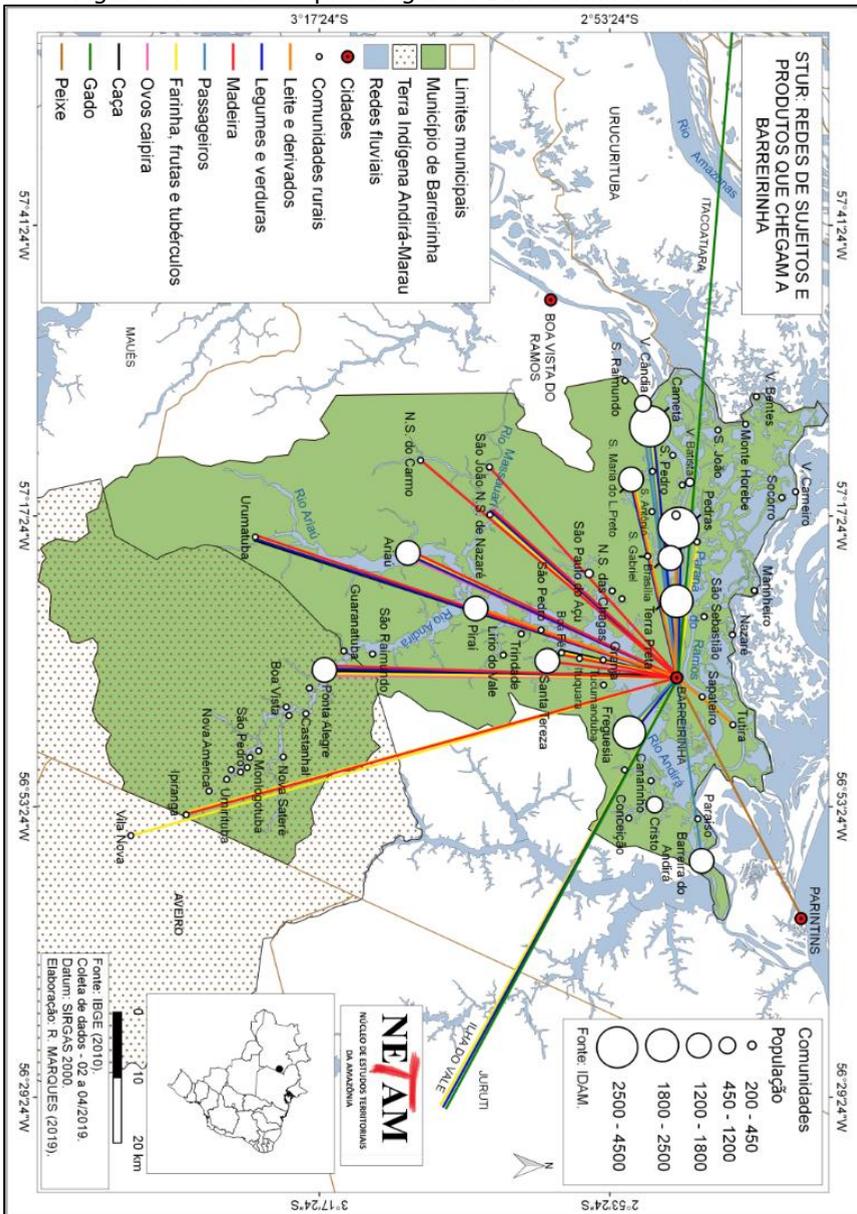
Fonte: BARTOLI (2020a).

Figura 3: Produtos que saem de Urucará e São Sebastião do Uatumã em direção aos interiores



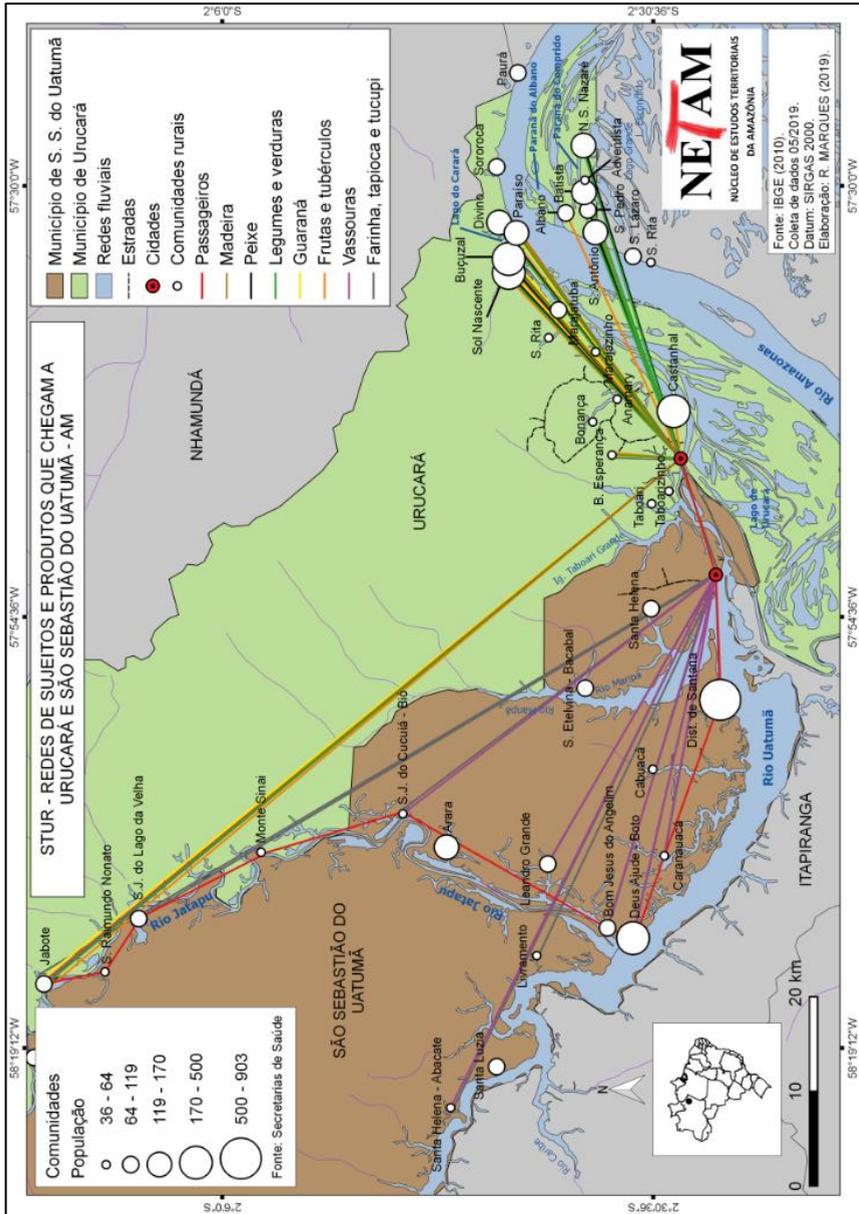
Fonte: BARTOLI (2020a)

Figura 4: Produtos que chegam a Barreirinha dos interiores



Fonte: BARTOLI (2020a)

Figura 5 – Produtos que chegam a Urucará.



Fonte: BARTOLI (2020b); BARTOLI (2020a)

h Continuação: A privatização de beiras de rios e demais corpos hídricos se intensificou com a expansão dos planos urbanos, cujas populações perderam acessos a esses importantes pontos de conexão com as diversas redes “urbano-ribeirinhas”. Constatamos apropriação desigual das beiras, com não adequação das ruas, glebas e construções às nuances do relevo, onde a justaposição do plano não se complementa tecnicamente às necessidades locais de mobilidade por transporte fluvial. Raros espaços públicos nas beiras não respondem às condições sazonais, causando disputas por atracagem de embarcações⁸. Indica acesso e mobilidades reduzidos de classes populares às margens frontais das cidades pela privatização das beiras na formação de portos pertencentes ao STUF. A erosão fluvial e as terras caídas têm tornado ainda mais raras as margens fluviais em determinados trechos (BARTOLI; MARQUES, 2019).

i) Como resultado interativo da força centrípeta e centrífuga, proprietários de embarcações realizam variadas atividades e serviços laborais na cidade necessitando complementos de renda com outras atividades nos interiores. Sobre estas, destacamos o extrativismo, a pecuária de pequena escala, agricultura, pesca, caça e a criação de animais. Assentados em ocupações irregulares urbanas, também necessitam “absorver” complementos recursivos dos interiores: madeira para moradia popular, construção de barcos ou para pequena indústria moveleira; pescados; palha; piaçava; carne de caça ou quelônios, pequenas criações de gado, produtos do extrativismo etc. (figuras 4 e 5). Essa caracterização laboral multifuncional é um dos aspectos centrais das territorialidades do STUR, sinalizando a capacidade adaptação sazonal e situacional dos sujeitos em criativos modos de subsistência.

j) Intensificação do processo de urbanização se reproduz localmente pela interação STUR/STUF, se manifestando na *morfologia das*

⁸ No documentário Pescadores Urbanos apresenta-se resultado de um exercício de cartografia participante que evidenciou os conflitos por acessos de beiras de rios devido à intensa privatização. Acesse o Canal do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM): <https://www.youtube.com/watch?v=jQX6uTE3EUg&t=40s>

idades: aspectos sítio/plano/paisagem aparecem como condicionantes das práticas espaciais onde os limites de ocupação são cada vez mais salientados pela dispersão urbana em observada em todas as cidades da sub-região de Parintins.

Surgem grandes áreas de ocupação irregulares periféricas que se tornaram bairros, cuja rápida expansão do plano urbano acarreta sérios problemas socioambientais; as contradições entre STUR/STUF se manifestam também nos usos de espaços das cidades enquanto par público/privado, onde as edificações urbanas (fixos diversos) ditam parte das dinâmicas nas beiras de rio enquanto nódulos multireticulares. A necessidade das transações comerciais e a imposição do valor de troca não anulam as vivências ribeirinhas e a espontaneidade das apropriações e práticas espaciais dos sujeitos que animam o STUR. Populações tradicionais passam a usar os espaços modificados nas cidades, mantendo aspectos e traços culturais ribeirinhos reconstruídos e/ou adaptados ao meio urbano.

Em Bartoli (2020a; 2020b; 2020c) apresentamos os subsistemas territoriais no Baixo Amazonas, alguns não submetidos às mediações locais entre STUR/STUF como no caso da mineração principalmente. A significativa criação de animais, produção de alimentos em pequenos roçados e pesca para subsistência foram constatados em todos os municípios.

Ausência de agregação de valor aos produtos exportados no baixo Amazonas merece atenção urgente como no caso do pescado, madeira e guaraná (BARTOLI, 2017; 2019a; 2021). A capacidade de ordenamento das relações territoriais das cidades fica comprometida pela ausência de planos de manejo e de fiscalização das atividades pesqueira e madeireira. Os conflitos e territorialização da atividade pesqueira foram relatados em Bartoli (2019b). Portanto, as cidades do entorno de Parintins, apesar de pequenas, são responsáveis por influenciar o ordenamento territorial de áreas municipais imensas, que muitas vezes ocorre por subsistemas territoriais geradores de impactos ambientais.

As experiências organizacionais em cooperativas são tímidas e pouco numerosas, mas as existentes realizam saltos escalares que propiciam maior interação com a rede urbana regional e nacional/global. O caso do Consórcio indígena Sateré-Mawé é um dos exemplos de reterritorialização a partir das práticas espaciais construídas no ambiente urbano (BARTOLI, 2015).

Por fim apresentamos os subsistemas mais significativos em cada município em Bartoli (2020 c), considerando as mediações que

as redes de sujeitos realizam nas cidades, cujas diferenças de trajetórias históricas formam particularidades internas. Nas cidades como Maués e Urucará, afetadas por ações de grandes empresas, ocorrem inexpressivas alterações em suas estruturas internas, além de não corroborar com o desenvolvimento de complementaridades econômicas com a rede urbana. Essa influência direta de grandes empresas na produção do guaraná e na extração de calcário não incentiva criação de novas funções nas cidades para geração de novas divisões territoriais do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento das pesquisas na Amazônia deve ir além dos esforços recentes para aumentar e de certa forma manter doutores na região, o que tem ocorrido com relativo sucesso. Uma agenda científica regional com maior grau de autonomia, requer não apenas se “desvencilhar” de eixos científicos dominantes das áreas mais ricas e dinâmicas do país que concentram a maior parte do controle dos recursos para pesquisas. Ditar a pauta do que é urgente para Amazônia, requer maior integração⁹ para construção de uma agenda que proponha uma interpretação do território e produção de conhecimento a partir das populações que aqui habitam.

Os desafios e avanços no tipo de análise proposto no STUR, pela amplitude de critérios e dimensões envolvidos nas complexas territorialidades analisadas, requer retomar aspectos coevolutivos dos sistemas territoriais, sendo necessário aprofundamentos quanto:

a) A *situação* dos diversos subsistemas compondo a dinâmica cidade-território-região, são *condições de contexto* cujas diversas dinâmicas sociais são efetivadas por territorialidades. A análise de aspectos mais funcionais dos circuitos relacionais entre os espaços rurais e urbanos, formam continuidades passíveis de serem cartografadas em escalas que propiciem maior detalhes, a exemplo

⁹ Como exemplo recente a formação da rede RHISA, iniciativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e com o Instituto Acariquara. A Rede conta com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS).

das dinâmicas das famílias nas cidades e interiores. Interpretada como um espaço geográfico relativizado que se molda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relações (DAMIANI, 2006), a *situação* condiciona o *milieu* urbano, mediador principal por conter *condições para a ação*.

b) A Interpretação da cidade como *milieu* afetando o ordenamento territorial, requer tanto entendimento da materialidade que os sistemas territoriais configuram (incluindo a relação com sítio, geomorfologia e morfologia urbana), quanto aos aspectos relacionais e organizacionais: análise das redes de natureza e temporalidade diversas que se justapõem, como as redes sociais, as redes de solidariedade e novas formas de organização, ou nas redes temáticas (MORAES, 2012) devem servir como base para desvendar as complexidades.

c) A circulação necessária dos sujeitos do STUR contrasta com formas de circulação alienadas no interior da relação STUR/STUF. Desvendar lógicas de "*geografias do atraso*" e *manutenção de poder relacionada às frações arcaicas do capital mercantil e existências de redes ilícitas*. Essenciais para entendermos a ocupação (predatória ou não) das vastas porções do território que estão sobre influência e comando das cidades (CANO, 2010; BRANDÃO e CANO, 2006). Estas estão tradicionalmente dominadas por elites conservadoras ligadas à permanência de estruturas de exclusão e pobreza para manutenção de posições político-econômico privilegiadas e reconstrução de formas de acumulação primitiva e suas formas derivadas (OLIVEIRA, 2003). Isso requer maior diálogo com teorias sobre a existência de movimentos socioterritoriais e sociespaciais, úteis no entendimento dos aspectos conflituais que compõem o movimento dialético entre cidade/campo, rural/urbano (FERNANDES, 1999, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016).

d) Ao entendimento de que cidades são sistemas abertos vinculados a *aspectos coevolutivos* junto ao sistema mais amplo (formando o *milieu* urbano), passíveis de trocas de energia, informação e matéria. Ressaltar a valorização "genético-evolutiva" do território local permite entender a variedade de opções elementares para o desenvolvimento territorial. A ideia das esferas evolutivas¹⁰ pode ser

¹⁰ Para Harvey (2011) esferas de atividades distintas são compostas na trajetória evolutivas do capitalismo: tecnologia e formas de

complementada pela ideia de que as dinâmicas sub-regionais possuem um substrato material herdado (sedimento territorial) a partir das quais surgem *formas híbridas* de arranjos territoriais.

e) A análise dos *conjuntos de práticas espaciais e a capacidade de abertura ou fechamento operacional dos sistemas evolutivos* considerando diversas modalidades de estratégias que redes de sujeitos constroem. Variam na intensidade de relações com o espaço intraurbano ou rural, até as relações multiescalares. De acordo com a capacidade de resistência, politização e autonomia dos sujeitos, pode ocorrer uma adaptação ou não das possibilidades de interpretação dessas “novidades” como recurso (MACHADO, 2003; 2005).

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Natacha Cíntia Regina; SILVA NETO, João Cândido André da; CATÃO, Rafael de Castro. A DIFUSÃO TEMPORO - ESPACIAL DA COVID-19 NO AMAZONAS. **Hygeia**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 2, p. 336-348, 2020.

BARTOLI, E. Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos. In: Anais **Simpósio Nacional de geografia Urbana (SIMPURB)**, CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.

BARTOLI, Estevan. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)**. 2017 (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: PPGG / UNESP.

BARTOLI, Estevan. Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network. **Mercator**, v. 17, e 17027, p. 1-16, 2018a.

organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo. Para o autor, as esferas coevoluem na evolução histórica do capitalismo de formas distintas, onde o desenvolvimento desigual entre as esferas e no conjunto delas produz contingências, bem como tensões e contradições (de forma bastante parecida com as mutações imprevisíveis que produzem contingências na teoria Darwiniana).

_____. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

_____. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Uruará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.

_____. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, nº 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020 b.

_____. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1, 2020 c.

_____. Funções Urbanas na Faixa de Fronteira Amazônica: Centralidade de Nhamundá (AM) e seus Sistemas Territoriais. **Geografia em Questão**, v. 14, p. 117-139, 2021.

BARTOLI, Estevan.; SERRÃO, A. M. Periodização Econômica, Espaço Intraurbano e Sistemas Territoriais de Uruará (AM). **Revista Geoamazônia**, v. 8, p. 214-235, 2021.

BARTOLI, Estevan. SCHOR, Tatiana. OLIVEIRA, José Aldemir. Cidades Médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM). **Terra Plural**, 2019.

BARTOLI, MARQUES, Rildo. Morfologia e Geomorfologia Urbana: sistemas territoriais e as margens fluviais em Parintins (AM). **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 13, n. 2, p. 44-58, 2019.

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Orgs.). **Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 421-443.

_____. A Urbe Amazônida. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BETTENCOURT. Luís M. A. **Cidades como Sistemas Complexos. Modelagem de sistemas Complexos para Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

BITOUN, J. MIRANDA, L. (orgs). Desenvolvimento e Cidades: Contribuições para o debate sobre as Políticas de desenvolvimento

territorial. Rio de Janeiro: FASE, **Observatório das Metrôpoles**, 2009.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisões e poder. In: ORTEGA, A. C.; FILHO, N. A. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007b.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista. In: **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais**. ALMEIDA, A. W. de. Et al. (orgs). Lamparina: Rio de Janeiro, 2010. P. 39-69.

BRANDÃO, C.A; CANO, W. **Anotações sobre o Capital Mercantil: análise de sua natureza e estudo das formas através das quais ele dá a tônica da valorização de capitais no Brasil**. Campinas, 2006 (mimeo).

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a New Epistemology of the Urban? **City**, n. 1, p. 151-182, 2015.

BROWDER J.O. GODFREY, B.J. **Cidades na Floresta**. Manaus: EDUA, 2006.

BUENO, Magali Franco. **O Imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes**. Dissertação. Programa de Pós – Graduação em Geografia Humana - USP. São Paulo, 2002.

CAMAGNI, R. **Economía Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

CANO, Wilson. **Reflexões Sobre o Papel do Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana do Brasil**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio de 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo, Contexto: 2011

CASTRO, Edna. **Expansão da Fronteira**, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CAVALCANTE, P. B. FRIKEL, P. A. Farmacopéia Tiriyo / **Estudo Etno-botânico**. Belém: Gráfica Falangola Editora LTDA, 1973.

CINTRÃO, Núbia Lira. De carona com um regatão: as relações contraditórias do sistema comercial na Amazônia do século XIX. In: SILVA, Heloísa Helena. (Org.) **Traços Culturais, Tecnológicos e Cooperativistas da Economia Solidária no Amazonas**. Curitiba, CRV: 2014, p. 36-46.

CLEMENT, C. R. JUNQUEIRA. A. B. Plantas Domesticadas: uma história fascinante. In: **Scientific American – Coleção Amazônia**. 1998.

DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in um'ottica evolucionista. in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (orgs.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità**: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005.

_____. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. CORRIJO, B. CANDIOTTO, L. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DUTRA, Manoel Sena. **A natureza na TV**: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia. Belém: NAEA, 2005, 279p.

DAMIANI, A. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. In: **América Latina**: cidade, campo e turismo. CLACSO: São Paulo, 2006.

FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras. in: BITOUN, J. MIRANDA, L. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

GOOTMANN, J. A Evolução do Conceito de Território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**. v.2, n.3 – 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCGRATH, David. Parceiros No Crime: o Regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. In: **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 – dezembro, 1999.

MACHADO, L. O. Região, Cidades e Redes Ilegais: geografias alternativas na Amazônia Sul-Americana. in: GONÇALVES, Maria

Flora; BRANDÃO, C. (Orgs.). **Regiões e Cidades:** cidades nas regiões. São Paulo: Edunesp, 2003.

_____. Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos. in: CARLOS, A. F. A. LEMOS, A. G. **Dilemas Urbanos.** São Paulo: Contexto, 2005.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e Gestão ambiental na Amazônia.** São Paulo, Annablume. 2011.

MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M., SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p.169-181.

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 61-85.

MORAES, André de. **Peixes, redes e cidades:** aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

_____. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. in: SCHOR, T. (org.). **Dinâmica Urbana na Amazônia** – vol. 1. Manaus: Valer, 2014.

NARDOTO, G. MURRIETA, R. S. S. PRATES, L. E. G. ADAMS, C. GARAVELLO, M. E. P. SCHOR, T. MORAES, A. O. RINALDI, F. D. GRAGNANI, J. G. MOURA, E. A. DUARTE-NETO, P. J. MARTINELLI, L. A. Frozen chicken for wild fish: Nutritional transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal of Human Biology**, v. 23, p. 642-650, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a Razão Dualista/O Ornitorrinco.** São Paulo:Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva.** Manaus: Valer, 2000.

PACHECO de OLIVEIRA, João. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília, Ministério da Educação, 2006

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais:** Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 235 f. Teses

(Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação. in: SAQUET, M. SPOSITO, E. S.. **Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. in: PEREIRA, Silvia Regina. COSTA, B. P. SOUZA, E. B. C. (orgs.). **Teorias e Práticas Territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, C. BRESSO, M. **Travail, Space, Pouvoir**. Lausanne: L' Age d' Homme, 1979.

SACK, R. O significado de territorialidade. in: Leila Cristina Dias e Maristela Ferrari (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHOR, Tatiana. **Ciência e Tecnologia: o caso do experimento de grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia (LBA)**. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2008. 147p.

SCHOR, Tatiana; MORAES, André de Oliveira. **Programas de pesquisa em meio ambiente e o urbano: um ensaio sobre a ausência**. Revista Geonorte, v. 02, p. 1-24, 2011.

SCHOR, T; OLIVEIRA, J.A; MORAES, A. SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **Revista PRACS**, V.9, N.1. Macapá: 2016.

SCHWARTZMANN, Simon. **Ciência, universidade de ideologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SILVEIRA, M. L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 74-88

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics**: produção do espaço, redes e lógicaracionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

STEINBRENNER, Rosane Albino. Centralidade Ambiental X Invisibilidade Urbana. In: ARAGÓN, L. E.; OLIVEIRA, J. A. **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus, EDUA: 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel "Societal development, or development of the World- System?". In WALLERSTEIN, I. The Essential Wallerstein pp. 112-128. Artigo publicado originalmente in **International Sociology**, I, 1, March, 1986, 3-17.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro. Pensando a Modernização do Território e a Urbanização Difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015.



USO DA TERRA FORMAL E USO DA TERRA REAL: IMPLICAÇÕES DOS PARÂMETROS NORMATIVOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

**Gabriel Macedo Monteiro
Silas Nogueira de Melo**

INTRODUÇÃO

A evolução e a configuração relacionada aos processos de uso das terras vêm se apresentando como uma das principais variáveis que causam rupturas no equilíbrio e manutenção dos sistemas naturais e que, inevitavelmente, contribuem para os processos de degradação destes, principalmente nas primeiras décadas do século XXI e em regiões do sul global.

Nesse sentido, o conceito de uso da terra (e suas variações como uso/ocupação do solo e cobertura de superfície) tem sido amplamente empregado e operacionalizado (com a utilização das geotecnologias e sensoriamento remoto) para fins de planejamento regional, modelos de desmatamento, análises de vulnerabilidade ambiental, gestão urbana etc. No caso brasileiro, desde sua conquista e colonização, as terras são geridas com princípios imperialistas e mercantilistas e até hoje os usos das terras seguem normas jurídicas que, muitas vezes, formalizam esses princípios.

Segundo Santos (2007), as porções territoriais ocupadas pelas sociedades humanas alteram de forma significativa e desigual o meio natural¹, criando configurações espaciais. Os países do norte

¹ O meio natural, como um conjunto de elementos, está diretamente submetido às características do sistema de produção em que está incluso, adquirindo assim, características de meio social e, sobretudo, econômico. Os autores Mazoyer; Roudart (1998) conceituam esse sistema de produção como um sistema técnico, econômico e social composto pelos: meios humanos, traduzidos pelas forças de trabalho,

global instalam indústrias ambientalmente “suja” para suas ex-colônias. Por isso, torna-se essencial o surgimento, a aplicação e o funcionamento de um conjunto de dispositivos jurídicos que versem sobre ordenamento e planejamento afim de subsidiar um uso da terra numa perspectiva decolonial, adequado em diferentes modalidades de ocupação existentes em determinada localidade. Assim, políticas de conservação ambiental que proíbem certos usos das terras por comunidades tradicionais, por exemplo, uso de fogo, agricultura de corte e queima, caça etc., devem ser vistas com cuidado.

Consequentemente, a análise e interpretação das questões ambientais não devem estar, exclusivamente, focadas na dimensão natural, mas sim, abranger todas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais presentes no âmbito das localidades. A percepção ampla da dinâmica e reprodução socioeconômica global permite a compreensão do natural, pelo *uso real*, bem como pelo processo de dominação social, dependência do local ao global, por meio da apropriação e no valor atribuído ao meio natural e seus recursos².

Segundo De Paula (2018a), a relação dialética entre natureza, economia e sociedade se manifesta diretamente na configuração e abordagem territorial. Essa percepção coaduna com o momento da globalização, em virtude da manifestação contemporânea do consumismo; vulnerabilidade ambiental; subordinação; colonização; exploração e das territorialidades plurais sob o viés de dominação das populações mais carentes.

Neste contexto, a interpretação da categoria território, apesar de polissêmica, pode ser concebida como uma ferramenta teórica e política indispensável para subsidiar as discussões relativas às formas de apropriação do capital (Uso Formal ou Uso Real) em relação às terras ocupadas, assim como os padrões de uso,

conhecimentos, e o saber fazer, além dos meios inertes simbolizados pelos instrumentos e equipamentos produtivos e, também, através dos meios vivos representados pelas plantas cultivadas e os animais domésticos pertencentes à população agrícola com a finalidade de desenvolver as atividades de renovação e de tirar proveito da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer diretamente) ou indiretamente as suas próprias necessidades.

² Segundo Portugal (1992) “... A palavra recurso significa algo a que se possa recorrer para a obtenção de alguma coisa.” Simbolizando, portanto, para esse autor, que o ser humano recorre aos recursos naturais, isto é, aqueles que estão na natureza, para satisfazer suas necessidades.

ocupação e na inter-relação desses processos na “pós-modernidade”. Salienta-se que o conceito de território atua de forma preponderante no entendimento das perspectivas de poder e dominação sobre os sujeitos, que justificam a sua delimitação em certos momentos, assim como a alteração de sua estrutura em consonância à dinâmica temporal.

A fim de complementar a discussão supracitada, Saquet (2002 [1996]), dispõe que a produção do território se dá por meio da manifestação do capital *versus* trabalho, dominação e extorsão, desejo e não-desejo, satisfação e frustração: o ser humano, ao se reproduzir como tal, manifesta a sua natureza e a sociedade que, normalmente, nega-lhe sua liberdade e humanização, características estas desejadas no espaço da mercadoria global.

Diante disso, Lima (2006, p. 17) afirma

O controle e a apropriação do território podem ser evidenciados através das interferências no modo de vida da sociedade. [...] A inevitável substituição de valores, princípios, modos de vida, as inovações tecnológicas na vida das comunidades tradicionais recondicionam a relação das pessoas, constituindo novas perspectivas relacionais no/do território.

A partir de toda sua amplitude, o território pós-moderno é simbolizado pela manifestação das atividades políticas, de autoritarismo, de tecnologia, de ciência e, sobretudo, de contradições, no qual os detentores dos meios de produção são os que mais se beneficiam do processo de desenvolvimento e progresso.

TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÉGIDE DO USO FORMAL

O viés histórico, relacional, multidimensional e reticular (RAFFESTIN, 1993 [1980]) ou trans-escalar (DEMATTEIS, 1985), ou, ainda, trans-territorial (CAMAGNI, 1993) da categoria geográfica, impõe a sua importância aos gestores públicos, pesquisadores e legisladores na fase da elaboração de dispositivos normativos, sobretudo nos países do sul global, muitas vezes carentes de políticas públicas eficazes, ao determinar as classes de uso da terra existentes sobre uma determinada área e,

consequentemente, a delimitação de políticas públicas que possam subsidiar as necessidades das populações tradicionais, por exemplo.

Além disso, a criação de políticas públicas deve abarcar a gestão participativa das populações e comunidades interessadas, além de se adequar ao momento histórico vigente no intuito de gerir um desenvolvimento suficiente da localidade que atinja as necessidades de todos. Por isso, o planejamento baseado em políticas públicas deve ser percebido como uma maneira eficaz de luta contra os agentes do capital, de organização política, diálogo cooperativo e participativo, respeitando e valorizando os sujeitos e ecossistemas de cada espaço-tempo, bem como os seus saberes tradicionais, ritos, crenças, desejos (SAQUET, 2007, 2015 [2011], 2017, 2018).

Isto é, tais políticas públicas devem almejar o desenvolvimento e a solução dos conflitos que sejam aceitáveis a todos os participantes sociais, levando em conta, inclusive, às suas diferenças (OLIVEIRA, 2006). Portanto, esse desenvolvimento relacionado ao uso do território

[...] está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais. Por isso, pensá-lo requer: a) valorizar os enraizamentos social, econômico e cultural da sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas; b) priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas também procurar contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas [...]. (SAQUET & SPOSITO, 2008, p. 22)

Nos países de sul global, inclusive o Brasil, torna-se cada vez mais necessária a construção da chamada “consciência de classe e de lugar” que, segundo Saquet (2017), está traduzida pela dinamização, mobilização, participação e luta em função dos sujeitos de cada lugar e território, através da articulação em rede. Concomitantemente a isso, torna-se possível subsidiar um conjunto de ações voltadas à gestão e planejamento ambiental que sejam mais efetivas sobre a preservação ambiental e cultural.

Mediante a necessidade de ampliação dos estudos voltados aos processos de desenvolvimento e gestão ambiental, faz-se necessária a integração da ciência jurídica brasileira com o fim de

resguardar o direito fundamental e inalienável à saúde e qualidade de vida das populações, assim como ao ambiente ecologicamente equilibrado, como a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, estabelece em seu art. 225, *caput*

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O Brasil, a fim de contemplar o disposto acima, detém um vasto arcabouço institucional e legislativo sobre a temática retratada em todas as esferas públicas, sendo todas elas baseadas no Art. 225 da CRFB. Entretanto, apesar da existência de inúmeros dispositivos jurídicos de natureza ambiental ser uma característica das sociedades “pós-modernas”, cuja função principal é resguardar às variedades e singularidades referentes ao potencial natural do território brasileiro, bem como institucionalizar os padrões de uso e ocupação com fulcro nos detentores do capital e proteção das comunidades tradicionais.

Apesar da vasta quantidade e qualidade das normas referentes à manutenção e preservação ambiental no intuito de alcançar o efetivo ordenamento territorial nos espaços urbanos e rurais brasileiros, como já fora mencionado, tais serviços demonstram-se insuficientes, apresentando lacunas e realizando-se, muitas vezes, de forma precária, por terem sua origem na autorização do poder público e por seus órgãos competentes que, em muitos casos, negligenciam suas atribuições legais.

Assim, umas das mais significativas problemáticas postas à sociedade contemporânea se dá através da efetiva implementação dos princípios estabelecidos pela CFRB de 1988, presentes em seus Art. 21, inciso IX, e Art. 30, inciso VIII, que consagram o planejamento das atividades econômicas ao passo que almejam a desconstrução do fetichismo da mercadoria e o mercado, além da redução dos desequilíbrios regionais com base em suas peculiaridades produtivas através de seus usos, estabelecendo às entidades estatais suas respectivas competências supletivas

Art. 21. Compete à União:

[...]

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

[...]

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

[...]

É válido ressaltar que, sob o viés econômico, o desenvolvimento do território não ocorre de forma displicente, mas obedece a uma racionalidade do lucro e da expansão do capital; sob a ótica política, o espaço se configura pela lógica do planejamento e ordenamento, e no âmbito social, o território expõe os conflitos socioeconômicos, socioambientais, extremas desigualdades, disputas e diferenças.

As implicações jurídicas em face das comunidades sobre o efetivo planejamento propostos aos entes federativos, seja por parte da União, os Estados ou Municípios, conforme exposto por Monteiro (2007), representa a racionalização das ações políticas no que se refere ao planejamento territorial e gestão ambiental, no intuito de harmonizar as territorialidades ao desenvolvimento do capitalismo mercantil e industrial, que constroem complexas relações de processos produtivos e de cooperação entre os sujeitos.

A interação entre os agentes do capital, comunidades e populações interessadas, arcabouços legislativos e as características geoambientais³ específicas de cada território delimitam-se como a *forma* do espaço geográfico brasileiro. Diante desse conceito, Santos (1985) compreende o significado de *forma* como a parcela visível de um dado objeto, ou arranjo de objetos, que obedecem a

³ De acordo com a CPRM (2006), as Unidades Geoambientais (táxon menor) são constituídas pelos solos e cobertura vegetal e uso atual das terras, com a elaboração, dependendo das características regionais, dos demais temas: recursos minerais, formações superficiais, geoquímica ambiental, hidrologia, hidrogeologia, riscos geológicos, geofísica, solos, aptidão agrícola, unidades de conservação e pontos turísticos. Baseado nas informações dos temas levantados é apresentado na legenda, para cada unidade geoambiental, as potencialidades e fragilidades ao uso e ocupação frente às obras viárias e enterradas, minerais, águas, agricultura e turísticas.

padrões dominantes estipulados. A *forma*, portanto, pode ser considerada uma estrutura ou objeto que executam uma determinada função no espaço, elas também são dotadas de contornos e finalidades-funções.

Isso significa que cada objeto incorpora a materialidade dos fatores sociais que, inevitavelmente, lhes atribui valores sociais de maneiras particulares. Portanto, a percepção da *forma* possibilita a caracterização da própria localidade e de todos seus elementos constituintes como a morfologia, a vegetação e a hidrografia. Essa compreensão baseada na existência de diversos fatores torna-se um fator essencial no planejamento territorial dos municípios, a fim de evitar manifestações excessivas de poder e vulnerabilidades ambientais dos ecossistemas.

A crescente conscientização e participação política da população brasileira tem favorecido a disseminação de diversos planos de integração urbanística pautados em modelos do norte global, através da formulação de legislações específicas para cada localidade. Esta legislação objetiva o desenvolvimento socioeconômico e a mitigação dos impactos ambientais, por meio do manuseio adequado dos recursos naturais territoriais, atendendo a capacidade de suporte dos ecossistemas e o uso irrestrito de áreas destinadas para a conservação e proteção da rica biodiversidade e pluralidade cultural encontrada em todo o Brasil.

O desenvolvimento das atividades econômicas contemporâneas fomenta cada vez mais a relação entre o Direito e a Geografia, sob o viés do geoambiental, em quaisquer escalas de atuação pública, por meio da regulação dos usos dos territórios e recursos naturais. Segundo Fernandes (2008b), a área do Direito Urbanístico, por exemplo, tem o objetivo de prever, juridicamente, o dinâmico processo de desenvolvimento dos espaços urbanos e bem como os seus diversos padrões de uso e ocupação da terra.

Além disso, de acordo com Silva (1997), a respectiva matéria também pode ser interpretada como um desdobramento do Direito Público, por ter como base um conjunto de normas cuja função principal é organizar os espaços habitáveis e regulá-los, a fim de construir melhores condições de convívio às populações.

Nesse contexto, emerge a necessidade da abordagem conceitual relacionada ao uso formal, um dos focos deste trabalho, como a produção e materialização do espaço geográfico "pós-moderno" graças à racionalidade técnica e sistema regulador que se concretiza no território enquanto norma jurídica (CARLOS, 2011). Essa conceituação está diretamente atrelada à percepção de

ordenamento territorial, cujo objetivo encontra-se na formatação, regulação e conformação do próprio território pelos parâmetros legislativos de cada ente específico.

Tal conceituação expõe a importância da análise do máximo de interações sociais e elementos ambientais para que haja conformidade entre o uso formal e a materialidade cotidiana nos territórios, por meio da prática da conservação dos biomas e o levantamento de dados organizados sobre futuros espaços com potencial de se transformarem em áreas destinadas à proteção ambiental na forma da lei.

Salienta-se, ainda, que os procedimentos relacionados ao “uso formal” são concebidos, no âmbito municipal, através das normas de planejamento urbano que estão diretamente submetidas aos princípios e os ordenamentos jurídicos das esferas Estadual e Federal. Essas normas estão manifestadas pela existência de Leis Orgânicas e das Leis do Perímetro Urbano, por exemplo, são diretamente responsáveis pelos seus processos de zoneamento ambiental e a formulação de seus planos diretores que podem basear-se, inclusive, no Manual dos Padrões de Uso e Cobertura da Terra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que possui vigência federal.

Na perspectiva do Maranhão, por exemplo, dos 72 municípios que possuíam a obrigatoriedade legislativa para a elaboração de seus planos, apenas 24 tiveram suas leis efetivamente analisadas. Essa situação demonstra claramente a pouca efetividade na elaboração e aplicação desses planos diretores, além de enfatizar uma severa carência nas previsões que contemplem as especificidades locais e a não aplicabilidade dos instrumentos do Estatuto da Cidade em vigor, manifestada pelo chamado Uso Real.

A orientação de trabalhos científicos com foco na avaliação dos Planos Maranhenses em relação à manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado, segundo Burnett (2011), apontaram uma situação calamitosa referente à generalidade das legislações existentes traduzidas por um conjunto genérico de comandos e objetivos que, ao não atenderem os requisitos para inscrição dos Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano do Estatuto da Cidade, comprometem a eficácia dos planos diretores quanto à regulamentação da Preservação Ambiental nos municípios.

A respectiva situação favorece o surgimento de fragilidades estruturais nas ações públicas referentes ao solo urbano, principalmente, pela inexistência de canais institucionalizados de

gestão participativa e controle social da política urbana nos municípios. Essas circunstâncias apontam para a necessidade urgente de fortalecimento técnico das prefeituras municipais e a efetivação dos Conselhos das Cidades, essenciais para assegurar a preservação ambiental das cidades brasileiras (BURNETT, 2011).

O processo supracitado de elaboração desses planejamentos não tem gerado resultados práticos na formação de especialistas/estudiosos locais em relação ao gerenciamento ambiental e, como consequência, causa o distanciamento cada vez maior entre o *dever-ser* legislativo e o uso e ocupação das terras exercido na própria contemporaneidade.

Assim, de acordo com Burnett (2011), a inexistência de um corpo técnico com qualificação necessária no quadro funcional de diversas prefeituras brasileiras, durante a elaboração dos Planos Diretores, fez com que inúmeras legislações fossem feitas por equipes de profissionais externos ao município. Tal circunstância está refletida na semelhança encontrada nas estruturas, linguagens e proposições de muitos Planos, causando uma percepção de "receita genérica", aplicável a distintas realidades.

A análise referente aos dados estatísticos e socioeconômicos do Estado do Maranhão, por exemplo, possibilita a percepção das precárias condições gerais de vida das populações excluídas em diversos municípios. Esses fatores somados à baixa renda de grande parte da população, índices alarmantes de educação, saneamento básico e saúde, traduzem-se em um quadro refletivo na composição das cidades, bem como um padrão, muitas vezes, bem distante do idealizado pelos moldes globais.

Em desconformidade à situação ideal, existe uma demanda significativa na elaboração de serviços sociais e políticas públicas, entretanto há um insuficiente quadro de profissionais devidamente capacitados que, inevitavelmente, compromete ainda mais a realidade precária do planejamento urbano dos municípios brasileiros.

O TERRITÓRIO E A MATERIALIDADE DO USO REAL

Para muito além das situações de parâmetros legislativos ou de políticas de Estado, ressalta-se a existência de uma inter-relação entre a produção do espaço geográfico e seus agentes produtores por meio das manifestações econômicas, culturais e sociais que, envolvidos, favorecem a configuração socioespacial *real*, isto é,

possibilitam a produção dos territórios com base em um conjunto de conteúdos e construções humanas

[...] dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado, enquanto processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade, do espaço em seus descompassos, e, portanto, fundamentalmente, em suas contradições (CARLOS, 2011, p. 71).

Portanto, por definição, entende-se o Uso Real como uma série de práticas sociais dispostas no próprio espaço que conduz à realidade, práticas essas que originam todas as coisas que existem devido às vivências humanas e da caracterização do meio natural. O conjunto desses comportamentos, sensações, atitudes e desejos antrópicos sob as mais diversas vertentes se materializam diariamente nos diversos espaços geográficos, sob o prisma das relações econômicas e do desenvolvimento histórico, que refletem nos padrões contemporâneos de uso e ocupação da terra. Ou seja, a configuração relacionada ao fenômeno do Uso Real ocorre através dos próprios espaços antropizados à materialização do fenômeno urbano e rural.

Por isso, não é mais possível descartar das análises geográficas e legislativas quanto a integração necessária entre os processos e objetos de sociabilidade humana e os contextos históricos, além das manifestações e transformações do modo de vida das populações. As relações de trabalho e o modelo econômico vigente são fundamentais; as construções afetivas e familiares, de resistência, de dominação, religiosas, de lazer, assim como as demais interligações da organização social, seu funcionamento e interações.

As diversas modalidades previstas de uso da terra exercem bastante impactos sobre uma localidade, pois estes influenciam diretamente as características ambientais locais/regionais/globais como: desmatamento, assoreamento dos rios, acúmulo e descarte inadequado de resíduos sólidos, extinção da fauna e flora originais, entre outros. Por conseguinte, esse uso também pode modificar as características biofísicas do solo através dos processos erosivos, compactação, infiltração, níveis de matéria orgânica e estabilidade de agregados.

Destaca-se, ainda, que o novo momento político vivido pelo Brasil na década de 1980, traduzido pela chamada 'redemocratização' trouxe, conforme Campos (2002), a genuína preocupação pela inserção das discussões e dos conflitos ligados à

questão do uso da terra sob o viés da questão social, de produção e desenvolvimento histórico, trazendo consigo um crescimento considerável de estudos e publicações acerca das várias modalidades de usos como é perceptível na atualidade.

Nesse sentido, a intensificação das relações conflituosas surge em consequência do consumismo como característica principal do modelo econômico adotado, que visa suprir as necessidades da sociedade contemporânea, além de fomentar o gerenciamento, muitas vezes, irresponsável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, bem como através das configurações de ocupação humana inadequadas por não obedecer aos parâmetros ambientais estabelecidos na legislação ambiental vigente. Mediante o exposto, Rosa (2007), salienta que a expressão "uso da terra ou uso do solo" deve ser percebida e conceituada como sendo a forma pela qual o espaço geográfico está sendo ocupado pelo ser humano.

Além do breve conceito exposto anteriormente, é possível elencar a existência de inúmeras outras conceituações previstas ao Uso e Ocupação da Terra, inclusive a conceituação utilizada pelo IBGE (2013), que em consonância com as definições anteriormente propostas de Uso Forma e Uso Real, simboliza o melhor caminho para o levantamento, identificação e mapeamento do Uso, Cobertura e Ocupação, visando atingir os mais diversos tipos de interessados e propósitos, prevendo a reprodução da informação em diferentes escalas a fim de serem utilizados em vários níveis de organização e planejamento territorial, por exemplo.

Nesse sentido, Filho et. al. (2011, p. 171), aludem que o processo de "obtenção de informações detalhadas e precisas sobre o espaço geográfico é uma condição necessária para as atividades de planejamento e tomada de decisões", inclusive para a definição das modalidades de usos existentes e, também, para a criação das melhores soluções e mitigações quanto às problemáticas existentes entre os sujeitos interessados.

Portanto, as análises contemporâneas relacionadas aos processos de Uso e Ocupação da Terra no Brasil, devem, sobremaneira, propiciar o subsídio e o fornecimento de dados detalhados sobre os entes públicos estudados, com fulcro no incremento de políticas públicas já existentes e no fomento de futuras para a população, de maneira geral, possa adquirir uma melhor qualidade de vida através da manutenção do ambiente ecologicamente equilibrado, independentemente das escalas de atuação, além da sua periódica atualização, aprimoramento e aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação e a caracterização das modalidades de Uso e Ocupação das terras dispostos em uma determinada localidade possibilita a delimitação das atividades antrópicas mais relevantes presentes em um território, bem como as consequências ambientais decorrentes da crescente dinâmica socioeconômica oriunda da intervenção humana.

Nesse sentido, a compreensão referente às modalidades de Uso das terras não deve estar limitada apenas aos processos de ocupação em um espaço geográfico, mas abarcar a perspectiva da inter-relação de vários elementos presentes no território, como por exemplo: a relação entre as inúmeras forças produtivas e sociais construídas com base no modo de produção vigente, que influenciam diretamente nas formas de convívio e as especificidades locais, além da distribuição geográfica dos recursos naturais que condicionam, sem dúvidas, as formas da apropriação social e as transformações das feições paisagísticas.

A esfera político-administrativa por meio dos órgãos competentes, secretarias de gestão ambiental e do Ministério Público, por exemplo, configuram-se essenciais na elaboração e integração dos programas públicos, através da aplicação do planejamento participativo, ao levar em consideração o cumprimento dos princípios constitucionais e legislativos na figura do Uso Formal.

Essas ações governamentais deverão considerar as potencialidades e limitações de cada unidade geoambiental, assim como a compreensão da construção histórica territorial e, sobretudo, das legislações vigentes em qualquer esfera pública, principalmente as locais, a fim de elencar as alterações derivadas do uso real ao longo dos períodos históricos.

Assim, emerge a percepção da diferenciação regional presente em todo território, resultante das múltiplas determinações históricas, isto é, com base no tipo de povoamento; nos aspectos culturais; nas condições geoambientais e político-institucionais, que refletiram diretamente sobre as formações socioespaciais e nas vastas especializações produtivas dos espaços geográficos do sul global, além de levar em consideração os modelos oriundos do comércio globalizado e a relação centro-periferia.

Tais considerações sobre os aspectos ambientais e históricos supracitados enfatizam a real importância na delimitação dos agentes sociais e as suas atividades como o principal vetor de transformações sobre o território, principalmente, no que diz respeito aos processos de Uso e Ocupação das terras no território brasileiro. Essas atividades antrópicas não regulamentadas por legislação geral ou específica, como ocorre em diversos locais do Brasil, agravam os processos de degradação ambiental, seja pela intensificação dos processos erosivos; degradação do solo; atividades agrícolas irregulares, por exemplo.

Além disso, salienta-se a situação da insuficiência de programas e ações governamentais efetivas por parte da administração pública que favorecem a precariedade de infraestrutura e saneamento básico em diversas cidades, que influenciam diretamente sobre a problemática da vulnerabilidade ambiental.

Portanto, para que haja uma conformidade entre a aplicação do Uso Formal em função do Uso Real sobre um território, se faz necessária a elaboração e o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao disciplinamento da ocupação humana e utilização dos recursos naturais de forma adequada, sobretudo, em porções de alta vulnerabilidade ambiental ao levar em consideração as condições impostas pelo próprio meio natural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BURNETT, F. L. **Da Tragédia Urbana à Farsa do Urbanismo Reformista: a Fetichização dos Planos Diretores Participativos**. São Paulo: Annablume, 2011.

CAMAGNI, R. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città. Teoria, politiche e analisi nell'area padana**. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.

CAMPOS, N. J. **Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina**. Geosul, Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 17, n. 34, 2002. p. 01.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 71.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Mapa de Geodiversidade do Brasil**. Escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra. La geografia umana tra mito e scienza**. Milano: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, G. **Sul crocevia della territorialità urbana**. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). I futuri della città – Tesi a confronto. Milano: Franco Angeli, 1999.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018a.

FERNANDES, E. **Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil**. Cap. 3. Cap. 2. In.: VALENÇA, M. M. (org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008b, p. 41-62.

FILHO, F. L.; GOMES, C. É. R. F.; NUNES, O. O., FILHO J. B. L. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Rosário**. Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Uso da Terra**. Manuais Técnicos em Geociências. Nº 7. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LIMA, L. C. **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine**. Paris: Edition du Seuil, 1998.

MONTEIRO, C. M. G. **O planejamento: algumas considerações**. Etc, espaço, tempo e crítica/UFF, nº 1, vol. 2. Rio de Janeiro, 2007.

PORTUGAL, G. (1992). **Recursos naturais**. Disponível em: Acesso em: 11 de outubro de 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto**. Uberlândia: Ed. UFU, 2007. p. 163.

SANTOS, M. Cap. 4 – **Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico**. In.: SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, V. S. **Análise Ambiental Integrada do Componente Solo como Subsídio para Avaliação da Sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Tenente Amaral em Jaciara - Mato Grosso – Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração: Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SAQUET, M. A. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002 [1996].

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015 [2011].

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, M. A. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347 - 355, 2018.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico brasileiro**. 3ªed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.



A NOVÍSSIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA: CONFLITOS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA E O LESTE MARANHENSE

Luís Fabiano de Aguiar Silva

INTRODUÇÃO

O território presente revela um espaço apropriado e especializado, da monocultura, do maquinário, do desmatamento, tempo rápido ditado pela competição e acumulação do capital, um fenômeno recente e o título de novíssima fronteira agrícola caracterizam a face moderna do leste maranhense, em especial a microrregião de Chapadinha.

No entanto, o processo de ocupação pretérita desse território é marcado pela forte presença de povos de diferentes origens, indígenas, escravos fugidos ou alforriados e camponeses, organizados segundo uma racionalidade que combinavam o uso comum, preservação das terras, florestas e mananciais. Tempo lento do arado de tração animal, da criação de *miunças*¹, do extrativismo, da caça e cultivo de subsistência, desenvolviam uma economia própria e autossuficiente.

O processo de ocupação e colonização do território maranhense, inicialmente de conquista francesa (1612-1615) e posterior consolidação portuguesa (1616-1823), não fazem do estado maranhense uma exceção, considerando as conquistas de outras áreas do território brasileiro, que para garantir esse domínio tiveram a árdua missão de vencer a resistência dos verdadeiros donos da terra – os indígenas.

Os colonizadores, para dispor do “braço” indígena e atender a seus interesses e mesquinhos privilégios, desenvolveram meios de maneira alguma pacíficos, providos de armas, impunham

¹ Pequenas criações de suínos, aves, caprinos e ovinos.

mediante a força e sujeição religiosa inúmeras nações indígenas no território brasileiro e maranhense, à escravidão, negando a existência das culturas e dos saberes (i)materiais locais (SAQUET, 2019).

Saquet (2019) também lembra que o processo de colonização nega a existência das culturas e saberes locais, totalmente varridos a partir de uma práxis de subordinação, exploração, dominação e degradação da vida.

O homem, cerne da preocupação dos colonizadores, recebeu toda atenção, embora espelhada em interesses imediatistas. Os jesuítas, escudados na religião, procuraram atraí-lo para a fé cristã prometendo-lhe a salvação e impingindo-lhe uma nova cultura. O colono, pela necessidade de mão-de-obra para atender a seus serviços e fortalecido pelo poder bélico de que desfrutavam, procurou escravizá-lo. Em ambas as situações era o indígena simples objeto de disputa (FEITOSA, 1983, p. 21).

Contudo, antes do processo de colonização, diversas tribos indígenas manifestavam o pensar e o agir em suas territorialidades e temporalidades, opostas ao movimento de expansão territorial capitalista eurocentrado e colonial concretizado a partir do século XVI.

Quando franceses e portugueses realizam as primeiras incursões pelo litoral maranhense, se deparam principalmente com os índios Tupinambás, que viviam sedentários em aldeias muito populosas que, entretanto, mudavam de residência por necessidade de novas áreas de cultivo, caça e pesca. À época da efetiva ocupação do território maranhense, os portugueses distinguiam entre os indígenas da civilização Tupi-Guarani, e os demais grupos consanguíneos, os chamados Tapuias, da família Jê² (ASSUNÇÃO, 1988).

Feitosa (1983) menciona que os Jês habitavam o interior do território, especificamente os interflúvios do nordeste, leste, sudeste e centro-sul e sudoeste, a montante dos cursos dos rios

² Em território brasileiro, os Jês foram encontrados distribuídos de norte a sul ocupando o interior do país. Eram nômades e se alimentavam quase exclusivamente da caça, pesca, raízes e larvas. Não desenvolviam atividades agrícolas sistematizadas, mas semeavam o milho e voltavam na época da colheita (FEITOSA, 1983, p. 83).

Mearim, Grajaú e Pindaré. E, também, ocupavam a margem esquerda do rio Parnaíba e áreas circunvizinhas.

É importante o registro acerca da existência de aldeias indígenas no leste maranhense, em razão de sua datação, encontra-se em carta de datas e sesmarias emitida por D. Fernando Antônio de Noronha, tenente coronel de exércitos, governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e Piauí ao Rei de Portugal, D. Pedro II.

Por volta de 1795, o governador D. Fernando de Noronha informava sobre a existência de aldeias do grupo Anapurus em áreas que, segundo Gaspar (2013) se localizariam as futuras vilas de Brejo dos Anapurus e São Bernardo da Parnaíba. "Faço saber aos que esta minha carta de data e sesmaria virem [...] há por bem conceder em nome de Sua Majestade, ao diretor, principal e índios do lugar Brejo de Anapurus três léguas de terra em quadro, segundo as reais ordens" (MARQUES, 1870, p. 96).

Também de acordo com Assunção (1988), as planícies litorâneas e fluviais, que compreendem os rios Itapecuru e Parnaíba foram povoadas por diferentes grupos indígenas. No litoral, pelos Tremembé; os Acararé, no rio Preguiça; os Araiões e Anapurus, no rio Parnaíba; os Barbados, Gamelas e Tupinambás no rio Itapecuru e adjacências e os Uruati, Guanaré e Caicases mais próximo ao rio Munin. Por sua vez, Paula Ribeiro (1848) em seu roteiro de viagem as fronteiras da capitania do Maranhão, registra a presença de nações indígenas, dentre as quais cita as nações Gamela e Timbiras nas vizinhanças das vilas de Caxias, Codó e Itapecuru Mirim.

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO INDÍGENA MARANHANGUARA

A territorialização dos grupos indígenas, tendo sua localização circunscrita principalmente no leste maranhense, sucintamente descrita, revela um pensamento indígena, de saber singular, revelando as territorialidades e temporalidades, frente ao movimento de colonização europeia. Nesse território, habitavam os indígenas Anapurus-mirins e Anapurus-açus, do tronco Tupi, dedicados mais à lavoura que à caça e à pesca, cuja primeira notícia data de 1684 (LAGO, 1989).

As tradições indígenas, os ritos, mitos, crenças englobam uma série de conhecimentos, um saber, uma ciência que deriva da observação e experimentação, oposta ao saber opressor. Poderíamos apresentar muitos exemplos da tradição indígena

maranhense, contudo destacamos a contribuição dos tupinambás, sobre a lavoura de mandioca, uma tradição cultural que ressoa a base alimentar de muitas comunidades tradicionais, a descoberta de que retirando o veneno da mandioca (ácido prússico), esta se torna comestível (MELATTI, 1970).

Pensamos que é bastante plausível identificar e enaltecer valores do pensamento indígena, como centralidade que se dá ao homem como ser social e natural (em íntima relação de unidade dialética), pois os indígenas têm noção dos tempos da natureza, do cosmos e dos homens, juntamente com a importância de cada lugar e das suas comidas, famílias, ritos e mitos (SAQUET, 2019, p. 41).

Essas nações estavam em estágio agrícola avançado, cultivavam o algodão, com o qual teciam saiotas, tangas, redes de dormir e de pescar, cordas para arcos e fios para pendurar adornos. Também produziam a farinha, após a colheita da mandioca (FEITOSA, 1983). Os tupi-guaranis, por exemplo, foram denominados, segundo a literatura, de horticultores, porque praticavam pequenas roças e hortas de milho, feijão, pimenta, tomate, banana e tabaco (FEITOSA, 1983; SAQUET, 2019).

As habitações eram construídas de palha ou de taipa, segundo os saberes de certas tribos e recursos naturais disponíveis. Entre os oleiros eram comuns construções com galerias e formato quadrangular ou cônico, sempre habitadas coletivamente.

O imenso território, reunindo os campos cerrados, incluindo o leste maranhense, povoados por diferentes tribos, foram esquecidos e durante muito tempo considerados improdutivos pelos colonizadores europeus. Todavia, a heterogeneidade ecológica e biológica dessa formação já de longa data era conhecida por estes povos.

Para Conti e Furlan (2003), os caiapós conhecem perfeitamente os períodos de chuvas e secas, o uso adequado das queimadas e domesticando várias plantas desta formação possuem uma taxonomia própria. Em comunidade, desfrutavam de inúmeras fontes naturais que atendiam suas demandas domésticas.

Favorecidos pelo clima, abundância hídrica, solos férteis e uma fauna rica e diversificada, possibilidades e potencialidades estas para viver mais e melhor, com saberes e sabores, criadores de identidades e valores, territórios, territorialidades e temporalidades comunais e coletivas. Estilo específico de vida,

“considerando a relação homem-terra efetivada, histórica e geograficamente, com um conteúdo mítico e de integração sociedade-natureza” (SAQUET, 2019, p. 35).

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO, DEPENDENTE E EXPLORADORA DO TERRITÓRIO

A ocupação do território maranhense e sua colonização desenvolveu-se por meio de três frentes de expansão espacial e temporalmente distintas, pelo litoral, sendo o ponto de partida o golfeão maranhense, outra pelo sertão, no planalto, seguindo o vale do rio Parnaíba, e a última corrente dos migrantes da seca. A primeira tem como eixo econômico o modelo agroexportador. A segunda, a pecuária extensiva, de comportamentos socioculturais bem definidos, a terceira resultante da frente de expansão dos migrantes fugindo das secas (TROVÃO, 2008). Assim ocorre, no tempo e no espaço, o processo de apropriação privada de terras no leste maranhense e principalmente na microrregião de Chapadinha, mediante as ramificações destas correntes supracitadas.

As ramificações da corrente litorânea levaram a ocupação dos vales do rio Munin e Iguará, ocasião em que foram feitos contato com as tribos Caicazes, Guanarés, Guanazes e Barbados. O avanço desta em direção ao leste, deu-se principalmente pela proximidade com o Piauí, mediante a navegação destes cursos, assim como “garantia a segurança do transporte de ouro das áreas de mineração, que percorriam estas hidrovias para chegar a São Luís, para o que se fez necessário a construção da fortaleza do Iguará” (TROVÃO, 2008, p. 16).

O processo de colonização, por meio das correntes de ocupação do litoral e pastoril, avançou para o interior do território de maneira bastante esparsa e pontual. Segundo Trovão (2008) não transformou o conjunto da paisagem, formada por um grande vazio demográfico, dominada pela fauna e flora.

A frente litorânea, dita propriamente maranhense, e, que deu origem a “civilização” do babaçu (TROVÃO, 2008), do arroz e do algodão, até o final do século XIX havia alcançado somente os vales inferiores e médios do rio Itapecuru e os vales inferiores dos rios Pindaré e Turiagu. E, quanto à frente dos criadores de gado, assim como a abordada anteriormente, serpenteava os cursos fluviais, e, apesar de ter avançado até os vales úmidos dos rios Mearim e Grajaú, assim como a pré-amazônia maranhense, se fez de maneira superficial. Em comum, além da superficialidade desses

processos de ocupação, essas correntes estavam separadas por um grande vazio demográfico (TROVÃO, 2008).

O imenso território formado por uma significativa mancha de cerrado, que se estendia desde os limites do extremo leste maranhense em direção as chapadas ao sul, próximo ao atual município de Balsas, incluindo faixas de terras do estado piauiense, além da existência de inúmeras nações indígenas, abrigava também grandes fazendas de gado pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, chamadas de Santo Agostinho, Bacuri e Sambaíba. Com a desagregação dessas propriedades, nas primeiras décadas do século XX, tem início a chegada das primeiras levas de trabalhadores nordestinos que sofriam as contradições da estrutura agrária e com as longas estiagens (MARQUES, 1870; GASPAS, 2013).

A esse respeito Trovão (2008, p. 24) afirma que:

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de absorção de mão-de-obra no próprio nordeste usaram como 'portas' de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas através do Vale do Parnaíba, tendo como entradas Floriano e Teresina.

Assim, provenientes dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia, esses migrantes da primeira ou segunda geração encontram em terras maranhenses aquilo que não dispunham em sua terra natal, condições favoráveis ao sustento familiar, quais sejam: terras abundantes, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido.

Para Assunção (1988) a partir da segunda metade do século XVIII, as secas devastam o sertão, acabando com o tropel e a indústria local da carne seca, assim a grande seca da primeira metade do século XIX favoreceu a chegada de levas e mais levas de migrantes no Maranhão.

E, segundo alguns depoimentos Assunção (1988; 2015) vincula a migração nordestina no século XIX à guerra, pensando na eclosão e extensão da Balaiada como movimento migratório, e assim afirma que:

Os milhares de nordestinos, que se juntaram e eventualmente se misturaram como os caboclos, os escravos alforriados e

seus descendentes, contribuíram para a formação de uma classe camponesa particularmente vigorosa no Maranhão oriental, que veio a constituir a base principal da revolta na área. Em contrapartida, o campesinato do Maranhão ocidental era constituído, na época, sobretudo por 'índios domésticos', menos aculturados que os camponeses do golfo maranhense, núcleo antigo da colonização (ASSUNÇÃO, 2015, p. 104)

Essa corrente migratória, formada sobretudo por indígenas desaldeados, escravos fugidos ou alforriados e migrantes nordestinos, principalmente, cearenses e piauienses foram responsáveis pela formação de inúmeros povoados, gênese do campesinato no leste maranhense (ASSUNÇÃO, 1988; 2015).

O processo de territorialização dos segmentos camponeses mencionados, próximos ou mesmo dentro das grandes unidades produtivas, desenvolvem práticas socialmente organizadas de uso comum da terra, formando uma economia autônoma e independente do modelo colonial, designadas de *terras de preto*, *terras de índio* e *terras de santo* (PAULA ANDRADE, 1995; 2012; SOUZA FILHO, 2008).

TERRITÓRIOS SOBREPSTOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E A ESTRANGEIRIZAÇÃO HEGEMÔNICA

Durante pesquisa de campo, para elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas no âmbito do processo que ficou conhecido como seminário consulta carajás: desenvolvimento ou destruição? Paula Andrade (1995, p. 34) identifica a presença de ao menos sete segmentos camponeses no leste maranhense, a saber:

[...] os pequenos proprietários, que detêm o título da terra, em geral os homens mais velhos; os herdeiros da terra de herança sem partilha; os parentes desses herdeiros que, embora não tenham direito à terra permanecem morando e cultivando nas terras dos parentes, nos limites do povoado; os parentes desses herdeiros que apenas residem nos limites desses povoados, mas pagam renda para cultivar em outras terras, de latifundiários ou de outros pequenos proprietários; os herdeiros de terras de herança que pagam renda para cultivar a terra em outras propriedades, quando suas terras encontram-se exauridas, ou que os limites do povoado só comporta as residências; os moradores de terras de preto, que usufruem em comum; os herdeiros, ou pequenos proprietários

que ocuparam terras de chapadas limítrofes às propriedades, tornando-se também posseiros.

A territorialização desses diferentes grupos camponeses ocorre a partir da organização das primeiras famílias em povoados, instalados as margens e áreas úmidas dos cursos fluviais, de diferentes denominações: rios, riachos, braços de rios, lagos, córregos, grotas e brejais, que neste caso específico compõem a bacia hidrográfica do rio Munin.

Praticam uma agricultura para o consumo familiar, com os cultivos de mandioca, arroz, feijão e milho, somados a extração do mel e, especialmente das frutas nativas do cerrado, o bacuri e o pequi, assim como a caça, pesca e criação de animais de pequeno e grande porte em áreas denominadas de chapadas, baixões e capões, áreas pertencentes ao cerrado (PAULA ANDRADE, 1995, 2012).

Esses espaços são apropriados há mais de um século pelos diferentes segmentos camponeses e extrativistas da região e servem de trechos de circulação de pessoas e mercadorias entre um povoado e outro e entre povoados distantes das estradas de acesso às sedes dos municípios. São locais, também destinados a retirada de madeira para a fabricação de peças de artesanato nativo vendidas em povoados locais ou municípios da região, o que acaba complementando a economia doméstica desses grupos (GASPAR, 2013, p. 77)

As chapadas correspondem as áreas altas e limpas, ou seja, com a presença de árvores espaçadas e que, historicamente não foram apropriadas para agricultura e sim para a criação de animais e extrativismo. Os baixões e capões são as áreas indicadas para as atividades agrícolas. O primeiro é formado por terrenos mais baixos inundáveis e alagadiços, mediante a passagem de afluentes alimentados pelas cheias dos rios no período das chuvas. O último é composto por pequenos trechos de mata fechada, destinadas ao cultivo local.

A economia camponesa, nessas regiões, expressa justamente, a articulação entre a apropriação de áreas agricultáveis e de áreas de chapadas, de morros, de carrasco, onde praticam outras atividades econômicas. O chamado capim agreste, que nasce espontaneamente nas chapadas, no início das águas, por exemplo, é fundamental para criação do gado dos

camponeses e também dos grandes proprietários (PAULA ANDRADE, 1995, p. 39).

Neste sentido, de maneira geral, os diferentes grupos camponeses secularmente estabelecidos no leste maranhense, constituíram um estilo de vida singular, ancorados em regras de harmonia, cooperação, solidariedade, diálogo e de interação com a natureza exterior

[...] a identidade desses grupos parece assentar-se sobre o controle dos recursos básicos, onde a roça parece articular todo o sistema de relações sociais e com a natureza. São fortes os depoimentos onde a roça aparece como mãe e os trabalhadores como seus filhos, ou seja, a identidade face a agentes externos, sejam os comerciantes ou a empresa, é calcada sobre as relações que estabelecem com a terra e demais recursos básicos via trabalho familiar (PAULA ANDRADE, 1995, p. 34).

O modelo de economia própria, autossuficiente e de uso comum presente em extensas áreas de chapada, na qual se beneficiavam todos os segmentos camponeses do território aqui exposto, passam a ser açambarcadas gradativamente por capitais provenientes do centro-sul e sul do país, como afirma Campos (2015, p. 166).

[...] as populações tradicionais e suas características inter-relações de aspectos de caráter privado, conjugados, a formas de uso comum, foram sendo gradativamente pressionadas e excluídas do processo geral da economia nacional. Assim, as várias fases de transformação e expansão do modo de produção dominante, aprofundado com o capitalismo, têm pressionado aquelas populações e suas formas de uso comum (CAMPOS, 2015, p. 166)

As constantes transformações que o meio rural brasileiro tem sofrido, como já mencionamos brevemente, remontam ao período colonial. Estas mudanças se alteram no espaço-tempo segundo os vários interesses em jogo, em especial os de procedência econômicos ligados ao modo de produção dominante em cada momento.

Para Gama e Leite (2017), historicamente, o rural brasileiro, se configurou de forma desigual e excludente. Primeiro, por sua estrutura fortemente marcada pela concentração fundiária.

Segundo, pela marginalização e precarização de grande parcela da sociedade. Esta configuração se enraizou de tal forma, que se tornou uma estrutura a determinar, ainda hoje, a natureza das políticas públicas para o meio rural brasileiro.

Nesse sentido, corrobora Gonçalves Neto (1997), ao dizer que as medidas governamentais brasileiras ao longo do tempo trabalharam para a formação de um modelo de modernização agrícola desigual, que sempre esteve a serviço dos grandes proprietários de terras e às culturas destinadas ao mercado externo que pesem na balança comercial, em detrimento das culturas alimentícias.

As grandes transformações econômicas ocorridas após meados do século XX provocaram, tanto a nível mundial quanto brasileiro, um constante e pronunciado processo de mudanças no meio rural. Seguindo uma dinâmica influenciada pela conhecida 'Revolução Verde', é aprofundada pelo neoliberalismo econômico e a chamada globalização. O reaquecimento de uma economia, em países como o Brasil, de exportação de produtos agrícolas (in natura e/ou transformados), dominados por commodities (de domínio nacional, mas também estrangeiro) caracterizados por imensos latifúndios, fez mudar grandes áreas da paisagem rural brasileira, as quais passaram a ser dominadas por plantações de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café, entre outras (CAMPOS, 2015, p. 166)

A fronteira agrícola é um dos principais elementos que compõem a questão agrária brasileira na atualidade. No Brasil, historicamente a ocupação de novas áreas ao longo do seu território tem como características a intensificação da mecanização, degradação ambiental, concentração fundiária e êxodo rural, que se materializam num processo social-territorial contraditório.

A mundialização da economia promove o avanço tecnológico e as transformações no rural, que afetam o trabalho e os meios de produção, entre os quais a terra. Os reflexos sobre o espaço rural se dão através da expansão das forças produtivas, que compreendem o capital, a tecnologia e a divisão social do trabalho, criando articulações e relações de interdependência e subordinação entre os lugares. [...] Incrementou-se o trabalho sazonal, a flexibilização e a terceirização de atividades. Ocorreu a padronização de processos técnicos, o produtivismo e a consolidação dos complexos agroindustriais. Com isso, as experiências e os conhecimentos tradicionais

diversificados dos camponeses vêm sendo, em grande medida, substituídos por condutas técnicas e padronizadas, ou seja, dá-se a subordinação do trabalho ao capital, acarretando exclusão social e êxodo rural (DE DAVID, 2010, p. 40).

A implantação do pacote tecnológico para a agricultura, mediante a expansão dos agentes empresariais, levou à desestruturação dos territórios camponeses mediante a aquisição fraudulenta de terras, desmatamento do cerrado e expropriação das comunidades tradicionais.

A expansão do capitalismo parasitário em direção a esse território, se processa de maneira contrária as demais áreas de fronteira agrícola, ou seja, de forma pacífica, sem uso explícito de violência, nos conflitos em torno da posse da terra. Tão certo que, a entrada de pequenos e médios proprietários oriundos do sul do país e demais grupos interessados na terra se faz por meio da compra, ainda que fraudulenta e com aval do Estado (PAULA ANDRADE, 2008).

A expansão da agricultura comercial é um fenômeno recente, a monocultura de soja se faz presente no estado maranhense no final da década de 1970. Contudo, os primeiros dados gerados estatisticamente como indicador de produção, registrados na Produção Agrícola Municipal – PAM do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE datam do ano agrícola de 1977/1978.

Assim, na década de 1990, a sojicultura ganha força, precisamente nos municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba, na mesorregião sul (CARNEIRO, 2008). E, no final do século XX se consolida, dando início ao processo de expansão para outras regiões do estado, abarcando, principalmente, as áreas de cerrado do centro e o leste maranhense (CARNEIRO, 2008).

Enquanto, no sul do Maranhão a produção de soja em larga escala justifica a instalação de unidades de processamento de soja. Em 2006 o leste maranhense foi responsável por 10% do total de soja plantada no Estado, fazendo com que esta região fosse eleita pela mídia nacional como uma novíssima fronteira da produção de soja nacional (NOGUEIRA, 2015).

Nesse sentido, para, Gaspar (2013), o boom da sojicultura, isto é, a produção de soja em larga escala e intensificado pelos incentivos fiscais federais através de programas oficiais destinados

à promoção do desenvolvimento da produção agrícola nas áreas de cerrado.

A concretização da mesorregião sul maranhense, reconhecida nacionalmente como principal polo de produção de soja no Nordeste, parece bastante clara. Mas também, na mesorregião leste, sobretudo, na microrregião de Chapadinha, um aumento expressivo a cada ano, viabilizado graças a diretividade governamental e inserção desse território à política econômica global, passando a dispor das benesses do capital financeiro.

Dessa maneira, o processo de especialização produtiva coloca em evidência as duas áreas como foco, o sul maranhense, já consolidado, e o Leste em processo de expansão. Assim, ainda que a soja apresente uma dinâmica produtiva distinta tanto no sul maranhense, quanto no Leste, em comum esses territórios têm à participação nessa atividade de agricultores sulistas, chamados localmente de gaúchos (GASPAR, 2013).

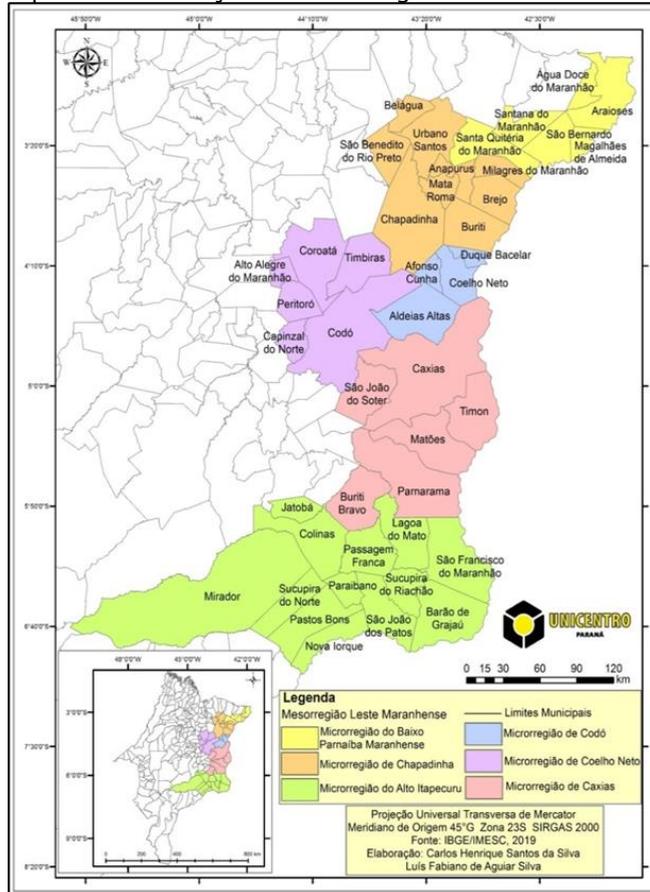
Os gaúchos – são migrantes de forma não diferenciada, provenientes, principalmente, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná dedicados ao empreendedorismo agrícola, com ênfase na produção de soja. No Maranhão, a porta de entrada é a cidade de Balsas, implantando um modelo de agricultura em bases empresariais em meados da década de 1970 (PAULA ANDRADE, 2008, FERREIRA, 2008).

Por sua vez, porta de entrada para as chapadas e cerrado do leste, é a microrregião de Chapadinha, sobretudo, as cidades de Anapurus, Chapadinha, Brejo, Mata Roma e Buriti, um horizonte de terras de baixo custo, ações de grilagem e protagonismo agrícola, um “eldorado” (GASPAR, 2013, 2018; COSTA, 2017).

A espacialização da pesquisa se assenta na Proposta de Regionalização para o Desenvolvimento do Maranhão elaborada pelo IMESC (2015) desenvolvida a partir da classificação do IBGE, à qual fazemos uso da divisão do Estado do Maranhão em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. A mesorregião Leste Maranhense (Mapa 01), tal como classificada é composta por seis microrregiões geográficas: Chapadinha, Coelho Neto, Codó, Caxias, Baixo Parnaíba Maranhense, Alto Itapecuru. Constituída por 44 municípios abrangendo uma extensão territorial de 70.606,230 km², e uma população de 1.336,005 habitantes (IBGE, 2010). E, apesar da recente classificação do IBGE (2017) em regiões intermediárias e imediatas, optamos por utilizar a primeira, a regionalização do IMESC, que acompanha a desenvolvida pelo IBGE (2010), acerca da

divisão do território, e, sobretudo, contempla as peculiaridades do território maranhense, ausentes na classificação oficial.

Mapa 1 – Localização da Mesorregião Leste Maranhense



Esse território se estende à divisa com o Piauí, limitado em toda sua extensão pelo Rio Parnaíba. Apresenta zonas geomorfológicas de contato entre os biomas cerrado e caatinga. O cerrado recobre todo o leste maranhense, nos municípios de Barreirinhas, Urbano Santos, Mata Roma, Chapadinha, Vargem Grande, até as chapadas ao sul, nos municípios de Balsas, Riachão e Carolina. Tradicionalmente ocupado por atividades tradicionais, instalada a séculos, nesse território, vem cedendo rapidamente

espaço para a produção extensivas de grãos, devastando o cerrado e ocupando o relevo aplainado das chapadas.

Nesse sentido, a expansão da sojicultura no cerrado maranhense se deve, sobretudo, a diretividade governamental, através de incentivos oferecidos e ao investimento feito pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, na região, desde o início dos anos 1990, quando lança o “Programa Corredor de Exportação Norte”, tendo por base os resultados de pesquisas da EMBRAPA e apoio financeiro de bancos nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS (FERREIRA, 2008). A finalidade era o “desenvolvimento econômico e social” das regiões sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e nordeste do Tocantins (MATOPI).

Segundo Campos (2015, p. 180), isso mostra uma parte marcante da expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados brasileiros que:

[...] Através de médios e grandes capitais vindos do Sul e Sudeste, e também de capitais multinacionais, que se aproveitam de um baixo valor pago a terra, combinado com uma conjuntura internacional favorável a grandes produções agrícolas voltadas a exportação. E, não menos importante, à ação, interesse e incentivo por parte do Estado.

Para, Carneiro (2008, p. 86):

A base para esse desenvolvimento seria: a) a existência de dois milhões de hectares de cerrados inexplorados (nos termos do documento: “não explorados racionalmente”), b) o reduzido custo do transporte da produção sojícola, graças à existência das ferrovias Norte-Sul, Carajás-Ponta da Madeira e, c) o baixo custo de operação do porto de Ponta da Madeira, em São Luís/MA.

Quando a monocultura da soja ganha impulso no Leste Maranhense, sobretudo na microrregião de Chapadinha, outros projetos agroindustriais já haviam adentrado naquela região, como a produção de eucalipto para a obtenção de matéria-prima para a fabricação de celulose e carvão vegetal, realizada nos municípios de Urbano Santos e Belágua (CARNEIRO 2008).

[...] o processo de expansão do agronegócio nessa região antecede em pelo menos duas décadas a entrada da sojicultura. Essa expansão está relacionada: a) com a implantação dos plantios de eucalipto, no início dos anos 1980, no município de Urbano Santos, pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda, empresa do grupo Suzano de papel e Celulose S/A e, b) com o início das operações, no final da década de 1980, em toda a microrregião de Chapadinha, da empresa Maranhão Reflorestamento Ltda (Marflora), empresa encarregada da extração de carvão vegetal para a produção de ferro gusa pela empresa Margusa, situada no município de Rosário (atualmente Bacabeira) (CARNEIRO, 2008, p. 89).

Esses empreendimentos necessitavam de grandes extensões de terras, que seriam adquiridas, geralmente, junto às famílias rurais por meio de compra, levando-as a se deslocarem para as cidades, onde necessariamente deveriam mudar suas atividades e seus modos de vida para obterem a sobrevivência de suas famílias.

As comunidades tradicionais, que vinham residindo e praticando uma economia singular (agricultura, pesca, extrativismo e criação de animais) em áreas denominadas de terras soltas ou fundos de terra, passaram a ser expropriadas em nome de um desenvolvimento e de manejo sustentado, com aval dos órgãos ambientais. Apesar de praticarem uma agricultura dita atrasada, devastaram bem menos do que a Marflora em apenas quatro anos após sua instalação (PAULA ANDRADE, 1995).

A partir da chegada desses empreendimentos, haverá a destruição e o desaparecimento desses segmentos sociais e, com eles, igualmente, dessas chamadas 'sobras de terras'. Sobras essas que compunham um sistema de apropriação dos recursos da natureza fundado em uma outra lógica. Lógica atrasada, voltada ao passado, dirão os planejadores e planejarão e legitimarão a destruição, apesar dos funcionários honestos e bem interessados dos órgãos públicos (PAULA ANDRADE, 1995, p. 63).

Ainda sobre esses empreendimentos e sua legislação consultada, após levantamento realizado por Shiraishi Neto (1995, p. 71) em cartórios de registro de imóveis dos municípios das microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense, verificou-se que:

[...] um grande processo de aquisição e registro irregular de terras – públicas ou não – está sendo posto em prática pela MARFLORA/MARGUSA. Coniventes ou não com a forma de aquisição e registro alguns serventuários de justiça participam. [...] Assim, o processo de aquisição e registro de terras nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense, que legitimam, de certa forma, a total destruição do cerrado e da economia dos pequenos produtores são, no mínimo, irregulares e ilegais.

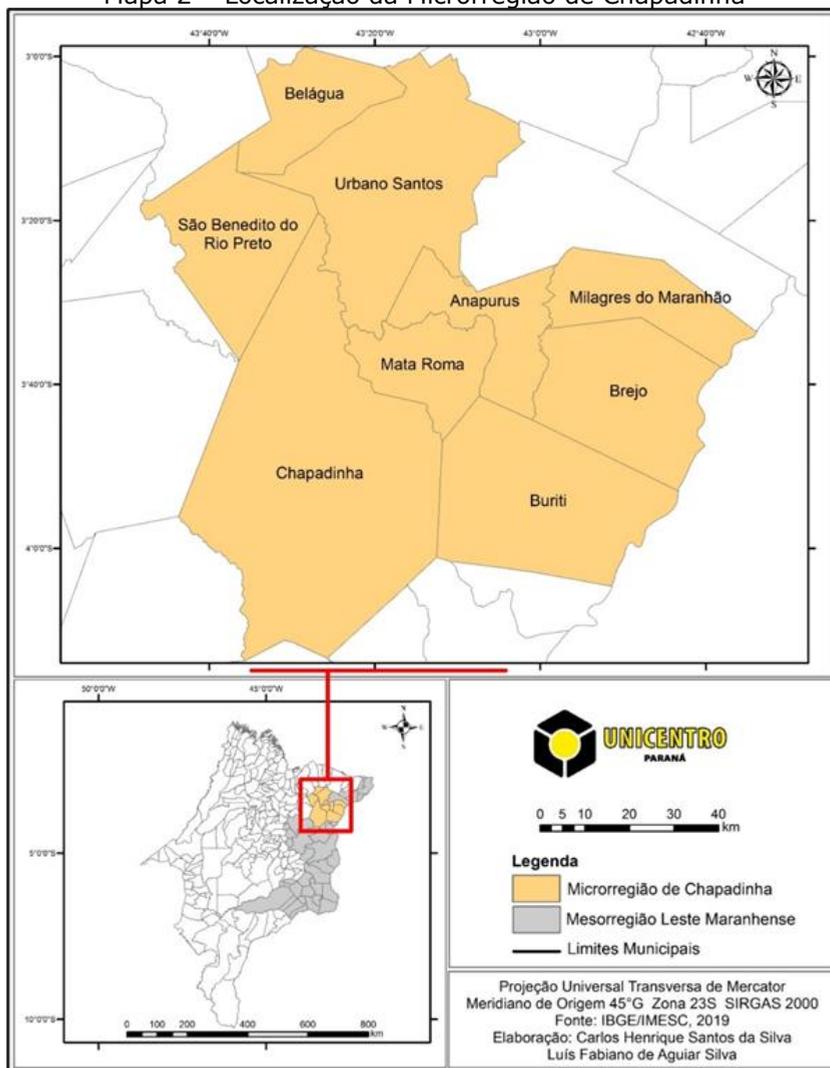
Assim, com a inserção de forma definitiva do cultivo de soja na região, por volta do final da década de 1990, manteve-se esse modelo de aquisição de terras e expulsão das famílias camponesas para as cidades. Ainda segundo Carneiro (2008), devido às atividades envolvidas nessa monocultura, como a pulverização dos campos de plantio e a derrubada das áreas de mata, através o chamado “correntão”, esse padrão foi intensificado através da inserção de novos tipos de conflito.

Assim, atualmente a mesorregião leste, e em especial a microrregião de Chapadinha constitui um importante polo produtor de soja, a novíssima fronteira agrícola do Estado, com destaque para os municípios de Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Buriti e Brejo.

Chapadinha (Mapa 02), uma das seis microrregiões que formam a mesorregião leste maranhense, apresenta uma extensão territorial de 10.030,543 km² e uma população absoluta de 219.825 habitantes (IBGE, 2010). Além dos municípios acima citados, compõem ainda a microrregião os municípios de Belágua, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

De acordo com a literatura especializada, esse território, na porção oriental do Estado, corresponde ao novo front de especialização produtiva, modificando os processos econômicos, políticos, culturais, naturais do território (CARNEIRO, 2008, 2013; GASPAR, 2013, 2018). Conforme Carneiro (2008) esse modelo de agronegócio desenvolvido no Estado do Maranhão possui aspectos de elevada produção, superando a cada safra recordes de produtividade, com valores acima de 150.000 toneladas de soja no leste maranhense (Quadro 01) (PAM-IBGE, 2017-2018).

Mapa 2 – Localização da Microrregião de Chapadinha



No quadro acima, observamos os municípios que possuem a maior área plantada com soja. Nele destacam-se seis cidades que integram a microrregião de Chapadinha (Anapurus, Brejo, Buriiti, Chapadinha, Mata Roma e Milagres do Maranhão) e o município de Magalhães de Almeida, que pertence a microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense.

Quadro 01: Produção de soja, segundo os principais municípios do Leste maranhense – 2018.

MUNICÍPIOS	ÁREA PLANTADA HA	QUANTIDADE PRODUZIDA TON
Anapurus	7.500	19.450
Brejo	16.100	42.182
Buriti	13.200	34.650
Chapadinha	4.300	10.965
Mata Roma	8.000	21.530
Magalhães de Almeida	4.750	13.566
Milagres do Maranhão	3.580	8.914
TOTAL	57.430	151.257

Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: Carneiro (2008).

No quadro a seguir (Quadro 02) apresentamos informações sobre os municípios, que representam o epicentro da sojicultura no leste do Estado. Os municípios de Anapurus, Brejo e Mata Roma.

Nesses municípios os produtores já vinham se estabelecendo muito antes, caso daqueles que chegaram em fins dos anos 1989, considerado o marco temporal com a chegada de Constantino Catarino de Souza, grande produtor de soja pioneiro em Barreiras-BA e na localidade Mimoso, que viria a se chamar Luiz Eduardo Magalhães-BA.

Considerado um pioneiro na região, Constantino de Souza, percorre o leste maranhense, vindo de Barreiras, e Coelho Neto, passando pelos municípios de Buriti, Brejo, Anapurus, Mata Roma e Chapadinha em direção à capital São Luís, conhece as faixas de cerrado e chapadas, e, assim, em Mata Roma resolve comprar 10 hectares de terra do prefeito Maçula Monteles, em 1990.

Os municípios de Anapurus, Brejo e Mata Roma, são os primeiros a iniciar a produção comercial de soja, e juntos colhem 2.600 kg por ha, em 1994, mesmo em caráter experimental, devido a falta de tecnologia específica, acentuadamente de cultivares (espécies) adaptadas ao bioma (FERREIRA, 2008).

Quadro 02: Produção de soja, segundo os municípios do MATOPIBA em kg/ ha.

Município	Ano							
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2019
Anapurus	1.000	1.816	2.400	3.419	1.800	2.700	3.047	2.593
Brejo	1.000	1.833	-	3.359	1.800	2.760	2.920	2.620
Buriti	-	-	2.400		1.800	2.880	2.780	2.625
Chapadinha	-	-	-		1.	2.700	3.162	2.550
Magalhães de Almeida	-	-	-	3.359	2.500	3.120	2.880	2.856
Mata Roma	600	-	-	3.000	1.800	2.820	3.300	2.691

Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: Carneiro (2008).

A produtividade revela o ritmo dessa expansão, a *soja in natura*, figura como declara (CARNEIRO, 2008) entre os principais produtos exportados pelo Maranhão, perdendo somente de três *commodities* minerais (ferro-gusa, minério de ferro e alumínio).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, as repercussões desse dinamismo agrícola na região revelam que a concentração do capital para a produção de um território especializado, com atenção para exportação e controle de diretrizes externas, em oposição a um gênero de produção familiar, que historicamente sempre esteve associada com os cultivos de arroz, mandioca e feijão, a criação de animais para o consumo doméstico e ao extrativismo.

Territórios, antes, controlados por inúmeras comunidades tradicionais, sobretudo via posse, no qual soltavam livremente suas criações, brocavam roças, coletavam produtos naturais, seguindo normas definidas historicamente por cada grupo de usuários. Reflexo de todo esse processo, os territórios de uso comum ligados ao extrativismo e ao uso comum das terras, entre outros além de territórios quilombolas, vêm sofrendo as consequências da expansão das *commodities* agrícolas.

As comunidades tradicionais e suas diferentes formas de uso comum da terra e natureza, caracterizam uma economia com aspectos próprios, mas que vem sofrendo com a diminuição das árvores nativas do cerrado e restrição das áreas de uso comum, levando essas comunidades tradicionais, e muitas destas quilombolas, a perder gradativamente suas singularidades de trabalho, produção, relações sociais e religiosidades, provocando modificações nas representações sociais que essas famílias fazem do território local.

Para Campos (2015), este é um processo plenamente percebido em uma extensa região, que compreende os espaços do sul e leste do Maranhão, centro-oriental do Tocantins, sul do Piauí e noroeste da Bahia, denominada de MATOPIBA, onde as chapadas e o cerrado estão sendo monopolizado gradativamente por capitais oriundos do centro-sul e sul do país, em um modelo de modernização conservadora.

No núcleo da representação desse dinamismo agrícola, estão as culturas de soja e milho, induzindo muitos a ligar a produtividade ao conceito de desenvolvimento, sem considerar que este é substantivado por outras dimensões sociais. Essa ótica política e econômica é que explica as benesses de recursos destinados as práticas consideradas modernas ao longo da história brasileira, em detrimento, muitas vezes, de uma agricultura voltada à produção de alimentos que não são adequados ao pacote tecnológico. (SANTOS e SAQUET, 2010).

Estes rastros acompanham as comunidades camponesas presentes no recorte espacial de estudo, consolidadas como territórios de resistências frente ao avanço contínuo e hegemônico do agronegócio sojicultor, sinônimo de um *pseudodesenvolvimento* com aparências de moderno, que encobrem impactos perversos e excludentes, social e territorialmente.

Do ponto de vista histórico, os processos territoriais, isto é, econômicos, políticos, culturais e naturais na microrregião de Chapadinha modificaram-se a partir dos anos 1990, com a intensa migração sulista e de empresas pelas vias do Cerrado nordestino e central brasileiro, munidos com um pacote tecnológico (SANTOS e SAQUET, 2010), converteram terras de baixo custo e compreendidas como devolutas em territórios de produção e exportação, palco recente de transformações, contradições e relações de poder.

A expansão do agronegócio sobre a faixa de cerrado no leste maranhense e, especificamente na já citada microrregião apresenta

suas peculiaridades, o que inclui as típicas manobras da indústria da grilagem, e a presença marcante de corretores imobiliários, comprando propriedades por um preço elevadíssimo para o padrão de funcionamento do mercado de terras regional (CARNEIRO, 2008).

Assim, existem três processos pelos quais a expansão da fronteira agrícola tem repercutido sobre as comunidades tradicionais, levando a concentração fundiária, a saber: primeiro as ações de grilagem, segundo a atuação do mercado de terras e, por fim, e não menos importante a asfixia do sistema de produção historicamente reconhecido das comunidades tradicionais mediante a interdição dos trechos de chapadas.

Tentamos, assim, neste artigo apresentar uma proposta de compreensão das alterações da configuração territorial manifestadas pelas marcas do avanço tecnológico, pela expansão das forças produtivas, que envolvem o capital, o produtivismo e a consolidação dos complexos agroindustriais, que alteram a organização social e as relações de trabalho no espaço rural, no recorte espacial proposto.

Assim, na contramão da mundialização do capital, dos novos *fronts* agrícolas, da degradação ambiental, da competitividade e em favor do poder de decisão das comunidades agrícolas de base familiar, do manejo agroecológico na produção de alimentos e da reprodução e valorização do conhecimento e identidade do agricultor, que, portanto, acreditamos, pensamos acerca da urgência da construção de um paradigma contra-hegemônico popular.

Dessa maneira, os elementos e processos conflituosos apresentados estão no interior da dinâmica territorial existente na agricultura da citada mesorregião, e, precisam ser identificados, representados, compreendidos e valorizados, servindo de base para a construção de projetos de desenvolvimento com mais justiça social e com liberdade decisória dos grupos sociais, num movimento contínuo de resistência ao processo capitalista de produção.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **A guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. São Paulo: Annablume, 2015.

CAMPOS, Nazareno José de. Populações tradicionais e formas de uso comum: transformações atuais em áreas de fronteira agrícola. In: ALVES, Vicente Eudes L. (Org.). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio et alli. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 77-146.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

COSTA, Saulo Barros. A Geografia e a questão agrária no Maranhão contemporâneo: dilemas históricos, desafios e a reprodução camponesa em foco. In: RODRIGUES, Sávio J. Dias et ali. **Temas da Geografia do Maranhão: território e desenvolvimento regional. Lugar, educação e cultura**. São Luís: Café & Lápis. EDUFMA, 2017.

DE DAVID, C. O ensino de Geografia nas escolas do campo: subsídios para uma prática integradora. In: MATOS, K. S. A. L. de. et al (Org.). **Experiências e Diálogos em Educação do Campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FEITOSA, Antonio C. O Maranhão Primitivo: uma tentativa de reconstituição. São Luís: Editora Augusta, 1983.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas – MA**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GAMA, Alexandre de O; LEITE, Renata. Os desafios de construir uma política nacional de desenvolvimento rural. In:

STEINBERGER, Marília. (Org.). **Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2017.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Eldorado dos Gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A modernização desigual. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 3 out. 2018.

IMESC. **Proposta de Regionalização para o Desenvolvimento do Maranhão**. São Luís, (2015).

LAGO, Aderson de Carvalho. **Brejo, Aldeia dos Anapurus**. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luís, 1989.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. Brasília: Coordenada, 1970.

NOGUEIRA, V. de F. B. **A expansão da soja no cerrado maranhense**: uma análise da influência antrópica no clima regional. 2015. 145 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Meteorologia. Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2015.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995a, p. 15-65.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil** – projetos agropecuários contra a agricultura camponesa, São Luís, EDUFMA, 2008.

PAULA RIBEIRO, Francisco de. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e de Goiás no ano de 1815, em serviço de S. M.

Fidelíssima. In: **Revista de História e Geografia**, São Luís, 1848.

SANTOS, R. A. dos; SAQUET, M. A. Considerações sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. In: _____. (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de Terras no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995, p. 67-77.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 08.



AS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

**Mauro José Ferreira Cury
Giuliano Silveira Derrosso**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é o de resgatar as vivências transfronteiriças, daqueles que, de fato, vivem esta realidade na Tríplice Fronteira, ou das assim caracterizadas Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu¹ (TTI) (CURY, 2010). Iguassu, assim como o Iguazú e Iguaçu, corresponde a uma região geográfica estabelecida nas fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, cuja utilização da origem linguística demonstra e/ou estabelece um lugar no espaço geográfico.

A existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI, a partir da centralidade das cidades trigêmeas², ao longo da composição territorial, na sua formação histórica no processo de produção de um contexto regional, numa abordagem “de dentro para dentro” e “de fora para dentro”, na perspectiva diferenciada das visões de outros estudiosos de uma tríplice fronteira, em uma abordagem territorial no que tange à

¹ A escolha por Iguassu com (ss), consistiu na busca de uma unidade em referenciar as Territorialidades Transfronteiriças, que na língua Portuguesa é com(ç) e na língua espanhola com (z).

² Entende-se por cidades trigêmeas, aquelas que compõem uma realidade única, fruto de uma relação complexa de aproximações e contraditória marcada por tensões que geram um mundo vivido do real em detrimento daquilo que pressupõe como ideal. Cidades trigêmeas são marcadas por atitudes de quem as vive, com políticas públicas distintas ou não; pois no conjunto de cidades transfronteiriças é marcada, sobretudo pelo território que dá identidade ao povo que nela vive.

relação centro-periferia deste território. As territorialidades são demonstradas, principalmente ao longo do tempo nas relações socioeconômicas, ou seja, pelo contato com o outro lado da fronteira e as distintas possibilidades que constroem estas relações.

A partir desta realidade, podemos discutir, para além da pura teoria, os conceitos e a compreensão da geografia destes temas. A complexidade de se viver em realidades transfronteiriças supera as ideias tradicionais de fronteira e merecem um olhar para a vida das pessoas nestas territorialidades.

Inicialmente as interações entre a natureza e a sociedade foram objeto de compreensão do entendimento de espaço geográfico que consiste nesta análise primária da Geografia.

O que a tradicional Geografia nos impôs antes de sua confirmação como ciência até os dias de hoje foram discussões na tentativa de compreensão de categorias e nas distintas possibilidades de interpretar as relações espaço, tempo e talvez mundo.

Conforme Lefebvre (1995), o conhecimento surge da perpétua interação do "sujeito" com o "objeto". O conhecimento empírico da realidade do sujeito é prático; histórico e social. As experiências vividas no cotidiano relacionadas ao tempo vivido fazem à recorrência a história, seja por meio das experiências sociais em um tempo de produção e reprodução da sociedade.

Os conceitos e denominações que envolvem espaço-tempo, categorias e conceitos, Foucault (2012, p.59) nos leva a afirmar que todo conceito tem um processo histórico precedente, um conjunto de elementos antecedentes do qual parte para formular a sua "verdade".

Contudo, a percepção de espaço e tempo neste texto avança, pois a percepção é distinta das categorias nas quais fomos ensinados a pensar a geografia de um modo categorizado, dividido de forma a pensar sobre o lugar, a paisagem, região e território.

A realidade de nossas pesquisas tem a fronteira como elemento de estudos empíricos ao qual buscaremos resgatar aos clássicos conceitos e apresentar de forma simples as categorias

geográficas com a realidade de nossas pesquisas de cunho transfronteiriço.

Com este objetivo desenvolvemos uma investigação que teve por objetivo identificar as questões subjetivas do viver na fronteira. Para tanto, nosso lócus de pesquisa se deu na territorialidade, formada pelas áreas das cidades de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR) – que aqui caracterizaremos por TTI – Territorialidade Transfronteiriça do Iguassu - onde já existem evidências de processos avançados de transfronteirização que envolvem questões geográficas, econômicas, sociais e de mobilidade urbana, favorecidos pela constituição do Mercosul (CURY, 2010; CARNEIRO, 2016).

A partir da mobilidade, os habitantes de uma transfronteira podem valorizar e incorporar em suas vidas aspectos que transcendem a fronteira limite, definida pelo Estado, e estabeleçam relações de integração com os demais territórios, vivendo, de fato, a fronteira. É possível perceber todas essas condições nas TTI, conforme foi demonstrado em outros estudos e nas evidências apresentadas no presente estudo.

Iniciaremos, apontando os recursos metodológicos utilizados para levantamento de dados que possibilitaram as análises da vida transfronteiriça, ou seja, como se dá o cotidiano de quem vivem em uma territorialidade transfronteiriça. A partir deste contexto, faremos uma análise dos dados, com os aportes teóricos identificados, sendo possível propor uma nova compreensão para os estudos transfronteiriços e a demonstração da complexidade e da dinamicidade deste fenômeno, pelo olhar subjetivo, de quem vivencia esta condição.

O PERCURSO METODOLÓGICO DE UMA PESQUISA TRANSFRONTEIRIÇA

Para este estudo, foi realizada busca de fontes primárias e secundárias, para levantar dados históricos, sociais e econômicos relacionados às TTI's. Segundo May (2004, p.208), os documentos, obtidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e, em longo prazo, eles consistem em leituras particulares dos eventos sociais.

Para a pesquisa documental, foram analisados dados econômicos, históricos, geográficos das cidades que formam as TTI, Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Para isso, serão analisados documentos oficiais, sites das prefeituras e governos locais, além de outros estudos já realizados na territorialidade. A partir desses elementos objetivos, tem-se melhores condições de aprofundamentos os dados subjetivos, que serão coletados através de entrevistas semiestruturadas.

Com os indivíduos das TTI foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de compreender a percepção destes indivíduos sobre suas experiências diárias nesta territorialidade. O roteiro desta entrevista encontra-se nos apêndices desta pesquisa e tem por objetivo recuperar do indivíduo informações sobre seu viver transfronteiriço.

Para as entrevistas foram necessárias que se definissem o universo do estudo. Os indivíduos foram escolhidos ao acaso, através dos contatos do pesquisador. A partir de cada entrevista, o entrevistado sugeria novas pessoas para serem entrevistadas, de acordo com os objetivos da pesquisa, utilizando-se o método bola de neve. Buscou-se indivíduos que tenham relação direta com a fronteira, ou seja, vivem de alguma maneira a fronteira, seja na sua vida familiar, de trabalho ou estudos, e que habitam as cidades das TTI.

Parte-se do princípio de que cada indivíduo estabelece uma relação particular com a fronteira e o resultado desta pesquisa se dá em função dos indivíduos que foram entrevistados. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa não se busca em nenhum momento generalizações e estabelecer representatividades frente ao objeto pesquisado. Os resultados trazem a forma como cada um dos indivíduos pesquisados percebe e vive a fronteira.

Os sujeitos da pesquisa são indivíduos que nasceram e moram em uma das cidades das TTI. O critério é amplo, mas por outro lado, o objetivo é de compreender como essas pessoas construíram suas identidades a partir dos elementos presentes nessas territorialidades. Como critério de inclusão desses sujeitos procurou-se os moradores da territorialidade que "vivam" a fronteira e na fronteira, identificadas quais as relações que estabelecem a partir desta vivência. Como critérios de exclusão não serão aceitas pessoas que não tenham nascido nas TTI's e que apenas morem, ou vice e versa.

As contribuições propostas para as Ciências Sociais e Humanas em auxiliar nos estudos fronteiriços, na busca de evidências psicológicas e sociais em uma territorialidade que foi e é palco de interesse e conflitos de nível político, social, econômico e cultural; em terceiro lugar, a pesquisa se justifica na discussão dos conceitos de territorialidades, contribuindo para os estudos da geografia humana e no avanço do pensamento interdisciplinar.

O objeto por sua natureza interdisciplinar procura evidenciar uma leitura ampla do fenômeno das vivências transfronteiriças. A interdisciplinaridade torna-se imperativo ao analisar ser humano como objeto e sujeito onde todas as disciplinas humanas que atuam buscam sua compreensão e investigação.

A partir dessas premissas do estudo interdisciplinar, esta pesquisa pretende contribuir com a aplicação e discussão de métodos e técnicas de pesquisas relacionadas a realidades sociais, em que o objeto de estudo é o ser humano e sua perspectiva intersubjetiva.

A pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas com indivíduos que nasceram e moram nas cidades das TTI. O critério de escolha destes participantes da pesquisa se deu por conveniência, a partir dos contatos e conhecidos deste pesquisador e, posteriormente, a partir de indicações dos próprios entrevistados. Foi apresentado o objetivo da pesquisa aos entrevistados para que cada um pudesse decidir se iria participar das entrevistas. A partir daí foram agendadas as entrevistas que foram gravadas e posteriormente descritas para análise.

Os entrevistados desta pesquisa serão apresentados nesse momento para se conhecer a sua história pessoal e suas características. Durante a análise dos dados, utilizaremos os relatos e respostas destes indivíduos para a construção de categorias de análise.

Uma questão norteadora, colocada logo no início da entrevista, foi para que cada um dos entrevistados relatasse onde nasceu e o seu desenvolvimento (infância- adolescência – adulto) na fronteira. A partir desta questão foi possível obter dados a respeito de como cada indivíduo vive a TTI. Não houve nenhuma restrição quanto ao tempo, cada indivíduo ficou à vontade para falar o que quisesse.

Foram analisadas as entrevistas com os indivíduos que nasceram e moram nas TTI, de acordo com os critérios apresentados no capítulo sobre o caminho metodológico. As entrevistas foram realizadas de 20 de agosto de 2017 até dia 25 de

A partir da análise da nuvem de palavras obtidas por meio das entrevistas com os moradores das TTI, verificou-se que as palavras com maior repetição foram: cultura, argentino, Brasil/brasileira, Paraguay/paraguaio, fronteira/frontera, diferente, cidade, idioma, vida. Importante ressaltar que como parte das entrevistas foi realizada no idioma espanhol e parte das entrevistas em português, o software categorizou a repetição das palavras nas distintas línguas e por este motivo podemos encontrar a mesma palavra nos dois idiomas, dentro da nuvem de palavras.

A escolha por reunir todas as entrevistas teve por objetivo demonstrar que mesmo com idiomas distintos os termos utilizados pelos entrevistados foram semelhantes e muitas vezes iguais, dando suporte para a criação das categorias de análise que foram adotadas neste texto.

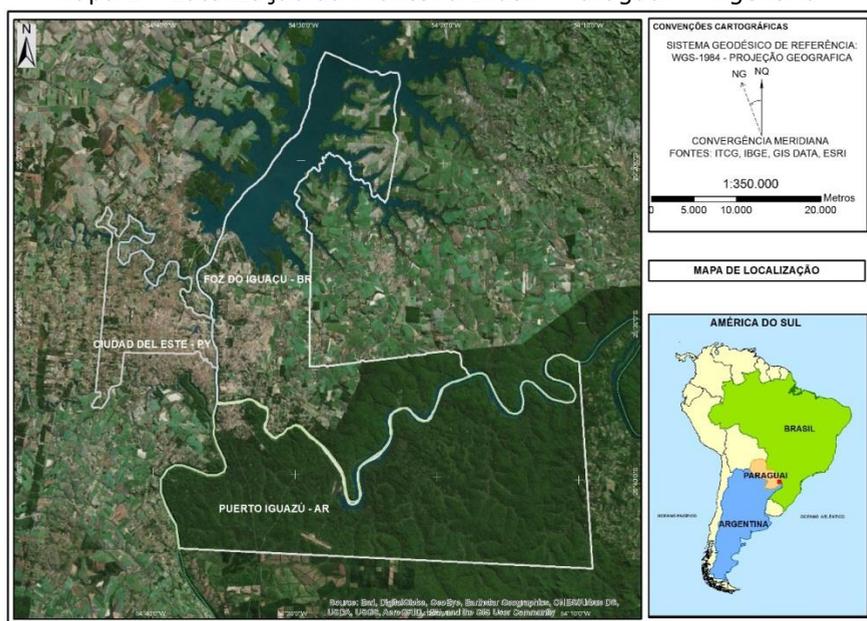
O PENSAMENTO SOBRE O TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TRANSFRONTEITIÇO

Como lócus desta pesquisa, irá se partir da proposição Cury (2010), onde o autor demonstra a existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), que está centralizada pelos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai. Adota-se, neste sentido, o termo tríplice fronteira para designar a territorialidade que é o encontro das fronteiras entre os três países (Brasil – Paraguai e Argentina). A complexidade denominativa das territorialidades insere-se na discussão acerca do próprio termo, composto pela área urbana entre as cidades de Foz do Iguaçu – Estado do Paraná – Brasil; Puerto Iguazú – Província de Misiones – Argentina, e Ciudad del Este, Presidente Franco, Minga-Guazu e Hernandárias – Departamento de Alto Paraná – Paraguai.

A Tríplice Fronteira é típica, pois esse espaço geográfico é compreendido por três países, com junção entre as cidades, separadas apenas por dois rios o Paraná e o Iguaçu, tendo Foz do Iguaçu (Brasil), com 300 mil habitantes, Ciudad de Leste (Paraguai), com 380 mil habitantes e Puerto Iguazú (Argentina), com 82 mil habitantes, formando uma fronteira característica, que será analisada. São consideradas territorialidades conurbadas unidas por duas pontes. A primeira ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai foi concluída em 1965 e a ponte que liga Brasil e Argentina, denominada Tancredo Neves, foi concluída em 1985.

Nesse espaço, é possível perceber as aproximações por intermédio de políticas de determinados atores como Itaipu Binacional, os Estados e iniciativas não governamentais como investimentos privados nas áreas turísticas, industriais e infelizmente pela existência e ação das organizações criminosas (contrabando de armas e drogas) e também o tráfico de pessoas. Todo esse processo de integração transfronteiriça traz consequências em escalas locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

Mapa 1 - Localização da Fronteira Brasil - Paraguai – Argentina



Fonte: Geovane Calixto (2018)

Para entender esta complexidade transfronteiriça, vamos apresentar os conceitos de territórios, territorialidades, fronteira e transfronteiriço, com o objetivo de contrapor estas referenciais teóricas com o aspecto da vida de quem habita estas territorialidades, mostrando as incompatibilidades de alguns conceitos da Geografia e as atuais discussões sobre o tema.

Na observância de Haesbaert (2006, p. 41) considera o território compartimentado com: a política, a cultura, a economia, e

o "natural", obedecendo à organização do raciocínio, mais amplo, em que essas dimensões se inserem na fundamentação filosófica como se apresenta:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos "parcial" de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a "natural", a econômica, a política ou a cultural); ii. Perspectiva "integradora" de território na resposta a problemáticas que, "condensadas" através do espaço, envolvem conjuntamente todas as esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (revitalizadora), seja na distinção entre entidade físico e material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. Sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito e determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). Político-administrativa, econômico, social, ambiental, tradicional, crítico, simbólico, cultural.

Para Haesbaert (2006, p. 55), a concepção naturalista nos remete às áreas do planeta que foram relegadas, em função de sua condição de áreas "protegidas", que provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. No caso, é importante mencionar a presença do PNI-BR, PNI-AR e áreas de proteção ambiental da UHIB como território centralizador e integrador das áreas naturais protegidas nas TTI, o que seriam áreas de clausura na complexidade de um território tão dinâmico (CURY, 2010).

A segunda concepção de território é de base econômica, pois Haesbaert (2006) caracteriza-o pelas suas funções ligadas à natureza do "território usado" como interação entre um sistema de objetos e ações. Aqui, mais uma vez, se remetem às áreas protegidas das TTI, que são usadas turisticamente e estão na sua interação econômica.

Desde já, podemos considerar que as abordagens tradicionais de região e território não conseguem abarcar a complexidade do fenômeno transfronteiriço, principalmente na perspectiva da vida de cada um dos sujeitos que compartilha este território. A vida transfronteiriça, de acordo com a nossa proposta, abandona diversas referências clássicas como a identidade nacional,

a ideia estática da região, o papel do Estado-Nação, os símbolos nacionais, dentre outros. O que se percebe é uma nova referência territorial ou multiterritorial ou ainda transfronteiriça, que começa a ser incorporada por estes sujeitos na definição das suas identidades pessoais (DERROSSO, 2019).

Haesbaert, (2010, p.110) aponta a região como artefato (ou arte-fato, hifenizado) embasada em questões fundamentais:

- A região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto no sentido das diferenças de grau quanto das diferenças de tipo ou de natureza, tanto das discretas quanto das diferenças contínuas;
- A região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades, o que significa trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão ou, como preferimos, de articulação regional, o que implica identificar também por outro lado, o nível de desarticulação e/ou de fragmentação de espaços dentro do espaço regional em sentido mais amplo;
- A região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (basicamente o Estado, as empresas, outras instituições de poder e os distintos grupos socioculturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais zonal e reticular, acrescentando-se ainda a "i-lógica" dos aglomerados resultante principalmente dos processos de exclusão e precarização socioespacial (Haesbaert, 2004a e 2004b) cuja consideração é hoje cada vez mais imprescindível.

A Geografia regional toma como referências as teorias do passado para a compreensão do presente, mas tenta a sua sobrevivência na homogeneização e nas semelhanças espaciais como uma base teórica explicativa.

Diferentemente, a região é um conjunto espacial bem mais amplo que o espaço vivido. Para o mesmo Lacoste, as regiões constituem-se em conjuntos espaciais, entrelaçam-se e tornam-se objetos de investigação dos geógrafos (LENCIONI, 2003, p. 169).

Na abordagem regional, Lencioni (2003, p. 201), deve-se analisar o conceito em que "as regionalizações são produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, fazendo com que a região se constitua no final do processo de investigação". Observa-se que a amplitude conceitual de região é marcada nos conceitos geográficos, permitindo uma abordagem inicial e reflexiva

sobre território. A região é limitada, enquanto o território consiste em um espaço com as relações socioambientais, econômicas, políticas e culturais.

A região e o território são princípios de divisão propriamente sociais. Uma divisão social que cria uma descontinuidade (por intermédio de uma decisão ou mais de uma) na continuidade natural (no sentido geossistêmico) ou social (BOURDIEU, 1989).

É pela aproximação e pelas relações de convivência que se estabelecem as redes de vizinhança. Foucault (2007, p. 24) confirma tal assertiva: "são convenientes às coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo de outra". Isso se clarifica ao observar as comunicações estabelecidas pelo movimento das relações humanas, não só as atividades econômicas, como também os poderes das políticas públicas e, ainda, a própria gestão das áreas naturais protegidas que demandam segurança, transporte, saúde e outros elementos, configurando algumas das pontas das franjas que se entrelaçam tecendo o espaço das territorialidades, inclusive as transfronteiriças.

O estudo do transfronteiriço nos permite avançar em observações importantes a respeito da dinâmica territorial, principalmente quando observamos o viver transfronteiriço, ou seja, a vida das pessoas que ocupam esta territorialidade e desenvolvem formas próprias de apropriação deste contexto. Atualmente, podemos considerar que vivemos em um contato que acolhe ampla diversidade de manifestações culturais e territoriais e ora impõe forças de separação e exclusão que levam à construção de novos muros e fechamento de fronteiras. A todo o momento se vive a contradição de abertura/fechamento, inclusão/exclusão, integração/isolamento, aceitação/discriminação e homogeneidade/heterogeneidade. Discutir e compreender estas relações permite um avanço no estudo das fronteiras e da função da geografia neste contexto (DERROSSO, 2019).

É na Geografia Política que as questões referentes ao território se fundamentam. Raffestin (1993) afirma que espaço e território não são termos equivalentes. É essencial compreender bem que espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo, nesse sentido, uma ação conduzida por um ator sintagmático. Para Sack (1986, p. 19), a territorialidade é mais limitada: é a "qualidade necessária" para a construção do território; é incorporada ao espaço quando esse medeia uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar

pessoas, coisas e/ou relações sociais. Tratam-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle de acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade.

Para se compreender o conceito de fronteira, faz-se necessário discutir as questões de limite que, na verdade, trazem uma reflexão sobre divisão, algo em que se pretende separar ou anunciar uma diferença, que de alguma maneira não pode estar ligado ou junto. O limite é algo que foi colocado entre dois ou mais mundos marcando a necessidade de uma diferença e de uma separação. Assim, o limite pode dificultar o exercício da liberdade individual, do livre trânsito das pessoas e das ideias (HISSA, 2006).

O limite cria a separação entre o “eu” e o “outro”, cria a noção de propriedade e a necessidade de controle e vigilância sobre o que é meu, separa as visões de mundo, delimita áreas de atuação e fronteiras. Entretanto, os conceitos de fronteira e limites, apesar de terem aproximações, podem revelar suas diferenças. Enquanto o limite pode ser entendido como uma linha abstrata, a fronteira pode ser é um espaço abstrato por onde passa o limite. Essas diferenças foram explicadas por Hissa (2006).

O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária de determinados territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite visto do território está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está voltada para fora como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato (HISSA, 2006).

Outro aspecto que não se pode esquecer na discussão dos limites é a questão do poder. Limites existem para demarcar espaços de poder e domínios de territórios. Existem para dar precisão necessária para o exercício do poder, delimitando seu espaço de atuação e hegemonia e de controle. Além do poder, tem-se a existência da ética, dos comportamentos e da cultura local. Para isso, muitas vezes é necessária a criação de marcos, imagens, territórios que tornam objetivo a abstração do limite. E nessas

condições é que surgem as fronteiras. Da mesma forma, isto não significa que limites e fronteiras não possam ser transgredidos.

O viver transfronteiriço se caracteriza pelo processo de vivências e percepções que estes indivíduos estabelecem nesta territorialidade. Esta condição está relacionada a como os indivíduos estabelecem suas vivências, indo além dos limites das fronteiras estabelecidas, ou seja, utilizam de elementos transfronteiriços para o constante (des)identificar-se. Isso inclui elementos culturais, linguísticos, sociais, econômicos, dentre outros. Esses elementos foram identificados nos indivíduos que participaram desta pesquisa e contribuíram, a partir das suas histórias, para as conclusões que ora são apresentadas.

Entende-se, assim, o território enquanto produtor e expressão de identidades individuais, a partir das práticas e do cotidiano desses indivíduos no espaço e suas identificações em curso. Percebe-se, hoje, o pensamento em transição, pois conforme aponta Haesbaert vive-se em uma era de territorializações, reterritorializações e multiterritorializações, ou seja, há um dinamismo evidente nas interações indivíduos-territórios, muito em função das facilidades no trânsito entre territórios, movidos por interesses particulares. O caso das migrações que se percebe no Brasil é um exemplo dessa dinâmica territorial e suas consequências evidentes nas identidades.

Outro exemplo nessa direção é a defesa das fronteiras enquanto elementos de definição de uma identidade nacional, na lógica do estado-nação. Os indivíduos buscam preservar uma fronteira cultural e social que acompanhe a fronteira física, com o objetivo de fortalecer e manter uma identidade territorial livre de "influências" externas, mesmo em um contexto de globalização ou redes, como se vive na atualidade.

Ocorre que, com o advento deste mundo na forma de rede, como menciona Milton Santos, o local e o universal estão em xeque. Não é possível a construção de conhecimentos locais legítimos, não há possibilidade de isolamento no mundo de hoje. Ao mesmo tempo, também porque o território é real e ele próprio a condição real de vida das pessoas "lá", no território ocorre uma determinada relação que é universal e particular. Única e genérica, como único e genérico é o próprio ser humano. Nossas teorias devem responder exatamente a essa condição: a condição do ser humano genérico, como está apontada na ontologia de Lukács (1981), e à condição concreta e particular de seu desenvolvimento em seu território (FURTADO, 2010)

Um dos elementos de uma identidade territorial está no que os autores chamam de “lugares de memória”, ou o local onde se registram memórias, recordações como forma de preservar um passado cultural de um determinado território. Assim, a identidade reside na capacidade de recordar esses elementos que estão presentes no território e que representam o caráter simbólico na construção das identidades.

Percebe-se, portanto, que os territórios são espaços de apropriações controladas pelos indivíduos ou instituições onde ocorrem práticas simbólicas que criam uma dimensão afetiva espacial. Isso demonstra a dominação dos indivíduos sobre os lugares. Conhecer seu território é na realidade conhecer-se a si mesmo e aos outros através da vivência do cotidiano e das formas como se materializam.

Na visão de Staub & Bulgacov (2000), um espaço, assim, não apenas se transforma em vários lugares por conta de aspectos simbólicos. Para além disso, os próprios lugares se metamorfoseiam em territórios à medida que são eivados por interesses políticos, por posições e disputas tanto pelo uso quanto, principalmente, pela luta pela legitimação do uso desse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rever a Geografia como ciência em um todo é uma complexidade que autores vêm a buscar conceituar, categorizar, compartimentar em estudos delimitados. Inegavelmente estes conhecimentos que nos foram apresentados ao longo de nossa trajetória acadêmica são de ordem eurocêntrica, repartido e tem uma tentativa de estudar um todo de um planeta mundo.

Seria a morte da Região? Ao ser uma categoria tão ampla e discutida de forma genérica e que atendem aos interesses dos planejadores que administram territórios e nações; talvez assim seja a sua confirmação desta categoria hoje pelas políticas públicas.

Como um modesto estudo sobre o transfronteiriço este texto mostrou um viés da Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina, que não é somente nas questões ambientais, políticas, sociais e econômicas que perpassa o infindável número de aspectos que norteiam uma territorialidade transfronteiriça. A realidade de “viver na fronteira” vai além das teorias descritas do método de Haesbaert,

existem interdependências, interpenetrações territoriais que estabelecem as territorialidades em seu tempo.

As características de este viver transfronteiriço, podemos citar o multipertencimento, percebido pela maneira como os indivíduos se sentem pertencentes em múltiplos contextos territoriais e transnacionais; as múltiplas apropriações identitárias, que avançam as fronteiras e limites para a constituição das identidades; a adaptabilidade e flexibilidade, a capacidade de se adaptar nos distintos contextos fronteiriços; o binômio mobilidade-liberdade, observada na fluidez e nos contornamentos que a experiência transfronteiriça proporciona; o senso de universalidade, aceitação das diferenças e a tolerância com o outro; os confrontos e aproximações, a constante dinâmica que a fronteira possibilita em termos (des)identificações e o *estar-entre*, a percepção de transcender os limites e aproveitar as oportunidades que a fronteira cria.

As categorias de região e o território são expressões que nos levam a delimitar espaços e fronteiras que são estabelecidas, firmadas e reconhecidas pelos atos simbólicos do poder – a força da lei, como no caso da região fronteiriça trabalhada aqui. As divisões ordenadas pela região ou pelo território estão sob critérios que atribuem fundamentos e elementos de aproximações, semelhanças, homogeneidades ou até igualdade (CURY, 2010).

Sobre as categorias descritas por Haesbaert (2006), as pesquisas foram desenvolvidas desde 2007 nas TTI, notamos que estão são frágeis e não são aplicáveis às territorialidades transfronteiriças. Nesta observância as fronteiras como limites, impostas pelos poderes políticos, econômicos e legais dos Estados não são observadas pelos indivíduos para sua constituição das suas identidades e para a definição do espaço vivido. As diferenças linguísticas, culturais, as tradições e os hábitos parecem não se constituírem barreiras, mas sim oportunidades de ir além das fronteiras pessoais e conhecer o outro.

O que se percebe é que o viver transfronteiriço não é homogêneo e linear, constituindo simples esquemas. Pelo contrário, retrata a diversidade e as diferenças que a fronteira estabelece. Estudar as dinâmicas individuais associadas à multiterritorialidade é um desafio, dada à complexidade da dimensão humana.

A partir dos resultados desta pesquisa podemos avançar em algumas ideias. Quando pensamos na construção das identidades pessoas o que se pode verificar é que as fronteiras limites, impostas por condições econômicas e legais pelos Estados, não são

necessariamente observadas pelos indivíduos para a constituição das suas identidades e para definição do espaço vivido. Esta condição é favorecida por uma dinâmica transfronteiriça marcada pela integração e liberdade de ir e vir destes indivíduos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARNEIRO, Camilo. **Transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre, 2016.

CURY, M.J.F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI):** interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguacu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2010.

DERROSSO, G. D. **Vivências nas Territorialidades do Iguassu**. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Naves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

FURTADO, Odair. Dialética e contradições da construção da identidade social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 259-268, ago. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jul. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Ed. 6. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Human territoriality**: Its theory and history. Cambridge: University Press, 1986.

STAUB, Irineu Dário; BULGACOV, Sergio. Territorialidade, competição e papéis gerenciais: um estudo de agências bancárias de Curitiba. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPAD**, XXIV, 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.



TURISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES FORA DO EIXO: REFLEXÕES IN-CORPORADAS NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO DO SUL

**Dyego de Oliveira Arruda
Milton Augusto Pasquotto Mariani**

INTRODUÇÃO

O turismo, em linhas gerais, perfaz uma atividade socioeconômica que impacta sensivelmente a constituição dos territórios e, por conseguinte, a própria dinâmica a partir da qual os sujeitos irão subsistir, se apropriar e gerir os elementos que constituem esse território – incluindo a paisagem, a terra, além dos ativos socioambientais e culturais (SERRA, 2013).

Desde que bem planejado e organizado, o turismo pode se desdobrar em territorialidades que resultam na manutenção de grupos específicos em seus locais de residência habitual, bem como na preservação dos ativos socioambientais do território (JESUS; GONÇALVES; SILVA-MELO, 2018). Por outro lado, uma vez estruturado de forma desordenada, a atividade turística pode contribuir para a transformação dos ativos do território em mera mercadoria, descaracterizando todos os elementos constitutivos desse território – incluindo a própria dinâmica da vida dos sujeitos que nele historicamente residem (GÓIS, 2020). Portanto, é fundamental compreendermos as dinâmicas que caracterizam o território, além das múltiplas territorialidades que decorrem do turismo, a fim de (re)pensarmos essa atividade a partir de um viés crítico, complexo e emancipatório.

Compreender as características e dinâmicas dos territórios e das territorialidades resulta em um exercício analítico que deve extrapolar a perspectiva jurídico-política e positivista a partir das quais, historicamente, se discutiram tais categorias teórico-analíticas. Nesse sentido, acreditamos em uma abordagem crítica e

decolonial, que considere as múltiplas relações de poder empreendidas no território; relações essas que atravessam a própria corporeidade dos sujeitos que, a depender do modo como carregam e interseccionam, em seus próprios corpos, os marcadores sociais da diferença (dentre os quais estão a raça, o gênero e a sexualidade), mais (ou menos) efetivas e potentes serão as suas territorialidades no sentido da (des)caracterização dos elementos constitutivos do território.

Rogério Haesbaert (2020 e 2021), em publicações recentes, empreendeu esforços importantes na compreensão no modo como a perspectiva da corporeidade influencia a constituição dos territórios e das territorialidades. Segundo o autor, a ideia de corpo – seja o individual (o corpo físico), seja o coletivo (o corpo social) – traz uma perspectiva nova e transgressora para a análise dos territórios, uma vez que carrega de subjetividade a reflexão geográfica, in-corporando¹ o conhecimento (re)produzido e, portanto, demarcando que as diferenças performadas pelos sujeitos são importantes territorialidades que configuram e (des)caracterizam os territórios.

Diferentemente de Haesbaert (2020 e 2021) a proposta, ao longo deste texto, é “assentar” as reflexões, partindo de um contexto específico e historicamente invisibilizado para pensarmos o modo como a ideia de corpo impacta na compreensão das territorialidades e da própria constituição de territórios permeados pelo do turismo, seja enquanto uma realidade já materializada; seja enquanto uma atividade a ser potencialmente empreendida em função dos múltiplos interesses e ativos presentes nos territórios analisados no escopo da presente investigação.

Portanto, dadas as considerações brevemente esmiuçadas nos parágrafos anteriores, o presente manuscrito, partindo de uma abordagem epistemológica decolonial, in-corporada e “assentada” em um contexto específico, tem como objetivo compreender o modo como as territorialidades – incluindo aquelas decorrentes do turismo – impactam a constituição de territórios quilombolas localizados no Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste brasileiro.

É importante demarcar que, ao menos no nosso entender, o presente texto reveste-se de múltiplas potências e possibilidades

¹ Ao longo deste texto usaremos, de forma recorrente, o termo “in-corporado” para demarcarmos a perspectiva de que todo conhecimento socialmente relevante é produzido dentro/para/a partir do corpo, das suas marcas, performances e subjetividades, conforme apontam Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020).

sobretudo porque, além de partir de uma abordagem epistemológica deveras nova e transgressora, trata-se também de uma reflexão que: (i) contribui para trazer à tona a realidade e as “vozes” de sujeitos quilombolas, historicamente invisibilizados e negligenciados pela produção eurocêntrica – e estruturalmente racista – de conhecimento e; (ii) parte de agências e de pesquisas conduzidas fora da região sudeste (nomeadamente o eixo Rio de Janeiro-São Paulo), entendido como o centro “tradicional” de produção de conhecimento considerado válido e impactante no Brasil.

ROTAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

No curso das investigações que “sustentaram” as reflexões deste manuscrito, adotamos a perspectiva qualitativa, tendo como premissa o diálogo, de modo crítico e não-hegemônico, com os detalhes do modo de vida e, portanto, das práticas cotidianas experienciadas em comunidades quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul.

É importante sublinhar que os dados que “sustentaram” o presente texto foram decorrentes do estágio de pós-doutorado de Dyego de Oliveira Arruda, intitulado “*Limites e possibilidades da difusão de iniciativas de turismo de base comunitária em territórios quilombolas: um estudo multicasos*”, sob a supervisão de Milton Augusto Pasquotto Mariani. Para além do esforço de investigação em si, a pesquisa em tela também apresentou um viés marcadamente extensionista, primando pelo contato permanente e regular com as comunidades quilombolas sul-mato-grossenses.

Ao longo dos processos de coleta de dados empíricos, procuramos estabelecer contatos diretos e regulares com as comunidades, primando pelo respeito e alteridade em relação aos costumes e modos de vida presentes nos territórios visitados. Os processos de obtenção de dados para o estudo decorreram de entrevistas com os sujeitos quilombados, tendo como escopo compreender elementos do cotidiano das comunidades, além das múltiplas territorialidades, advindas dos mais diversos agentes e “forças” que se fazem constar nas comunidades – tudo isso a partir das narrativas e do “olhar” dos próprios sujeitos que residem permanentemente nos territórios. Ademais, deve-se frisar que foram empreendidos processos de observação participante, numa dinâmica em que tal prática possibilitou o estabelecimento de vínculos entre os pesquisadores, os sujeitos quilombados e a própria realidade investigada.

A nossa pretensão, ao longo das atividades de campo, foi nos aproximarmos ao máximo das realidades e percepções decorrentes do lugar de fala das pessoas, ou seja: a intenção foi refletir e problematizar algumas questões a partir do modo como as próprias pessoas que residem nas comunidades quilombolas leem elementos do cotidiano nos territórios que historicamente ocupam.

Djamila Ribeiro (2019), ao discutir o conceito de lugar de fala, sugere que a produção de conhecimento deve despir-se de seu caráter colonialista e, nesse sentido, compreender a realidade a partir do olhar e do modo de vida dos próprios sujeitos de pesquisa, não raro com base em epistemologias e formas próprias de produção de conhecimento, (re)valorizando a capacidade de agência e todo o repertório de saber-fazer-ser dos próprios sujeitos historicamente invisibilizados e subalternizados.

Nas interações com os quilombos pesquisados, ao longo do ano de 2019, adotamos o expediente de, primeiramente, contatar as lideranças constituídas nas comunidades – normalmente, as/os presidentas/es das associações de moradores –, de tal modo que, a partir dos diálogos prévios com as lideranças, foi possível ganhar confiança por parte das comunidades para que, desse modo, também fosse possível o diálogo com outros sujeitos.

Em campo, as nossas estratégias de pesquisa passaram pela observação atenta de detalhes da comunidade – tais como as condições físicas e estruturais das moradias, as formas de acesso às comunidades, a beleza cênica dos territórios, as atividades produtivas empreendidas, além dos espaços de sociabilidade e de culto. Ademais, nas entrevistas empreendidas com os quilombolas, tentamos captar, a partir da fala livre desses sujeitos, características do cotidiano e das múltiplas territorialidades presentes nesses territórios. Em suma, as entrevistas foram estruturadas a partir de questões norteadoras que objetivavam estimular a fala dos sujeitos da pesquisa, tendo como meta compreender os seguintes aspectos: percursos históricos que determinaram o surgimento do quilombo; detalhes do dia-a-dia nas comunidades; sentidos e significados inerentes à vida no território; caminhos a partir dos quais a comunidade acessa (ou não) as políticas públicas e o próprio aparato de Estado; manifestações de racismo e preconceito que recaem sobre a comunidade e; características que tornam a vida nos quilombos possível, agradável e desejável.

Vale dizer que os processos empíricos de coleta de dados foram consentidos, tanto pelas lideranças constituídas nas comunidades (que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que foram especificados todos os detalhes da

pesquisa), quanto pelas demais pessoas que estabeleceram diálogos com a equipe de pesquisa. Sempre que previamente autorizado, as entrevistas foram gravadas, tendo como propósito o fiel registro do conteúdo das falas das pessoas. Ademais, também optamos por realizar registros fotográficos nas comunidades, também como subterfúgio para a coleta e armazenamento de informações sobre os quilombos (registros fotográficos estes também consentidos).

As comunidades quilombolas efetivamente pesquisadas constam no quadro 1 que, além de especificar as localidades (municípios) em que essas comunidades se situam, também aponta características gerais dos quilombos que fizeram parte da pesquisa. Na sequência deste texto, sempre quando formos nos referir ao conteúdo das entrevistas com as comunidades, adotaremos o código que consta entre parênteses na primeira coluna do quadro 1.

De uma maneira geral, a nossa pretensão foi realizar entrevistas individualizadas com as pessoas apontadas nas comunidades como as mais experientes e capazes de fornecer detalhes acerca da história e características gerais do cotidiano naqueles territórios. Vale apontar que nas comunidades de Campos Correa e Família Osório, ambas em Corumbá, a comunidade se reunia para interagir com os pesquisadores, numa dinâmica em que, nesses territórios, as entrevistas assumiram um caráter de diálogo coletivo. De todo modo, entendemos que tal arranjo de coisas não implicou em qualquer prejuízo ao esforço de coleta de dados nessas comunidades, uma vez que todas as questões essenciais para o estudo foram “exploradas”, ainda que de forma coletiva e dialogada.

Para além das sete entrevistas realizadas – uma em cada comunidade que consta no quadro 1 – estabelecemos diálogos recorrentes com a presidenta do Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA), uma Organização Não-Governamental (ONG) que desempenha um papel fundamental nos processos de organização e catalogação das comunidades quilombolas, localizadas em Corumbá, no Pantanal Sul-mato-grossense. Na sequência deste manuscrito, sempre quando formos nos referir aos diálogos com o IMNEGRA utilizaremos a sigla “E1”.

Por fim – porém, não menos importante – é fundamental sublinhar que as comunidades quilombolas do quadro 1 foram aquelas que se dispuseram a estabelecer diálogos e interações com a equipe de pesquisa. Além disso, todas as comunidades deste estudo são reconhecidas enquanto quilombos pela Fundação Cultural Palmares, autarquia atualmente vinculada à Secretaria Especial da Cultura do Governo Federal, que possui a obrigação de

identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular os territórios quilombolas, conforme disposições do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003).

Quadro 1: Comunidades quilombolas contempladas no estudo

NOME DO TERRITÓRIO	CIDADE	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO
Comunidade Quilombola Chácara Buriti (Q1)	Campo Grande, que é a capital do Mato Grosso do Sul/MS	Trata-se de uma comunidade localizada no perímetro rural, que desenvolve atividades ligadas à agricultura familiar, legalmente reconhecida como remanescente de quilombo desde 2005. Possui aproximadamente 32 famílias.
Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio (Q2)	Jaraguari, cidade pouco mais de 50km distante de Campo Grande	Localiza-se no perímetro rural e empreende atividades ligadas à agricultura familiar e ao turismo de aventura; conta com 100 famílias. Legalmente reconhecida desde 2005 enquanto remanescente de quilombo
Comunidade Quilombola de São Benedito/Tia Eva (Q3)	Campo Grande	Localiza-se no perímetro urbano de Campo Grande, próximo à região central da cidade, em um local em que residem aproximadamente 130 famílias. Comunidade quilombola legalmente reconhecida desde 2008
Comunidade Quilombola de Furnas dos Baianos (Q4)	Aquidauana	Localiza-se no perímetro rural e desenvolve atividades de agricultura familiar e turismo no espaço rural; possui aproximadamente 20 famílias. Legalmente reconhecida desde 2007 enquanto território quilombola
Comunidade Quilombola Campos Correa (Q5)	Corumbá, um relevante destino turístico, considerado a "capital" do Pantanal de MS	Localiza-se no perímetro urbano e empreende atividades ligadas à pesca; possui aproximadamente 20 famílias. Legalmente reconhecida desde 2013 como quilombo
Comunidade Quilombola Família Osório (Q6)	Corumbá	Localiza-se no perímetro urbano e empreende atividades ligadas à pesca; possui 25 famílias. Legalmente reconhecida desde 2010 como quilombo
Comunidade Quilombola Maria Theodora (Q7)	Corumbá	Trata-se de uma comunidade de terreiro, ligada à Umbanda, e localiza-se no perímetro urbano de Corumbá; possui aproximadamente 22 famílias. Legalmente reconhecida desde 2011 como quilombo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

De todo modo, nenhuma das comunidades que constam no quadro 1 possuem os processos de demarcação e titulação de suas terras efetivamente finalizados, o que faz com que essas comunidades, muito embora tenham a posse, sobretudo histórica e simbólica, de suas terras, ainda assim não gozam do título efetivo

que definitivamente confere a esses indivíduos o repertório formal de direitos sobre suas áreas.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: DA PERSPECTIVA JURÍDICO-POLÍTICA À LÓGICA INCORPORADA

O estudo do território constitui uma tradição do pensamento geográfico ao longo de todo o século XX (VALVERDE, 2004). Instintivamente, o conceito de território remonta à ideia de lugar, espaço de residência ou local onde se desenrolam as múltiplas inter-relações entre os agentes, sejam socioeconômicas ou culturais. Gottman (2012) lembra que as primeiras abordagens acerca do conceito de território consideravam tal construto a partir de um viés político-administrativo, relativo ao modo como os Estados nacionais organizam o espaço e, portanto, estabelecem os seus limites e jurisdições.

Claude Raffestin (1993) foi um dos autores que inaugurou um conjunto de reflexões que, ao considerarem o conceito de território, o relacionam à ideia de poder. Nesse sentido, é possível depreender que os territórios perfazem espaços atravessados por múltiplas relações de poder, seja no sentido mais explícito (poder de dominação), assim como no sentido mais implícito, relacionado aos aspectos simbólicos e culturais, que conferem uma perspectiva de apropriação ao território (HAESBAERT, 2007).

As múltiplas relações de poder que tipificam o território diferenciam tal construto teórico-analítico da ideia de espaço, que é anterior ao território e diz respeito ao ambiente natural propriamente dito. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma agência conduzida por um determinado sujeito (agente) que realiza uma ação, em qualquer nível, sobre o espaço (RAFFESTIN, 1993). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o agente "territorializa" esse espaço, imprimindo-lhe um conjunto de manifestações decorrentes de relações de poder, seja de forma explícita (perspectiva da dominação) e/ou implícita (ideia de apropriação).

Conceitualmente pode-se dizer que o poder de dominação diz respeito à posse dos territórios, numa conotação jurídica e/ou de estabelecimento de força (seja militar, política e/ou de outra ordem) para o controle dos territórios. Já o poder de apropriação representa um processo mais subjetivo, carregado de marcas do "vivido" e do valor de uso dos territórios e suas manifestações

culturais peculiares (LEFEBVRE, 1986). Assim, o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação, "[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional, à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica" (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Nas comunidades quilombolas com as quais interagimos no âmbito da pesquisa que subsidiou este texto, foi possível perceber que a própria constituição dos territórios perpassa pela perspectiva do poder de apropriação, ligado à ancestralidade, ao sentido de pertença (sobretudo no que tange aos elementos da negritude) e à ideia de que a terra foi legada pelas gerações predecessoras. Vale frisar que esse poder de apropriação emana da coletividade, ou seja: emerge das múltiplas relações que as pessoas, no âmbito da comunidade, vão estabelecer entre si, não raro a partir de laços de parentesco, em uma dinâmica social permeada por relações de confiança, solidariedade, reciprocidade e alteridade.

Foi interessante perceber, no seio das relações de apropriação das comunidades quilombolas em relação ao espaço territorializado, a íntima conexão que os indivíduos têm em relação à terra, que é vista como fonte primordial de sobrevivência ("não dá para sobreviver sem terra, sem ter onde plantar" – trecho da entrevista em Q6); fonte de resgate da memória e da ancestralidade (dimensão evidente em Q3, cuja história é toda perpassada pela trajetória de Tia Eva, a matriarca e pedra angular do território quilombola); além de suprimento para a garantia da qualidade de vida ("[a terra] é uma das principais preocupações, qualidade de vida, você precisa ter pelo menos onde morar para se manter" – entrevista em Q1).

Vale frisar que o poder de dominação inerente aos territórios "materializou-se", ainda que de forma parcial e limitada, muito tempo depois em relação à apropriação simbólico-cultural e histórica desses mesmos territórios pelas comunidades. Em suma, foi só depois que as comunidades conseguiram se organizar, perceber-se enquanto remanescentes de quilombos e, por conseguinte, auferir o reconhecimento por parte da Fundação Cultural Palmares é que, definitivamente, os territórios foram "assumidos" pelas comunidades a partir do viés jurídico-político e documental da dominação. Não obstante, é crucial apontar que essa dominação ainda é deveras parcial, limitada e precária, uma vez que, a despeito de as comunidades serem consideradas, *stricto sensu*, enquanto remanescentes de quilombos, ainda assim as terras historicamente habitadas por esses grupos não foram plenamente regularizadas, o que significa que a comunidade ainda não detém o título definitivo

de posse de suas terras e, portanto, de seu espaço historicamente ocupado e territorializado. Assim sendo, nas comunidades quilombolas sul-mato-grossenses, ao mesmo tempo em que há uma potente e forte apropriação do território a partir do viés simbólico-cultural e histórico, existe também, em regime de coexistência, uma precariedade na dominação desse mesmo território do ponto de vista jurídico-político, administrativo e documental.

Observa-se que múltiplos agentes, como os governos, as empresas e os próprios indivíduos podem criar e/ou destruir territórios a partir do momento em que se inserem e começam a estabelecer relações de poder nesses espaços. Diz-se que os processos de criação e expansão dos territórios são as territorializações, ao passo que as dinâmicas de destruição e contração dos territórios são as desterritorializações, sendo que as práticas de recriação dos territórios desterritorializados são as reterritorializações (ANDRADE, 1998; DUARTE, 2009).

Em resumo, pode-se dizer – ainda segundo os autores citados no parágrafo anterior – que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento de forças (relações de poder) em novos espaços, a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de inserção em um novo território. O abandono do território se refere à uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo malformado ou mal reconhecido, em relação ao sujeito. Ademais, um território pode ser abandonado se existirem práticas socioeconômicas e/ou culturais que lhe confirmam novos usos e/ou valores, numa dinâmica em que a esse processo se dá o nome de expropriação territorial, sendo que este último evento se tipifica pela existência de um poder de agência que acaba por definitivamente expulsar os sujeitos e/ou determinadas atividades dos territórios.

Os processos de expropriação territorial podem acontecer em função de interesses – principalmente econômicos – e da própria cobiça de determinados agentes por territórios específicos. Nesse ínterim, Assis (2014) sugere que os eventos de expropriação territorial estão sustentados no paradigma da colonialidade, que explora sobremaneira os recursos socioambientais e culturais, mercantilizando a terra, a paisagens, os ativos socioculturais e as próprias pessoas (estas últimas, vistas como reserva de mercado e mão de obra barata), no âmbito da (re)produção do capitalismo. Ademais, ainda segundo o mesmo autor, as práticas de expropriação territorial podem também ocorrer quando se empreendem ações que tornam inviáveis os modos de vida tradicionais em determinados territórios, ainda que o processo de

expulsão dos indivíduos – e de consequente reterritorialização desse espaço – não ocorra de forma direta e evidente.

Retornando ao contexto das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul, percebemos que os processos de expropriação territorial a que esses sujeitos estão constantemente expostos perpassam, de forma direta ou indireta, os seguintes eventos e/ou dimensões: (i) interesses – do mercado ou da própria estrutura de Estado – nos elementos do território, sobretudo no que tange à paisagem; (ii) tentativas de tornar a vida inviável nos territórios, não raro impossibilitando a chegada de insumos básicos (tais como água encanada e luz elétrica) nas comunidades, além dos expedientes de deliberadamente poluir e degradar os ativos socioambientais dos territórios quilombolas e; (iii) ações de cooptação, sobretudo por parte do poder público, de membros da comunidade (nominados pelos próprios quilombolas de “capitães do mato”) que agem com o propósito de minar a capacidade de organização e de agência dos próprios quilombolas.

Ao considerarmos, de forma mais específica, a cobiça de determinados agentes sobre os ativos presentes nos territórios quilombolas, nos chama a atenção trechos dos diálogos estabelecidos em Q6, cujos quilombolas apontam já ter sido alvo de tentativas de despejo por parte da prefeitura: “[...] dizem que - o território ocupado pela comunidade - é uma área de risco, batemos o pé para dizer que não era, apesar de tem um desfiladeiro, mas longe da nossa área. Queriam tirar a gente em razão da margem do rio, que é grande e bonita, que dá acesso do centro para área do rio [Rio Paraguai, que margeia o território da comunidade]”. Portanto, infere-se que a tentativa de expropriar os quilombolas do território decorre do desejo de valer-se principalmente da paisagem e da posição estratégica desse espaço, tendo como propósito outros fins (inclusive o turismo – no caso, o de pesca e contemplação). Na imagem à esquerda da figura 1 é possível observar elementos da paisagem em Q6, que tanto desperta a cobiça de outros agentes, ávidos por expropriar os quilombolas e reterritorializar o espaço.

No que tange à tentativa de tornar inviável a vida dos quilombolas nos territórios, percebe-se em Q5 uma dificuldade de acesso à comunidade, além de que não há fornecimento regular de água encanada e luz elétrica no território, a despeito de estar localizado muito próximo do perímetro urbano de Corumbá, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Segundo a comunidade, o acesso ao quilombo foi dificultado em função da construção de uma residência de alto padrão que, segundo os moradores, foi feita em uma área que historicamente pertenceu à comunidade. Nos relatos

em Q5, percebe-se que por conta da construção fica “[...] complicado, não tem como pedir um gás, material de construção, tem que pagar alguém para buscar. Ficamos isolados, é falta de respeito”. Na porção à direita da figura 1 é possível observar o único acesso até a comunidade (acesso esse chamado pelos moradores de “trieiro”, que margeia um muro enorme da residência, que é fortemente cercada e vigiada por sistemas eletrônicos de monitoramento).

Ainda no escopo das reflexões sobre as tentativas de expropriação dos quilombolas do território, é interessante perceber que alguns agentes (principalmente do poder público local) atuam para cooptar membros da própria comunidade para que empreendam ações contra os quilombolas. De acordo com relatos que emergiram da entrevista E1: “[...] hoje quando o governo [local] pega uma pessoa do movimento negro e coloca em um cargo dizendo que é ‘coordenador e está recebendo’, ele vai atrapalhar, esses são os ‘capitães do mato’ são pagos para obstruir o trabalho”.

Figura 1: Vista da paisagem na Comunidade Família Osório (esquerda) e “trieiro” que dá acesso à Comunidade Campos Correa (direita)



Fonte: Registros de campo dos pesquisadores (2019).

Portanto, percebe-se que os territórios quilombolas são permeados por múltiplas forças e relações de poder: por um lado, o poder simbólico-cultural, histórico e até ancestral, que permite com que os sujeitos aquilombados se empoderem e se apropriem do espaço por eles ocupado; por outro lado, o poder proveniente do mercado e do próprio Estado, que almeja expropriar os quilombolas de seu território, de modo a reterritorializá-lo com base em uma lógica eminentemente colonialista e capitalista.

Ao nos debruçarmos na tentativa de compreender as causas e os desdobramentos das supracitadas forças e poderes (territorialidades) que recaem sobre os territórios quilombolas, percebemos que o arcabouço teórico-epistemológico “tradicional” da geografia não foi capaz de nos trazer respostas suficientemente robustas e potentes. Nesse sentido, percebemos, sobretudo a partir do contato com leituras de viés epistemológico decolonial, que a perspectiva do corpo é crucial nos esforços mais complexos e críticos de análise da configuração e das múltiplas forças que recaem sobre os territórios quilombolas. Portanto, no tópico que segue na sequência deste texto há um esforço de in-corporar as reflexões aqui propostas.

A PERSPECTIVA DO CORPO NAS REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO

O corpo é carregado de múltiplos significados, funções e sentidos, a todo momento. Receptáculo de um conjunto de pulsões (sejam as de vida ou até as de morte), o corpo é marca das subjetividades e das identidades performadas pelos sujeitos, desnudando afetos, desejos, emoções, ancestralidades, intencionalidade e poder (SILVA, 2019).

No entender de Ramón Grosfoguel (2009), não há como se olvidar da perspectiva do corpo quando consideramos as dinâmicas contemporâneas de produção de conhecimento. Ainda segundo o autor, quando consideramos a produção do conhecimento considerado “científico”, “válido” e “tradicional”, a perspectiva do corpo emerge de forma gritante, visto que esse tipo de conhecimento foi (re)produzido a partir de uma lógica eurocentrada, calcada em sujeitos brancos, homens, cisgêneros, heterossexuais e provenientes das elites socioeconômicas e políticas. Por outro lado, os conhecimentos considerados transgressores, emergentes, não raro sustentados em cosmovisões específicas (tais como a indígena, por exemplo), também trazem a sua marca corpórea: são produzidos e transmitidos, muitas vezes a partir da oralidade, por pessoas negras, indígenas, transexuais, pobres, subalternizadas e invisibilizadas, normalmente originárias do chamado “sul global” (GROSGOQUEL, 2009).

Eduardo Miranda (2017), além de Rogério Haesbaert (2020 e 2021) lembram que as discussões sobre território, no campo da geografia e suas áreas correlatas, também devem ser in-corporadas, no sentido de considerar todas as dimensões do corpo nas dinâmicas de análise e compreensão da configuração dos

territórios. Nesse sentido, a ideia de corpo-território emerge, segundo os autores, como uma busca por considerar o corpo (seja o individual, seja o coletivo – no caso das comunidades), com as suas múltiplas marcas, na determinação das territorialidades que são empreendidas sobre os espaços.

É curioso perceber que o corpo, ao mesmo tempo em que é agente de determinadas territorialidades, também pode ser submetido à um processo de territorialização. Nesse ínterim, o conjunto de tecnologias e agências que modificam e particularizam o corpo (tais como as tatuagens, escarificações, a constituição dos cabelos, os rituais, além do uso de anabolizantes e hormônios específicos) podem ser compreendidos, no escopo desta discussão, enquanto territorialidades que imprimem certas configurações ao território-corpo (HERNÁNDEZ, 2016; PIEDADE, 2017).

Ao empreendermos as nossas primeiras interações com as comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul a dimensão do corpo nos pareceu evidente: afinal, perfazem grupos constituídos predominantemente por pessoas negras cujos ancestrais foram trazidos à força para o Brasil e submetidos à um regime de escravização e trabalho forçado. Contemporaneamente, o pertencimento racial dos sujeitos quilombolas, ao mesmo tempo que os conectam (permitindo-lhes processos de apropriação do território), também concorre para a subjugação e constante tentativa de expropriação e até extermínio desses grupos, em função da lógica estruturalmente racista que impera no âmago da sociedade brasileira.

Silvio Almeida (2019) lembra que o racismo estrutural perfaz um sistema que concorre para a permanente subjugação das pessoas negras, cujo pertencimento racial e identitário são associados a coisas ruins, perigosas, sujas e que, portanto, merecem ser exterminados do convívio e do contexto social. Rememorando o texto clássico de Fanon (2008), intitulado “Pele negra, máscaras brancas”, percebe-se que o racismo estrutural faz com que os sujeitos negros ocupem uma zona do não-ser, caracterizada por uma precariedade perene, que por sua vez impele com que os corpos negros estejam abaixo da linha do humano. Em outros termos, isso quer dizer que as pessoas negras, no contexto social brasileiro, normalmente são confinadas a um lugar de sub-humanidade, o que significa que os seus direitos fundamentais e a sua dignidade são reiteradamente vilipendiados.

A perversidade em torno do racismo estrutural, ainda segundo Fanon (2008), está na agência empreendida sobre os sujeitos negros, que faz com que essas pessoas empreendam ações

contra si próprias e os seus semelhantes, de modo a vestir “a máscara branca” e, portanto, aproximar-se do ideal ético e estético de uma sociedade embranquecida. Nesse particular, é importante ponderar que o racismo estrutural, a despeito de parecer algo dado pela realidade natural e “normal”, trata-se na verdade de um sistema (re)produzido por uma agência da branquitude que, ao mesmo tempo que confina os corpos negros nos lugares mais precários e subalternizados, reserva as posições de prestígio e privilégio exclusivamente para os corpos brancos – preferencialmente de homens (BENTO, 2014; GOMES, 2020).

Parece-nos que a atuação dos “capitães do mato”, que são sujeitos dos próprios quilombos que atuam em prejuízo de suas comunidades, pode ser compreendida a partir da ideia de “vestir a máscara branca” e, portanto, aproximar-se do ideal da branquitude, conforme sugere Fanon (2008). Esses sujeitos, muito embora pareçam grandes vilões, na verdade são também vítimas da lógica perversa e ardilosa do racismo estrutural. Além disso, é notório que todo o conjunto de agências que precarizam, dificultam o acesso, estigmatizam e tornam inviável a vida nos quilombos é também fruto da perspectiva estrutural do racismo, que relega os sujeitos quilombolas à zona do não-ser e da sub-humanidade.

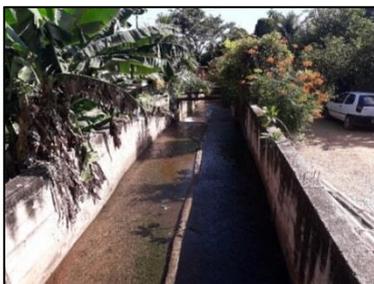
Para corroborar, de alguma forma, as inferências acima apontadas, sugerimos um olhar cuidadoso para a figura 2. Na porção à esquerda da referida figura é possível observar um canal (“valeta”, nos termos dos moradores) que carrega uma série de substâncias líquidas – inclusive esgoto – para o Rio Paraguai, que margeia a comunidade. Segundo os sujeitos que participaram da pesquisa, a construção do canal foi uma obra capitaneada pela prefeitura e resultou em uma série de consequências à comunidade, incluindo o mau cheiro, risco de transmissão de doenças (provenientes sobretudo de insetos, que se proliferaram na comunidade), além de que o referido canal, em épocas de chuvas intensas e cheia da planície pantaneira, acaba por transbordar, inviabilizando o cultivo em uma horta comunitária que há no território. Nos dizeres enfáticos da entrevista E1: “A parte do esgoto [que é carregado pelo canal], é falta de comprometimento do governo, que construiu uma galeria para desembocar nas terras [da comunidade quilombola]; desemboca toda água lá e estoura a horta”.

Ainda no sentido de corroborar a inferência acerca da precariedade da vida nos quilombos, fruto do racismo estrutural que estigmatiza os corpos negros, percebe-se, na porção à direita da figura 2, uma série de fios eletrificados, provenientes de ligações

precárias clandestinas (os “gatos”, nos dizeres da comunidade), que são feitas pela comunidade Q6, cujos moradores, desde o reconhecimento do território pela Fundação Cultural Palmares em 2007, estão “[...] na luta pelos nossos objetivos, pelos benefícios, principalmente por luz e água, estamos correndo com a prefeitura” – trecho proveniente da entrevista em Q6, em itálico. A prefeitura, muito embora já tenha sido “acionada” pelos quilombolas, ainda assim recusa-se a providenciar as demandas da comunidade, sob o argumento de que os moradores ainda não detêm o título de suas terras, logo não é possível obrigar as concessionárias públicas de luz e água a instalar esses itens nos territórios quilombolas. Porém, como exigir o título de propriedade das terras se, em última análise, o pleno processo de regularização fundiária depende de outra autarquia pública (o INCRA), que não consegue acelerar todo esse processo? Percebe-se, nesse ínterim, uma agência por parte da prefeitura que solapa a dignidade e cidadania dos sujeitos quilombolas – afinal, água encanada e luz elétrica são insumos dos mais essenciais para a vida.

Outro aspecto evidente na porção à direita da figura 2 é o conjunto de entulhos presentes na comunidade. Segundo os moradores, é muito difícil remover esses entulhos e prover, ainda que por conta própria, maiores níveis de infraestrutura na comunidade, uma vez que o acesso ao território é muito precário e difícil, fruto da construção – aparentemente irregular – de uma casa em uma área que historicamente pertenceu à comunidade, conforme reflexões que foram feitas anteriormente neste texto, quando da apresentação da figura 1.

Figura 2: Canal que passa pela Comunidade Família Osório (esquerda) e restos de entulho e “gatos” na Comunidade Campos Correa (direito)



Fonte: Registros de campo dos pesquisadores (2019)

Rogério Haesbaert (2021), embasado na perspectiva da indígena mapuche Moira Milán, sugere que as comunidades tradicionais, em função das marcas que carregam em seus corpos e em suas manifestações identitárias, são constantemente submetidas à um processo de terricídio, que perfaz o expediente de expulsão e precarização da vida em certos territórios, sobretudo em função de ações (provenientes principalmente das atividades capitalistas) que degradam o meio ambiente e, portanto, tornam inviável a vida de comunidades intimamente ligadas à natureza. O autor em tela, ao refletir em torno do ambiente e da natureza em suas reflexões, parte de uma abordagem in-corporada, considerando o cosmos (ou a Pacha Mama, na cosmovisão indígena) enquanto um território-corpo, em que todos nós estamos conectados e interligados – daí a necessidade de uma ação colaborativa entre os diferentes povos e sociedades, a fim de não continuarmos degradando o nosso território-corpo e, dessa forma, caminharmos rumo à inviabilização plena da vida humana na terra.

Muito embora concordemos com a perspectiva sistematizada por Haesbaert (2021), ela nos parece parcial para a compreensão da realidade nos territórios quilombolas sul-mato-grossenses. Tais territórios, conforme se discutiu anteriormente, estão submetidos à um processo de terricídio na medida em que a poluição e degradação do meio ambiente precarizam a terra e, por conseguinte, os modos de vida historicamente partilhados nessas comunidades. Porém, a perversidade não para por aí: é evidente – ao menos no nosso entender – um conjunto de agências e intencionalidades, inclusive por parte do poder público, que precariza, subalterniza e inviabiliza a vida nas comunidades (agências essas ligadas, por exemplo, à recusa no fornecimento de água e luz às comunidades quilombolas). Logo, nos parece que os corpos negros e quilombolas estão submetidos à uma reiterada política de morte – ou à uma necropolítica, nos termos cunhados por Achille Mbembe (2018) –, numa dinâmica que em última análise almeja o pleno extermínio dos corpos negros quilombolas, ainda que esse tipo de objetivo não seja plenamente confessável, de forma direta.

Portanto, as reflexões acima esmiuçadas apontam para uma permanente precarização da vida nos territórios quilombolas, de modo a exterminar esses sujeitos e/ou expulsá-los de seus locais históricos de morada. Esse estado de coisas, conforme se viu, é sustentado pelos elementos que atravessam os corpos negros e quilombolas, permanentemente submetidos à lógica da necropolítica e do racismo estrutural. Agora, será que esses mesmos indivíduos negros não podem encontrar, a partir dos elementos que

atravessam a sua corporeidade, as agências necessárias para subsistir e (re)existir?

Conforme já sugerimos nas seções anteriores deste texto, os sujeitos quilombolas, em função do seu pertencimento racial, encontram os elementos históricos, ancestrais, identitários e corpóreos para se conectarem e, de alguma forma, defenderem o seu território, ainda que de forma precária. Não obstante, para além disso, foi interessante perceber que o corpo – negro, estigmatizado e objetificado – também representou a motivador político de organização de uma série de comunidades quilombolas. Nesse ínterim, gostaríamos de trazer à baila um trecho da entrevista E1, cuja presidenta da ONG se mobilizou em torno da militância junto às comunidades quilombolas depois de ter sido vítima de um ato de racismo: “ninguém assume a militância quando não tomou a cacetada primeiro para pegar a frente”.

Ainda que seja perverso constatar que a tomada de consciência política tenha ocorrido após algo tão cruel e repugnante como o racismo, ainda assim é crucial sublinharmos a potência que emerge – e ainda pode emergir – a partir dos corpos negros e quilombolas que, uma vez conscientes de sua negritude e motivados politicamente a partir desse lugar, podem tencionar as estruturas eurocêntricas e colonialistas, em prol de (re)existir e, portanto, manter os seus modos tradicionais, históricos e ancestrais de vida.

Agora, uma outra pergunta que surge no nosso horizonte, depois de todas as reflexões já construídas neste texto, é a seguinte: afinal, como a atividade do turismo, tão impactante em termos socioeconômicos, emergem nesses corpos-territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul? Será que o turismo é (ou pode vir a ser) uma via de defesa e proteção desses corpos-territórios quilombolas? Ou, contrariamente, o turismo acaba por se revelar como mais uma das muitas forças que almejam a expropriação e extermínio dos corpos quilombolas? No tópico que segue pretendemos trazer à baila estas e outras questões relevantes para a nossa trajetória analítica construída neste texto.

O TURISMO NO ESCOPO DOS CORPOS-TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

O turismo, em suma, perfaz uma atividade socioeconômica paradigmática: ao mesmo tempo em que pode gerar renda e ocupação para grupos específicos (expedientes que são cruciais, sobretudo quando há um recrudescimento nos indicadores de

desemprego e pobreza no Brasil), tal atividade também pode, por outro lado, representar a descaracterização dos elementos culturais e identitários dos sujeitos e dos territórios, acelerando os processos de precarização da vida nas comunidades e, por conseguinte, as dinâmicas de expropriação territorial (COSTA, 2010).

Por apresentar consequências tão contraditórias e paradigmáticas, é crucial que o turismo seja “apropriado” e, portanto, conduzido pelos próprios sujeitos que residem permanentemente nos territórios, de modo a fazer com que tal atividade seja uma via de inclusão, empoderamento, (re)valorização e defesa dos territórios pelas próprias comunidades (ARRUDA; GONÇALVES, 2020). Caso contrário, na medida em que o turismo seja estruturado a partir de uma lógica eminentemente capitalista e neoliberal, é muito provável que tal atividade resulte em um repertório significativo de externalidades negativas aos territórios, concorrendo para a (re)produção da exclusão, para a homogeneização de experiências e, conseqüentemente, para a concentração de capital nas mãos – e contas bancárias – das elites capitalistas globais (LÓPEZ-MANZANARES, 2020).

Trazendo para a nossa cena analítica uma perspectiva incorporada de análise, vale ressaltar que o turismo é uma atividade socioeconômica que também pode objetificar e estigmatizar corpos, na medida em que, por exemplo, estimula práticas consideradas deletérias – tais como a exploração sexual, que não raro viola o corpo de mulheres e meninas. Além disso, a exploração sexual através da atividade do turismo pode resultar na exploração de mão de obra (transformando os sujeitos em meros corpos-mercadorias), ao passo em que também pode manifestar-se nas comunidades a partir de uma lógica eminentemente racista, em que os visitantes e os próprios “operadores” do turismo ridicularizam as culturas e modos de vida das comunidades tradicionais, em expedientes muito pouco – ou quase nada – calcados na alteridade. Portanto, vale reiterar algo que já sugerimos nas linhas anteriores desta seção: é crucial que as próprias comunidades “tomem as rédeas” do turismo, de modo que esta atividade resulte em benefícios e externalidades positivas às comunidades.

Ao longo das nossas interações com os quilombos sul-mato-grossenses que fizeram parte da nossa pesquisa, foi possível perceber que tais comunidades possuem significativo potencial para se voltarem ao turismo. O quadro 2 sumariza os tipos (modalidades) de turismo que pode ser empreendido no âmbito das comunidades que compuseram a nossa pesquisa. Ainda no quadro 2 tentamos sintetizar as principais características de cada um dos tipos de

turismo possível nas comunidades, além dos riscos que essas atividades podem representar aos territórios, caso não sejam planejadas e apropriadas pelos próprios sujeitos quilombolas.

Quadro 2: Características e potenciais riscos inerentes aos tipos de turismo que podem ser empreendidos nas comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul

TIPO DE TURISMO	CARACTERÍSTICAS GERAIS	RISCOS
Turismo histórico-cultural	Alicerçado no reconhecimento da história de luta e (re)existência das comunidades quilombolas	Homogeneização e mercantilização acrítica da história da comunidade, fazendo com que certos elementos históricos e culturais acabem por se perder ao longo do tempo
Turismo de contemplação	Calcado nas belezas naturais, cênicas e paisagísticas dos territórios	Degradação do ambiente natural dos territórios, além do estímulo à processos de expropriação, em função da "cobiça" pelos ativos paisagísticos e cênicos das comunidades
Turismo de aventura	Estruturado a partir de atividades de caminhada e trilhas (inclusive de bicicleta ou moto)	Ampliação da incidência de poluição e barulho nas comunidades, descaracterizando os modos tradicionais e históricos de vida
Turismo gastronômico	Assentado no consumo e (re)valorização das receitas e produtos típicos das comunidades	Descaracterização dos hábitos gastronômicos tradicionais das comunidades

Quadro2: Continuação...

Turismo de pesca	Embasado na pesca esportiva, em especial nas comunidades que se localizam nas margens de importantes rios (casos de Q5 e Q6)	Expropriação dos sujeitos do território, em função da cobiça do segmento "tradicional" do turismo de pesca, que deseja reterritorializar as áreas dos quilombos. Ademais, há o temor de o turismo de pesca levar atividades muito deletérias às comunidades – tais como a prostituição
Turismo religioso	Calcado na (re)valorização das religiosidades de matriz afro-brasileiras (algo promissor em Q7, que é uma comunidade de terreiro)	Risco da evidência de práticas de intolerância religiosa para com as práticas ritualísticas e cosmovisões partilhadas pela comunidade
Turismo arqueológico	Prática possível em Q4, que guarda um sítio arqueológico em áreas que pertencem à comunidade	Descaracterização dos elementos históricos e do próprio sítio arqueológico que há na comunidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Nos diálogos com as comunidades quilombolas, ao questionarmos se os moradores com os quais interagimos desejariam se envolver com a atividade do turismo e se, portanto, se disporia a receber visitantes em seus territórios, percebemos certa empolgação dos quilombolas, que nos reproduziram os discursos de que o turismo poderia ser uma via de geração de renda, ocupação e potencial (re)valorização dos aspectos culturais das comunidades. Nos causou certa preocupação o fato de os nossos interlocutores não terem esboçado, em suas falas, preocupações

quanto aos riscos potencialmente advindos da atividade do turismo nas comunidades – o único empecilho apresentado pelas comunidades, nas interações que foram estabelecidas conosco, foi a questão do sentimento de vergonha de algumas pessoas, sobretudo as de mais idade, que residem nas comunidades e que, em função disso, se sentiram incomodadas e constrangidas de receber pessoas em seus territórios.

Há duas comunidades, dentre as sete com as quais interagimos, em que a atividade do turismo já é uma realidade materializada nos territórios. Tais comunidades são as seguintes: Furnas do Dionísio (Q2), em que há o desenvolvimento de práticas de turismo de aventura (caminhas e trilhas), além do turismo histórico-cultural e gastronômico; além da comunidade de Furnas dos Baianos (Q4), em que também há práticas de turismo de aventura (caminhadas, trilhas e rapel), turismo de contemplação e turismo arqueológico, por conta de um sítio arqueológico catalogado na área da comunidade. Ambas as comunidades reproduziram, por intermédio dos interlocutores com os quais interagimos, o sentimento enfático de empolgação com o turismo. Nos diálogos estabelecidos em Q2, nos chamou a atenção o seguinte trecho: "(...) recebo amigos, mas [o turismo na comunidade] tomou uma proporção tão grande, é gente de todos os lugares, por exemplo, não só aqui do Brasil, mas de outros países, que vem para buscar história de Furnas, para saber como é". Portanto, percebe-se, a partir do trecho supracitado, a magnitude que o turismo pode assumir nos territórios quilombolas investigados no escopo da pesquisa.

Um caso paradigmático que nos despertou a atenção foi o histórico de Q7: trata-se de uma comunidade de terreiro, ligada à umbanda, que entre as décadas de 1970 e 1980 recebia caravanas de pessoas, muitas delas provenientes de outros Estados (tais como São Paulo, Minas Gerais e Goiás) e de municípios do Mato Grosso do Sul, que se dirigiam até Corumbá para participar de rituais mediúnicos conduzidos por Mãe Cacilda, uma das matriarcas da comunidade e fundadora de um importante centro de umbanda que há no território – centro esse ainda em atividade, porém, sem a repercussão que possuía à época em que Mãe Cacilda ainda era viva e atuante no contexto religioso, no âmbito da cosmovisão partilhada pela comunidade.

É importante ponderar que, a despeito de a comunidade deliberadamente (ainda) não perceber os eventuais riscos em torno do turismo em seus territórios, ainda assim essas ameaças

potenciais nos saltaram aos olhos, nas circunstâncias em que estivemos nas comunidades. Em suma, esses riscos estão ligados sobretudo: (i) à potencial descaracterização dos elementos naturais e paisagísticos do território; (ii) à possibilidade de surgimento de conflitos no âmbito da comunidade, relacionado sobretudo à partilha dos recursos econômicos advindos do turismo e; (iii) à objetificação dos elementos identitários da comunidade, não raro fomentando o surgimento de práticas de racismo e discriminação para com os corpos negros quilombolas das comunidades sul-mato-grossenses.

Não queremos, com as ponderações acima apontadas, sugerir o isolamento das comunidades e o conseqüente afastamento de qualquer possibilidade de desenvolvimento de práticas turísticas nos territórios quilombolas. Pelo contrário: a nossa tese é de que o turismo pode, ser, ser uma via interessante de empoderamento e emancipação, desde que a comunidade “tome as rédeas” dessa atividade, transformando-a e a in-corporando em uma trajetória de respeito, alteridade, (re)valorização e (re)existência dos elementos identitários e corpóreos dos sujeitos negros quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente manuscrito, em linhas gerais, pretendeu apresentar uma reflexão in-corporada para a compreensão das categorias território e territorialidades, no campo do turismo potencialmente empreendido em comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como base de um viés teórico-epistemológico decolonial.

Ficou patente, ao longo do texto, o quanto a perspectiva do corpo, com as suas marcas, performances e identidades, é importante para a compreensão do modo como os territórios se configuram. Quando trouxemos para a nossa cena reflexiva a realidade das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul, foi possível perceber que tais sujeitos, em função do seu pertencimento racial e das múltiplas marcas que carregam em suas constituições corpóreas e identitárias, são constantemente submetidos à processos de expropriação territorial e precarização de seus modos tradicionais de vida e (re)existência, não raro em função da lógica do racismo estrutural impregnada na constituição da sociedade brasileira.

A própria atividade do turismo, muitas vezes naturalizada enquanto algo benéfico e emancipatório, pode representar uma ameaça às comunidades quilombolas sul-mato-grossenses, que

podem – pela via do turismo – ser submetidas à novos e sofisticados processos de expropriação do território em que tradicionalmente vivem, retroalimentando processos de exclusão, objetificação e estigmatização dos corpos negros e quilombolas.

Nesse ínterim, entendemos que é crucial que as comunidades possam encontrar, nas próprias marcas de seus corpos-territórios, as agências necessárias para (re)existir e, desse modo, tomar as rédeas de seu destino e das dinâmicas socioeconômicas – incluindo o próprio turismo – que se materializarão nos territórios.

Vale demarcar, nestas linhas derradeiras deste texto, a importância de descolonizarmos a pesquisa acadêmica e geográfica, incorporando os nossos debates e, portanto, considerando as múltiplas identidades, o pertencimento racial, as subjetividades e até as emoções dos sujeitos no nosso “fazer científico e geográfico”, tal como nos sugerem Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020). A ciência geográfica dita “tradicional”, eurocêntrica, colonialista, (re)produzida nos gabinetes das universidades estadunidenses e europeias; ou mesmo nos centros de pesquisa do eixo Rio de Janeiro-São Paulo (no caso brasileiro) não parece mais dar conta de problematizar e “explicar” a multiplicidade dos sentidos, experiências e (re)existências de uma série de sujeitos, tais como aqueles que estão nas comunidades tradicionais, nas periferias, no interior do país, ou mesmo perambulando pelas esquinas e vielas dos grandes centros urbanos e “dinâmicos” do Brasil.

Ademais, não devemos parar por aí: consideramos que é essencial que as nossas pesquisas e reflexões, além de passarem pelos devidos processos de incorporação (no sentido de trazermos para a cena reflexiva as características corpóreas e identitárias dos sujeitos), também devem estar devidamente “assentadas”. Isto significa dizer que as produções de conhecimentos relevantes e impactantes devem se dar com os sujeitos da pesquisa (e não meramente sobre eles), em um arranjo de coisas calcado na interação com esses indivíduos, trazendo-os para o protagonismo da reflexão e, portanto, (re)valorizando o lugar de fala e a capacidade de agência desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ANDRADE, Manoel Correa. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e o poder local. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec-ANPUR, 1998, p. 213-220.

ARRUDA, Dyego de Oliveira; GONÇALVES, Juliano Pessanha. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Revista Interações**, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1968>

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-57.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Introdução – Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 9-26.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm.

Acesso em: 27 ago. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da. Da valorização do espaço à fragmentação articulada do território urbano: a cidade histórica para além dos limites do tombamento. **Revista GeoUSP**, v. 14, n. 2, p. 9-32, 2010. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2010.74168>

DUARTE, José Carlos Silveira. Territórios de identidade e multiterritorialidade: paradigmas para a formulação de uma nova regionalização da Bahia. *In: V ENECULT*, 2009, Salvador/BA. **Anais. V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de. Turismo, território e urbanização: uma reanálise do caso do município de Angra dos Reis e da região turística da Costa Verde (RJ). **Revista Geo UERJ**, v. 2, n. 37, p. 1-26, 2020. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.33263>

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 223-246.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**, v. 1, n. 2, p. 41-91, 2009. <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

HAESBAERT, Rogério. A corporificação "natural" do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra. **Revista GEOgraphia**, v. 23, n. 50, p. 1-19, 2021. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a48960>

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar – Revista de Filosofía Iberoamericana**, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2016.

JESUS, Djanires Lageano Neto de; GONÇALVES, Débora Fittipaldi; SILVA-MELO, Marta Regina da. Perspectivas das territorialidades e desenvolvimento do Turismo de experiência em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista Entre-Lugar**, v. 9, n. 18, p. 14-36, 2018. <https://doi.org/10.30612/el.v9i18.8883>

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LÓPEZ-MANZANARES, Alfonso Fernández-Arroyo. Geografía social del turismo. Una mirada crítica a la percepción del turismo y a su representación espacial. **Cuadernos de Turismo**, n. 45, p. 113-139, 2020. <https://doi.org/10.6018/turismo.426061>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Experiências do corpo-território: possibilidades afro-brasileiras para a Geografia Cultural. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**, v. 6, n. 2, p. 116-128, 2017.

PIEDADE, Ana. Corpos-território e a construção identitária. **Revista Migrações**, n. 14, p. 122-134, 2017.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

SERRA, Debora Rodrigues de Oliveira. Turismo religioso, território e territorialidades: o Círio de Nazaré em Belém-PA. **Revista Geo UERJ**, v. 1, n. 24, p. 104-124, 2013. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2013.5078>

SILVA, Gleicy Mailly da. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 173-201, 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200007>

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformação no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 8, n. 15, p. 119-126, 2004. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.123877>.



**TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS E
TERRITORIAIS PELA PRÁXIS COLETIVA DE
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO
ASSENTAMENTO RURAL NOVA ESPERANÇA,
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA/SP**

**João Osvaldo Rodrigues Nunes
Maria Cristina Perusi
Edson Luís Pirolí
Lucas Vituri Santarosa**

**ra terra ter
rat erra ter
rate rra ter
rater ra ter
raterr a ter
raterra terr
araterra ter
raraterra te
rraraterra t
erraraterra
terraraterra**

Poesia concreta "Terra", de Décio Pignatari (1956)

INTRODUÇÃO

Iniciamos este capítulo inspirados na poesia concreta TERRA, de Décio Pignatari (1956) que, para além das expressões poéticas, nos reporta à histórica luta, principalmente pelas terras devolutas, e denuncia, sem sombra de dúvida, os problemas ambientais e sociais, com os quais camponeses e camponesas lidaram e lidam diariamente no assentamento rural Nova Esperança, município de Euclides da Cunha Paulista, Pontal do Paranapanema/SP.

Nesse relato de experiência, compartilhamos o caminho metodológico baseado na práxis, que por definição pressupõe a unidade entre teoria e prática, o fazer geográfico, integrado e integrador, a partir da perspectiva do materialismo histórico e do pensamento complexo, onde a produção do conhecimento geográfico foi posta a prova, de tal forma a identificar possíveis agentes degradantes, propor e transformar realidades no campo, na natureza, na sociedade. Eis a contribuição!

Ao observamos o poema com a atenção devida, é possível identificar uma sinuosidade, um recorte morro abaixo, de noroeste a sudeste, percebe? Expressa a terra sendo tombada para o plantio, tendo suas entranhas despudoradamente colocadas a mostra, em nome de que as plantas brotarão e tornar-se-ão alimento para a sociedade. Isso sendo bem otimista, tendo em vista o fato de que essa mesma terra, em especial após a suposta modernização da agricultura, eminentemente a partir dos anos de 1950 e 60, passa a ser genuinamente "objeto" de interesse do grande capital industrial agrícola. Aração, gradagem, subsolagem = intensa mecanização; adubação, correção, "agrootoxicação", envenenamento dos organismos do solo e das águas, mais aração, mais gradagem; sementes geneticamente modificadas para suportar as "pragas e doenças", embora Primavesi (2016, p.133) afirme que o combate a elas "elimina os sintomas, mas não controla suas causas". Além disso, a referida autora afirma que as plantas adoecem quando há um desequilíbrio na natureza e, uma vez consumidas, resultam em um homem/sociedade doentes, seja do corpo e/ou do espírito.

Desta forma, esses processos se retroalimentam: solos degradados/pragas/mecanização/insumos agrícolas/ compactação/ erosão/ solos degradados/ sociedade degradada/ pragas/mecanização...É esse sistema perverso que alimenta o consumo do pacote tecnológico, simples assim.

Desta forma, caso a terra seja apropriada de modo inadequado, tendo como objetivo somente a obtenção do lucro, não para todos e todas, obviamente, e não respeitando a sua dinâmica de constituição, o resultado será a formação de processos erosivos, seja na forma de sulcos, ravinas e voçorocas.

A erosão pressupõe a transferência de material, de montante pra jusante, tendo como principal agente, no clima tropical, a água pluvial. Comumente as chuvas salpicam, desagregam os solos sem cobertura vegetal. Desprotegidos, as partículas menores, argila e matéria orgânica, parte ativa do solo, são as primeiras a serem transportadas. Urge esclarecer que não são somente partículas, são nutrientes responsáveis por garantir o desenvolvimento das plantas, do ecossistema e das pessoas.

Essa é a materialização da exploração e da degradação, não somente da natureza *naturata*, transformada pelos diversos atores sociais, mas também do próprio ser humano, que se torna alienado da sua própria consciência de ser também natureza. Neste caso, em especial os camponeses e camponesas que mantêm uma relação topofílica com a terra: relação de afeto, identidade, pertencimento, que também garantem a segurança alimentar e nutricional da sociedade, são a resistência.

Como contraponto ao agronegócio que produz majoritariamente *commodities*, matérias primas exportadas predominantemente sem valor agregado, embora a parcela da população do campo supracitada tenha sido excluída do acesso ao crédito, à informação, apoio técnico e outros serviços, acirrando as desigualdades, ainda assim, são os grandes responsáveis por quase tudo que comemos diariamente (ALTIERI, 2012). De acordo com o referido autor, urge a necessidade de combater a pobreza rural e ao mesmo tempo regenerar a base dos recursos naturais, o que exige novas abordagens para a pesquisa agrícola, em especial, as que envolvam a população local, seu conhecimento tradicional, abordagem participativa, bem como elementos do meio físico regional.

Para entender como a práxis foi se concretizando durante esse trabalho, historicizar-se-á os fatos mostrando os diversos agentes sociais participantes do processo de transformação ambiental e social, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no assentamento rural Nova Esperança, local onde foi realizado o projeto de recuperação de áreas degradadas por erosão hídrica, em parceria com os produtores rurais.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E SUA ATUAÇÃO NO PONTAL DO PARANAPANEMA/SP

O movimento camponês no Brasil é representado, na atualidade, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) buscando o direito pela terra ou, segundo Fernandes (2005), a territorialização por meio do enfrentamento a grupos hegemônicos que também vão buscar a formação de seus territórios, resultando em conflitos inerentes ao espaço. Fernandes (2005, p. 278) relata que na dinâmica espacial:

[...] alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.

Isso revela a complexidade da luta pela terra onde grupos distintos vão buscar a transformação do espaço em território. Pode-se verificar essa situação no campo brasileiro com destaque para o MST, composto por aqueles que outrora foram desterritorializados, pressionando/enfrentando grupos de "proprietários" e até o Estado que se torna, muitas vezes, complacente diante da questão fundiária.

A questão fundiária do Brasil é marcada historicamente pelas contradições do sistema capitalista no campo, ou seja, por uma produção que tem como fim a obtenção de lucro, em especial para os latifundiários, cuja produção em larga escala é voltada principalmente para o mercado externo. Este fator é acentuado na agricultura do país uma vez que a formação histórica do território "(...) marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e produção do território capitalista" (FERNANDES, 2000, p. 25), favoreceu e fortaleceu a configuração de extensas "propriedades" agroexportadoras. Neste sentido, Wanderlei (2001, p. 36) ao explicar sobre a grande propriedade no Brasil destaca que:

[...] a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem

recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução.

Porém, esse modo predominante de (má)distribuição da terra, de direitos, de tecnologia, de informação...é marcado pelo conflito de grupos que tentam recuperar ou conquistar uma parte do que lhe é devido. Logo na chegada dos colonizadores, o processo de luta pela terra vai ultrapassar vários séculos até a formação do MST. Neste sentido, Fernandes (2000, p. 25) destaca que "as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo".

Entre os episódios históricos que marcaram o conflito pela terra no país, destaca-se o século XIX, marcado pelo início do estabelecimento do "trabalho livre" provocado pela extinção do tráfico negreiro e a promulgação da Lei de Terras de 1850. Esta lei em primeira instância visava à imigração espontânea para o Brasil e a regulamentação da posse para que o Estado passasse a ter maior controle sobre a situação agrária (FELICIANO, 2007). Sobre a Lei de Terras, Fernandes (1994, p. 93) relata:

[...] a lei nº 601 de 1850 - a lei de terras - possibilitava a legitimação das terras ocupadas antes de 1850 e proibia as ocupações de terras devolutas a não ser por meio da aquisição por compra. Aos possuidores de terras fora dado um prazo para que registrassem as suas posses, que findara em 1856. Desde esta lei as terras não registradas e legitimadas foram consideradas devolutas, ou seja, por não serem requeridas deveriam ser devolvidas ao Patrimônio Público.

Esse acontecimento marca o início da atuação capitalista no campo brasileiro, caracterizando a obtenção de terra como reserva de valor ou fonte de investimento. Dessa forma, a grilagem surge como "alternativa criminoso" de acesso terra, revelando ato daqueles que não queriam pagar por ela (OLIVEIRA, 2007).

Para fins de esclarecimento, a grilagem consistia ou consiste na falsificação de documentos para garantir a "posse" da terra após a promulgação da Lei de Terras. Esses documentos, para não serem questionados, eram colocados em caixas ou gavetas com grilos (*Grylloidea*) para dar aspecto envelhecido, concretizando a falsificação. Um dos episódios desse processo foi da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, uma das maiores extensões territoriais do Pontal do Paranapanema, onde hoje se localiza o município de Euclides da Cunha Paulista/SP.

A formação do campesinato brasileiro é marcada pelo enfrentamento a coronéis, latifundiários e grileiros, também pela oposição ao Estado que, de certa forma, defende a aristocracia nacional ou é controlado por ela. Neste sentido, no século XX, surgem grupos organizados em busca da reforma agrária, entre eles: as ligas camponesas que marca o início de uma organização mais articulada por volta de 1945; em seguida surgem as associações, principalmente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que cria a União dos Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), com a finalidade de organizar a associação de camponeses visando a união com os operários e; o início da institucionalização, na década de 1960, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) porém, com enfraquecimento dos movimentos.

No período de 1940 a 1964, segundo Fernandes (2000), foram frequentes as lutas pela manutenção da posse da terra; ocupação para conquista de novas glebas; ações expropriatórias marcadas pela violência, reações e revoltas; migração e grilagem, praticada por latifundiários e empresas, entre outros acontecimentos. Dentre a série de manifestações ocorridas em diversos estados brasileiros, nesse período, temos o estado de São Paulo, que nas décadas de 1950 e 60, presenciou em seu território muitos conflitos sociais no campo.

No Pontal do Paranapanema, um intenso processo de ocupação com presença expressiva de grileiros, resultou na derrubada de grande parte da floresta nativa para a formação de pastagem, com o fim de justificar o uso da terra para garantir a suposta posse. Para desmatar a região, os trabalhadores rurais sem terra eram explorados, enquanto derrubavam a mata, recebiam apenas a permissão para plantar para subsistência. Após a formação da pastagem, os trabalhadores eram expulsos de forma violenta (FERNANDES, 2000). Contextualiza-se assim a ocupação do Pontal, a formação de um dos maiores grilos do estado de São Paulo e um grande processo de expropriação, causando um acirramento entre os sem-terra e os latifundiários. Desta forma, esse é um dos territórios de maior atuação dos movimentos sociais do campo.

A partir do golpe militar de 1964 houve um retrocesso no processo de reivindicação social devido à grande repressão, acentuando ainda mais os problemas políticos e econômicos. No campo, o avanço do capital proporcionou a mecanização e a industrialização, acentuando o processo de desapropriação de diversos trabalhadores rurais, favorecendo o crescimento do trabalho assalariado no campo e engrossando a massa de sem-terra

(FERNANDES, 2000). Dessa forma, o Brasil se tornou o paraíso dos latifundiários, ampliando o conflito pelo direito a terra. Nas décadas de 1960 e 70, os movimentos eclodiram em todo país, a atuação das comunidades eclesiais favoreceram a formação Comissão Pastoral da Terra (CPT) fortalecendo os movimentos rurais. Como não bastasse, no mesmo período ocorreu um movimento de colonização promovido pelo governo, visando manutenção do controle sobre a questão agrária, favorecendo os latifúndios.

Em 1980 ocorreu uma série de ocupações em resposta ao movimento de "modernização" do campo nas décadas anteriores e fortalecimento do abismo entre os que detêm o poder e os meios de produção e a parcela da população excluída. Isto, somado ao processo de resistência do campesinato às medidas governamentais, favoreceram a formação do MST, que tem sua fundação em 1984, efetivada com o primeiro congresso nacional do movimento em 1985, que contou com a presença de representantes de 23 Unidades Federativas, marcando a expansão do movimento (FERNANDES, 2007). De 1979 a 1984 ocorreram as primeiras ocupações de terra em diversos estados.

Em São Paulo, o Pontal do Paranapanema foi, novamente, uma das regiões pioneiras de atuação do movimento. Na época, formada por um lote "grilado" de mais de 1.100.000 hectares. Em 1984 ocorre a primeira vitória na região quando o governo decretou as primeiras desapropriações favoráveis ao MST, arrecadando uma área de mais de 15.000 hectares para assentar cerca de 460 famílias. Este assentamento ficou conhecido como Gleba XV de Novembro (FERNANDES, 2000). Esses lotes estão localizados no município de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio. A partir dessa atuação, o Pontal do Paranapanema se tornou foco de investidas de grupos sociais, principalmente o MST, buscando a obtenção de terra, configurando uma série de ocupações.

CONHECENDO O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

O assentamento rural Nova Esperança, localizado no município de Euclides da Cunha Paulista/SP, apresenta expressivo quadro de degradação ambiental devido à forte inserção social promovida pelo avanço da agricultura e da pecuária para o oeste paulista, sem o uso de técnicas de manejo ambiental adequadas. A região é conhecida por graves conflitos de terra, o que legitimou a presença do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), para tentar resolver os problemas referentes à esses conflitos.

O Pontal do Paranapanema tem assistido, ao longo de décadas, intenso processo de expansão de pastagens e cultivos agrícolas, em substituição a matas nativas, predominantemente a Floresta Estacional Semidecidual Sub-Montana, conhecida popularmente como Mata Atlântica de Interior.

A ocupação mal planejada e, muitas vezes ilegal, agravada pelas características naturais do território, resultou em quadros de intensa degradação do solo, principalmente na forma de erosão hídrica, lineares e areolares, em solos com predomínio de classe textural arenosa, potencializando os processos em vertente, comprometendo a atividade agropecuária e, conseqüentemente, a subsistência das famílias assentadas.

A erosão hídrica acarreta a redução da capacidade produtiva do solo, promovendo o aumento do custo de produção. Bertoni e Lombardi Neto (2005) alertam que a erosão é um dos problemas mais urgentes da humanidade. Ela já arruinou milhões de hectares de terras cultiváveis e deixou outras em situação submarginal. Hoje em dia, muitas de nossas terras encontram-se em processo de degradação, remetendo à necessidade de intervenção para evitar a escassez de áreas para o plantio. Destacando a importância do solo, Wincander e Monroe (2009, p. 139) lembram que:

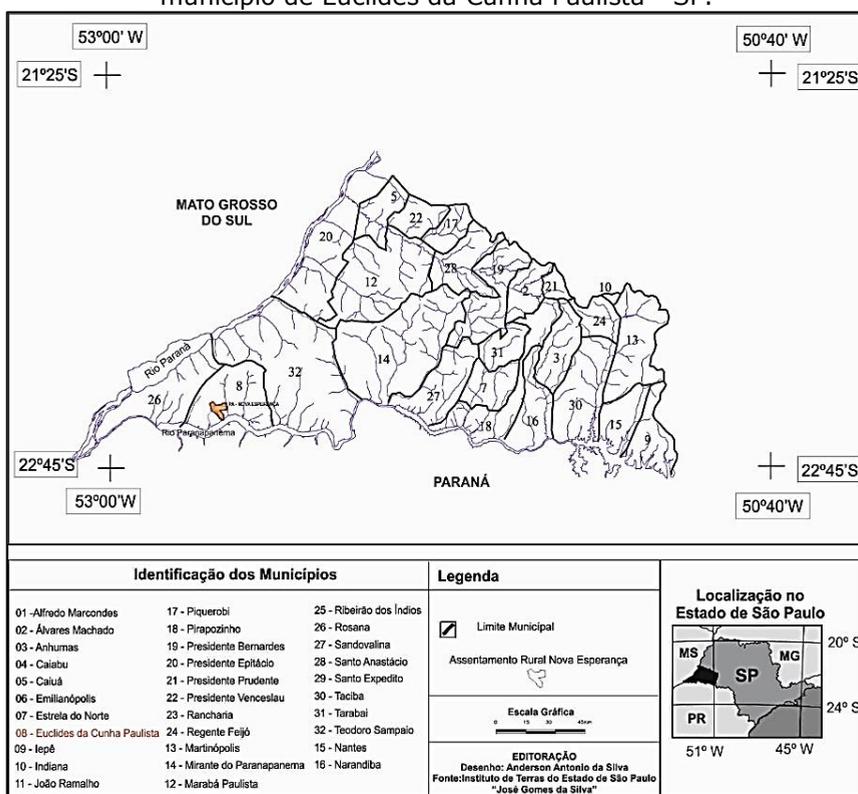
Da perspectiva humana, os solos não são renováveis, de modo que as pessoas estão alarmadas pelas perdas de solo que excedem a sua taxa de formação. De modo semelhante, qualquer redução na fertilidade e na produtividade do solo é causa para a preocupação, especialmente em áreas onde os solos já permitem somente uma existência marginal. Por essa razão, a **degradação do solo**, que inclui a erosão, assim como a deterioração química e física, é um problema sério em muitas partes do mundo.

Por se tratar de um dos bens naturais mais utilizados no cultivo de alimentos, primordial conservacionista, tende a ter sua capacidade produtiva comprometida. Conhecer, portanto, os principais fatores que favorecem essas perdas e saber como agir para reduzir esses danos torna-se tarefa primordial para um planejamento conservacionista (ROQUE et al., 2001). Guerra (2007) afirma que, para evitar a degradação do solo decorrente da erosão, é necessário o conhecimento da dinâmica erosiva desde seu início,

sempre são aspectos fáceis ou suficientes para promover o crescimento econômico do produtor.

Nesse sentido, a experiência realizada no assentamento rural Nova Esperança, localizado no município de Euclides da Cunha Paulista/SP (FIGURA 1), além de propiciar a compreensão do contexto histórico dos conflitos sociais no campo, implicou também a aplicação de técnicas de recuperação em áreas degradadas por erosão, por meio de metodologias edáficas e mecânicas, no desenvolvimento de uma práxis coletiva e integradora junto com os assentados rurais.

FIGURA 1 - Localização do assentamento rural Nova Esperança, município de Euclides da Cunha Paulista - SP.



O assentamento rural Nova Esperança foi implantado no ano 2000, possui uma área total de 2.028 hectares, dos quais 1.481 hectares (73%) foram destinados a 98 lotes agrícolas, perfazendo

uma área média de 15,5 hectares por lote. A área comunitária ocupa 2,5 hectares e as estradas, 29,2 hectares, enquanto 93,6 hectares destinam-se a Áreas de Preservação Permanente (APP) e 422,5 hectares correspondem à área de Reserva Legal (RL).

Os grandes desafios dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema são a recuperação de áreas degradadas (FIGURA 2) em especial por erosão hídrica, e a geração de renda, ambos, aspectos intrinsecamente articulados, pois o resgate da qualidade ambiental é de crucial importância para o estabelecimento de atividades sociais e ambientais, assim como de medidas economicamente sustentáveis.

É notório o avançado quadro de degradação ambiental em que se encontra parte do Assentamento Rural Nova Esperança, especialmente a área de Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente. Foi nesse cenário que se realizou o processo de luta pela terra e, conseqüentemente, a reforma agrária.

Todavia, a luta pela terra ocorre agora na esfera da relação da sociedade com a natureza mediada pelo trabalho, seja na restauração e restituição técnica da natureza da área em questão, seja no engajamento dos assentados como agentes sociais, num processo de construção coletiva e orgânica em que se tornam transformadores de sua realidade de vida.

Em face dessas circunstâncias, foi realizado um trabalho coletivo envolvendo, direta ou indiretamente, assentados rurais, técnicos do INCRA, professores e alunos da graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente e Ourinhos, com o objetivo de recuperar as áreas degradadas no assentamento rural Nova Esperança, por meio do desenvolvimento e da aplicação de técnicas mecânicas de baixo custo para o controle de erosão, visando à estabilização de focos erosivos. Fez parte da proposta, a aplicação de técnicas edáficas, como o plantio de mudas de espécies nativas da região do Pontal do Paranapanema, com o fim de proporcionar o restabelecimento das funções ambientais e sociais do assentamento. Para a efetivação do plano de trabalho, tomou-se como modelo, para a aplicação da metodologia de controle da erosão e plantio de mudas, uma erosão linear do tipo ravina e seu entorno.

FIGURA 2 - Voçoroca resultante do uso inadequado da terra, principalmente da atividade pecuária, introduzida antes do processo de reforma agrária realizado no Assentamento Rural Nova Esperança.



Foto: Autores (dezembro de 2010)

Todas as informações sobre a situação ambiental local da área experimental e as técnicas a serem implementadas foram discutidas com os assentados rurais, ainda que nem todos tenham participado do trabalho realizado, que teve o intuito de apresentá-los os problemas ambientais relacionados aos focos erosivos e, também, discutir sobre a função social a que área em estudo deveria estar destinada. Alguns assentados, porém, apreensivos com a intervenção na área da Reserva Legal, não colaboraram com a retirada do gado, alegando dificuldades pelo fato de a maioria dos lotes não possuir água encanada para dessedentação dos animais.

O USO DAS TÉCNICAS MECÂNICAS E EDÁFICAS DE BIOENGENHARIA E SUA FUNÇÃO SOCIAL NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO RURAL NOVA ESPERANÇA

Iniciou-se a recuperação da área piloto, com a implantação de técnicas de contenção de erosão na ravina, tomada como modelo para a aplicação da metodologia, já que para recuperar completamente qualquer uma das áreas seriam necessários meses ou anos de trabalhos focados somente nessa tarefa.

O método utilizado foram as técnicas de bioengenharia com a instalação de barreira física de bambu nas áreas mais críticas, identificadas pelo caminho dos fluxos pluviais (EMBRAPA, 2006). O objetivo era reduzir a velocidade do escoamento superficial e a consequente evolução da ravina. A montante da erosão, foram implantadas duas barreiras, fixadas em três estacas de bambu, duas nas extremidades e uma no meio. Os bambus, formando barreiras com cerca de 30 cm de altura e 5 m de comprimento, foram dispostos horizontalmente e amarrados com arame em cada estaca. Em seguida, foram adicionados sacos de ráfia cheios de areia e seixos, para a contenção do fluxo (FIGURA 3).

FIGURA 3 - Barreiras feitas com sacos de ráfia (areia e seixos) apoiadas em bambu, a montante da erosão.



Foto: Autores (junho de 2011)

Dentro da erosão, bambus foram também colocados horizontalmente, fixados nas laterais do barranco e amarrados em uma estaca central, formando uma barreira de cerca de 1 m de altura e 4 m de comprimento (FIGURA 4). Para a aplicação dessa metodologia, também foram utilizados bambus (*Bambuseae*) cultivados no próprio Assentamento e materiais comuns e de baixo custo, como alicate, enxadão, cavadeira e arame.

FIGURA 4 - Sequência de montagem das barreiras com o uso de bambus dentro da ravina.



Foto: Autores (junho de 2011)

Para a implantação das técnicas edáficas, foi construída uma cerca contornando a erosão, a fim de possibilitar o plantio de 600 mudas de espécies nativas, efetuado em outubro de 2012, como medida complementar do processo de recuperação. Todavia, por motivos desconhecidos a cerca foi cortada e permitiu a entrada do gado (FIGURA 5). Por esse motivo, mais de 300 mudas tiveram que ser replantadas (FIGURAS 6). O propósito era, caso não ocorresse mais nenhum problema, que pudesse haver uma recuperação satisfatória do foco erosivo.

Podem ser destacados como resultados da eficiência da técnica, o crescimento de gramíneas e do bambu no interior do foco erosivo, além de um acúmulo sutil de sedimentos no interior da erosão a montante da barreira (FIGURA 7).

FIGURA 5 - Corte do arame da cerca construída para evitar a entrada do gado na área onde ocorreu o plantio de mudas nativas.



Foto: Autores (maio de 2012)

FIGURA 6 - Replântio de 300 mudas nativas com a presença de assentados rurais.



Foto: Autores (outubro de 2012).

FIGURA 7 - Evolução temporal da recuperação do processo erosivo com o uso conjugado de sistema mecânicos (barramento com bambus) e edáficos (plantio de mudas nativas).

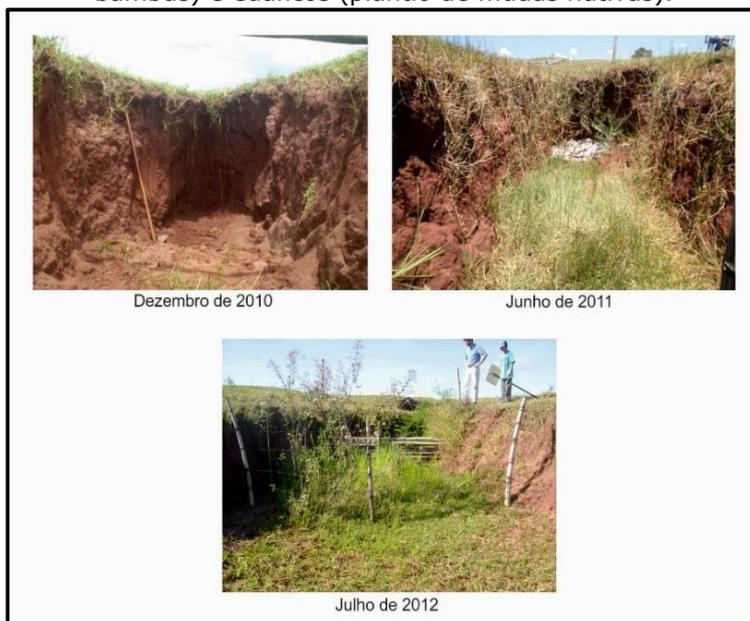


Foto: Autores (junho de 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho, além da reflexão teórica materializada através da práxis geográfica, permitiu reunir uma gama muito importante de informações sobre a questão ambiental e agrária, tanto no que concerne à luta pela terra, quanto às condições dos produtores familiares, e sobre o processo histórico de ocupação do Pontal do Paranapanema. Foi possível, afinal, realizar um diagnóstico ambiental das áreas de estudo, a fim de subsidiar a adoção de técnicas diferenciadas para a recuperação do quadro de degradação do ambiente.

Com base na observação geral empírica e na convivência com diferentes agentes sociais, pôde-se constatar os problemas sociais e ambientais por eles enfrentados nesses espaços geográficos de lutas, conflitos e contradições em que historicamente estão inseridos, vítimas de um processo excludente gerado ao longo do tempo e que envolve diferentes dinâmicas da natureza e da sociedade.

O assentamento rural Nova Esperança exemplifica uma conquista dos movimentos sociais, com destaque para o MST, em face da concentração fundiária predominante no território brasileiro. Observa-se, porém, que a luta não termina com a posse da terra, mas prossegue, na tentativa da conquista de condições estruturais para melhorar a produção, o ambiente e a qualidade de vida dos assentados.

Além do uso das técnicas, o fato transformador ocorreu na relação de compartilhamento do trabalho coletivo ao lado dos diversos atores sociais, o que, ao longo do tempo de convívio, possibilitou a junção entre os conhecimentos e saberes acadêmicos e populares, transformando-os, em determinados momentos, num saber único. Isso possibilitou romper a relação sujeito-objeto, ainda muito impregnada na ciência geográfica.

A práxis realizada no trabalho com os assentados rurais, mostrou a heterogeneidade de formas de pensar, agir e conceber o território de vivência. São prova disso, os comportamentos coletivos (de poucos) ou individualizados (da maioria), expressos, por exemplo, na baixa participação dos assentados no processo de recuperação desenvolvido e na manutenção do gado na área da Reserva Legal ao longo de todo o trabalho. Ainda que para permitir o andamento das etapas de recuperação, principalmente a do plantio das mudas nativas, uma cerca tenha sido construída, ela posteriormente foi cortada. Este fato negativo levou a uma nova

intervenção de plantio e ao aprofundamento do diálogo entre os diferentes atores sociais, considerando que os assentados são os mais indicados para dar continuidade ao processo de recuperação dos solos degradados, tendo em vista a interferência direta que a situação ambiental tem em suas vidas.

Entende-se, assim, que as medidas de cooperação envolvendo a academia e os assentados ou pequenos proprietários rurais podem ser estabelecidas através de políticas de governança entre os agentes sociais inseridos no contexto histórico de determinado território. Os assentados rurais, são vítimas do sistema econômico perverso e excludente que aliena a cooperação, gerando individualidade e abrindo espaço para vulnerabilidades sociais e econômicas, decorrentes da dependência ao capital financeiro, que acaba por ocasionar riscos alimentares em períodos de escassez.

No âmbito da Geografia, é preciso entender a complexidade das dinâmicas naturais e sociais que constituem o território e o espaço geográfico conflituoso, a fim de promover políticas que privilegiem as unidades domésticas e coletivas, evitando o aumento da desigualdade de renda e o abandono da terra. Neste sentido é possível articular as dinâmicas naturais e sociais no **espaço total**, em que, segundo Ab´Saber (2004, p.222) a paisagem constitui [...] o mosaico das heranças da natureza integrada com as heranças positivas ou negativas das ações acumuladas feitas por gerações e gerações de homens.

Assim, como professores e agentes sociais procuramos, através do trabalho com os assentados rurais e pequenos produtores e pelo viés da pesquisa-ação, reconstruir tecnicamente a natureza transformada e tecnificada pela sociedade, composta por agentes sociais diferenciados ao longo da história, a fim de associar a **prática** experimental à **teoria** de construção do conhecimento, tendo como base a tríade: pós-modernidade como TESE, a dialética materialista e a complexidade como ANTÍTESE e a práxis marxista como SÍNTESE.

REFERÊNCIAS

Ab´SABER, A.N. **São Paulo - Ensaio e entrevero**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 400 p.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. São Paulo: Ícone, 5. ed., 2005.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Recuperação de Voçorocas em Áreas Rurais**. Versão eletrônica, 2006b. Disponível em: <http://www.cnpab.embrapa.br/publicacoes/sistemasdeproducao/vocoroca/index.htm>, Acesso em 02/11/2011.

FELICIANO, C. A. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema**: administrando os conflitos agrários. Revista NERA, Ano 10 nº 11, Presidente Prudente, 2007: 48-60.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 1994.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 nº 16. Buenos Aires: CLACSO, junho de 2005. p. 273 - 283.

FERNANDES, B. M. **A Formação e territorialização do MST no Brasil** In: Abordagens técnico-metodológicas em geografia agrária / Organizadores: Gláucio José Marafon, João Rua, Miguel Angelo Ribeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 139-168.

GUERRA, A. J. T., SOARES da SILVA, A., BOTELHO, R. C. M., **Erosão e Conservação dos Solos**: Conceitos Temas e Aplicações, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª Ed, 2007.

NUNES, J.O.R.; PERUSI, M.C.; PETERLINI, G.H.C.; TIEZZI, R.O.; PISANI, R.J. e SANTANA, E.L. **Variações texturais dos Latossolos Vermelhos do Assentamento Rural Antônio Conselheiro-Mirante do Paranapanema/SP**. Geografia em Atos (UNESP), v. 1, 2006. p. 30-39.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. 2. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2016, 205 p.

ROQUE, C.G.; CARVALHO, M.P.; PRADO, R.M. **Fator erosividade da chuva de Piraju (SP): distribuição, probabilidade de ocorrência, período de retorno e correlação com o coeficiente de chuva.** Revista Brasileira de Ciência do Solo, Campinas, v. 25, n. 1, jan./mar. 2001. p. 147-156.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas. João Carlos Tedesco, organizador. 3ª Ed. UPF Passo Fundo, 2001. p. 21-55.

WEILL; M. de A. M.; PIRES NETO, A. G. **Erosão e Assoreamento.** In: Vulnerabilidade Ambiental. Rozely Ferreira dos Santos, organizadora. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, 2007. p. 40 – 58.

WINCANDER, R.; MONROE, J. S. **Fundamentos da Geologia.** Traduzido por Harue Ohara Avritcher; Revisão técnica Mauricio Antônio Carneiro. São Paulo: Cengage Learning, 2009.



A TERRITORIALIDADE E A GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA

**Gilnei Machado
Euzemar Florentino Júnior**

INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica tem sido apontada como a unidade ambiental mais adequada para o tratamento dos componentes e a análise da dinâmica das inter-relações entre sociedade e natureza. Ela tem sido alvo de estudos ambientais, não apenas ligados aos aspectos hídricos, mas também relativos à sua estrutura biofísica, bem como às mudanças nos padrões de uso da terra e suas implicações ambientais, pois nela ocorre a interação entre os diversos componentes da paisagem, do espaço e do território.

A adoção da noção de bacia hidrográfica para o estudo e conservação do ambiente está relacionada à possibilidade de avaliar, em uma determinada área, o seu potencial de desenvolvimento, determinando as melhores formas de seu aproveitamento, com o mínimo de impacto ambiental.

Na prática, a utilização da bacia hidrográfica consiste na determinação de um espaço (como substrato físico), sobre o qual devem ser desenvolvidos mecanismos de gerenciamento ambiental na perspectiva do desenvolvimento ambientalmente correto (PIRES, SANTOS e DEL PRETITE, 2002).

Cabe aqui distinguir o conceito atrelado à bacia hidrográfica enquanto "unidade de análise" e "unidade de gerenciamento". O primeiro é eminentemente técnico-científico; já o segundo é eminentemente político administrativo. A unidade está aqui compreendida na perspectiva dialética, como mostra Silva (1999).

Estudar uma bacia significa analisar uma multiplicidade de relações internas e externas próprias a ela, podendo ser, por isso, considerada como a expressão, em diversas escalas, da interação

entre sociedade e natureza que se revela na mudança da paisagem e na constituição histórica do território.

Na concepção de Tundisi et al. (1988), a bacia hidrográfica é uma unidade importante na investigação científica, treinamento e uso integrado de informações para demonstração, experimentação e observação em trabalho real de campo, possibilitando a compreensão de processos e fenômenos de uma forma globalizada e não compartimentalizada.

O planejamento do uso e o gerenciamento de uma bacia hidrográfica devem adotar uma abordagem de integração dos aspectos naturais, culturais, econômicos e políticos procurando diminuir os impactos e riscos ambientais. A bacia hidrográfica, nesse sentido, corresponde a um território formado historicamente a partir do espaço. Ela contém a multidimensionalidade do território que precisa ser explicada e gerenciada.

Estudar a bacia hidrográfica implica identificar os seus componentes principais, bem como as relações de contexto histórico. Ela é uma opção importante quando as variáveis ambientais são consideradas, à medida que proporciona o debate entre usuários em torno de um mesmo espaço, com recursos e interesses em comum.

Se, por meio de uma bacia hidrográfica, torna-se possível a análise dos aspectos relativos às questões culturais, políticas, econômicas e ambientais, desse modo, podemos entender a bacia como um espaço, no qual a ocupação humana produz marcas na paisagem ao longo do tempo. Dessa maneira, reiteramos a relação existente entre o espaço e o tempo, entre a paisagem e o território.

Logicamente que, para adotar essa forma de pensar não podemos entender a bacia hidrográfica simplesmente como a área de drenagem física das águas superficiais e/ou subterrâneas composta por canais de drenagem e delimitada pelos divisores de águas (STRAHLER, 2000). Ou como o "conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes", constituída por divisores de água e cursos d'água principais, afluentes e subafluentes (GUERRA, 1993, p.48). Precisamos concebê-la de uma forma mais complexa, que vá além da delimitação física, precisamos entendê-la como o espaço que foi transformado em território por meio das mudanças promovidas pela sociedade que ali se estabeleceu.

Nossa concepção de bacia hidrográfica como território se embasa nas palavras de Saquet (2004) que afirma que o território pode ser compreendido como chão, área, natureza e ambiente

construído pelas relações sociais estabelecidas no presente e ao longo do processo histórico de transformação do espaço.

O espaço da bacia hidrográfica se torna território quando passa a ser meio e objeto de trabalho, de produção, de troca, de cooperação entre os membros da sociedade que o ocupa (DEMATTEIS, 1985). Uma bacia hidrográfica se torna território quando passa pelo processo de territorialização e é por meio deste processo que espaço, paisagem e território interagem formando um todo complexo onde a sociedade expressa suas marcas.

TERRITORIALIDADE

Existem inúmeros tipos de territorialidade. A mais comum é a territorialidade animal, na qual um indivíduo animal apresenta uma conduta na qual ele toma posse de um determinado território e o defende de outros indivíduos de sua própria espécie (RAFFESTIN, 1981). O que faz com que a territorialidade possa ser entendida como uma espécie de chave interpretativa para o estudo do comportamento espacial dos animais ditos territoriais, o que inclui o homem.

Dois elementos chamam muita atenção quando estudamos a territorialidade animal, um é a posse e o outro é o uso que eles fazem do espaço. Desta forma, o estudo da territorialidade está intrinsecamente conectado ao exercício de poder. Um poder que se exprime territorialmente através das diversas formas de apropriação do espaço.

Os estudos relacionados à territorialidade humana são recentes e tem suas origens nos anos 1970 (SOJA, 1971; GOTTMANN, 1973; MALMBERG, 1980). Nestes estudos a territorialidade é definida como componente geográfico chave para compreender como a sociedade e o espaço estão intimamente conectados.

Naquela época, Soja (1971) definiu a territorialidade como um fenômeno de comportamento associado à organização do território, o qual é distinguido como total ou parcialmente exclusivo para seus ocupantes e para aqueles que o definem. Assim se destacam como características básicas da territorialidade: *a identidade espacial, a exclusividade e o senso de compartimentação/separação*. Podendo ser este último definido como senso de pertencimento ou não pertencimento (para indivíduos de fora).

A territorialidade não surge da simples relação do homem com o espaço, mas deriva da relação conjunta com o espaço e com os outros sujeitos sociais, desta forma, a territorialidade não é um objeto, mas uma relação (SACK, 1983). Ela não é um dado físico-material, mas uma característica cultural que exprime uma intencionalidade que guia a organização dos sujeitos, na posse e no uso do espaço, bem como na sua delimitação (SACK, 1986).

Para Saquet (2011) a territorialidade também significa mobilização, organização, luta, as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantêm entre si, com a natureza interior e com a sua natureza orgânica o que os ajuda a sobreviver biológica e socialmente.

A territorialidade é representada por todas as nossas atividades cotidianas que ocorrem no trabalho, no espaço de lazer, nas igrejas, na escola, na rua, no bairro e cada grupo social tem as suas próprias territorialidades, as quais definem territórios distintos e singulares (HUSSY, 2002). Ela é a valorização das condições e potencialidades dos diferentes territórios-lugares.

Dematteis e Governa (2005) debatem a existência da territorialidade passiva e da territorialidade ativa. A primeira é aquela que aceita a intervenção de sujeitos de fora do território, já a segunda, está diretamente relacionada aos sujeitos locais.

A territorialidade ativa serve de estratégia inclusiva e cooperativa e busca a valorização das potencialidades endógenas e a construção de uma identidade coletiva dos sujeitos locais, fazendo com que o território seja o centro das políticas e das ações buscando estratégias de ação contextualizadas, territorializadas e participativas. Este tipo de territorialidade pode ser compreendido como territorialidade natural.

TERRITORIALIZAÇÃO

O debate deste tópico começa com o que chamamos de Processo de Territorialização, que é nada mais nada menos que o efeito da "ação territorial", que representa uma forma específica de ação coletiva que acolhe, deposita, estratifica e conecta trabalho socialmente mediado e mais ou menos normatizado (TURCO, 1986).

Os processos de territorialização podem ser analisados de forma cronológica, como produção de formas e de uma lógica determinada historicamente. Não é possível territorializar o espaço

sem *carregá-lo de informações e construir formas de troca*, cooperação e comunicação mais complexa que o nível natural.

A ação territorial apresenta assim, três aspectos indissolúveis entre si: material, simbólico e imaterial. Ela se realiza por meio de *processos territorializantes* que, por apresentarem uma grande variabilidade quantitativa e qualitativa, são aplicáveis a categorias fundamentais da ciência geográfica, como é o caso do território.

Para Gatti (1994) existem cinco *processos territorializantes*, expressos por meio de relações de poder, que transformam qualquer espaço em território, os quais são: 1) Denominação; 2) Delimitação; 3) Comunicação; 4) Estruturação; 5) Transformação material.

De todos estes aspectos, talvez, o mais importante seja a Transformação Material, uma vez que é representada pelas mudanças no espaço e na paisagem promovido pela sociedade para atender as suas necessidades.

A ocupação de uma bacia hidrográfica por um grupo de pessoas e as modificações ambientais e paisagísticas decorrentes desta ocupação faz parte, portanto, do processo de territorialização do espaço.

TERRITÓRIO

Para a compreensão, com clareza, dos elementos que queremos trabalhar ao longo deste capítulo cabe analisar alguns conceitos chaves para este debate, a saber, o que entendemos por Territorialização? E o que entendemos por Território? O que entendemos por Territorialidade? É com base na elucidação destes conceitos que poderemos abordar aquilo que consideramos o tema base desta pesquisa, a territorialidade da bacia hidrográfica e sua gestão.

Cabe destacar, para iniciarmos nosso debate do conceito de território, que ele não é equivalente ao espaço, pois este é anterior ao território e o território se forma a partir dele. Ao se apropriar do espaço a sociedade o territorializa (RAFFESTIN, 1993).

A produção, organização, modificação de um espaço revela relações de poder, exercidas por pessoas ou grupos de pessoas e, sem as quais, não se define território. Por conseguinte, todos somos atores que produzimos territórios.

O território envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação. A ocupação é a mais primordial ação humana que envolve a manifestação do princípio da territorialidade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização complexas.

Saquet (2003), afirma que o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Como essas relações são múltiplas, os territórios também o são, o que revela a complexidade social e as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitada.

O território também se encontra ligado à ideia de movimento, e não apenas à fixação, enraizamento e estabilidade, por isso, há aqueles que defendem a ideia de território como um conjunto de relações sociais, mas há também aqueles que o concebem como o substrato (físico) e componente fundamental das relações sociais.

As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra. O território, como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural precisa ser entendido a partir de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (economia-política-cultura-natureza) (HEIDRICH, 2004).

Saquet (2003 e 2004) afirma que, nas diversas concepções de território, o mesmo aparece compreendido como chão, infraestrutura, área mais ou menos delimitada, formas espaciais/obras, Estado-Nação, local, lugar e relações sociais.

Para Dematteis, o território é cultura, política, economia e natureza. É uma concepção que auxilia diretamente na análise das transformações da paisagem e na elaboração de programas de desenvolvimento (DEMATTEIS, 1995).

Nesse sentido, ao debater a concepção de autores italianos acerca do território, Saquet (2004, p. 139) chega à conclusão de que esse é formado por "habitações, estabelecimentos industriais, financeiros, comerciais e de serviços, pontes, estradas, plantações, pastagens, instituições políticas e culturais, automóveis, antenas, relações sociais, fluxos, conexões, enraizamento e relações de poder". Para o autor, há uma dialética entre os elementos que constituem o território (naturais e sociais):

Por fim, é importante deixar claro que essa discussão sobre a construção histórica do território, por sociedades que materializam suas ações na paisagem é central em nossa análise.

Essa forma de análise permite-nos afirmar que o espaço correspondente a uma bacia hidrográfica pode ser considerado um território, uma vez que, ele passa por esse processo de apropriação e transformação. Espaço-território-paisagem estão em íntima relação e acontecem em virtude das relações sociedade-natureza. Por isso são, também, conceitos centrais em nossa abordagem.

A TERRITORIALIDADE E A GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Machado (2009) ao estudar a bacia hidrográfica do Rio Marrecas, localizada no Sudoeste do Estado do Paraná identificou que ela apresenta uma série de atores territorializantes que atribuem à bacia uma territorialidade que pode ser considerada como natural.

Agentes territorializantes podem ser encontrados nas diversas bacias espalhadas pela superfície terrestre, seja em meio rural ou urbano. Pessoas as mais diversas que atuam sobre o espaço, impondo sobre ele a sua ação (poder político, econômico etc), territorializam esse espaço. Isso é o que consideramos territorialização natural, uma vez que parte de agentes próprios da área, espaço ou, no caso em análise, a bacia hidrográfica.

A partir do momento em que a territorialização ocorre com a ação de agentes externos (governamentais ou não) podemos dizer que ela é imposta ou externa, não partindo dos entes da própria bacia. É o que queremos demonstrar com a análise das políticas de gestão de bacias hidrográficas brasileiras.

A Política Nacional de Recursos Hídricos brasileira surgiu na década de 1990 com a aprovação da Lei Federal 9.433, 08 de janeiro de 1997, a qual se embasa nos princípios de que a água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico e que a bacia hidrográfica é a unidade territorial considerada ideal para implementação desta Política, uma vez que ela possibilita considerar a junção de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais relacionados à área da bacia.

Cabe aqui salientar, entretanto, que gerenciar recursos hídricos é diferente de gerenciar a bacia hidrográfica e que o

objetivo primordial da Lei 9.433 é a gestão dos Recursos Hídricos, ou seja, da água.

Apesar da premissa de que o gerenciamento dos recursos hídricos deva ocorrer de forma integrada com as políticas de setores usuários da água, com os planejamentos regionais, estaduais e nacional, com as políticas de uso do solo e adequando-se às diversidades e complexidades de cada região do país e à gestão ambiental destas áreas, nem sempre é isso que ocorre. E, por isso, não é difícil encontrarmos no Brasil, casos de gerenciamento deficitário de bacias.

No Brasil, tanto a política de recursos hídricos, quanto as ambientais, que envolvem a bacia hidrográfica como um todo, são instituídas a partir das esferas governamentais em direção à bacia, o que é uma forma equivocada de fazer e aplicar políticas, pois se mostra como uma política genérica baseada em uma concepção generalista de bacia hidrográfica.

Na gestão baseada na territorialidade ativa todo e qualquer sujeito pertencente à bacia hidrográfica é capaz de agir, de criar políticas, de desenvolver ações inovadoras, que se configuram como respostas ou formas de resistência em relação às políticas de gestão governamentais "externas".

A territorialidade ativa ou a Gestão Local do território se baseia na concepção de governança e busca um enfraquecimento Estado governamental, em proveito de outras autoridades estatais como a justiça, as autoridades independentes, as coletividades e outros componentes da sociedade civil (BOURDIN, 2001, p. 137).

A ideia é que a gestão da bacia ocorra ancorada em atores ligados ao território desta bacia (COLLETIS, GILLY et. al, 1999) que buscariam a cooperação entre si para a solução de todo e qualquer problema relacionado à sua área de gestão (BENKO, 1996).

Surge então o termo governança territorial que se refere à iniciativas ou ações que demonstram a capacidade de uma sociedade para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento coletivo e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente não conseguimos fechar o debate relacionado ao tema proposto, mas o objetivo também não era este, mas sim o de fazer você leitor refletir sobre o assunto e, quem sabe, buscar

maiores informações e auxiliar na estruturação do conhecimento sobre o assunto.

Que a bacia hidrográfica é um território, isso já sabemos, que existem muitos atores que a territorializa, isto também já sabemos, que ela é embasada no espaço e que sua paisagem denuncia a sua territorialidade, isto sem dúvida, também já o sabemos, mas cabe sempre destacar que ninguém conhece mais a bacia que os atores que nela habitam e atuam.

Assim fica a reflexão para a adoção de formas de gerenciamento que partem diretamente das partes interessadas, formas de gerenciamento que sejam mais participativas e direcionadas a todos os elementos da bacia, não apenas à sua água.

REFERÊNCIAS

BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOURDIN, A. A Questão Local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOZZANO, H. **Territórios reais, territórios pensados, territórios posibles: aportes para uma teoria territorial del ambiente.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

BRASIL, **Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997** - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

COLLETIS, G., GILLY, J.P., LEROUX, I., PECQUEUR, B., PERRAT, J., RYCHEN, F., ZIMMERMANN, J.B. "Construction territoriale et Dynamiques productives", Revue Sciences de la Societé, n. 48, outubro de 1999.

DEMATTEIS, G. **Lê metafore della Terra. La geografia humana tra mito e scienza.** Milão: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, G. **Lê metafore della Terra. La geografia humana tra mito e scienza.** 7ª ed, Milão: Feltrinelli, 1995.

_____. **Per una Geografia dela territorialità attiva e dei velori territorial.** In BORONA, P. (Org). SLoT Caderno 1, Baskerville, Bologna, 2001, p. 11 – 30.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. **Il Território nello sviluppo locale, il contributo del modelo SLoT.** In: DEMATTEIS, G.; GOVERNA F.

Territorialità, Sviluppo Locale, Sostenibilità: il modelo SLoT. Milão: Franco Angeli, 2005.

GATTI, F. **Território e sviluppo del locale il microsistema territoriale**. In: MAGNAGHI, A. (org). Il Território dell´Abitare: lo sbiluppo locale come alternativa strategica – 3ª edição, Franco Angeli: Milão, 1994.

GOTTMAN, J. **The significance of Territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOVERNA, F. **Sul ruolo ativo dela territorialità**. In: DEMATTEIS, G.; GOVERNA F. Territorialità, Sviluppo Locale, Sostenibilità: il modelo SLoT. Milão: Franco Angeli, 2005.

GUERRA, A.T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 5.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HEIDRICH, A. L. **Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HUSSY, J. **Le defi de la territorialite** (extrait). In: RACINE, Jean-Bernard; HUSSY, Jocelyne et al (Orgs). La territorialite: une theorie a construire – em hommage à Claude Raffestin, Genebra: Departement de Géographi, Université de Genève, 2002, pp. 217 – 259.

MACHADO, G. **Transformações na paisagem da bacia do rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial** – Presidente Prudente: [s.n], 2009.

MALMBERG, T. **Human Territoriality. Survey of Behaviioral territories in man with preliminar analysis and discussion of meaning**, Mouton Publishers, The Hague-Paris-New York, 1980.

PIRES, J. S. R.; SANTOS, J. E. dos; DEL PRETITE, M. E. **A utilização do conceito de bacia hidrográfica para a conservação dos recursos naturais**. In: SCHIAVETTI, A. & CAMARGO, A. F. M. (orgs). Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações. Ilhéus: Editus, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. 1a. Edição. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. Human Territotiality: A Theory, **Anais da Associação de Geógrafos Americanos**, 73, 1983, pp. 55 – 74.

SACK, R. D. **Human Territoriality: its theory and history**, Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

SAQUET, M. A. **O Território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

SAQUET, M. A. **Os Tempos e os territórios da Colonização Italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das Territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª Edição – São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, J. B. da. **Espaço e Contradições**. In DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. de L. (orgs) O Espaço no fim do Século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SOJA, E. The Political Organization of Space, **377ela377siono n College Geography – Resource Paper nº 8**, Associação dos Geógrafos Americanos, Whashington DC, 1971. Pp. 1 – 54.

SOUZA, M. L. de. **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. 1ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v., p. 140-164.

STHALER, A. **Geografia Física**. Barcelona: Macgraw-Hill, 2000.

TUNDISI, J. G. et al. **A utilização do conceito de bacia hidrográfica como unidade para atualização de professores de Ciências e Geografia: o modelo Lobo (Broa) – Brotas/Itirapina**. In: _____. (Org.) Liminologia e manejo de represas. São Carlos: USP, 1988.

TURCO, A. **Verso uma teoria geográfica 377ela complessità**. Milano: Unicopli, 1986.



SOBRE OS ORGANIZADORES

Claudio Eduardo de Castro

Possui graduação em Geografia Licenciatura (1988), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2004) e doutorado em Geografia pela Unesp-Presidente Prudente. Pós-doutor pela Universidade de Coimbra. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual do Maranhão, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e Regional da UEMA e da pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Na UEMA foi Coordenador de Pesquisas-PPG (2015-2017), Chefe da Editora da UEMA-EDUEMA (2018-2019), Coordenador de pós-graduação (2008-2019) e Coordenador do Grupo de Pesquisas em Unidades de Conservação – GEUC/CNPq. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão e manejo de Unidades de Conservação; Educação; Desenvolvimento e Meio Ambiente; Ambientes Cársticos.

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Formada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Campus de Presidente Prudente, possui doutorado em Geografia pela mesma instituição. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e realizou estágio na University of Manitoba, Canadá. Atualmente é docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA-UFTM) e do Laboratório de Geografia Agrária (UFTM). É docente credenciada ao Programa de Pós-Graduação da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial - UNESP e integra a REDE DATALUTA. Foi coordenadora multidisciplinar do PIBID-UFTM e Supervisora da Central de Laboratórios do IELACHS-UFTM. É Diretora Substituta do IELACHS-UFTM. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Teoria e Método, Pensamento Geográfico, Movimentos Sociais e Luta pela terra, Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Desenvolvimento Territorial.

José Sobreiro Filho

Possui graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado) (2010), mestrado (2013) e doutorado (2016) pela UNESP – Universidade

Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Durante o mestrado realizou sanduiche no Centro de Estudios Avanzados da Universidade Nacional de Córdoba (UNC) e durante o doutorado na School of Geography da University of Leeds. É pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Agrárias sobre Espaço, Desenvolvimento e Conflitualidade (NEADEC). Foi diretor da AGB de Pres. Prudente por dois mandatos, conselheiro da Latin American Studies Association, secretário e prof. de curso no Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), membro da Association of American Geographers e Royal Geographical Society, parecerista de periódicos no Brasil e exterior, membro de conselhos editoriais e projetos de cooperação internacional. Foi professor visitante na School of Geography and Planning da Cardiff University (Reino Unido). Atualmente é professor do Departamento de Geografia (GEA) da Universidade de Brasília (UnB), professor permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UnB, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP e professor da diplomatura em Estudos agrários na Universidade Nacional de Santiago del Estero.

Marcos Aurelio Saquet

Possui graduação em Geografia pela UNIJUÍ (1990), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Fez doutorado sanduíche na Università Ca Foscari de Veneza e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Turim. Foi professor visitante no Politécnico e Università di Torino, na Universidad Nacional de Colómbia (Sede Bogotá), na Universidad Distrital Jose Francisco de Caldas (Bogotá), na Universidad de La Salle (Bogotá), na Universidad de Caldas, bem como no El Colegio de Tlaxcala e na Universidad Autónoma Chapingo - Texcoco e Chiapas, ambas do México. Atualmente é professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde ensina nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado e Doutorado) e Sociedade, Cultura e Fronteiras (Mestrado e Doutorado). É avaliador da FAPESP, CNPq, CAPES, do CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGIA DE MÉXICO (CONACYT), do CNR (Itália) e do Programa SCIELO. É coordenador dos intercâmbios científicos entre a UNIOESTE, El Colegio de Tlaxcala e Universidad Autónoma de Chapingo, Università Ca Foscari di Venezia e Università Degli Studi di Torino,

bem como com a Universidad Nacional de La Plata e Universidad Nacional de Colómbia. Deste modo, também é: a) Membro da Red Territorio, Actores y Gobernanza América Latina (TAG); b) Pesquisador internacional da Red en Gestión Territorial para el Desarrollo Rural Sustentable (México) e do Programa de Investigación Latinoamericano en Gestión para la Soberanía Alimentaria (PILAGTSOA); c) Membro do International Network - Cultural Changes Laboratory, Inequalities and Sustainable Development (CCISUD); d) Membro do Progetto Territori, Sostenibilità e Università (Geographical Salad), Università di Bologna, UNIOESTE, UFPE e Università di Torino; e) Membro da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE).



SOBRE OS AUTORES

Bernardo Mançano Fernandes

Graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado) (1988), mestrado em Geografia (1994) doutorado em Geografia (1999) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean - University of South Florida (2008) Professor Livre-Docente pela UNESP (2013). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL - do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP - São Paulo. Foi professor visitante na Universidade de São Paulo - USP Leste, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal da Paraíba, Universidad Andina Simón Bolívar (Equador), Universidad Nacional de Córdoba, Universidad Nacional de La Plata (Argentina), Universidade Nacional de Santiago del Estero, Universidad de La República (Uruguai), Universidad Academia de Humanismo Cristiano (Chile), Universidad de Caldas (Colômbia), Stanford University (EUA), International Institute of Social Studies (HOL) e da School of Geography and Planning - Cardiff University (UK). Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, onde preside a coleção Vozes do Campo e a coleção Estudos Camponeses e Mudança Agrária, publicados pela Editora da Unesp. Parecerista do CNPq, da Fapesp, da Capes, do SciELO. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (Nera) e da REDE DATALUTA. Membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Autor do livro "A formação do MST no Brasil e, em coautoria com João Pedro Stedile, do livro "Brava Gente" Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe, pesquisando os seguintes temas: teorias dos territórios, paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, reforma agrária, desenvolvimento territorial, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina

Bruna Gonçalves Costa

Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Atualmente é mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente. É pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA. É pesquisadora de

movimentos socioterritoriais das florestas na Rede Dataluta - Banco de Dados da Luta Pela Terra.”

Dyego de Oliveira Arruda

Possui Pós-Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2019), Doutorado em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo - USP (2017), Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2013) e Bacharelado em Ciências Econômicas também pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2011). É professor do quadro permanente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ (campus Valença, é professor do Programa de Pós-Graduação (nível mestrado acadêmico) em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do CEFET/RJ (campus Maracanã), atuando na linha de pesquisa sobre políticas públicas voltadas às questões étnico-raciais. Integra, atualmente, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), do INEP/MEC. Atualmente tem interesse nas seguintes temáticas de pesquisa: políticas públicas, ações afirmativas e a questão étnico-racial nas organizações; economia social e solidária; desenvolvimento local/regional; economia do turismo.

Edier Hernan Bustos Velazco

Profesor investigador titular Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Mg. Educación Matemática, Dr. en Educación (Énfasis Enseñanza de las Ciencias), Dr (c), en Geografía Universidad Nacional de La Plata, Director de la red de investigación Bacatá-IT, integrante de la red Latinoamericana Territorios Posibles.

Edson Luís Piroli

Engenheiro Florestal, Mestre em Engenharia Agrícola, na Área de Concentração em Sensoriamento Remoto, pela UFSM, Doutor em Agronomia na Área de Concentração em Energia na Agricultura, na Linha de Pesquisa Planejamento do Uso do Solo, Estudo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela UNESP. Livre Docente em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento pela UNESP. Professor Associado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no curso de graduação em Geografia, no Campus de Ourinhos e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente. Orienta alunos de graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Recebeu 10 prêmios e/ou homenagens. Atua nas áreas de manejo, planejamento e gestão ambiental, de bacias e microbacias hidrográficas e áreas de preservação permanente (APP), com ênfase na aplicação do Sensoriamento Remoto como fonte de dados e do Geoprocessamento como técnica de análise. Foi coordenador do curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente e Vice Coordenador Executivo do Campus Experimental da UNESP de Rosana entre julho de 2007 e dezembro

de 2008. Foi Vice Coordenador Executivo do Campus Experimental da UNESP de Ourinhos de 2013 e 2017, atualmente é o Coordenador Executivo deste Câmpus da UNESP. Participou de um projeto temático e de um projeto de políticas públicas financiados pela FAPESP. Coordenou o Projeto Regular "Análise do uso da terra nas áreas de preservação permanente do rio financiado pela FAPESP. Coordenou projeto MES/Cuba financiado pela CAPES que envolveu quatro pesquisadores cubanos e brasileiros e quatro doutorados sanduíche de alunos dos dois países. Atualmente coordena o projeto Mudanças no uso da terra em microbacias hidrográficas e impactos nos recursos naturais e na população humana, financiado pela FAPESP.

Estevan Bartoli

Professor da Universidade do Estado do Amazonas - campus de Parintins, possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (2001), especialização em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2009) e é doutor em geografia pela UNESP de Presidente Prudente (2017) com estágio ("sanduíche") na Universidade Ca Foscari de Veneza. Realiza pesquisas nas áreas de geografia urbana e análise territorial, com ênfase em sistemas territoriais para o desenvolvimento territorial em cidades na Amazônia. Líder do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM) e Bolsista Produtividade pela Universidade do Estado do Amazonas, é membro do Núcleo Estadual de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (Niffam), realizando pesquisas sobre a sub-região do baixo Amazonas. Artista plástico e fotógrafo, tem realizado diálogo entre representações artísticas e a ciência geográfica através de exposições e publicações diversas.

Euzemar Florentino Júnior

Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Unesp de Ourinhos (Bacharelado com ênfase em Climatologia); Especialista em "Gerenciamento de Recursos Hídricos e Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas" (Unesp de Ourinhos) e Mestre em Geografia pela UEL, na linha Dinâmica Geoambiental. Foi professor de Geografia no Colégio Maranata (Objetivo) em Jacarezinho (PR), na Etec Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho em Ipaussu (SP) e no CACUO-O (Cursinho Alternativo da Unesp de Ourinhos); Também foi professor de Ciências Humanas no PROJOVEM URBANO de Ourinhos (SP). Devido a experiência acadêmica e profissional, possui ampla experiência na área de Geociências com ênfase em Ensino.

Gilnei Machado

Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Rio Grande (1998), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), Doutorado em

Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e Doutorado Sanduiche em Scienze Politica pela Universidade Degli Studi di Torino (2008). Finalizou estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente é professor Associado A na Universidade Estadual de Londrina e editor da Revista Oportuno Tempore. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da UEL. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, qualidade da água, bacia hidrográfica, geografia e trabalho de campo.

Giuliano Silveira Derrosso

Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu), Mestre em Administração (UEM). Graduado em Psicologia e Administração. Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC) E-mail: gderrosso@yahoo.com.br

Igor Breno Barbosa de Sousa

Professor do curso de Geografia no Núcleo de Tecnologias para Educação (UEManet) da Universidade Estadual do Maranhão e do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância no curso de Especialização em Geoprocessamento Aplicado no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG – Diamantina). Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Graduado em Geografia, ambos pela Universidade Estadual do Maranhão, e integrante do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE).

Jéssica Neves Mendes

Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Graduada em Geografia Licenciatura ambos pela Universidade Estadual do Maranhão, e integrante do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE).

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002), Pós-doutorado pela Universidade de Alicante, Espanha (2008-2009) e Livre Docência em Geografia Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014). Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Orientador de mestrado e doutorado. Tem experiência na área de Geografia Física, com ênfase em Geomorfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Geomorfologia, mapeamento geomorfológico, erosão, depósitos tecnogênicos e ambiente.

José Sampaio de Mattos Junior

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. Coordenador do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE).

Lucas Vituri Santarosa

Possui formação acadêmica em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Campus de Ourinhos/SP. Desde a graduação atuou como estagiário bolsista no laboratório de Geologia, Pedologia e Geomorfologia auxiliando em trabalhos de campo e análises físicas de solo. Atuou também em projeto de extensão voltado à aplicação de agricultura de precisão em pequenas propriedades rurais da região de Ourinho/SP com análise de características físicas e químicas dos solos e geoprocessamento. Ainda na graduação, atuou dois anos em projeto de iniciação científica financiado pela Fundação de Amparo ao Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no período de 2011 até 2013, voltada à análise física de solos degradados por erosão hídrica em assentamentos rurais nas regiões de Bauru e Presidente Prudente. De 2014 até 2016 fez mestrado em Agronomia (Irrigação e Drenagem) na Unesp de Botucatu/SP com projeto voltado para mapeamento de águas subterrâneas, estreitando os conhecimentos nas áreas de física e mecânica de solos aplicados ao mapeamento de água subterrâneas com uso de geoestatística. O mestrado foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2014 até 2015 e pela FAPESP de 2015 até 2016. Desde 2017, também financiado pela FAPESP, encontra-se cursando o doutorado em Geociências e meio ambiente na Unesp de Rio Claro/SP, neste adquiriu conhecimentos mais aprofundados em Hidrogeologia, Hidrologia e Isótopos Estáveis (H e O), principalmente na compreensão da interação entre rios e aquíferos nos processos de recarga, armazenamento e descargada da água subterrânea.

Luís Carlos Flávio

Prof. Associado do Curso de Geografia Unioeste – Francisco Beltrão. Possui Pós-doutorado (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (linha de pesquisa Educação e desenvolvimento) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisa os seguintes temas geográficos: território, memória, história, patrimônio e cultura; espaço, território e relações/ metamorfoses cidade/campo: produção do território e participação popular; Geografia cultural. Ensino de Geografia com canção e poesia. Coordenou o Projeto de

Extensão: " Resgatando saberes: cultivo e uso das plantas medicinais no bairro Pe Ulrico, Francisco Beltrão-PR (2014 - SETI/USF/ PR) e o projeto "Resgate de um patrimônio cultural: os saberes referentes ao cultivo e uso das plantas medicinais no bairro Padre Ulrico", (2015/, Programa de Extensão Universitária - Proext - MEC). Integrante do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr).

Luís Fabiano de Aguiar Silva

Doutorando em Geografia – PPGG – UNICENTRO. Graduado em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA (2007). Especialista em Ensino da Geografia-UFMA (2008). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, biênio (2015-2017). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná-UNICENTRO. Desenvolve pesquisas relacionadas a Geografia Humana e Ensino. Especificamente nas áreas de Ensino de Geografia, Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos-EJA e Representações Sociais, Ensino de Geografia e Gestão de Recursos Hídricos, Metodologia para o Ensino de Geografia e Formação de Professores. Atualmente é professor na Rede Pública Estadual - SEEDUC-MA e Municipal - SEMED e Rede Particular de ensino em Chapadinha-MA. Membro do MEIO-NORTE - Grupo de Estudos e Pesquisas Geográficos e Interdisciplinares (UFMA).

Maria Cristina Perusi

Possui título de licenciada e bacharel em Geografia pela FCT/UNESP Câmpus de Presidente Prudente, concluídos em 1994 e 1997, respectivamente. Mestrado e Doutorado em ciências Agrônômicas pela FCA/UNESP Câmpus de Botucatu, concluídos em 2001 e 2005. Desde o ano de 2006, atua como professora do Curso de Geografia da UNESP/Câmpus de Ourinhos, onde é responsável pelas disciplinas de Geologia e Pedologia. Orienta e desenvolve projetos de pesquisa e extensão universitária na área ambiental, mais especificamente com indicadores físicos e biológicos de qualidade do solo; recuperação de áreas degradadas por erosão; fertilidade de solos de assentamentos rurais. Trabalha com educação formal e não formal em solos e educação ambiental inclusiva, além de formação inicial e continuada de professores. É responsável pelo laboratório de Geologia e Pedologia, que desde o ano de 2014 conta com o Selo de Qualidade do Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) em análise granulométrica. Além disso, o referido laboratório sedia as atividades de projetos de extensão universitária e ensino. Durante o período de 2012 a 2016, foi credenciada para docência e orientação de alunos de mestrado junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico da FCT/UNESP Câmpus de Presidente Prudente.

Mauro José Ferreira Cury

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Pós-doutorado

em Geografia pela UFPR (2013) e Turismo, Lazer e Patrimônio pela Universitat de Barcelona (2015). Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu).

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Pós-Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo. Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2001). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987). Atualmente é docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, credenciado nos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Administração e Mestrado em Estudos Fronteiriços. Tem experiência na área de Administração, Turismo, Desenvolvimento Regional e Local, Tecnologias Sociais, Economia Solidária e Planejamento Turístico. Participação nos conselhos editoriais das revistas: Revista Visão e Ação - Universidade do Vale do Itajaí, Revista Geo Pantanal - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Corumbá, Revista Interações - Universidade Católica Dom Bosco e Revista Brasileira de Ecoturismo - Sociedade Brasileira de Ecoturismo.

Pompilio Sánchez Artunduaga

Mg. en didáctica de las matemáticas (2013), Dr (c) en educación y cultura ambiental Universidad de la Amazonia de Florencia Caquetá Colombia. Docente en propiedad de la Institución Educativa Agroecológico Amazónico Buinaima de Florencia. Docente catedrático universidad de la Amazonia.

Ronaldo Barros Sodré

Professor substituto do Departamento de Geociências (DEGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2017), onde também é graduado em Geografia nas modalidades licenciatura e bacharelado (2015). Atua como pesquisador nos Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE), Núcleo de Estudos e Projetos Agrários sobre Desenvolvimento, Espaço e Conflitualidades (NEADEC) e Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (LEPENG). É membro da Rede DATALUTA, onde atua como revisor do Boletim DATALUTA e do Grupo de Estudos sobre Dinâmica Territorial-Gedite. Tem experiência em Geografia Agrária, História do Pensamento Geográfico, Geografia Econômica e Cartografia Temática.

Silas Nogueira de Melo

Licenciado (2009) e Bacharel (2011) em Geografia pela UNESP - Rio Claro, SP. Mestre (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Rio Claro, SP. Doutorado (2017) em Geografia

pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor Adjunto do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da UEMA. Possui experiência nas áreas de Cartografia, Geotecnologias, Análise Espacial e Criminalidade. Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território (GEOGET), certificado pelo CNPq.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem territorial..... 180
Acumulação de capital..... 52
Agentes..... 371
Agricultor 170
Agricultura familiar 189
Agroenergia 173
Agroextrativismo..... 221
Agronegócio 154
Amazônia 210
Arte..... 102
Assentamento rural 181
Assentamentos 355

B

Bacia hidrográfica..... 365
Baixo Amazonas..... 240
Bases epistemológicas..... 125
Bernardo Mançano Fernandes.
..... 138, 380
Biodiversidade 231
Borracha 225
Bruna Gonçalves Costa.....
..... 205, 380

C

Caboclos..... 65
Caíças 65
Campesinato 350
Campo 154
Camponês 67
Camponeses..... 65
Capital mercantil..... 243
Capitalismo 218
Categoria..... 59
Categoria território 210
Categorias geográficas 138
Ciência..... 161
Ciência popular 39
Ciências humanas 207
Cinturão verde..... 181

Claudio Eduardo de Castro
..... 50, 377
Coletivo 355
Colonialidade 210
Commodities 168, 347
Competitividade 236
Comunidade 339
Comunidades tradicionais... 67
Condição pós-moderna 21
Conflitos 69
Conflitualidade..... 68, 164
Conservação..... 365
Contra-hegemônico..... 34
Cooperativa 197
Corpo..... 331
Corrente migratória 285
Cultivo de soja..... 294

D

Dados históricos..... 305
Dataluta 139
Debate paradigmático 163
Decolonial..... 34
Degradação..... 353
Desenvolvimentista..... 186
Desenvolvimento industrial 237
Desenvolvimento local..... 186
Desenvolvimento territorial 183
Desenvolvimento territorial 187
Desmatamento 279
Desterritorialização 23, 28
Desterritorializar 148
Dinâmicas fluviais..... 247
Discurso del poder..... 123
Diversidade 173
Doação simultânea 194
Dominação..... 210, 327
Drogas do sertão..... 225
Dyego de oliveira arruda.....
..... 321, 381

E

Edier Hernan Bustos Velazco ..
..... 123, 381
Edson luís pirolí 345, 381
Educação geográfica 99
Empíria 37
Entrevistas..... 307
Erosão 352
Escala 59
Espaço 27, 57
Espaço geográfico 101
Espaço vivido 58
Espaços desiguais 236
Estado 180
Estado hegemónico 123
Estevan bartoli 231, 382
Etnodiversidade 234
Euzemar florentino júnior.....
..... 365, 382
Êxodo 240
Expropriação 69, 328
Extrativismo..... 234

F

Familiar..... 286
Fenômeno urbano 233
Formação socioespacial 60
Fronteira 314
Fronteira agrícola 288

G

Gabriel Macedo Monteiro .. 263
Geoambiental 269
Geografia 61
Geografia agrária 155
Geografia anglófona..... 206
Geografia política 313
Geografia regional..... 312
Geopoética..... 100, 107
Geração de riqueza..... 154
Gestão local 372
Gestão participativa..... 266

Gilnei machado 365, 383
Giuliano Silveira Derrosso
..... 303, 383
Globalização 29, 109
Governança 372

H

Habitat 38

I

Ideologias 161
Igor Breno Barbosa de Sousa..
..... 180, 383
Impactos 272
Indígenas..... 65
Indivíduos..... 306
Indústria moveleira 252
Interdisciplinar..... 307
Intraurbano 238
Invasão 231

J

Janaina Francisca de Souza
Campos Vinha..... 154, 377
Jéssica Neves Mendes 180, 383
João Osvaldo Rodrigues Nunes
..... 345, 384
José Sampaio de Mattos Junior
180, 384
José Sobreiro Filho.... 205, 377

L

Lei de terras 349
Literatura de cordel..... 112
Lógica do capital 154
Lucas Vituri Santarosa.....
..... 345, 384
Lugar 29, 69
Luís carlos flávio..... 98, 385

Luís fabiano de aguiar silva
..... 279, 385
Luta de classes 212

M

Márcia Regina Ferreira 76
Marcos Aurelio Saquet. 17, 378
Maria Cristina Perusi . 345, 386
Materialismo histórico e
dialético 181
Matéria-prima..... 235
Mauro José Ferreira Cury 303,
386
Meio rural 287
Método dialético..... 159
Método geográfico 138
Método Marxista 181
Metodologias participativas .37
Métodos estatísticos 183
Milton Augusto P. Mariani.....
..... 321, 386
Modernidade 20
Modernização 237
Modo produção 67
Monocultivos 68
Movimentos sociais..... 68
Movimentos socioespaciais 142
MST..... 143
Multiplicidade 365
Multiterritorialidade 20, 22
Mundialização..... 233

N

Natureza 52, 67
Natureza *naturata* 347

O

Ocupação 231
Ordenamento territorial.... 234

P

Pacote tecnológico 289
Paisagem 370
Paradigmas 156
Pensamento geográfico..... 326
Pequenos proprietários 285
Pertencimento..... 68
Perversidade..... 332
Planejamento..... 366
Poder 209
Poesia 99, 100
Poetas 111
Política pública 131
Políticas intersetoriais..... 198
Políticas territoriais 187
Pompilio Sánchez Artunduaga .
..... 123, 387
Populações tradicionais..... 65
Pós-modernidade..... 20
Povos indígenas 67
Práxis..... 31, 101
Práxis territorial 39
Privatização..... 252
Produção do espaço 212
Produção pecuária 191

Q

Quilombolas 63, 330

R

Racismo..... 332
Reforma agrária 154, 174
Região..... 313
Regime fluvial..... 247
Relações de poder 185
Reterritorialização..... 23
Reterritorializar 148
Ronaldo Barros Sodré. 50, 387

S

Saberes.....	99, 282
Segurança alimentar.....	190
Seringais.....	235
Silas noqueira de melo.....	
.....	263, 387
Sistemas territoriais.....	232
Sobremodernidade.....	70
Socialização política.....	147
Socioespaciais.....	142
Sojicultura.....	292
Subjetividades.....	109
Sujeitos.....	30, 224, 306
Sujeitos ativos.....	38

T

Técnicas edáficas.....	359
Territorialidade.....	52, 367
Territorialidades.....	186, 280
Territorialização.....	147, 281, 368

Território.....	50, 110
Território-patrimônio.....	38
Territorios <i>concertados</i>	126
Territorios <i>reales</i>	126
Territorios <i>vividos</i>	125
Trabalho.....	247
Trabalho familiar.....	155
Transfronteiriças.....	303
Tríplice fronteira.....	303
Turismo.....	321

U

Uso da terra.....	273
Uso do solo.....	273

V

Valor.....	253
Versatilidade metodológica.....	36
Violência.....	350

**Impresso na Gráfica Midiograf
Londrina/PR**

MIDIOGRAF
A sua gráfica e editora